



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
JOSIANE LIMA DOS SANTOS

**A INTEGRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NAS DIMENSÕES DO SISTEMA
UNIVERSITÁRIO: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Florianópolis
2020

JOSIANE LIMA DOS SANTOS

**A INTEGRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NAS DIMENSÕES DO SISTEMA
UNIVERSITÁRIO: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação
em Administração da Universidade do Sul de Santa
Catarina como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Thiago Coelho Soares, Dr.

Florianópolis

2020

S23 Santos, Josiane Lima dos, 1985-

A integração da sustentabilidade nas dimensões do sistema universitário : um estudo no Instituto Federal de Santa Catarina / Josiane Lima dos Santos. – 2020.

214 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Administração.

Orientação: Prof. Dr. Thiago Coelho Soares

1. Sustentabilidade. 2. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia – Sustentabilidade. 3. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia – Administração. 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. I. Soares, Thiago Coelho. II. Universidade do Sul de Santa Catarina. III. Título.

CDD (21. ed.) 363.7

JOSIANE LIMA DOS SANTOS

**A INTEGRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NAS DIMENSÕES DO SISTEMA
UNIVERSITÁRIO: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Mestre em Administração e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pós -Graduação do Programa de Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 29 de outubro de 2020.

THIAGO COELHO SOARES

Professor e orientador Prof. Thiago Coelho Soares, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

CC Mussi

Prof.^a. Clarissa Caneiro Mussi, Dra.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Baltazar S. O. de Andrade Guerra

Prof. Jose Baltazar S. O. de Andrade Guerra, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente
Alexandre Marino Costa
Data: 04/11/2020 14:59:07-0300
CPF: 796.510.389-34

Prof. Alexandre Marino Costa, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico a Deus e meu filho Pedro.

AGRADECIMENTOS

Como sempre deve ser, agradeço a Deus, aos ancestrais e aos espíritos protetores, dos quais recebi apoio e orientação em todos os momentos;

Agradeço ao meu esposo pela compreensão, colaboração e parceira em muitos momentos;

Agradeço aos familiares, principalmente a minha mãe, as mães são anjos;

Agradeço ao querido professor Mauricio Andrade de Lima, pela cooperação e orientação ao longo do trabalho;

Agradeço ao meu orientador, professor Thiago Coelho Soares, por passar confiança e objetividade quando eu mais precisei.

Agradeço aos professores convidados como membros da banca avaliadora pela disponibilidade e atenção com o trabalho;

Agradeço aos demais professores do Programa de Pós Graduação em Administração - PPGA -UNISUL pela contribuição em todos os momentos do curso;

Agradeço aos colegas e ao IFSC por financiar minha capacitação e desenvolvimento profissional.

Nenhum problema pode ser resolvido pelo mesmo estado de consciência que o criou.

(Albert Einstein)

RESUMO

A gestão universitária da sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior (IESs) é uma linha de investigação que vem recebendo atenção nas pesquisas. Para ser sustentável, a IES precisa atuar de forma integrada e estratégica nas dimensões que compõem o sistema universitário, constituído por: ensino, pesquisa, extensão, operações do campus, avaliação e elaboração de relatórios, diretrizes institucionais e experiência de vida no campus. Considerando a importância da integração da sustentabilidade nas dimensões do ensino, essa pesquisa teve o propósito de analisar como a sustentabilidade está integrada nas dimensões do sistema universitário do IFSC. Metodologicamente, a pesquisa possui abordagem do problema qualitativa, estratégia de estudo de caso. Os resultados demonstraram que a instituição analisada tem consciência e intenção de trabalhar a sustentabilidade em todas as dimensões do seu sistema universitário, mas esse processo ocorreu apenas formalmente. É necessário que o IFSC prospere no âmbito das ações de sustentabilidade a fim de evitar que se caminhe em círculos e sem avanço institucional. Há apontamentos para uma ausência de compromisso da alta direção, ausência de uma forma consistente de avaliar, reportar o desempenho institucional e escolha de uma abordagem não participativa na implementação do programa de gestão, contrariando as orientações da literatura quanto aos fatores que podem colaborar e dar continuidade nas ações. Embora haja contribuições do IFSC para o desenvolvimento sustentável, é preciso reformular as diretrizes da dimensão Avaliação e elaboração de relatórios, alinhando-a ao programa de sustentabilidade como um todo e não apenas ao Plano de Logística Sustentável. O não alinhamento entre a metodologia implantada e as ferramentas de avaliações, pode ser um motivo pelo qual a gestão da sustentabilidade não foi institucionalizada. A intenção do presente estudo foi colaborar para minimizar as barreiras e multiplicar os resultados positivos a fim de tornar o IFSC uma IES sustentável, pois as IES têm um papel fundamental no processo de transformação de uma sociedade mais sustentável e não existe um modelo universal para integrar gestão da sustentabilidade em todas as dimensões do sistema universitário.

Palavras-chave: Sustentabilidade 1. IES sustentável 2. Dimensões do sistema universitário 3. IFSC 4. Gestão universitária

ABSTRACT

University sustainability management in Higher Education Institutions (HEIs) is a line of research that has been receiving attention in research. To be sustainable, HEI needs to act, in an integrated and strategic way, in the strategic dimensions that make up the university system, consisting of: teaching, research, extension, campus operations, assessment and reporting, institutional guidelines and life experience in the campus. Considering the importance of integrating sustainability into the dimensions of higher education, this research aimed to analyze how sustainability is integrated into the dimensions of the IFSC university system. Methodologically, the research has a qualitative approach to the problem, the strategy is defined as a case study. The results showed that the analyzed institution is aware of and intends to work on sustainability in all dimensions of its university system, but this process only occurred formally. It is necessary for the IFSC to prosper within the scope of sustainability actions in order to avoid going in circles and without institutional advancement. There are notes of a lack of commitment from top management, an absence of a consistent way of assessing, reporting institutional performance in terms and choosing a non-participatory approach in the implementation of the management program, contrary to the guidelines in the literature regarding the factors that can collaborate and continue actions. Although there are contributions from IFSC to sustainable development, it is necessary to reformulate the guidelines of the Evaluation and reporting dimension, aligning it with the sustainability program as a whole and not just the Sustainable Logistics Plan. The non-alignment between the implemented methodology and the assessment tools, may be a reason why sustainability management has not been institutionalized. The intention of the present study was to collaborate to minimize barriers and multiply the positive results in order to make IFSC a sustainable HEI, since HEIs have a fundamental role in the process of transforming a more sustainable society and there is no universal model to integrate management sustainability in all dimensions of the university system.

Keywords: Sustainability 1. Sustainable HEI 2. Dimensions of the university system 3. IFSC 4. University management

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Triple Bottom Line.....	24
Figura 2 – Objetivo do Desenvolvimento Sustentável – ODS	25
Figura 3 – Curva de maturação da sustentabilidade	39
Figura 4 – dimensões que compõem o sistema universitário de uma IES sustentável	51
Figura 5 – Estrutura multi-câmpus do IFSC.....	56
Figura 6 – Logomarca do programa IFSC Sustentável	57
Figura 7 – Histórico do IFSC	60
Figura 8 – Fases da triangulação	66
Figura 9 – Descrição geral da estrutura e organização não linear de pesquisa.....	67
Figura 10 – Formatura da turma do programa Mulheres - Presídio Regional de Mafra	81
Figura 11 – Novas turmas nos Campus Canoinhas – 2019 (à esquerda) e Debate em curso de Mulheres Sim no Campus Jaraguá do Sul-Rau -2019.....	82
Figura 12 – Feiras de economia solidária das Mulheres Sim no Campus Canoinhas, Lages, Florianópolis e Mulheres Sim Kaingang - IFSC Campus Chapecó	82
Figura 13 – Transformação dos subprogramas do PLS/IFSC	94
Figura 14 – Análise dos resultados do programa IFSC sustentável	114
Figura 15 – Resultado das dimensões integradas na gestão da sustentabilidade do IFSC	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo temporal e panorama geral das Conferências e Declarações como iniciativas do ensino superior para promoção da sustentabilidade.....	31
Quadro 2 – Evolução histórica sobre sustentabilidade na temática da educação e instituições de ensino	36
Quadro 3 – Resumo das dimensões/ações do sistema universitário por autor	48
Quadro 4 – Resumo das dimensões do sistema universitário.....	49
Quadro 5 – Fases da pesquisa.....	52
Quadro 6 – Os sujeitos da pesquisa por regiões e os grupos.....	61
Quadro 7 – Roteiro de entrevista.....	62
Quadro 8 – Fases da análise de dados da pesquisa.....	65
Quadro 9 – Resumo das ações de sustentabilidade presentes no PDI.....	78
Quadro 10 – Programa Mulheres SIM	81
Quadro 11 – Cursos ofertados relacionados à sustentabilidade.....	86
Quadro 12 – Evidências de estratégias de promoção da sustentabilidade no Relatório de Gestão do IFSC.....	88
Quadro 13 – Análise do PLS 2017/2018 e as dimensões.	103
Quadro 14 – Resumo das ações institucionais de sustentabilidade voltadas às dimensões do sistema universitário	150
Quadro 15 – Recomendação de melhorias por dimensões do sistema universitário do IFSC	154

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública
CF 88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1998
CEB – Câmara de Educação Básica
CES – Câmara de Educação Superior
CNE – Conselho Nacional de Educação
CP – Conselho Pleno
CONSUP – Conselho Superior
DAM – Departamento de administração
DS – Desenvolvimento Sustentável
IES – Instituições de Ensino Superior
IESs – Instituições de Ensino Superior
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
MEC – Ministério da Educação
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
PAT – Plano Anual de Trabalho do IFSC
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PLS – Plano de Logística Sustentável
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC – Projetos pedagógicos de curso
PPGA – Programa de Pós-Graduação em Administração
RG – Relatório de Gestão
SGA – Sistemas de Gestão Ambiental
SNCT – Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVOS	18
1.2 JUSTIFICATIVA	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE SUSTENTABILIDADE	21
2.2 ENSINO SUPERIOR E SUSTENTABILIDADE.....	27
2.2.1 O Papel das Instituições de Ensino Superior para a Sustentabilidade.....	28
2.2.2 Marcos Históricos e Legais sobre Sustentabilidade nas IES.....	30
2.2.3 Iniciativas do Ensino Superior para Promoção da Sustentabilidade	31
2.2.4 Histórico Brasileiro sobre a Inserção da Sustentabilidade na Legislação e Temática da Educação e nas Instituições de Ensino	35
2.2.5 Integração da Sustentabilidade no Ensino Superior	38
2.3 DEFINIÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SUSTENTÁVEL	39
2.4 GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	42
2.5 DIMENSÕES DO SISTEMA UNIVERSITÁRIO.....	45
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	52
3.1 O ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	52
3.2 ESTRATÉGIAS DE PESQUISA	53
3.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DO ESTUDO DE CASO.....	55
3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	59
3.4 ANÁLISE DE DADOS	64
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	68
4.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DO IFSC.....	68
4.1.1 Ações para Promoção da Sustentabilidade Encontrados no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC.....	68
4.1.1.1 Diretrizes institucionais	69
4.1.1.2 Ensino	71
4.1.1.3 Extensão	72
4.1.1.4 Pesquisa	74
4.1.1.5 Operações no campus	74
4.1.1.6 Experiências vida no campus	76
4.1.1.7 Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade	77

4.1.2 Ações de Promoção da Sustentabilidade encontrados nos Relatórios de Gestão do IFSC	79
4.1.2.1 Relatório de Gestão – 2014	80
4.1.2.2 Relatório de Gestão – 2015	83
4.1.2.3 Relatório de Gestão – 2016	84
4.1.2.4 Relatório de Gestão – 2017	86
4.1.2.5 Relatório de Gestão – 2018	87
4.2 ANÁLISE DO PROGRAMA IFSC SUSTENTÁVEL	92
4.2.1 Análise do PLS do IFSC.....	93
4.2.1.1 Diretrizes institucionais	95
4.2.1.2 Ensino	96
4.2.1.3 Pesquisa	97
4.2.1.4 Operações no campus	97
4.2.1.5 Extensão	98
4.2.1.6 Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade	99
4.2.1.7 Experiências de vida no campus.....	101
4.2.2 Análise da Política de Sustentabilidade do IFSC.....	105
4.2.2.1 Diretrizes institucionais	105
4.2.2.2 Ensino	106
4.2.2.3 Pesquisa	107
4.2.2.4 Extensão	108
4.2.2.5 Operações no campus	108
4.2.2.6 Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade	109
4.2.2.7 Experiência de vida no campus	110
4.2.3 Análise Geral do Programa.....	111
4.3 PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS COMISSÕES.....	114
4.3.1 Dimensão Diretrizes Institucionais.....	115
4.3.2 Integração da dimensão Operações do campus	123
4.3.3 Integração da Dimensão Ensino	127
4.3.4 Integração da Dimensão Pesquisa	132
4.3.5 Integração da Dimensão Extensão.....	134
4.3.6 Integração da Dimensão Experiência de Vida no Campus.....	137
4.3.7 Integração da Dimensão Avaliação e Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade ...	142
4.4 RECOMENDAÇÕES DE MELHORIAS APÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	154

5 CONCLUSÃO.....	157
5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	164
REFERÊNCIAS	165
APÊNDICES	176
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	177
APÊNDICE B – ROTEIRO COMPLETO DA ENTREVISTA	178
ANEXOS	180
ANEXO A – PLS 2017/2018.....	181
ANEXO B – PRIMEIRA COMISSÃO GERAL.....	202
ANEXO C – POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE DO IFSC	203

1 INTRODUÇÃO

Imagine que há dois tipos de campus universitário, um é apenas um espaço educador, neutro de cor, de ações, se resume em salas e estruturas convencionais, o outro, é um espaço educador sustentável, com salas, estruturas e ambientes preenchidos com vida, com cores, atitudes e envolvimento da comunidade, a cada semestre, ambos vão formar muitos profissionais das mais diversas áreas (WACHHOLZ, 2017), pensando neste contexto, em qual campus você prefere estudar ou trabalhar?

A trivial indagação apresenta algumas características de dois modelos de Instituição de Ensino Superior (IES), o modelo tradicional e o modelo sustentável, de uma forma geral, possibilita refletir sobre as escolhas das gerações, refletir se referida IES é, ou não é, um modelo sustentável e refletir sobre quais são as estratégias para se tornar uma IES sustentável.

Todas as reflexões acima citadas são pertinentes para o contexto dessa pesquisa que analisou o desempenho sustentável de Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), pois pesquisar sobre a sustentabilidade no ambiente acadêmico se revela interessante porque segundo Szóka *et al.* (2013), os alunos têm preocupação e influência significativa na conscientização ambiental, no estilo de vida e consumo dentro e fora das IES. Assim como existe um anseio por parte das docentes e demais técnicos em tornar o seu ambiente de trabalho mais sustentável (BEURON, 2016). E segundo Alejandro Cruz *et al.* (2019), a sustentabilidade em IES se tornou um campo científico em estágio de crescimento.

Desta forma, considerando que as IES têm um papel fundamental na trajetória e transformação das sociedades sustentáveis (CORTESE, 2003; BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018), por ser uma linha de investigação que merece atenção (HALLINGER; CHATPINYAKOOP, 2019), é de fato salutar analisar a integração sistêmica da sustentabilidade em todo o ambiente universitário (LOZANO-ROS, 2003; LOZANO *et al.*, 2013; LOZANO *et al.*; 2015; ZSÓKA *et al.*, 2013, BEURON, 2016; LEAL FILHO; SHIEL; PAÇO, 2015, LEAL FILHO *et al.*, 2017).

Assim sendo, para inicialmente entender o porquê e o valor de uma IES sustentável, é preciso saber como a sustentabilidade se tornou um tema de relevância no ambiente educacional (FINDLER *et al.*, 2019). De acordo Alshuwaikhat e Abubakar (2008), foi a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972, que a preocupação com a sustentabilidade obteve espaço na comunidade acadêmica.

Após Estocolmo, surgiram outros movimentos sociais e universitários em prol da sustentabilidade (LOZANO *et al.*, 2013), o mais difundido nasceu em 1990, em Talloires na

França, foi endossado por mais de 350 universidades, tornou-se um documento norteador para o alinhamento entre IES e Sustentabilidade, a Declaração de Talloires foi um passo, dentre tantos, para orientar as IESs a serem sustentáveis.

Após a declaração de Talloires, outros movimentos e demais IESs formalizaram compromissos com a sustentabilidade, o que tornou a “formalização” uma parte do processo de transição para se tornar uma IES sustentável (OLIVEIRA; OLIVEIRA; ROHRICH, 2016; BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018).

Mas o que vem a ser uma IES sustentável? Segundo Alshuwaikhat e Abubakar (2008), em certos casos para uma IES ser sustentável é necessário que ela tenha um plano de gestão ambiental. Para Lozano *et al.* (2015) precisa possuir diretrizes sustentáveis, por exemplo, ser signatária de uma declaração ambiental.

Indo mais além, uma IES sustentável deve possuir políticas institucionais de sustentabilidade, ser um campus verde, ou desenvolver projetos de proteção ambiental (LEAL FILHO *et al.*, 2017). Da mesma forma é sustentável por ser um modelo positivo, cheio de atitude e envolvimento ambiental, social e econômico (WACHHOLZ, 2017).

Um modelo de IES sustentável deve associar as dimensões operacionais do ensino, da pesquisa, da gestão institucional dos recursos e resíduos, vindo a implantar a educação para a sustentabilidade, compartilhando práticas sustentáveis que promovam o bem-estar da atual e das futuras gerações (DISTERHEFT *et al.*, 2012). Em resumo, a literatura apresenta diversos conceitos para uma IES sustentável, todos possuem semelhanças e propõe uma integração da instituição como um todo.

Seguindo a proposta de reflexão, então quais são as estratégias necessárias para se tornar uma IES sustentável? De acordo com estudos do tema, para ser de fato sustentável, uma IES precisa atuar de forma integrada nas dimensões que compõem ambiente universitário. A literatura cita como estratégica as seguintes dimensões: ensino, pesquisa, extensão, gestão do campus (CORTESE, 2003; VELAZQUEZ *et al.*, 2006, DISTERHEFT *et al.*, 2012; GUERRA *et al.* 2018; BERCHIN, 2017), avaliação e relatórios de sustentabilidade (LOZANO-ROS, 2003, ALSHUWAIKHAT; ABUBAKAR, 2008; GUERRA *et al.* 2018; BERCHIN, 2017), diretrizes institucionais e experiência de vida no campus (LOZANO *et al.*, 2013; LOZANO *et al.*, 2015; DISTERHEFT *et al.*, 2012; BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018; AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015; GUERRA *et al.* 2018; BERCHIN, 2017; ALEIXO; LEAL; AZEITEIRO, 2018).

Nas pesquisas realizadas sobre implantação, dificuldade e desempenho da sustentabilidade nas IESs, houve demonstração de ausência de integração das dimensões,

resultando em ações implementadas de forma compartimentalizada, sem envolvimento de todas as partes do sistema de uma IES (BORGES *et al.*, 2013; LEAL FILHO, SHIEL, PAÇO, 2015; AMARAL, MARTINS, GOUVEIA, 2015; FISCHER *et al.*, 2015; BERCHIN *et al.*, 2017; LEAL FILHO *et al.*, 2017; SILVA, PINHEIRO, 2018 e BIZERRIL, ROSA, CARVALHO, 2018).

A falta de integração entre as dimensões do sistema universitário e a ausência de estratégias das quais garantam que as preocupações sustentáveis sejam abordadas em todo o sistema de ensino também é vista como umas das razões pelas quais a gestão da sustentabilidade ainda está longe se tornar uma prática perene na IES (POPESCU; BELEAUA, 2014; AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015).

A gestão da sustentabilidade do IFSC é realizada sob as premissas do programa IFSC Sustentável, foi implantada por meio de práticas e valores sustentáveis e tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais, os impactos ambientais, promoção da eficiência e efetividade das ações de gestão (IFSC, 2017).

O IFSC Sustentável aborda as seguintes diretrizes: (i). Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS), as 17 grandes áreas para o desenvolvimento sustentável global; (ii). Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, que propõe aos órgãos públicos implementar práticas de sustentabilidade (BRASIL, 2001) e o (iii) Plano de Logística Sustentável (PLS), uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades, de forma a permitir que a instituição estabeleça práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos (IFSC, 2017).

Considerando a compartimentalização das estratégias e das ações de sustentabilidade em IES, devido à ausência de integração entre as partes estratégicas do sistema universitário, pretende-se com esse estudo responder o seguinte problema de pesquisa: **Como a sustentabilidade está integrada nas dimensões do sistema universitário do IFSC ?**

Com a intenção de encontrar respostas para a pergunta da pesquisa e consequente colaborar para que o IFSC seja um modelo de IES sustentável, apresenta-se a seguir os objetivos norteadores e justificativa desse estudo.

Em seguida, para compreensão do tema, há uma revisão teórica abordando a sustentabilidade, a sustentabilidade em IES, o gerenciamento da sustentabilidade nas IES, e por fim as dimensões do sistema universitário que são estratégicas para promoção da sustentabilidade em IES. Após, os métodos e caracterização da instituição objeto de estudo, e por fim, a apresentação dos resultados e conclusão da presente pesquisa.

1.1 OBJETIVOS

A fim de alcançar resultado relevante para o problema da pesquisa, esta dissertação tem como objetivo geral: Analisar como a sustentabilidade está integrada nas dimensões do sistema universitário do IFSC. Para atingir o objetivo geral, definem-se os seguintes objetivos específicos:

- Descrever as ações estratégicas de promoção da sustentabilidade presentes nos documentos institucionais de acordo com as dimensões do sistema universitário;
- Caracterizar as dimensões do sistema universitário contempladas pelo Programa IFSC Sustentável;
- Identificar a percepção dos representantes das comissões de sustentabilidade quanto às ações institucionais de sustentabilidade voltadas às dimensões do sistema universitário.

1.2 JUSTIFICATIVA

Segundo Castro (2009) uma boa pesquisa se justifica pela sua originalidade, importância e viabilidade. Portanto,

Com relação a importância, trata-se de uma recomendação feita por Lozano-Ros (2003), segundo o autor, em IES onde a sustentabilidade foi implantada é importante avaliar se ela está integrada em todas as dimensões do sistema universitário, de forma que se possa diminuir as barreiras existentes e multiplicar os resultados positivos.

Se justifica pela contribuição com a comunidade científica e para a linha de pesquisa Desempenho Organizacional, concentrada na Gestão Universitária e Sustentabilidade do programa de mestrado da Unisul, conforme Telocken e Trevisan (2020) gestão universitária integrada a sustentabilidade é um campo a ser explorado sendo relevante observar o modo pelo qual a sustentabilidade desempenha influência na gestão das universidades e em seus setores pedagógicos.

Justifica-se por apresentar possibilidades de avanços para a integração da sustentabilidade em IES, visto que a sustentabilidade faz parte dos diferentes sistemas universitários, sejam eles sistema de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária (TELOCKEN, TREVISAN, 2020).

Também se justifica pelo fato de que as IESs desempenham um papel fundamental para alcançar metas do Desenvolvimento Sustentável (DS) como visto nas pesquisas que mapearam o tema sustentabilidade das IES e Gestão estratégica (universitária) para o DS, entre os anos 1991 a 2019, realizadas por Hallinger e Chatpinyakoop (2019) e Suriyankietkaew e Petison (2020).

Os estudos constataram que o Gerenciamento (gestão) para sustentabilidade no ensino superior é uma linha de investigação que merece atenção no futuro (HALLINGER; CHATPINYAKOOP, 2019), assim como a linha de Gestão estratégica com base no conhecimento de sustentabilidade é um campo emergente de pesquisa (SURIYANKIETKAEW; PETISON, 2020).

Ainda pela contribuição e relevância no fundamento acadêmico, é relevante o reconhecimento do papel que as IES desempenham (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018). Elas compartilham o conhecimento, pesquisa, métodos e experiências para disseminar e promover práticas sustentáveis (LOZANO *et al.*, 2013; LOZANO *et al.*, 2015), são modelos para outras organizações, por serem promotoras e replicadoras de conhecimento (BORGES *et al.*, 2013).

Ademais, frisa-se a importância pelos resultados dos estudos realizados por Borges *et al.* (2013), Luiz (2014); Almeida (2015); Silva e Pinheiro (2018) e Berchin *et al.* (2017) nas IFES brasileiras, que demonstraram existir carências no gerenciamento da sustentabilidade nas instituições investigadas, devido ao baixo desempenho para um modelo sustentável ou cumprimento parcial dos requisitos e condições legais a elas impostas.

Ainda segundo Almeida (2015), há uma necessidade de melhoria no planos e projetos de sustentabilidade das IES, observa-se a obrigatoriedade em cumprir as exigências legais, mas acima de tudo, é necessário transformá-las num instrumento da manifestação dos interesses da comunidade universitária, consciente das necessidades de promover o DS em seu ambiente e consequentemente na sociedade.

Outra demonstração de relevância está no fato de se desenvolver uma pesquisa que proporcione uma melhoria no desempenho na gestão da sustentabilidade do IFSC, atingindo os participantes da cadeia de processos e demais pessoas envolvidas, oferecendo um futuro melhor a todos que dele necessitam. É, portanto, uma contribuição real e prática com compromisso sustentável do IFSC.

De forma mais abrangente, possui importância, por contribuir na fixação e no progresso da gestão da sustentabilidade das IFES, visando melhorar os índices das políticas de sustentabilidade da administração pública federal brasileira.

Com relação à originalidade, embora o universo de pesquisas sobre sustentabilidade em IES seja abrangente, o presente estudo se diferencia pelo fato de que, até o presente momento, não foi realizada no IFSC, pesquisas com propósito de analisar a sustentabilidade sob a ótica das dimensões do sistema universitário.

Encontrou-se diversos estudos que abordaram o tema sustentabilidade em IFE, mas não pela ótica das dimensões do sistema universitário, ver as pesquisas de Borges et al. (2013) que analisou o perfil ambiental dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), pelas práticas de gestão ambiental. De Luiz (2014) com uma proposta de um modelo para avaliação do desempenho socioambiental em instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica. De Almeida (2015) que avaliou o papel das instituições de educação superior na gestão voltada para a sustentabilidade a partir do plano de gestão de logística sustentável. De Silva e Pinheiro (2018) que fez análise de como se dá o desenvolvimento de uma política de sustentabilidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, na ótica do Sistema Contábil Gerencial Ambiental. E Berchin et al. (2017) que realizou um estudo no IFSC avaliando as estratégias implantadas para promoção da sustentabilidade.

Por fim, se fez viável por ser a autora, uma servidora pública federal do IFSC, de modo que, uma pesquisa sobre a sustentabilidade na instituição se mostrou viável e oportuna por cumprir o requisito de contribuir com áreas de interesse institucional, em razão da pesquisa/autora ter sido contemplada pelo programa de financiamento capacitação e pesquisa da instituição.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está dividido em seções, a primeira seção expõe as definições, aspectos conceituais da sustentabilidade. A segunda seção contém explanação sobre Ensino Superior e Sustentabilidade. Na terceira seção apresenta-se as definições de uma IES sustentável. A quarta seção resume modelos presentes na literatura para uma Gestão da Sustentabilidade em IES e a quinta e última seção apresenta as Dimensões do sistema universitário que segundo literatura são estratégicas para implementação da sustentabilidade em IES.

2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE SUSTENTABILIDADE

Ao longo dos anos, na trajetória de pesquisas e discussões acadêmicas, diversos autores citam conceitos com equivalência e objetividade, com a mesma finalidade e em alguns casos, com a separação dos termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” (DS) (GLAVIC; LUKMAN, 2007; LOZANO, 2008; BOFF, 2017; NASCIMENTO, 2012; SARTORI; LATRONICO, CAMPOS, 2014; FEIL; SCHREIBER, 2017; ÁVILA *et al.*, 2018; CARVALHO, 2019; GUERRA *et al.*, 2018; BERCHIN, 2017). Em decorrência dessa falta de consenso, encontra-se na literatura uma compreensiva polissemia entre os conceitos da sustentabilidade e DS (NASCIMENTO, 2012; BOLIS; MORIOKA; SZNELVA, 2014; SARTORI; LATRONICO; CAMPOS, 2014; HOLDEN; LINNERUD; BANISTER, 2014; FEIL; SCHREIBER, 2017).

Dessa forma, considerando a polissemia e as conexões dos dois termos, nesta pesquisa os conceitos e suas implicações foram considerados como sinônimos (conforme feito por HOLDEN; LINNERUD; BANISTER, 2014; BERCHIN, 2017). Porém, a fim de compreender melhor a origem e diversidade dos conceitos, antes, será necessário conhecer a história da trajetória da sustentabilidade.

Segundo Nascimento (2012), foi em meados de 1960, num momento de pressão pública oriunda de uma crise ambiental que o termo sustentabilidade ganhou corpo e expressão. Devido a uma crise causada pelos negativos e notáveis eventos ambientais (ELKINGTON, 2004), como a poluição nuclear, as chuvas radioativas e a publicação do livro *Silent spring* de Rachel Carson, livro que abordou sobre os riscos do uso de pesticidas e inseticidas químicos (NASCIMENTO, 2012).

Em termos históricos, a notoriedade política, ativista e econômica, em nome da sustentabilidade nasceu na Conferência da ONU em Estocolmo 1972 (NASCIMENTO, 2012; LOZANO *et al.*, 2013; ÁVILA *et al.*, 2018). Após a aprovação da Conferência de Estocolmo, ficou exposto que além da preocupação do desenvolvimento (aspecto econômico) por meios sustentáveis (aspecto ambiental), era necessário adicionar o aspecto social com a erradicação da pobreza, por ser considerada, na época, a principal fonte de agressões ambientais (NASCIMENTO, 2012).

Portanto, foram a partir desses fatos, que o aspecto social e a qualidade de vida das gerações se complementaram ao termo, conferindo à sustentabilidade uma nova dimensão, conceituando-a como uma tríade: econômica, ambiental e social (NASCIMENTO, 2012).

Ainda no contexto histórico, em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento elaborou o relatório *Our common future*, traduzido para o português como Nosso futuro comum, o qual propôs a criação de uma agenda ambiental, visto como um esforço global para conciliar a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico, popularizando globalmente o termo ‘Desenvolvimento Sustentável’ no *mainstream* (modelo de pensamento) político à época (ELKINGTON, 2004; NASCIMENTO, 2012; SARTORI; LATRONICO; CAMPOS, 2014; FEIL; SCHREIBER, 2017).

Percebe-se a partir da história, que a determinação do conceito sobre a sustentabilidade é oriunda da preocupação ambiental e econômica, sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e seu uso irresponsável, mas que ao longo do tempo, devido a necessária preocupação social, teve sua noção transformada em “desenvolvimento sustentável” (NASCIMENTO, 2012).

A Sustentabilidade é uma longa jornada em razão da consciência sobre problemas ambientais, crises econômicas e desigualdades sociais (SARTORI; LATRONICO; CAMPOS, 2014). De forma geral, visa atender às necessidades básicas de todos e estender oportunidades para satisfazer as aspirações de uma vida melhor (CMMAD, 1988).

Adentrando nas acepções, o conceito mundialmente conhecido que apresentou o termo desenvolvimento sustentável e/ou sustentabilidade, é do Relatório *Our common future*, definindo-a como algo que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas próprias necessidades (CMMAD, 1988).

O Relatório cita mais dois atributos âncoras ao conceito, um é da necessidade com referência as necessidades essenciais dos pobres do mundo, do qual se atribui como uma prioridade, pois um ambiente em que a pobreza e a desigualdade são típicas, sempre estará propenso a crises ecológicas; e outro é a ideia de limitações impostas pelo estado da tecnologia

e organização social à capacidade do ambiente de atender às necessidades presentes e futuras (CMMAD, 1988).

Na tentativa de caracterizar a sustentabilidade, a literatura faz referência a três pilares que ajudam a definir o termo, conhecidos como: dimensão econômica, dimensão social e a dimensão ambiental (ELKINGTON, 2004; NASCIMENTO, 2012; SARTORI; LATRONICO; CAMPOS, 2014; ALEIXO; AZEITEIRO; LEAL FILHO, 2018), os quais são harmoniosos entre si, prioritários nas ações socialmente justas, ambientalmente corretas e economicamente viáveis (ELKINGTON, 2004).

Os pilares são tão importantes, que para alguns estudiosos não se pode trabalhar apenas com três. Segundo Ignacy Sachs (2009), é necessário utilizar cinco dimensões para sustentabilidade, cita-se: a social, a econômica, a ambiental, a territorial e a política.

De forma semelhante, Lozano *et al.* (2013) e Aleixo, Azeiteiro, Leal (2018), afirmam a necessidade de existir, principalmente quando abordada em IES, quatros dimensões para a sustentabilidade, definindo-as como: a econômica, a ambiental, a social e adicionando a quarta, a institucional/política.

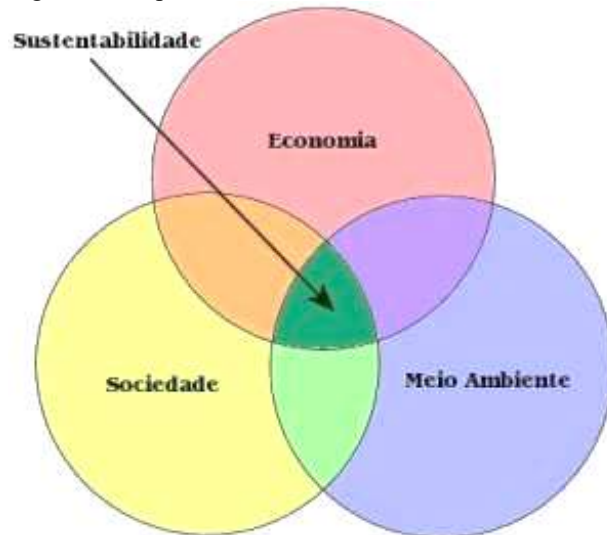
A dimensão econômica ... envolve a viabilidade econômica e aborda necessidades (por exemplo, preocupação com o desempenho econômico, planos para melhorar a eficiência, orçamento para as práticas que promovem SD). A dimensão ambiental ... propõe a integração das preocupações ambientais na estratégia da organização (por exemplo, a construção de edifícios sustentáveis no campus; separação de resíduos e seu encaminhamento para reciclagem; e equipamentos para gerar energia renovável). A dimensão social e cultural ... refere-se a ações por recursos humanos de uma organização ou pela comunidade ao redor (por exemplo, políticas de promoção da igualdade e diversidade; desenvolver e participar de atividades recreativas, atividades culturais ou esportivas; preocupações e iniciativas de inclusão social; e cultural ou iniciativas científicas dirigidas à comunidade externa). O institucional, educacional e A dimensão política ... refere-se a como as instituições moldam seu comportamento e valores e como diferentes partes interessadas percebem a abordagem e os objetivos do SD (por exemplo, os tópicos do SD incluídos na missão, visão e valores da IES; e os tópicos do SD incluídos nas unidades curriculares) (ALEIXO; AZEITEIRO; LEAL, 2018, p. 149).

Em que pese, Nascimento (2012), também considerou ser necessário acrescentar mais duas dimensões além das básicas, para definir a sustentabilidade: uma é a dimensão Poder ou Política, que considera as estruturas e decisões políticas, e a outra, a dimensão Cultural, como uma proposta de transformação de valores e comportamentos. O autor justifica que essas duas novas dimensões são necessárias para que exista uma mudança no padrão de consumo e no estilo de vida da sociedade.

Todavia, no ambiente organizacional, a sustentabilidade ainda é tradicionalmente definida como o *Triple Bottom Line*, focada no equilíbrio entre questões ambientais, sociais e

econômicas (ELKINGTON, 2004; SARTORI; LATRONICO; CAMPOS, 2014; HOLDEN; LINNERUD; BANISTER, 2014; AVILA *et al.*; 2018). Conforme apresentado na figura 1.

Figura 1 – Triple Bottom Line



Fonte: Adaptado de Elkington (2004)

Em resumo, a sustentabilidade pode ser definida como um processo de mudança em que a exploração de recursos e as mudanças institucionais devem seguir em harmonia, acrescentando o potencial atual e futuro de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1988).

Entretanto, com relação a perspectiva crítica, a sustentabilidade tem seu conceito amparado pelo uso do termo como um substituto ao desenvolvimento econômico, criado num momento de crise do próprio capitalismo, como uma tentativa de conciliação dos conflitos entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, por assimetrias sociais, econômicas e políticas (LIMA, 2003).

Para Lima (2003), a sustentabilidade é um aspecto conservador de crescimento econômico acrescido da variável ecológica, como um novo desenvolvimento engajado a justiça socioambiental, mas que não atende na plenitude os objetivos da preservação ambiental.

Outra perspectiva crítica do conceito se dá ao fato de que, segundo Fonseca Neto, Freitas e Freitas (2017) o termo sustentabilidade está associado a economia (sustentabilidade econômica), sem alinhamento com às demais dimensões da sustentabilidade, cuja finalidade é alcançar progresso material de forma ilimitada.

Como pode ser observado, não há uma definição absoluta e orientativa a nível global para sustentabilidade, o conceito reflete cada vez mais as características sociais, com soluções para problemas em escala local e de projeto (HOLDEN; LINNERUD; BANISTER, 2014). Os conceitos que definem a sustentabilidade ainda estão em transformação (AVILA *et al.*, 2018) e

podem ter outras definições no futuro, advindo do resultado de novas pesquisas e diferentes abordagens.

Com relação a perspectiva de novos conceitos para sustentabilidade, há um destaque quando observado a ligação entre sustentabilidade e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), representados na figura 2 a seguir:

Figura 2 – Objetivo do Desenvolvimento Sustentável – ODS



Fonte: AGENDA2030 (2019)

Os 17 ODS entraram em cena em 1º de janeiro de 2016, são instrumentos de estímulos, integrados e indivisíveis, para gerar conexão entre os três níveis de desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental (AGENDA2030, 2019; LAGO, 2013; LEAL FILHO *et al.* 2019). Concentram-se em 17 áreas, conforme descrição a seguir:

Objetivo 1: Erradicação da Pobreza, preconiza acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

Objetivo 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável, intenção de acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

Objetivo 3: Saúde e Bem-Estar, tem intenção de assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

Objetivo 4: Educação de Qualidade, preconiza assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

Objetivo 5: Igualdade de Gênero, visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

Objetivo 6: Água Potável e Saneamento, preconiza assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos;

Objetivo 7: Energia Acessível e Limpa, tem a intenção de assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

Objetivo 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico, busca promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos;

Objetivo 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura, propõem construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

Objetivo 10: Redução das Desigualdades, preconiza reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

Objetivo 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis, objetivo é tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

Objetivo 12: Consumo e Produção Responsáveis, visa assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

Objetivo 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima, propõem medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

Objetivo 14: Vida na Água, preconiza conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

Objetivo 15: Vida Terrestre, busca proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda;

Objetivo 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes, visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

Objetivo 17: Parcerias e Meios de Implementação, propõem fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (AGENDA 2030, 2019).

Os ODS têm 169 metas que visam assegurar os direitos humanos, a igualdade de gênero e o empoderamento feminino (AGENDA2030, 2019; LEAL FILHO *et al.*, 2018a), são como tarefas a serem cumpridas pelos governos, pela sociedade civil, pelo setor privado e todos cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável (AGENDA2030, 2019; BERCHIN, 2017; LEAL FILHO *et al.* 2018a).

Adentrando no contexto educacional, os ODS possuem uma atribuição especial ao papel da educação no objetivo 4, que visa assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (AGENDA, 2030), de forma que se incumbe a educação um papel fundamental no esforço global para alcançar a metas do desenvolvimento sustentável (HALLINGER; CHATPINYAKOOP, 2019), conforme será visto na próxima seção.

2.2 ENSINO SUPERIOR E SUSTENTABILIDADE

Os registros iniciais dos estudos sobre sustentabilidade no ensino superior aconteceram em 1991, no entanto, as redes de colaborações e produção científica sobre o tema começaram de fato, após 1999, sendo 2010 a 2018 o período mais produtivo na área (ALEJANDRO CRUZ *et al.*, 2019), esses dados demonstram que a trajetória da sustentabilidade nos ensino superior ainda é um processo novo, “[...] e está se tornando a pedra angular da conscientização, inovação e orientação ambiental para alcançar metas de sustentabilidade nas IES, bem como na sociedade e no governo” (ALEJANDRO CRUZ *et al.* 2019, p. 14).

No desenvolvimento desse estudo foram encontradas análises científicas sobre sustentabilidade e ensino superior, com destaque para as análises de Tauchen e Brandli (2006), Alejandro Cruz *et al.* (2019) e Hallinger e Chatpinyakoop (2019).

Tauchen e Brandli (2006) faz referência de duas correntes de pensamentos, a primeira diz respeito a educação ambiental (formação) e a segunda aborda as práticas para implementação de sistemas de gestão ambiental nos câmpus (IES como modelos e exemplos práticos de gestão sustentável para a sociedade).

Recentemente, o mapa científico sobre sustentabilidade no ensino superior realizado por Alejandro Cruz *et al.* (2019), apresentou conclusões de um campo científico em estágio de crescimento, com períodos direcionados para questões ambientais, para o desenvolvimento da competência acadêmica e o alcance metas de sustentabilidade nas IES.

E por fim, a revisão bibliométrica realizada por Hallinger e Chatpinyakoop (2019) sobre ensino superior e DS, apresentou três escolas de pensamentos que compõem a base de

conhecimento sobre a sustentabilidade no ensino superior. A primeira concentra-se na (i) Gestão de Sustentabilidade no Ensino Superior; a segunda escola procura definir e elaborar (ii) Competências para o desenvolvimento sustentável no ensino superior e; a terceira preocupa-se com a (iii) Implementação do desenvolvimento sustentável no ensino superior (HALLINGER; CHATPINYAKOOP, 2019).

Para o desenvolvimento teórico da sustentabilidade no ensino superior, esta pesquisa foi amparada pelos principais conceitos relacionados ao pensamento da Gestão da Sustentabilidade no Ensino Superior, concentrando na gestão da sustentabilidade das IES.

Inicialmente foram abordados fatos históricos, contextualização do papel da sustentabilidade nas IES, seus compromissos universitários, definição de um IES Sustentável, a análise da literatura sobre a gestão da sustentabilidade nas IES, e por fim as dimensões do sistema universitário que são estratégicas para promoção da sustentabilidade em IES.

2.2.1 O Papel das Instituições de Ensino Superior para a Sustentabilidade

Não é novidade a noção de que as IES são agentes de mudança social, que ao longo da história, as instituições acadêmicas desempenharam papéis críticos em amplas mudanças sociais (CORTESE, 2003; STEPHENS *et al.* 2008).

Na década de 1970, eventos marcaram o início da participação das IES na luta por um planeta sustentável. Em 1972, a ONU compartilhou a primeira declaração de compromisso com o meio ambiente, conhecida como Declaração de Estocolmo, alertando que medidas urgentes deveriam ser tomadas para a promoção da sustentabilidade, mostrando a necessidade da disseminação de conhecimento e desenvolvimento de programas de educação ambiental (COUTO *et al.* 2005).

Após duas décadas, o relatório do comitê preparatório das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1991) e a Declaração do Rio 1992 (Rio de Janeiro) com a divulgação da Agenda 21 (precisamente no capítulo 36), relataram sobre o papel do ensino no caminho para sustentabilidade, propondo que as instituições deveriam atuar na promoção de um ensino reorientado para o DS e o aumento da consciência pública (COUTO *et al.* 2005; BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018).

Consciente de que o ensino superior teria um potencial único de acelerar uma transição social em direção à sustentabilidade (STEPHENS *et al.*, 2008), a declaração final da conferência das nações unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), reafirmou o papel das IES, conforme citação extraída:

[...] 233. Tomamos a decisão de promover a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e integrar o desenvolvimento sustentável mais ativamente na educação para além da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014).

234. Encorajamos fortemente as instituições de ensino a considerarem a adoção de boas práticas em gestão da sustentabilidade em seus *campi* e em suas comunidades, com a participação ativa dos alunos, professores e parceiros locais, e ensinando o desenvolvimento sustentável como um componente integrado a todas as disciplinas.

235. Ressaltamos a importância de apoiar instituições de ensino, especialmente instituições de ensino superior em países em desenvolvimento, para efeitos de investigação e inovação para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente no domínio da educação, para desenvolver programas de qualidade e inovadores, incluindo o empreendedorismo e formação profissional habilidades, profissional, formação técnica, profissional e aprendizagem ao longo da vida, orientada para preencher as lacunas de competências para promover os objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável. o futuro que queremos (RIO + 20, 2012, p. 47).

Na literatura há um acentuado reconhecimento do papel que as IESs desempenham no desenvolvimento de um futuro sustentável (CORTESE, 2003, LOZANO *et al.*, 2013, BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018; GUERRA *et al.*, 2018, CEULEMANS; MOLDEREZ; VAN LIEDEKERKE, 2015; OLIVEIRA; OLIVEIRA; ROHRICH, 2016).

As IESs estão bem além do limite da preocupação em ensinar, estão ocupando papel importante no contexto da sociedade, com a responsabilidade social de capacitar pessoas conscientes da necessidade de garantir a sustentabilidade às gerações futuras (VAZ *et al.*, 2010; JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011).

Para Cortese (2003) e Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) as IESs não estão apenas educando as gerações futuras a se tornarem tomadores de decisão, mas para desempenhar um papel importante na jornada para um futuro global mais sustentável.

Na visão de Lara (2012), há um consenso de que o ensino tem um poder formidável de transformação, moldando caráter e transformando indivíduos em cidadãos aptos a alcançar uma sociedade sustentável. Para Alejandro Cruz *et al.* (2019) as IESs desempenham papel ativo no desenvolvimento do perfil profissional e das ações da própria instituição para alcançar a sustentabilidade, com ações ligadas a educação, currículo, liderança, competências, universidade sustentável ou tomada de decisão.

Percebe-se que o compromisso das IESs em estabelecer a formação sustentável do seu público se dá pelo ensino e pelo exemplo, seja por práticas sustentáveis, no apoio às pesquisas, na educação, na relação com a sociedade (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018), no direcionamento de comportamentos e atitudes para uma cultura organizacional voltada a sustentabilidade (ADAMS; MARTIN; BOOM, 2018).

Deste modo, compreende-se que o ambiente universitário pode disseminar uma cultura de sustentabilidade, trabalhar na formação de cidadãos ambientalmente responsáveis (AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015; BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018; ARANA; BIZARRO, 2018), buscar soluções para os problemas ambientais, seja por influência da pesquisa, da educação e das relações com a sociedade (LOZANO *et al.* 2015).

A fim de complementar o papel das IESs e sua trajetória pela sustentabilidade é importante conhecer a evolução das declarações (WRIGHT, 2004; LOZANO *et al.* 2013) e a importância dos eventos históricos e conferências (BERCHIN *et al.* 2018),) na trajetória da sustentabilidade, como será abordado na seção a seguir.

2.2.2 Marcos Históricos e Legais sobre Sustentabilidade nas IES

Os acontecimentos e movimentos em prol de uma sociedade sustentável permitiram a inserção da sustentabilidade nas IESs, inicialmente com adesão dos princípios sustentáveis, e posteriores alterações na atuação estratégica e operacional dos seus câmpus (COUTO *et al.*, 2005; LOZANO *et al.*, 2015).

Conforme apresentado inicialmente, foi a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo no ano de 1972, que a preocupação com a sustentabilidade recebeu visibilidade pública e implantou o termo meio ambiente na agenda internacional (LOZANO *et al.*, 2013) assim como levantou as primeiras referências para as IES sustentáveis (ALSHUWAIKHAT; ABUBAKAR, 2008).

Seguidos pela crescente preocupação ambiental, movimentos sociais e universitários em defesa do meio ambiente nasceram com intuito de alinhar as premissas da sustentabilidade às IESs. Foram inúmeros movimentos, a Declaração de Talloires, é a mais reconhecida e ativa declaração universitária, ela trouxe dez iniciativas com o objetivo de reduzir os níveis da poluição, da degradação ambiental e o esgotamento dos recursos naturais (OLIVEIRA *et al.*, 2016; CAMPELLO; SILVEIRA, 2016; SOUSA; CARNIELLO; ARAUJO, 2011).

A Declaração de Talloires (1990) propôs às IESs uma reflexão sobre suas responsabilidades para um futuro equitativo e sustentável, estimulou o apoio a mobilização de recursos para a manutenção da sustentabilidade, e uma reflexão sobre a necessidade de pesquisas sobre a interação das atividades humanas e meio ambiente, com inclusão de estratégias, tecnologias, políticas e comportamento institucional. Apresentou principalmente uma modelagem institucional ambientalmente responsável, de forma que se pratique o que se ensina (DECLARAÇÃO DE TALLOIRES, 1990).

Após Talloires, outros movimentos surgiram (ALSHUWAIKHAT; ABUBAKAR, 2008), fazendo com que diversas universidades de todos os continentes reforçassem o compromisso com a sustentabilidade, como resultado, nasceu uma pressão pela incorporação da sustentabilidade nas IESs (OLIVEIRA; OLIVEIRA; ROHRICH, 2016).

Desta forma, após compreender como esses eventos colaboraram na formulação de diretrizes para implementar a sustentabilidade no sistema universitário, e como foi estabelecido a estrutura de uma IES sustentável (WRIGTH, 2004; LOZANO *et al.* 2013). É importante analisar o caráter interdisciplinar e multidisciplinar desses eventos, que promoveram a participação e o interesse das IES em envolver ativamente as partes interessadas na promoção da sustentabilidade por meio do compartilhamento de conhecimentos, experiências e iniciativas (BERCHIN, 2017; BERCHIN *et al.*, 2018), tema que será abordado a seguir.

2.2.3 Iniciativas do Ensino Superior para Promoção da Sustentabilidade

Como são vários e cada qual com a devida importância na trajetória da sustentabilidade nas IES, o quadro 1 apresenta um resumo das conferências e declarações, de abrangência internacional, como iniciativas para promoção da sustentabilidade no ensino superior.

Todos os acontecimentos citam momentos importantes para a consolidação da sustentabilidade nas IES. Conforme Berchin *et al.* (2018) a cooperação entre as IESs por meio da colaboração em conferências é também uma medida importante para promover e disseminar pesquisas sobre sustentabilidade.

Quadro 1 – Resumo temporal e panorama geral das Conferências e Declarações como iniciativas do ensino superior para promoção da sustentabilidade

Ano	Evento/Declaração/Documento	Panorama Geral
1972	Declaração de Estocolmo Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo)	Foi a primeira grande conferência da ONU sobre questões ambientais internacionais, e marcou uma virada no desenvolvimento da política ambiental internacional. Tinha como objetivo prever e/ou minorar aspectos contrários sobre o DS. Ofereceu recomendações para a formulação de acordos multi- ou bilaterais ou de outras formas de cooperação.
1975	Carta de Belgrado (Conferência de Belgrado sobre Educação Ambiental)	Estabelece as metas e princípios da Educação Ambiental, lançamento da proposta de um programa mundial de Educação Ambiental que possa tornar possível o desenvolvimento de novos conceitos e habilidades, valores e atitudes, visando a melhoria da qualidade ambiental e, efetivamente, a elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

1977	Declaração de Tbilisi, (Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental)	Estabelece os princípios orientadores da Educação Ambiental, com caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador.
1987	“Nosso futuro comum” Relatório Brundtland - Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento	Preconiza a importância e o papel crucial das instituições de ensino e da comunidade científica para a trajetória da sustentabilidade. Explicita sobre a ampliação da educação com referência a educação ambiental da qual deve ser incluída nas disciplinas dos currículos da educação formal em todos os níveis. E pede o envolvimento dos estudantes.
1990	Declaração de Talloires	Os signatários endossaram o compromisso de um esforço mútuo para obter avanços na alfabetização ambiental global e no desenvolvimento sustentável, com a implementação de um plano de ação de 10 pontos.
1991	Declaração de Halifax	Apresenta um plano de ação com 6 metas de curto e longo prazo, solicita a dedicação das IES nas ações, traz uma nova dimensão às declarações de sustentabilidade, com ações concretas, reconhecendo o perfil de liderança das IES “pensar globalmente, agir localmente”.
1992	Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Conferência do Rio);	Objetivo: Fortalecer o desenvolvimento de capacidades e educar todos para o DS. Recomendações: Agenda 21 (capítulo, 31,34,35,36). Promoção da educação, conscientização e treinamento do público e Ciência para o desenvolvimento sustentável, a difusão e transferência de tecnologias e intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico.
1993	Declaração de Quioto	Apresenta 10 ações para a sustentabilidade, enfatiza a obrigação ética das universidades com o meio ambiente e com o principal princípio do desenvolvimento sustentável: satisfazer as necessidades do presente sem comprometer as capacidades das futuras.
1993	Declaração de Swansea	Apresenta 7 ações, salienta que a igualdade entre os países será um fator determinante para o alcance da sustentabilidade. Pede ajuda das universidades dos países mais ricos na evolução da programas universitários de sustentabilidade ambiental em nações menos ricas.
1994	Carta de Copernicus	Documento faz referência a 10 princípios para ações e atividades ambientais, integrando as exigências do DS nas suas unidades orgânicas, através de padrões de consumo sustentáveis, estilo de vida ecologicamente saudável.
1995	<i>Blueprint for a Green Campus</i>	São 10 recomendações para as IES trabalharem em prol da sustentabilidade ambiental, projeto de campus sustentável o “Campus Verde”. Dividido em 3 áreas estratégicas sendo: 1) Construção de coalizões entre IES; 2) Fortalecimento regional, nacional e global; e 3) Formulações de políticas públicas e educação da cidadania.
1997	Declaração de Thessaloníki (Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade)	Objetivo: Reforçar acordos e tornar a educação uma parte das iniciativas das Agendas 21 locais. Recomendações aos governos e líderes de todo o mundo para que honrem os compromissos sustentáveis e ofereçam à educação os meios necessários para que esta cumpra seu papel pela busca do futuro sustentável. Há também a elaboração de planos de ação para a educação formal para o meio ambiente e sustentabilidade, com objetivos concretos e estratégias também para a educação não-formal e informal nos níveis nacional e local.

1999	Conferência sobre Gestão Ambiental para Universidades Sustentáveis	Foi a primeira conferência que tratou da dimensão ambiental especificamente das IES. Realizada pela primeira vez na Suécia, após em 2002 (África do Sul), 2004 (México), 2006 (EUA), 2008 (Espanha) e em 2010 na Holanda.
2000	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e A Carta da Terra e Parceria global de ensino superior para sustentabilidade (GHESP)	ODM - Objetivo: estabelecer 8 objetivos estabelecidos pela ONU. Carta da Terra proposição de ações através de 16 princípios para a sustentabilidade. GHESP - Apresenta 4 objetivos para implementar e avaliar a sustentabilidade nas IES. A lógica da parceria era o consenso de que o ensino superior desempenha um papel central no processo geral de alcançar o desenvolvimento sustentável.
2001	Declaração de Luneburg	Propõe 9 ações sustentáveis para as IES, o ponto de vista maior desta declaração é de que antes de educar cidadãos para enfrentar o desafio do desenvolvimento sustentável, é importante educar as universidades para assumirem a sua missão nesse desafio, para gerar novos conhecimentos necessários e formar os líderes e professores, bem como comunicar esse conhecimento para os governantes e o público em geral.
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, África do Sul	Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável; reuniu dezenas de milhares de participantes, incluindo chefes de Estado e de Governo, delegados nacionais e líderes de organizações não-governamentais (ONGs), empresas e outros grandes grupos para concentrar a atenção do mundo e ação direta para enfrentar desafios difíceis, incluindo melhorar a vida das pessoas e conservar nossos recursos naturais em um mundo que cresce em população, com demandas cada vez maiores por comida, água, abrigo, saneamento, energia, serviços de saúde e segurança econômica.
2002	Declaração de Ubuntu	O objetivo é promover uma aliança global, convidar educadores, administradores públicos e todas as instituições de ensino, para rever os programas e currículos das escolas e universidades, com foco na criação de módulos de aprendizado que ofereçam habilidades, conhecimentos, reflexões, ética e valores em conjunto.
2004	Declaração de Barcelona	Trata das dimensões curriculares, de pesquisa e de extensão dos sistemas universitários. Destaca a necessidade de transdisciplinaridade, 'educar os educadores' e a necessidade de incluir o DS no quadro institucional da universidade.
2005	Início da Década das Nações Unidas para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável	O objetivo global da Década é integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da aprendizagem com o intuito de fomentar mudanças de comportamento que permitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos.
2005	Declaração de Graz	Trata sobre o comprometimento das universidades com o DS. Incentiva os líderes das universidades a promover o desenvolvimento criativo e a implementação de ações de sustentabilidade abrangentes e integradas em: aprendizagem e ensino, pesquisa, responsabilidade social interna e externa. Trata dos currículos, pesquisas e divulgação e destaca a necessidade de transdisciplinaridade e colaboração universitária.

2008	Declaração de Sapporo	Propõe 8 ações sustentáveis, defende a importância da estruturação e criação de redes para promover a sustentabilidade global, reafirma a responsabilidade que as IES têm para a construção da sustentabilidade, são ações específicas a serem implementadas, da responsabilidade em cooperar com todas as outras nações na implementação de políticas de sustentabilidade.
2009	Declaração de Abuja	Reconhece o papel e responsabilidade da Educação, das IES, das Pesquisas acadêmicas e Científicas na educação de líderes e professores para o desenvolvimento sustentável. Solicita a colaboração institucional trilateral entre universidade-indústria-governo e fez 13 importantes recomendações sustentáveis.
2009	Declaração de Turim	Apresenta 4 princípios e 4 ações de engajamento, revalida a necessidade da integração entre ciências naturais, ciências da vida, ciências sociais e humanidades. Sugere a interdependência e interação entre os quatro E's: economia, ética, política energética e ecologia, como elementos-chave da educação e da pesquisa.
2011	Declaração das Américas “Por la sustentabilidad de y desde la universidad”	Reconhece a crise global ambiental, os fracassos das políticas internacionais na reversão do processo de degradação do meio ambiente, fez alertas graves sobre os estudos e resultados dos índices e metas de sustentabilidade. Propõem 10 ações para o processo de legitimação da sustentabilidade.
2012	Iniciativa de Educação Superior para a Sustentabilidade (Rio+20 “O futuro que queremos”)	Proposta de 5 ações sustentáveis, medidas como: Ensinar conceitos de desenvolvimento sustentável no núcleo curricular de todas as disciplinas; proporcionar uma formação em sustentabilidade para os profissionais e funcionários; Apoio a investigação e incentivo as pesquisas; melhor compreensão através do intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos e novas tecnologias.
2012	Declaração das Universidades do Peru pela Educação para o Desenvolvimento Sustentável	As signatárias se comprometem para a aplicação de 10 ações para o Desenvolvimento Sustentável, entre elas a criação de um marco Institucional para a sustentabilidade em todas as universidades do Peru, com a criação de um Comitê Universitário de Sustentabilidade, e a promoção de ações concretas com foco nos objetivos e metas nacionais de sustentabilidade.
2014	Declaração de Iquitos	Sugeriu desenvolver novas ações e o fortalecimento das iniciativas de declarações anteriores em prol da sustentabilidade. Impulsionar as ações e o apoio as agendas institucionais, trabalho conjunto para criar maior impacto em 8 áreas fundamentais da sustentabilidade.
2014	Declaração de Nagoya	Os signatários reforçam aspirações para educação ambiental e oportunidades para todos, uma busca de transformação social positiva, um realinhamento econômico, social, cultural, ambiental e estruturas educacionais no espírito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Apresenta 6 ações para a sustentabilidade nas IES.
2015	Cúpula de Desenvolvimento Sustentável. da ONU	Os países da ONU definiram os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com prazo para 2030, como parte de uma nova agenda de DS que finalizou o trabalho dos Objetivos de desenvolvimento do Milênio. O resultado foi a Agenda 2030 para o DS.

Fonte: Adaptado de Lozano *et al.*, (2013) e ONU (2019). Atualizado pela autora (2019)

De uma forma ampla pode-se resumir que as declarações abordaram as estratégias ambientais especificamente para as IESs, e na sua maioria apresentaram propostas para mudanças nas dimensões: curriculares, de pesquisa e de extensão dos sistemas universitários. Quase em sua totalidade, apontaram para a necessidade de apoio e incentivo às pesquisas; intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos e novas tecnologias entre IES.

Muitas fazem destaques para a transdisciplinaridade, preconizando a importância e o papel crucial das IESs e da comunidade científica no perfil de liderança, desenvolvimento de capacidades e na formação em sustentabilidade dos profissionais e funcionários, com uma primeira menção ao termo educar os educadores.

Apontam para a necessidade de incluir a sustentabilidade no quadro institucional da IES, da alteração de padrões de consumo sustentáveis, estilo de vida ecologicamente saudável, projeto de campus sustentável, o “Campus Verde”, e a implementação de políticas de sustentabilidade.

Recomendam uma aliança global, entre os educadores, administradores públicos e todas as instituições de ensino, e meios de cooperação, de aderências as metas e princípios da educação ambiental, como uma proposta de programa mundial de educação ambiental com caráter interdisciplinar.

Reforçam a necessidade de ações integradas em: aprendizagem e ensino, pesquisa, responsabilidade social interna e externa, divulgação, transdisciplinaridade e colaboração universitária através de redes, com o intuito de promover a sustentabilidade global. Enfim, todas na sua essência reafirmam a responsabilidade que as IESs têm para a construção uma sociedade mais sustentável. A seguir, para complementar a trajetória da sustentabilidade no ensino, adentra-se no histórico brasileiro sobre a temática.

2.2.4 Histórico Brasileiro sobre a Inserção da Sustentabilidade na Legislação e Temática da Educação e nas Instituições de Ensino

Para compreender os avanços sobre a sustentabilidade no Brasil e consequentemente na educação superior, faz-se necessário conhecer um pouco da história e das legislações que versam principalmente sobre instituições públicas brasileiras. O quadro 2, de forma resumida, apresenta os primeiros passos brasileiros guiados por diversos eventos internacionais sobre sustentabilidade.

Quadro 2 – Evolução histórica sobre sustentabilidade na temática da educação e instituições de ensino

Ano	Resumo histórico
1972	A Delegação Brasileira na Conferência de Estocolmo declara que o país está “aberto a poluição, porque é precisa haver desenvolvimento e empregos”. Apesar disto, contraditoriamente o Brasil liderava os países do Terceiro Mundo para não aceitar a Teoria do Crescimento Zero proposta pelo Clube de Roma.
1977	Seminários Encontros e debates preparatórios à Conferência de Tbilisi são realizados pela FEEMA-RJ/ A disciplina Ciências Ambientais passa a ser obrigatória nos cursos de Engenharia.
1978	Criação de cursos voltados para as questões ambientais em várias universidades brasileiras.
1979	O MEC e a CETESB/ SP, publicam o documento “Ecologia uma Proposta para o Ensino Médio e Fund.
1981	Lei nº 6.938. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
1984	Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), apresenta uma resolução estabelecendo diretrizes para a Educação Ambiental, que não é tratada.
1986	A SEMA junto com a Universidade Nacional de Brasília, organiza o primeiro Curso de Especialização em Educação Ambiental. (1986 a 1988) / I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente.
1987	O MEC aprova o Parecer 226/87 do conselheiro Arnaldo Niskier, em relação a necessidade de inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1o e 2o Graus.
1988	A Constituição Brasileira, de 1988, em Art. 225, no Capítulo VI - Do Meio Ambiente, Inciso VI, destaca a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Para cumprimento dos preceitos constitucionais, leis federais, decretos, constituições estaduais, e leis municipais determinam a obrigatoriedade da Educação Ambiental.
1989	Criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), pela fusão da SEMA, SUDEPE, SUDEHVEA e IBDF. Nele funciona a Divisão de Educação Ambiental.
1990	I Curso Latino-Americano de Especialização em Educação Ambiental. PNUMA/IBAMA/CNPq/CAPES/UFMT. CUIABÁ- MT (1990 a 1994) e IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Florianópolis, SC.
1991	MEC resolve que todos os currículos nos diversos níveis de ensino deverão contemplar conteúdos de Educação Ambiental (Portaria 678 (14/05/91). / Grupo de Trabalho para Educação Ambiental coordenado pelo MEC, preparatório para a Conferência do Rio 92. e Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para Educação Ambiental.
1992	O MEC promove Workshop sobre Educação Ambiental cujo resultado encontra-se na Carta Brasileira de Educação Ambiental.
1993	Criação dos Centros de Educação Ambiental do MEC, com a finalidade de criar e difundir metodologias em Educação Ambiental.
1994	Aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental, PRONEA. / 3º Fórum de Educação Ambiental.
1995	Todos os Projetos Ambientais e/ou de desenvolvimento sustentável devem incluir como componente atividades de Educação Ambiental.
1996	Novos Parâmetros Curriculares do MEC, nos quais incluem a Educação Ambiental como tema transversal do currículo. / Criação da Comissão Interministerial de Educação Ambiental.
1997	Criação da Comissão de Educação Ambiental do MMA / I Conferência Nacional de Educação Ambiental. Brasília. ICNEA Resolução Conama nº 237 para incorporar ao sistema de licenciamento ambiental os instrumentos de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua.
1998	Lei nº 9.605 Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
1999	Aprovada a Lei 9.597/99 que institui a Política Nacional de EA / Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e publicação da A3P - Programa Agenda Ambiental na Administração Pública.

2001	Lei nº 10.295, dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto nº 4.059 de 19/12/2001. Resolução Conama nº 275 que "Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva".
2002	Lançado o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA).
2002	Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
2004	Em setembro é realizada a Consulta Pública do ProNEA, contribuições de mais de 800 educadores ambientais. Em novembro foi realizado o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, após sete anos de intervalo ocorrido entre o IV Fórum, com o lançamento da Revista Brasileira de Educação Ambiental e com a criação da Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental - REBECA.
2004	Decreto nº 5.296. Regulamenta as Leis nos 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
2006	Decreto nº 5.940, institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.
2008	Lei nº 11.892 Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. - Promoção a programas de extensão e pesquisas aplicadas que observam e promovem a preservação do meio ambiente.
2010	Lei nº 12.305. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Dispõe sobre o funcionamento da logística reversa no descarte de pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e agrotóxicos, bem como suas embalagens. / Decreto nº 7.404. Comitê interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.
2010	Lei 10.861, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências - Avaliação de cursos. - Indagação Sustentabilidade Financeira.
2012	Resolução nº 2 , observada a inclusão de práticas educativas ambientais nas ementas curriculares, Art. 2º "A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental".
2012	Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. Art. nº 16 dispõe para criação dos Planos de Logística Sustentável. * Publicada a Instrução Normativa Nº 10 que estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável para todas as instituições públicas. (continua)
2017	Alteração do Decreto nº 7.476, de 5 de junho de 2012, alteração do Art. 4 dos critérios e práticas sustentáveis, entre outras, retira o prazo de constituição da CISAP (30 Dias), de elaboração e publicação do PLS (90 Dias), anteriormente estabelecido, e retira os planos de incentivo para os órgão com destaque.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento e com base nos decretos, leis, resoluções e instruções normativas brasileiras citadas (2019)

Conforme pode ser analisado no quadro 2, foi a partir da publicação do Decreto nº 7.476/2011 que inicia-se compulsoriamente a Gestão da sustentabilidade nas instituições

públicas federais, com a obrigatoriedade da criação do plano de logística sustentável, portanto, um marco histórico da implementação de um modelo de gestão da sustentabilidade na IFES.

Deste modo, após conhecer sobre os principais momentos e a trajetória da sustentabilidade no ensino do Brasil, percebe-se que os documentos históricos de compromisso sustentável foram de fato uma tentativa de definição e promoção da sustentabilidade no ensino superior (ULSF, 2018).

Todas as IESs têm a intenção de fornecer uma estrutura abrangente para o progresso da sustentabilidade e por serem compiladas por especialistas de todas as áreas, carregam experiências, modelos e conceitos científicos que atuam como documentos norteadores da transformação de uma IES tradicional para uma IES sustentável (ULSF, 2018).

É preciso lembrar que todas as iniciativas são apenas planos de intenção, não fornecem garantias de progresso em direção aos objetivos de uma IES sustentável, embora oriente e forneça planos de ações com esse objetivo (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018).

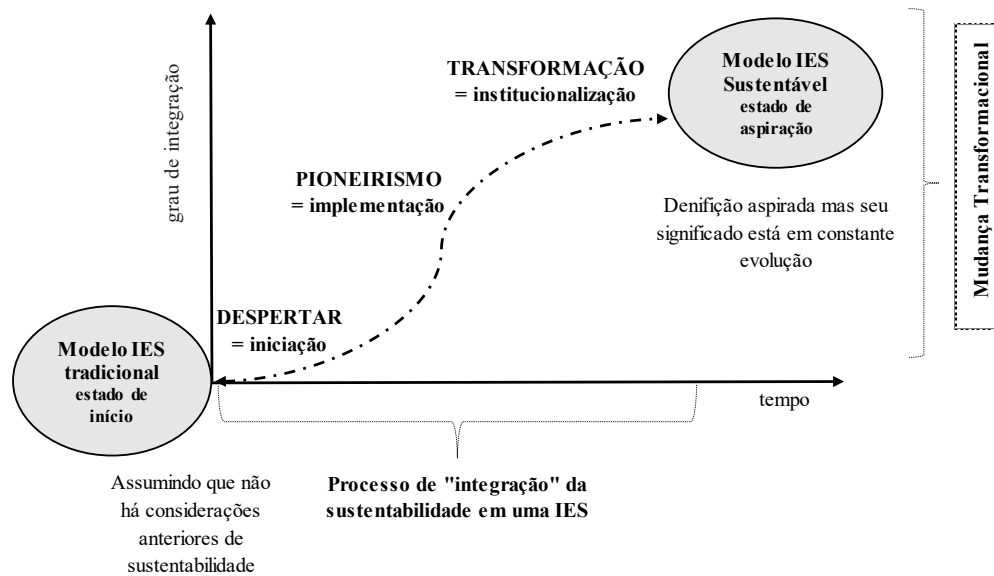
2.2.5 Integração da Sustentabilidade no Ensino Superior

Segundo Kapitulčinová *et. al.* (2018) a integração dos princípios da sustentabilidade no ensino superior acontece em diferentes níveis e canais, seja por projetos ou programas específicos de sustentabilidade, estabelecendo posições de liderança nas instituições ou por comprometimento dos indivíduos (exemplo: professores, pesquisadores ou alunos).

Ao revisar alguns conceitos e modelos, como o processo de maturação da sustentabilidade em estágios / curva de adoção de inovação, conforme proposto por Lozano (2006) e o conceito de universidade sustentável de Velazquez *et al.*, (2006) Kapitulčinová *et. al.* (2018) propôs um modelo conceitual para definir o termo "integração da sustentabilidade no ensino superior" e "mudança transformacional", na perspectiva das cinco dimensões: ensino e aprendizagem, pesquisa, operações do campus, extensão e administração, incluindo avaliação e relatórios das IESs.

O modelo apresenta as três fases do processo de integração, a fase despertar, a fase pioneirismo e a fase transformação e os três estágios da inovação citadas por Lozano (2006): iniciação, implementação, institucionalização. Conforme ilustra a figura 3.

Figura 3 – Curva de maturação da sustentabilidade



Fonte: Kapitulčinová *et al.* (2018). Traduzido pelo autor.

Para Kapitulčinová *et al.* (2018), é o desenvolvimento das práticas e das ações sustentáveis o fator que determina a transição de uma IES para uma “IES sustentável”, momento em que a sustentabilidade foi totalmente integrada na instituição, alcançando a “mudança transformacional

Segundo Lozano (2006, p. 789) “A institucionalização da sustentabilidade se dá quando a ideia é aceita e incorporada à cultura do sistema e ao seu funcionamento”. Ainda segundo o autor, quando um processo é institucionalizado, ele cria raízes na cultura da instituição, mesmo com a mudança da alta direção é difícil erradicá-lo, porém, quando o processo não faz parte da cultura, ou seja, não está institucionalizado, ele pode se desenvolver por meio de estratégias, coercitivas, gerando conflitos e consequentemente perdendo forças, e em momentos de mudanças de comando, todo esforço tende a desacelerar e às vezes acaba desaparecendo.

Portanto, é a integração da sustentabilidade no ensino superior o eixo horizontal no caminho da transformação, de uma “IES tradicional” para uma “IES sustentável” (KAPITULČINOVÁ *e. al.*, 2018). A seguir, apresenta-se um breve levantamento teórico para conhecer melhor o termo IES Sustentável.

2.3 DEFINIÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SUSTENTÁVEL

IESs são sistemas complexos, compostos por muitas partes envolvidas, como os câmpus, os administradores, os funcionários, os estudantes e os pais (CORTESE, 2003). Devido as suas características de organização complexa, devem ser estudadas de forma particular, com

adoção de modelos ou de critérios com metodologias diferentes do que acontece em outras organizações, independente se forem do setor público ou do setor privado (ANDRADE, 2002).

Considerando a modelagem complexa, não haveria apenas uma definição para IES Sustentável, por essa razão, apresenta-se algumas definições encontradas na literatura.

Para Velazquez *et al.* (2006) uma IES sustentável aborda, envolve e promove, em nível regional ou global, a minimização dos efeitos negativos (ambientais, econômicas, sociais e de saúde) no uso dos seus recursos em suas funções do ensino, da pesquisa e da extensão.

Para Cortese (2003) uma IES será sustentável se alterar o conteúdo da aprendizagem, inserindo nos currículos temas como: meio ambiente, valores e ética, tornando-os como parte integrada e central do ensino em todas as disciplinas; se formar parcerias com a comunidade e organizações locais e regionais; assim como tornar a sustentabilidade parte integrante das operações, planejamento, projetos e compras.

Conforme mencionado por Couto *et al.* (2005) a criação de uma universidade verde é comparada a um modelo de IES sustentável, pois o domínio ambiental tem recebido mais atenção por parte das instituições de ensino na aprendizagem e construção de uma sociedade sustentável.

De forma semelhante, Lozano (2006b) aborda uma IES sustentável como aquela em que as políticas e estratégias de sustentabilidade integram holisticamente as cinco dimensões do sistema universitário, com destaques as práticas de economia de recursos, reciclagem e compras ecológicas por meio das operações do campus, alterações curriculares, capacitação dos educadores sobre os conceitos, ferramentas e abordagens do DS. O autor também faz destaque à importância de ações na área da pesquisa e atividades de extensão, e frisa a necessidade de haver metas e objetivos claros em todos os contextos.

Para Wright (2002), assinar declarações universitárias ou criar políticas institucionais de sustentabilidade versam em perspectivas de IES sustentável, sendo decisivo desenvolver abordagens sustentáveis em temas como: operações físicas, pesquisa acadêmica sustentável, alfabetização ambiental, responsabilidade ética e moral, cooperação entre universidades e países. Assim como trabalhar com um currículo interdisciplinar, parcerias com governos, ONG e indústrias e por fim desenvolver relatórios de sustentabilidade (WRIGHT, 2004).

Segundo Alshuwaikhat e Abubakar (2008) um campus universitário sustentável deve ser um ambiente saudável, com uma economia e conservação de energia e recursos, redução de resíduos e uma gestão ambiental eficiente, que promova a equidade e a justiça social dentro de suas imediações e no convívio com a sociedade.

Para Sterling, Maxey e Luna (2013), uma IES sustentável é aquela que, por meio do papel orientativo, governança, pesquisa, currículo, vínculos comunitários, gestão do campus, procura contribuir para incorporar e manifestar, de forma crítica e reflexivamente, os valores, conceitos, desafios e abordagens que emergem do crescente discurso global de sustentabilidade.

Na percepção de Lozano *et al.* (2015), uma IES pode ser sustentável por ter um plano de gestão ambiental, possuir diretrizes sustentáveis ou ser signatária de uma declaração ambiental. Ou como descrito por Wachholz (2017), simplesmente ser um modelo positivo, cheio de vida, de atitude e envolvimento ambiental, social e econômico. De definição semelhante, Leal Filho *et al.* (2017) diz que uma IES sustentável precisa possuir políticas institucionais de sustentabilidade, ser um campus verde, possuir projetos de proteção ambiental.

Com uma abordagem inovadora, Leal Filho *et al.* (2017b) apresenta uma versão diferente de atuação de uma IES sustentável, como uma evolução quanto aos modelos sustentáveis, segundo o estudo, a universidade deve ser como um *Living Labs* para o DS, *living labs* são laboratórios vivos que oferecem uma estrutura para conectar os alunos à pesquisa aplicada, alinhado ao ensino, trazendo a responsabilidade social para dentro da instituição, com envolvimento dos alunos e implicações acadêmicas com questões de sustentabilidade de forma sistemática.

Na mesma linha de pensamento, Berchin *et al.* (2019) aborda sobre IES Sustentável como aquela com *campi* sustentáveis como laboratórios vivos, que promovem inovações para o DS, na promoção de práticas para envolver a comunidade por meio de educação, capacitação, pesquisa, divulgação, eventos acadêmicos, consultoria em negócios, assistência arquitetônica, assistência jurídica e consultoria médica à comunidade, inspirando as comunidades locais a incorporar os valores sustentáveis da universidade.

Assim sendo, conforme as mais variadas definições, nota-se que no modelo de IES sustentável deve haver uma visão e missão de sustentabilidade conceitualizada, com grupos atuantes a fim de definir políticas, metas e objetivos alinhados com uma missão de sustentabilidade (VELAZQUEZ *et al.* 2006; LOZANO, 2006; ALSHUWAIKHAT; ABUBAKAR, 2008; LOZANO *et al.*, 2015; LEAL FILHO *et al.*, 2017).

Adicionando a necessidade do trabalho em rede com outras IES, compartilhamento das abordagens em sustentabilidade, com estratégias que envolvam a educação, a pesquisa, a extensão, a parceria e as operações do campus (WRIGHT, 2002; CORTESE, 2003; VELAZQUEZ *et al.*, 2006; LOZANO, 2006; ALSHUWAIKHAT ABUBAKAR, 2008) e acompanhamento por avaliação e relatórios (WRIGHT, 2004; LOZANO *et al.*, 2015).

Acrescentando a participação ativa da IES nas ações em prol da sociedade, como um modelo vivo, um *living labs* (LEAL FILHO *et al.* 2017b; BERCHIN *et al.*, 2019).

Por fim, é importante considerar que não há definição exata e fixa do que é uma IES sustentável, da qual quando alcançada esse *status* todos os esforços cessariam, pois conforme dito por Lozano (2006) uma IES sustentável é um estado de aspiração e seu significado está em constante evolução, razão da qual necessita de acompanhamento, de gestão, o tema a ser abordado a seguir.

2.4 GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

A Gestão da sustentabilidade no ensino superior divide-se em duas linhas principais de pesquisa, a primeira diz respeito aos resultados de IES sustentáveis, exemplos: sustentabilidade do campus, sustentabilidade ambiental. A segunda, descreve os processos de gestão que permitem às IES alcançar esses resultados de sustentabilidade, exemplos: estrutura institucional, relatórios de sustentabilidade, ferramentas de avaliação de sustentabilidade e os desafios para a gestão da sustentabilidade no ensino superior (HALLINGER; CHATPINYAKOOP, 2019).

Inicialmente, Cortese (2003), de forma inovadora apresentou em sua pesquisa a percepção de que a sustentabilidade deveria ser implementada em todas as dimensões do sistema universitário, propôs um modelo integrado de gestão da sustentabilidade em IES.

Na literatura o sistema universitário é composto por dimensões integradas e interdependentes, constitui-se em: Educação, Pesquisa, Operações, Comunidade externa (CORTESE, 2003), Avaliação e elaboração de resultados (LOZANO, 2006), Quadro institucional e Experiências de vida no campus (LOZANO *et al.*, 2013).

Os estudos atuais sobre a promoção e desenvolvimento da gestão da sustentabilidade, confirmam a proposta de Cortese (2003) e afirmam que um bom programa de gestão deve atuar de forma consistente em todas as dimensões existentes (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018), de vital importância implementar mudanças dentro de todos os ares do sistema universitário (AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015).

Ao estudar os modelos tradicionais de gestão da sustentabilidade, Amaral, Martins e Gouveia (2015) apontaram inúmeras falhas e destacaram a necessidade de uma abordagem integrada dos três pilares da sustentabilidade (econômica, ambiental e social) à cinco dimensões do sistema universitário (educação, pesquisa, operações, alcance comunitário e relatórios).

A bibliografia do tema traz diversas propostas para uma gestão da sustentabilidade, Velazquez *et al.* (2006), desenvolveu um modelo estratégico de gestão da sustentabilidade para IES, com foco nos aspectos institucionais, na criação de políticas sustentabilidade, na conscientização cultural e adoção de práticas sustentáveis, alinhados às quatro dimensões universitárias, cita-se: educação, pesquisa, divulgação e parceria e operações no campus.

No mesmo período, uma contribuição sobre gerenciamento da sustentabilidade em IES é proposta por Lozano (2006) apresentando os sistemas de gestão ambiental (SGA) como formas de monitoramento e avaliação das ações de sustentabilidade. Segundo Lozano (2006), um SGA deveria prever um planejamento ambiental aplicado prioritariamente em todos os departamentos, disciplinas, estruturas e stakeholders do ambiente universitário.

Semelhante proposta foi desenvolvida por Alshuwaikhat e Abubakar (2008), apresentando um modelo de gestão sistemático e integrado, recomendando a adoção de estratégias de implementação de um SGA, com a participação e parceria pública, responsabilidade social e aplicação da sustentabilidade nas dimensões ensino e pesquisa.

Berchin *et al.* (2017) também contribuiu com o tema, indicando o desenvolvimento de um sistema de recompensa das melhores práticas, a adaptação da sustentabilidade aos processos internos, uma gestão e consumo sustentáveis de água, energia e resíduos e a conscientização das partes interessadas, como estratégias positivas para uma gestão sustentável (BERCHIN *et al.*, 2017).

Conforme Amaral, Martins, Gouveia (2015), no gerenciamento da sustentabilidade em IES é importante a implementação de um sistema de gestão sistematizado, com abordagens sobre questões ambientais, gerenciamento dos recursos naturais e gestão para uma estrutura sustentável no campus, assim como ações de responsabilidade social da instituição e o desenvolvimento de estratégias nas dimensões da educação e da pesquisa.

Ainda sobre os modelos de gestão da sustentabilidade, Arana e Bizarro (2018) ao avaliar o Plano de Logística Sustentável (PLS) — um modelo de gestão da sustentabilidade implantado nas IFES brasileiras — observou que os planos de gestão da sustentabilidade contribuíram para a compreensão das práticas sustentáveis, da gestão de resíduos sólidos e da gestão acadêmica.

A literatura cita duas principais estratégias, com relação a visão estratégica da gestão da sustentabilidade, a *top-down* (de cima para baixo) e a gestão participativa (DISTERHEFT *et al.*, 2012; BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018).

A abordagem participativa, tende a ser mais abrangente do que a *top-down* (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018), ela visa uma melhor incorporação da sustentabilidade em todos os níveis de atuação da organização, maior conscientização ambiental dos estudantes e por

consequência apresenta uma melhor performance ambiental da instituição (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018).

A abordagem *top-down*, utilizada por diversas IES (DISTERHEFT *et al.* 2012) apresenta as vantagens do apoio imediato da gestão superior, com articulação por declarações oficiais e políticas sustentáveis (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018), oferece um bom desempenho ambiental operacional (DISTERHEFT *et al.*, 2012). Porém, essa abordagem traz consigo desvantagens como a tendência a excluir o aspecto educacional da sustentabilidade (DISTERHEFT *et al.*, 2012) e a dificuldade em envolver muitos apoiadores, como professores e alunos (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018).

Além das desvantagens com relação a estratégia, a transição para uma IES Sustentável, assim como em qualquer outro processo, sofre resistências que dificultam o caminho para suas transformações (LOZANO, 2006). Por essa razão, Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) afirmam que a gestão da sustentabilidade tem suas fases de transição e deve ser trabalhada por meio de três componentes: (i) espaços de formação, intercâmbio e educação; (ii) espaços de pesquisa e geração de ideias e; (iii) as organizações por si, com orçamentos e processos de tomada de decisão (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011).

Pensando nas dificuldades após analisar a sustentabilidade de uma IES Portuguesa, Bizerril, Rosa e Carvalho (2018) recomendam quatro ações estratégicas para o processo de gerenciamento e transição para sustentabilidade, conforme citação abaixo:

(i) promover internamente ampla discussão visando a adoção de uma perspectiva holística de US e buscando a coerência nas suas ações cotidianas; (ii) buscar a institucionalização do tema por meio de documentos oficiais da universidade, considerando a diversidade interna e as especificidades de cada universidade; (iii) valorizar a gestão democrática e participativa como forma de possibilitar o envolvimento, a continuidade das ações a longo prazo e o processo reflexivo e formativo das pessoas para além do espaço universitário; (iv) criar canais formais de integração com a sociedade localmente, incluindo suas diversas representações, como forma de ampliar o potencial de ação da universidade local e regionalmente, e fortalecê-la como modelo gerador de mudanças em direção às sociedades sustentáveis BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018, p. 443).

Alguns fatores podem colaborar com a gestão da sustentabilidade, como exemplos: o compromisso dos gestores e líderes com o tema; o estabelecimento de uma forma consistente de avaliar e reportar o desempenho institucional em termos da sustentabilidade; a abordagem participativa na implementação da sustentabilidade e a integração da sustentabilidade nos currículos (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018).

Ressalta-se que o processo de transformação sustentável é árduo e apresenta limitações, principalmente em questões como resistências às mudanças (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO,

2018), resiliência de servidores e a dificuldade da renovação estrutural (BERCHIN *et al.* 2017) e problemas na condução da gestão da sustentabilidade (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018), circunstâncias com relação à inexistência de conexão entre o método de implementação e as ferramentas de avaliação e relatório de relatórios de sustentabilidade (POPESCU; BELEAUA, 2014; AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015, BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018).

Desta forma, conforme visto na literatura, a gestão da sustentabilidade precisa seguir uma abordagem sistemática, promover o conceito de melhoria contínua dos processos internos, implantar metas e políticas ambientais (AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015) e principalmente, medir o impacto ambiental das atividades (AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015), por meio de ferramentas baseadas em dimensões e indicadores de desempenho (ALEIXO; AZEITEIRO; LEAL, 2018), que sejam de fácil mensuração e compreensão, de forma que auxilie no processo de tomada de decisão, com transparência e objetividade (LOZANO, 2006).

Segundo Amaral, Martins e Gouveia (2015) e Berchin *et al.* (2017), a gestão da sustentabilidade seria mais simples, se houvesse um alinhamento entre o modelo de gestão e a ferramenta de avaliação usada para avaliar o desempenho. Pois a falta de conexão entre o gerenciamento e a ferramenta de avaliação e relatórios pode ser umas das razões pelas quais a gestão da sustentabilidade nas IES ainda está longe de se tornar uma prática permanente (POPESCU; BELEAUA, 2014; AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015).

Para complementar o tema e proporcionar sucesso na gestão da sustentabilidade, aborda-se a seguir as estratégias encontradas na literatura para o alcance da sustentabilidade em IES.

2.5 DIMENSÕES DO SISTEMA UNIVERSITÁRIO

Segundo Cortese (2003, p. 17) “Todas as partes do sistema universitário são críticas para alcançar uma mudança transformadora que só pode ocorrer conectando cabeça, coração e mão”.

Nas pesquisas sobre sustentabilidade nas IES, realizadas por Cortese (2003) e Valazquez *et al.* (2004), havia uma afirmação de que, Ensino, Pesquisa, Extensão e Ações de sustentabilidade no campus eram as quatro áreas estratégias das IES, em todo o mundo, para alcançar a sustentabilidade.

O sistema universitário reconhecido pela literatura acadêmica, foi representado inicialmente por Cortese (2003) com as dimensões Educação, Pesquisa, Operações no campus,

Alcance da comunidade. Cortese (2003) ao fazer uma análise crítica do papel do ensino superior em relação a sustentabilidade, observou que as quatro dimensões deveriam ser interligadas e integradas em todo o ambiente do sistema universitário, vindo a ser quatro componentes determinantes para o alcance da sustentabilidade em IES.

Lozano (2003) após realizar uma revisão das declarações sobre sustentabilidade e o ensino superior observou que as diferentes dimensões em prol da sustentabilidade, propostas nos documentos universitários, eram integradas ao conjunto de atividades das universidades e concluiu que existiam cinco dimensões nas quais a universidade deveriam se concentrar para alcançar a sustentabilidade, cita-se: Inclusão do tema nos currículos, Pesquisas sobre e para a sustentabilidade, Esverdeamento do campus ou Operações no campus de forma sustentável, Sustentabilidade ao alcance da comunidade e Avaliação e relatórios das ações e desempenho em prol da sustentabilidade (LOZANO 2003).

Ao analisar onze declarações de compromisso sustentável, iniciativas utilizadas para implementação da sustentabilidade no sistema universitário, Lozano *et al.* (2013), localizou além das dimensões anteriormente referenciadas por Cortese (2003) e Lozano (2003): Educação, Pesquisa, Operações no campus, Alcance da comunidade (CORTESE, 2003), Avaliação e relatórios (LOZANO, 2003), mais quatro novas dimensões, ampliando o sistema com novos componentes estratégicos, cita-se: Colaboração universitária; Sustentabilidade na diretriz institucional; Experiências de vida no campus; e Educar os Educadores (LOZANO *et al.* 2013).

Disterheft *et al.* (2016) com base na literatura e documentos norteadores criou um modelo de avaliação sobre implantação da sustentabilidade, o INDICARE, com o objetivo de auxiliar no processo de avaliação das iniciativas de sustentabilidade do ES. Os indicadores ou práticas avaliavam a presença do tema na instituição por meio de quatro dimensões que predeterminavam as condições de participação das iniciativas de sustentabilidade, cita-se: Uma abordagem institucional integral, Governança, Educação e pesquisa e, Beleza e dimensões estéticas.

Disterheft *et al.* (2016) desenhou a avaliação com os seguintes indicadores: Abordagem de toda a instituição para a implementação da sustentabilidade (com o intuito de verificar se a instituição aborda as 5 dimensões do sistema universitário: educação, pesquisa, operações, comunidade externa e avaliação e elaboração de relatórios); Governança/Políticas para a implementação da sustentabilidade; Governança/Estrutura organizacional da instituição com espaço para implementação da sustentabilidade; Governança/Existência de um escritório de sustentabilidade (de preferência apoiado pela alta gerência); Governança/Funcionários (corpo

docente) treinados; Governança/Participação da comunidade acadêmica em órgãos relevantes da instituição (estruturas de governança inclusivas e abertas); Governança/Os processos institucionais de tomada de decisão com representação igual e justa; Educação e pesquisa /a sustentabilidade integrada em todo o currículo e na agenda de pesquisa da instituição; Educação e pesquisa / treinamento para funcionários (educadores); Beleza e dimensões estéticas/ espaços de interação disponíveis para atender a comunidade (ambientes internos e externos); Beleza e dimensões estéticas/espaços disponíveis para reunião (por exemplo, auditivo, teatro, horta universitária, parque) e vida acadêmica diária e de diferentes grupos (professores, estudantes, funcionários não docentes).

Guerra *et al.* (2018) ao desenvolver um mapa estratégico do *Balanced Scorecard* - BSC para implementar e monitorar programas de educação ambiental nas universidades, após uma revisão da literatura sobre o tema, validou dez indicadores para implementar a sustentabilidade em IES, cita-se: Abordagem interdisciplinar, Programas de extensão, Agenda institucional, Relatório de Sustentabilidade, Cooperação com outras instituições, Capacitação, Processos Internos, Educação e pesquisa, Atividades de simulação e Processo Democrático. Distribuídos em cinco perspectivas: Desenvolvimento sustentável; Educação ambiental; Processos de ensino e gestão ambiental; Aprendizado e crescimento ambiental; e Responsabilidade econômica e financeira.

E, Berchin (2017) ao realizar uma pesquisa sobre inovações para DS referenciou oito ações para o desenvolvimento e implementação do DS em áreas das IESs, cita-se: Pesquisa e Ensino, Abordagem multi/interdisciplinar, Inclusão do desenvolvimento sustentável no currículo acadêmico; Desenvolvimento de capacidades, Extensão, Cooperação com outras IES e demais stakeholders, Desenvolvimento de uma agenda institucional para o desenvolvimento sustentável, Operações do Campus, Compartilhamento/Disseminação do conhecimento. Segundo o autor, essas ações deveriam ser distribuídas nas dimensões, Gestão, Pesquisa, Ensino, Extensão e Campus Sustentável.

Apesar de existirem inúmeras iniciativas a serem implementadas para uma efetiva promoção e desenvolvimento da sustentabilidade em IESs, apresenta-se no quadro 3 um resumo das estratégias mais citadas na literatura científica e nesse trabalho.

Quadro 3 – Resumo das dimensões/ações do sistema universitário por autor

Indicação de Dimensões/ações para promoção da sustentabilidade em IES	Cortese (2003)	Lozano (2003)	Lozano et al. (2013)	Disterheft et al. (2016)	Berchin (2017)	Guerra et al. (2018)
Ensino	X	X	X	X	X	X
Pesquisa	X	X	X	X	X	X
Operações no câmpus	X	X	X	X	X	X
Extensão/Comunidade	X	X	X	X	X	X
Relatórios e avaliação de sustentabilidade		X	X	X		X
Quadro institucional			X			
Agenda institucional					X	X
Abordagem institucional integral				X		
Experiências de vida no câmpus			X	X		
Governança				X		
Dimensões estéticas				X		
Colaboração universitária			X			
Gestão					X	
Abordagem multi/interdisciplinar					X	X
Cooperação com outras IES e outros agentes					X	X
Processos Internos						X
Compartilhamento e Disseminação do conhecimento					X	
Educar os educadores			X			X
Desenvolvimento de Capacidades					X	X
Atividades de simulação / aprendizagem prática						X
Processo Democrático						X

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Para melhor compressão das iniciativas encontradas nessa pesquisa e na literatura sobre as dimensões do sistema universitário (CORTESE, 2003; LOZANO, 2003; LOZANO, 2006; VELAZQUEZ *et al.*, 2006; DISTERHEFT *et al.*, 2012, LOZANO *et al.*, 2013; LOZANO *et al.*, 2015; DISTERHEFT *et al.*, 2014; DISTERHEFT *et al.*, 2016; BIZERRIL *et al.*, 2015; AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015; ALEIXO; LEAL; AZEITEIRO, 2018; GUERRA *et al.*, 2018; BERCHIN, 2017).

Apresenta-se no quadro 4, um resumo por dimensões, com semelhança entre as definições de ações e áreas de estratégia para promoção da sustentabilidade no sistema universitário

Quadro 4 – Resumo das dimensões do sistema universitário

Dimensão - Ensino	
Áreas de estratégias	Ações desenvolvidas
Ensino, Abordagem multi/interdisciplinar, Desenvolvimento de Capacidades, Educar os educadores, Atividades de simulação e aprendizagem prática, Abordagem institucional	Ensinar para a preservação do meio ambiente; valores e ética devem ser parte integrada e central do ensino nas disciplinas; tornar sustentabilidade um tema transversal em todos os cursos; aulas de ética e sustentabilidade, trabalhar a transdisciplinaridade de programas; desenvolver programas de capacitação; Educar os Educadores; Capacitar os docentes e pessoas envolvidas com o processo educativo; Implementar sustentabilidade nos currículos; Promover revisões curriculares; Cursos de capacitação; Capacitação em educação socioambiental para todos os funcionários; Ter no quadro profissional professores especializados em temas alinhados a sustentabilidade a Aplicação de estudos de caso nas aulas.
Referências da literatura: Cortese (2003), Lozano (2003), Lozano <i>et al.</i> (2013), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017).	
Dimensão - Pesquisa	
Áreas de estratégias	Ações desenvolvidas
Pesquisa e Abordagem Institucional	Centros de pesquisas; Pensamento holístico da pesquisa; Interligações entre pesquisa e ensino, Publicações sobre sustentabilidade, Patentes; Novos conhecimentos e tecnologias e transdisciplinaridade com relação ao tema; Grupos de pesquisa focados em questões ambientais; Bases de dados de pesquisa assinadas pela universidade; Incentivo diferenciado as pesquisas ligadas a sustentabilidade; Tornar a sustentabilidade parte da agenda de pesquisa da instituição.
Referências da literatura: Cortese (2003), Lozano (2003), Lozano <i>et al.</i> (2013), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017).	
Dimensão - Operações no campus	
Áreas de estratégias	Ações desenvolvidas
Operações do campus, Processos Internos, Gestão, Governança	Racionamento da energia; Controle das emissões dos gases de efeito estufa; Gerenciamento dos resíduos; Racionamento e reutilização da água; Compras de alimentos com processos sustentáveis; Transporte sustentável; Acessibilidade para pessoas com deficiência; Fomento a igualdade e diversidade; Redução de documentos impressos; Programas de incentivo para redução de resíduo; Construção de edifícios sustentáveis.
Referências da literatura: Cortese (2003), Lozano (2003), Lozano <i>et al.</i> (2013), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017).	
Dimensão - Diretrizes institucionais	
Áreas de estratégias	Ações desenvolvidas
Quadro, Agenda, Diretriz institucional, Processo Democrático, Governança	Ter política de sustentabilidade; Incluir políticas de sustentabilidade na missão e visão; Implantação da sustentabilidade no: planejamento estratégico, na visão, na missão; Política de igualdade de gênero; Política de inclusão de alunos com deficiência; Política de diversidade cultural; Declarações específicas assinadas; Escritório de sustentabilidade.
Referências da literatura: Lozano <i>et al.</i> (2013), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017).	

Dimensão - Extensão	
Áreas de estratégias	Ações desenvolvidas
Extensão, Comunidade, Compartilhamento e Disseminação do conhecimento, Cooperação com outras IESs e outras organizações, Abordagem Institucional, Governança	Programas de extensão que envolvam a comunidade; Colaboração com outras IES, partes interessadas não acadêmicas (empresas, ONG e governos); Programas de extensão dedicados à conscientização socioambiental; Participação dos comitês comunitários que envolvem temas relacionados a sustentabilidade; Seminários; Conferências e / ou workshops com outras instituições.
Referências da literatura: Cortese (2003), Lozano (2003), Lozano <i>et al.</i> (2013), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017).	
Dimensão - Relatórios e avaliação de sustentabilidade	
Áreas de estratégias	Ações desenvolvidas
Relatórios e avaliação de sustentabilidade, Abordagem Institucional	Resultados de sustentabilidade da instituição; Avaliação de indicadores, programas, ações, comunicação; Relatórios ambientais; Relatórios de sustentabilidade; Participar das classificações nacionais e internacionais de IES sustentáveis; Divulgação de Relatórios de Sustentabilidade em plataformas acessíveis; Estabelecimento de métricas transparentes para monitorar, avaliar e relatar a sustentabilidade.
Referências da literatura: Lozano (2003), Lozano <i>et al.</i> (2013), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017).	
Dimensão - Experiências de vida no campus	
Áreas de estratégias	Ações desenvolvidas
Experiências no campus, Compartilhamento e Disseminação do conhecimento, Colaboração Universitária Abordagem multi/interdisciplinar, Dimensão estética	Grupos de trabalho com participação multidisciplinar de (professores com diferentes especializações); Experiências de estudantes dentro e fora do campus e envolvimento dos funcionários; Espaços disponíveis para reunião; Espaços agradáveis que promovam a interação e não a passividade; Espaços para participação dos alunos e comunidade; Incentivo à realização de feiras e artesanatos; Conscientização dos alunos; Participação dos alunos em atividades de sensibilização, workshops e comitês para estudantes.
Referências da literatura: Lozano <i>et al.</i> (2013), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017)	

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Considerando o conjunto teórico apresentado no quadro 4, define-se que as dimensões do sistema universitário estratégicas para implantação da sustentabilidade em IES, relacionadas de forma integrada e interdependente ao sistema organizacional universitário são: Educação, Pesquisa, Operações, Extensão, Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade, Diretrizes institucionais e Experiências de vida no campus.

Para ilustrar as dimensões encontradas, apresenta-se na figura 4 ilustra as dimensões que compõem o sistema universitário de uma IES sustentável.

Figura 4 – dimensões que compõem o sistema universitário de uma IES sustentável .



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As dimensões aqui ilustradas serão utilizadas como referência para o desenvolvimento da metodologia da pesquisa na aplicação das pesquisas documentais e pesquisa de campo e nas análises de resultados da presente pesquisa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A Metodologia é o caminho do pensamento e a prática executada para se obter uma abordagem da realidade, incluindo concepções teóricas e um conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade (MINAYO, 2002). Considerando a importância dos métodos, finalidades e procedimentos, descreve-se a seguir os passos realizados para as concepções da presente pesquisa.

3.1 O ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

As orientações para procedimentos metodológicos citam a existência de diversos moldes para cada tipo de pesquisa, desta forma, os métodos utilizados para solucionar a problemática deste estudo e na condução da pesquisa enquadram-se nas respectivas classificações. O quadro 5 apresenta as fases metodológicas da presente pesquisa.

Quadro 5 – Fases da pesquisa

Categorização dos métodos	Classificação	Autores
Abordagem	Qualitativa	Godoy (1995a, b), Minayo (2009).
Paradigma	Funcionalista	Morgan, (2005), Richardson (2017), Cabral, (2004),
Estratégia	Estudo de caso	Yin (2015), Eisenhardt (1989), Creswell (2010).
Caracterização geral	Bibliográfica, Documental, Transversal, Descritiva.	Godoy (1995a, b), Creswell (2010), Richardson (1999), Vergara (2010), Markoni e Lakatos (2017).
Objeto de estudo	IFSC	IFSC 2019- Relatórios e documentos Institucionais
Técnica de coletas de dados	Entrevistas semiestruturada, pesquisa documental.	Minayo (2009), Yin (2015), Markoni e Lakatos, (2017), Creswell (2010).
Técnica de análise de dados	Análise de conteúdo e Triangulação.	Bardin (2011), Yin (2015).

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Berchin (2017).

Com relação ao conjunto de pressupostos, possui uma abordagem alinhada ao paradigma funcionalista, tal perspectiva tem a preocupação de entender a sociedade de forma a gerar conhecimento empírico útil, busca fortalecer o papel dos seres humanos na sociedade e defende a suposição de que as exigências da sociedade são baseadas em algo concreto e real, na produção de um sistema social ordenado, sistêmico e regulado (MORGAN, 2005).

Por sua vez, este paradigma possui relação à concepção filosófica do Positivismo Lógico que segundo Richardson (2017) se estabelece como uma investigação do real, do certo, do indubitável e do determinado. Em resumo, trata-se de uma abordagem positivista-funcionalista da qual assume que tudo o que existe tem a sua função (CABRAL, 2004), pois o objetivo do estudo foi trabalhado com base em premissas consideradas por um grupo social como concretas.

Considerando que a intenção foi descrever como sustentabilidade está integrada nas dimensões do sistema universitário, a presente pesquisa tem natureza descritiva. Segundo Vergara (2010), esta natureza descreve características de determinada população ou fenômeno, de forma que não tem o compromisso de explicar os fatos que apresenta.

Em relação a natureza da abordagem do problema, classifica-se como qualitativa, pois o trabalho qualitativo pode oferecer dados relevantes quando a pesquisa é de caráter descritivo, tendo o objetivo de entender um fenômeno como um todo, a compreensão das relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações (GODOY, 1995a, b). Cabe ressaltar que o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo, pois a realidade social traduz e sustenta o dinamismo da vida individual e coletiva (MINAYO, 2009).

Nesse sentido, depreende-se que a opção pela metodologia qualitativa foi apropriada, considerando que o problema do estudo buscou compreender como a sustentabilidade está integrada nas dimensões universitário do IFSC.

3.2 ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

Com relação a estratégia de pesquisa denota-se que o levantamento de informações para o desenvolvimento da revisão da literatura foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica, abrangendo a bibliografia tornada pública sobre o tema a ser estudado (MARKONI; LAKATOS, 2017) e da pesquisa documental, ou seja, realizada pelo exame de materiais de natureza diversa, sem tratamento analítico (GODOY, 1995a, b), baseadas no levantamento de estudos científicos e de documentos oficiais.

A revisão da literatura envolveu estudos recentes e clássicos (CRESWELL, 2010) sobre a abordagem geral da pesquisa, a sustentabilidade nas IESs. O estudo e mapeamento da literatura foi realizado em três bases de dados: *Academic Search Premier* - ASP (EBSCO), *SciVerse Scopus* e *Web of Science*. A sequência de palavras-chave foram: “*sustainability OR sustainable*” AND “*higher education institution*”, compondo o banco de dados inicial da pesquisa.

Na base *Academic Search Premier* - ASP (EBSCO) o procedimento resultou em 18.836 artigos, na base *Web of Science* resultou em 159 artigos e na base *SciVerse Scopus* 1.042 artigos. Considerando a quantidade identificada optou-se por aplicar filtros nas seguintes categorias: data de publicação (2009 a 2019), documento (artigos) e revista de publicação (“***International Journal of Sustainability in Higher Education***” e “***Journal of Cleaner Production***”), o filtro das revistas foram aplicados apenas para Scopus e Ebsco, devido a quantidade de artigos publicados e pelo fator de impacto. Após a aplicação dos filtros o banco de dados reduziu para 1.512 (EBSCO), 246 (Scopus) e 155 (*Web of science*).

Em seguida foram examinados os títulos e os resumos do material coletado, essa ação foi necessária para determinar a elegibilidade com base na relevância do tema. Foram eliminados os artigos que se concentravam explicitamente na sustentabilidade nos níveis de ensino primário e secundário, bem como artigos cujo foco principal estava fora do tema “gestão da sustentabilidade em IES”, desta forma, resultou na exclusão de 1.577 artigos.

Após o julgamento, restaram 336 artigos dos quais foram salvos em formato “.ris” e importados para o *software* gerenciador de referências Zotero, após as importações foram eliminados 110 documentos duplicados, restando um banco de dados que compreendeu 226 artigos para a revisão bibliográfica.

A revisão encontrou estudos recentes e clássicos, assim como os principais autores que abordaram o tema em suas pesquisas, essa ação permitiu esclarecer dúvidas, formar conceitos e desenvolver a base teórica da pesquisa.

Ainda com detalhe da fase de revisão da literatura, foi possível identificar os autores mais influentes (cita-se: Lozano, Huisingh, Wright, Wals, Lambrechts e Leal Filho) que pesquisam sobre as ferramentas de avaliação da sustentabilidade, relatórios de sustentabilidade, desafios da gestão da sustentabilidade no ensino superior, estrutura institucional, lideranças e demais linhas de pesquisa que integram a escola de pensamento “Gestão para a sustentabilidade no ensino superior” (HALLINGER; CHATPINYAKOOP, 2019).

Além das áreas de pesquisa, foram identificadas publicações com referências às declarações universitárias e demais conferências de compromissos com a sustentabilidade, fato

que levou ao desenvolvimento de uma pesquisa documental de fontes secundárias, ou seja, quando é coletado dados de documentos, escritos ou não, ou qualquer fonte de informação (GODOY, 1995a, b). A pesquisa documental foi realizada em dois sites institucionais de organizações não governamental: <http://ulsf.org/> e www.iau-hesd.net, estes sites permitiram acesso na íntegra de todas as declarações que foram abordadas na referencial teórico desse estudo (ver item 2.2.2 Marcos históricos e legais sobre sustentabilidade nas IES).

Como descrito, a pesquisa bibliográfica e documental foram procedimentos fundamentais para a delineamento teórico que fundamentaram o desenvolvimento da fase inicial de execução da pesquisa, ou seja, na aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas (MARKONI; LAKATOS, 2017).

Com relação ao horizonte de tempo, possui um recorte e horizonte transversal, a intenção foi analisar o fenômeno presente. Richardson (2017) refere-se aos estudos de corte transversal como aqueles em que os dados são coletados em um ponto no tempo, com base em um modelo selecionado para descrever um fato num determinado momento.

Com relação aos procedimentos técnicos, a estratégia principal da pesquisa é definida como um estudo de caso. Estudo de caso é usualmente aplicado para situações em que há pretensão em entender fenômenos sociais complexos e contemporâneos, que permite ao pesquisador ter foco e perspectiva holística de casos únicos ou múltiplos (YIN, 2015).

O estudo de caso é uma estratégia qualitativa que estuda com profundidade um programa, um evento, uma atividade ou um processo de um ou mais indivíduos (CRESWELL, 2010). Por realizar-se em um único ambiente organizacional, a classificação é definida como estudo de caso único (YIN, 2015). A seguir a caracterização do objetivo de estudo de caso.

3.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DO ESTUDO DE CASO

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), objeto de estudo desta pesquisa, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Tem sede e foro em Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. (IFSC, 2019). Tem por objetivo ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos da sociedade catarinense (IFSC, 2019).

Em números, o IFSC possui 721 cursos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos, são 50.335 alunos matriculados, 1.605 professores e 1.144 técnicos administrativos em educação

(PNP, 2019). Possui uma Reitoria e 22 câmpus: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Garopaba, Gaspar, Jaraguá do Sul – Rau (Geraldo Werninghaus), Florianópolis, Florianópolis-Continente, Itajaí, Joinville, Jaraguá do Sul, Lages, São José, Palhoça Bilingue, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê, distribuídos em 6 regiões, conforme ilustrado na figura 5 (IFSC, 2019).

Figura 5 – Estrutura multi-câmpus do IFSC



Fonte: IFSC (2019).

A oferta de cursos é orientada em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais peculiares da região onde o campus está inserido, identificados com base em mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Possui como diretrizes desenvolver programas de extensão e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, sempre observando e promovendo a preservação do meio ambiente (BRASIL. Lei n. 11.892, 2008).

A **missão** institucional do IFSC é promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, compartilhando e aplicando conhecimento e inovação, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento socioeconômico e cultural. A **visão** do IFSC é ser instituição de excelência na educação profissional, científica e

tecnológica baseada na gestão e participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (IFSC, 2019).

A instituição possui como valores eleitos: **Ética**, pautada por princípios de transparência, justiça social, solidariedade e responsabilidade com o bem público; **Compromisso Social**, pautado pelo reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais; **Equidade**, pautada pelos princípios de justiça e igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão; **Democracia**, pautada pelos princípios de liberdade, participação, corresponsabilidade e respeito à coletividade; **Sustentabilidade**, pautada pela responsabilidade social e ambiental; **Qualidade**, pautada no princípio de dignificação humana, por meio do trabalho, do conhecimento e do aprimoramento das relações individuais e sociais (IFSC, 2019).

Quanto a sustentabilidade, o IFSC estabeleceu no PDI (2015-2019) a adoção de uma política de gestão da Responsabilidade Socioambiental, essa política deveria ser compreendida como uma responsabilidade legal e um compromisso social da instituição com a comunidade. Definindo como um objetivo: Gerenciar recursos financeiros com efetividade, subdivididas em 6 iniciativas estratégicas, com destaque para a P1001 Implementar o programa IFSC Sustentável (PDI 2015-2019. IFSC, 2015).

A gestão da sustentabilidade da instituição é promovida pelo programa IFSC sustentável, idealizado a partir do Planejamento Estratégico de 2012, estabelecendo como compromisso institucional a sistematização das iniciativas de redução de impactos ambientais, as ações voltadas ao desenvolvimento de uma cultura para a sustentabilidade, possibilitando melhorias contínuas no funcionamento institucional (IFSC, 2019). Na figura 6, apresenta-se a logomarca do programa.

Figura 6 – Logomarca do programa IFSC Sustentável



Fonte: IFSC (2019)

As primeiras ações do programa iniciaram em março de 2013 com a distribuição de canecas, para substituir o uso de copos recicláveis, e a redefinição da agenda acadêmica institucional (IFSC, 2019). Em 2014, foram constituídas as Comissões Locais em cada um dos câmpus, para ajudar na implantação das ações e articular localmente o IFSC Sustentável. O programa foi reformulado e trouxe uma nova diretriz de atuação, visando o estabelecimento de padrões institucionais, considerando dois Eixos de Atuação: Funcionamento Institucional e Fomento à Cultura da Sustentabilidade (IFSC, 2019).

Para o eixo Funcionamento Institucional, foi elaborado o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS – IFSC), que contém 4 subprogramas, com 3 ações prioritárias: Destino Certo; Recursos Naturais; Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis; Construções e Contratações Inteligentes (IFSC. PLS, 2017).

Para o eixo Fomento à Cultura da Sustentabilidade, a instituição iniciou com ação de compartilhamento, realizando no ano de 2014, um Seminário de Gestão Pública Sustentável, abrindo caminhos para discussões sobre a sustentabilidade e sua aplicação nas instituições públicas. O evento contou com a participação do Instituto Federal Catarinense -IFC, a Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC, a Universidade Federal da Fronteira Sul -UFFS e Universidade do Estado de Santa Catarina -UDESC, o Fórum de Gestão de Integrada das Instituições Federais de Ensino de Santa Catarina (IFSC, 2019).

Em 2018, o programa passou a integrar a Política de sustentabilidade do IFSC, Resolução Consup Nº 28 (ANEXO 2). A política busca a implantação dos seguintes objetivos:

- promover a cultura da sustentabilidade;
- formalizar diretrizes e ações sustentáveis praticadas na instituição;
- compartilhar e disseminar boas práticas sustentáveis entre os câmpus e reitoria do FSC e outras instituições.
- sensibilizar e capacitar servidores, discentes, colaboradores, parceiros e fornecedores;
- colaborar para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU no período 2016-2030 (IFSC, 2019, p. 2).

Explana-se que a escolha deste delineamento de estudo foi baseado na afirmação de Eisenhardt (1989), segundo o autor, os estudos de caso são adequados para áreas de pesquisa em que a teoria existente é inadequada para fornecer respostas as perguntas do tipo "por quê" e "como", sugerindo ser um método ideal quando há o interesse investigativo e descritivo.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

A fase de coleta de dados consiste na execução da pesquisa, Yin (2015) relata que a preparação da coleta de dados é complexa, podendo garantir o sucesso ou o insucesso do trabalho. Portanto, são ferramentas essenciais para a execução do estudo, garantem a fidelidade e a qualidade dos resultados (MARKONI; LAKATOS, 2017).

Segundo a literatura, por se tratar de uma pesquisa de estudo de caso, é aconselhável que os procedimentos de coletas de dados sejam múltiplos. Gil (2010) e Yin (2015) defendem que o estudo de caso requer a utilização de múltiplas técnicas de coleta de dados e múltiplas fontes de evidências, para garantir profundidade e confiabilidade do estudo. A mesma orientação foi feita por Eisenhardt (1989), segundo o autor, nos estudos de casos há tipicamente a combinação dos métodos de coleta de dados como arquivos, entrevistas e observações.

Considerando as orientações de que os passos definidos na coleta de dados estabelecem os limites do estudo (CRESWELL, 2010), a fase de coleta de dados ocorreu por entrevistas, uma das técnicas de observação considerada um instrumento de excelência para a investigação social (MARCONI; LAKATOS, 2017), e por pesquisa documental de fontes secundárias, transcrita de fontes primárias, após o acontecimento e sem a presença do pesquisador (MARKONI; LAKATOS, 2017).

A coleta documental secundária foi realizada com a análise dos documentos institucionais: Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020-2024), Plano de Logística Sustentável (PLS) e Relatórios de Gestão, documentos legais e obrigatórios, disponibilizados para acesso no site institucional do IFSC <https://www.ifsc.edu.br/> e <http://antigo.ifsc.edu.br/>. O parâmetro de pesquisa consistiu em descrever as ações estratégicas de promoção da sustentabilidade presentes nos documentos institucionais de acordo com as dimensões do sistema universitário na instituição objeto de estudo da pesquisa.

A análise dos documentos ocorreu com a leitura integral dos documentos e posterior marcação de pontos onde foram localizadas palavras-chave com conteúdo relacionado a sustentabilidade. As palavras-chave foram: “sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, ODS, sustentável, meio ambiente, economia circular, desenvolvimento social, socioambiental, democracia, igualdade, desenvolvimento socioeconômico, responsabilidade social, responsabilidade ambiental, inclusão, ações inclusivas e justiça.

Em seguida, o estudo avançou para a fase de entrevistas, segundo Minayo (2009) a entrevista é uma conversa a dois, realizada por iniciativa do entrevistador, tendo como objetivo construir informações pertinentes para o objetivo de pesquisa.

Geralmente consiste na realização de uma seleção intencional dos participantes, os sujeitos das pesquisas, que ajudam a entender os problemas reais e contribuir para resolução do problema da pesquisa (CRESWELL, 2010, p. 212)

A escolha dos sujeitos da pesquisa foi intencional, seguindo as orientações de Creswell (2010). O IFSC possui uma Reitoria e 22 câmpus distribuídos em todas as regiões do estado de Santa Catarina. Segundo a política de sustentabilidade da instituição, cada campus possui uma comissão de sustentabilidade, com um responsável, portanto, os sujeitos dessa pesquisa são os representantes das comissões locais e o representante da comissão geral.

Considerando o tempo para realização das entrevistas e a distribuição dos câmpus em todo o Estado, ficou definido que os sujeitos seriam selecionados conforme a distribuição por região pré-estabelecida no IFSC: Norte, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Sul, Planalto Serrano e Oeste (conforme figura 4, na seção 3.2.1).

A fim de obter uma quantidade expressiva de entrevistas para trazer confiabilidade ao estudo, optou-se por selecionar o representante da comissão geral, lotado na reitoria, e dois representantes das comissões locais por região, separando-os por grupos, classificados como G1e G2.

O grupo 1 é composto por campus/reitoria com maior tempo de operação/atividades, o grupo 2 com menor tempo de operação. A definição do tempo de operação foi baseada no histórico do IFSC (figura 7) , a instituição possui câmpus com mais de 10 anos de operação (aqui classificado como grupo 1) e câmpus com menos de 10 anos de operação (classificado como grupo 2), sempre, considerando a data de realização da escolha dos sujeitos da pesquisa, ano de 2019. Para identificar os câmpus foi verificado nos documentos institucionais a data de início de operações de todos os câmpus, assim, após separados por região, selecionou-se o campus mais antigo e mais novo por região.

Figura 7 – Histórico do IFSC



Fonte: IFSC (2019)

A intenção era realizar entrevistas com os 13 representantes das comissões de sustentabilidade, definidos conforme a distribuição por região pré-estabelecida no IFSC: Norte, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Sul, Planalto Serrano e Oeste (figura 4).

Porém, apenas 10 representantes aceitaram participar das entrevistas, os outros 3 (três), 2 (dois) representantes do grupo 2 e um representante do grupo 1, não retornaram as tentativas de contato por telefone, por e-mail e por memorando eletrônico, desta forma considerou-se ser oportuno descartá-los dos grupos.

Ainda no fluxo das entrevistas a pesquisadora observou que o nome de um ex - representante da comissão geral foi muito citado, sendo assim, optou-se por convidá-lo a participar, portanto, foram realizadas 11 entrevistas.

Para manter o sigilo e segurança com relação as respostas, não foram identificados os sujeitos da pesquisa, a identificação consiste apenas na seguinte classificação: Grupo 1 (Entrevistado A-G1, Entrevistado B-G1, Entrevistado C-G1, Entrevistado D-G1 e Entrevistado E-G1); e Grupo 2 (Entrevistado A-G2, Entrevistado B-G2, Entrevistado C-G2, entrevistado D-G2, Entrevistado E-G2 e Entrevistado F-G2). Para melhor compreensão, o quadro 6 representa as regiões da pesquisa e o total de entrevistas conforme os grupos.

Quadro 6 – Os sujeitos da pesquisa por regiões e os grupos

Região	Total Grupo 1	Total Grupo 2
Norte	1	1
Vale do Itajaí	1	1
Grande Florianópolis	1	3
Sul	1	
Planalto Serrano	1	1
Oeste		

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Com relação ao detalhamento da execução das entrevistas, a coleta foi realizada por entrevista semiestruturada, modalidade que tem o objetivo de analisar as concepções e opiniões dos sujeitos das pesquisas (CRESWELL, 2010) e orientada por um protocolo de registro das informações (CRESWELL, 2010).

Foram concretizadas 11 entrevistas, 2 presenciais e 9 a distância, as entrevistas a distância foram previamente agendadas e realizadas por um aplicativo de videochamada. Todas as entrevistas seguiram o roteiro de 13 perguntas semiestruturadas, cada entrevista durou em

média 50 minutos, com ciência e consentimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), todas foram gravadas com anuência do entrevistado.

O roteiro da entrevista (ver quadro 7) permitiu identificar a percepção dos representantes das comissões de sustentabilidade quanto às ações institucionais de sustentabilidade voltadas às dimensões do sistema universitário. Segundo Minayo (2009), o roteiro de entrevista é um guia que facilita uma abertura e aprofundamento da comunicação entre entrevistador e entrevistado. No quadro 7 apresenta-se as questões do roteiro de entrevista.

Quadro 7 – Roteiro de entrevista

Dimensão	Definição para entrevista	Autores de referências
Diretrizes institucionais	Avaliar o conhecimento sobre compromisso sustentável, verificar se há estratégia verde / ambiental; políticas de sustentabilidade; política de igualdade e diversidade; política para melhorar o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida; política de: energia sustentável, mobilidade e alimentação; ações alinhadas aos ODS. Ex: políticas, visão, missão, Declarações de compromissos Internacionais/nacionais, acordos, termos, ODS, PLS.	Lozano <i>et al.</i> (2013), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018) e Berchin (2017).
Perguntas		
1 - O IFSC segue políticas públicas de sustentabilidade (âmbito nacional, internacional, acordos, pactos)? SIM/NÃO, comente a respeito? 2 - Quais são os compromissos formais do IFSC com a sustentabilidade? (Ex) Política Institucional, está contemplado na missão/ visão e valores. 3 - Considerando a política institucional do IFSC, a adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente; ao Movimento Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU); ao Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos e à instituição Internacional de Cooperação Acadêmica Lixo Zero. Você percebe se as ações ou estratégias de sustentabilidade desenvolvidas (no campus / instituição) estão em consonância com esses compromissos? SIM/NÃO Comente sua resposta. Se possível cite exemplos.		
Dimensão	Definição para entrevista	Autores de referências
Operações do campus	Analisar se há monitoramento do uso: de energia e eficiência energética redução de gases de efeito estufa, gestão de resíduos (reciclagem de resíduos), monitoramento do uso da água e otimização do uso da água (coleta de água da chuva para uso em banheiros, bebedouros, torneiras automáticas, otimização da irrigação); compra de alimentos (certificações de produtos, avaliação dos aspectos de sustentabilidade nas aquisições, alimentos sustentáveis); transporte (incentivo ao uso de bicicletas, redução de deslocamento de pessoal e incentivo à carona, promoção do transporte sustentável); acessibilidade para pessoas com deficiência; fomento as condições de igualdade e diversidade. Ex: Monitoramento dos recursos naturais, compras sustentáveis, transporte, acessibilidade e diversidade.	Cortese (2003), Lozano (2003), Lozano <i>et al.</i> (2013), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017).
Pergunta		
4 - Quais são e/ou foram as iniciativas de implementação da sustentabilidade nas operações (atividades) do campus/ instituição?		
Dimensão	Definição para entrevista	Autores de referências

Experiências de vida no campus	Identificar a existência de capacitações, workshop, palestras com a participação de alunos, professores especialistas, servidores, partes interessadas; promoção de projetos sustentáveis dentro da instituição. Ex: Feiras de artesanatos, livros, apresentações, ações sociais, políticas ou outras. Ex: Servidores técnicos e docentes (áreas especializadas), alunos, grupos de pesquisas, comunidade, ONG.	Lozano <i>et al.</i> (2013), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017).
Perguntas		
5 - Quais são as ações/ eventos realizados no campus que promovem uma cultura de sustentabilidade? 6 - Como é a participação interdisciplinar, quais são os interessados que participam no planejamento das ações do programa de gestão da sustentabilidade no seu campus/ instituição ?		
Dimensão	Definição para entrevista	Autores de referências
Ensino (Educação e Educar educadores)	Identificar e compreender como foi o processo de curricularização e capacitação; perceber se existe o atendimento do elemento educar os educadores. Ex: Identificar se existe programas orientados para a sustentabilidade, cursos introdutórios aos egressos, cursos de graduação, mestrado, doutorado sobre sustentabilidade. Ex. criação de Cursos, eixos, capacitação, Palestras, grupos de estudos etc.	Cortese (2003), Lozano (2003), Lozano <i>et al.</i> (2013), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017).
Perguntas		
7 - Quais são e/ou foram as estratégias para implantar sustentabilidade na curricularização dos cursos? 8 - Os agentes responsáveis pelo processo de curricularização foram/são capacitados regulamente? SIM/NÃO Comente sua resposta.		
Dimensão	Definição para entrevista	Autores de referências
Pesquisa	Identificar o fomento à pesquisa; se existe desenvolvimento de indicadores e ferramentas de avaliação da sustentabilidade para organizações da sociedade civil, patentes de pesquisas, financiamento para pesquisa, bolsas de estudos na área; publicações dos docentes, incentivo a publicação, valorização dos pesquisadores. Ex. Bolsas, parcerias, projetos, eventos, editais, premiações.	Cortese (2003), Lozano (2003), Lozano <i>et al.</i> (2013), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017).
Pergunta		
9 - Quais são as políticas ou ações para o incentivo e fomento (financiamento) à pesquisa para a promoção da sustentabilidade?		
Dimensão	Definição para entrevista	Autores de referências
Extensão (Alcance e colaboração)	Compreender as ações de compartilhamento, disseminação do conhecimento na instituição, nas ações com a comunidade, nos projetos de extensão e colaboração. Verificar se há equipe acadêmica envolvida em conselhos consultivos de atividades sobre sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, promoção de redes interdisciplinares. Intercâmbio de programas sobre sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, workshops e congressos, seminários, projetos com comunidade, campanhas internas ou nacionais, teatros ou outras ações.	Cortese (2003), Lozano (2003), Lozano <i>et al.</i> (2013), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017).

	Ex: colaboração com outras instituições de ensino superior, eventos públicos, feiras, artesanatos, espetáculos, parcerias com a sociedade, atividades conjuntas de pesquisa com outras IES.	
Pergunta		
10 – Descreva como ocorre o compartilhamento de ações ou estratégias para promoção da sustentabilidade no campus, entre os campi, outras instituições, escolas, ONG e comunidade/sociedade em geral?		
Dimensão	Definição para entrevista	Autores de referências
Avaliação, desempenho e elaboração de relatórios	a) Identificar os modelos e métodos de avaliação, as estratégias, os instrumentos e ferramentas de avaliação da sustentabilidade, e se são acessíveis para a sociedade. Ex: avaliação por indicadores, por ações, relatórios, sistemas de gestão. Identificar se há informações no site, página específica e se o acesso é fácil. Ex: publicação em sites, se a IES participa de um ranking. b) Analisar a percepção sobre a integração entre as dimensões. Identificar pontos fracos e fortes, potenciais ações.	Lozano <i>et al.</i> (2013), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017).
Perguntas		
11 - Como é realizada a avaliação/acompanhamento do programa de gestão da sustentabilidade?		
12 – São elaborados relatórios de sustentabilidade que contemplam as dimensões (Diretrizes institucionais, Operações do campus, Experiências no campus, Ensino (Educação e Educar educadores), Pesquisa, Alcance e colaboração (Extensão), Avaliação, desempenho e elaboração de relatórios)? SIM/NÃO Comente sua resposta. São de livre acesso ao público? Onde é possível localizá-los?		
13 - Com base nos relatórios, nas ações de sustentabilidade você percebe que as dimensões estratégicas da sustentabilidade* estão integradas no programa IFSC Sustentável? SIM/NÃO Comente sua resposta.		

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

O roteiro de entrevista foi baseado na revisão da literatura apresentada na seção 2.5 e validado por um especialista na área de sustentabilidade, a validação trouxe confiabilidade e objetividade para o momento da entrevista.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Toda técnica de análise de dados, implica para uma metodologia de interpretação (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). “Analisar consiste em extrair sentido dos dados de texto e imagem” (CRESWELL, 2010, p. 194), é um processo de reflexão contínuo e conduzido concomitantemente com a coleta de dados (CRESWELL, 2010).

Como ferramenta de apoio para a interpretação dos dados foi aplicado a técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras. Busca compreender as categorias, estruturas que estão por trás dos fragmentos das mensagens (BARDIN, 2011; GODOY, 1995a, b).

O método proposto por Bardin (2011) se apresenta com descrição sucinta das fases: a) pré-análise, b) exploração do material e c) tratamentos dos resultados e interpretações (ver quadro 8).

Quadro 8 – Fases da análise de dados da pesquisa

Fases	Bardin (2011)	Aplicação
Pré-análise	Consiste em organizar material da pesquisa; preparar os dados coletados a partir da entrevista.	Busca, separação e preparação do material para pesquisa documental; transcrição das entrevistas gravadas; leitura e revisão das entrevistas transcritas.
Exploração do material ou codificação	Momento que consiste em fazer a análise detalhada das entrevistas para codificar os dados em categorias.	Leitura reflexiva dos documentos; das entrevistas; organização de acordo com as categorias definidas a partir da literatura.
Tratamento dos resultados	É a etapa final da análise, onde se faz uma análise crítica sobre os significados dos conteúdos das entrevistas.	Análise dos dados e discussão sobre os resultados das entrevistas; analisar e avaliar o conteúdo das entrevistas em relação a literatura.

Fonte: Bardin (2011)

A análise de conteúdo foi feita da seguinte forma: iniciou com a leitura na íntegra dos documentos institucionais, posteriormente, foi analisado nesses documentos institucionais a presença de aspectos relacionados as ações sustentáveis ou de sustentabilidade, dentro das abordagens das dimensões do sistema universitário que são estratégicas para promoção da sustentabilidade em IES, conforme preconizado no quadro 4, disponível na seção 2.5 do referencial teórico.

Para garantir a inserção de todas as ações, foram sublinhadas as palavras-chave: sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, ODS, sustentável, meio ambiente, economia circular, desenvolvimento social, socioambiental, democracia, igualdade, desenvolvimento socioeconômico, responsabilidade social, responsabilidade ambiental, inclusão, ações inclusivas e justiça, e foi novamente analisado se os termos estavam inseridos em contextos conforme consta na seção 2.5, quadro 4 e figura 4, no referencial teórico e no roteiro de entrevista seção 3.4, quadro 7 da metodologia da pesquisa.

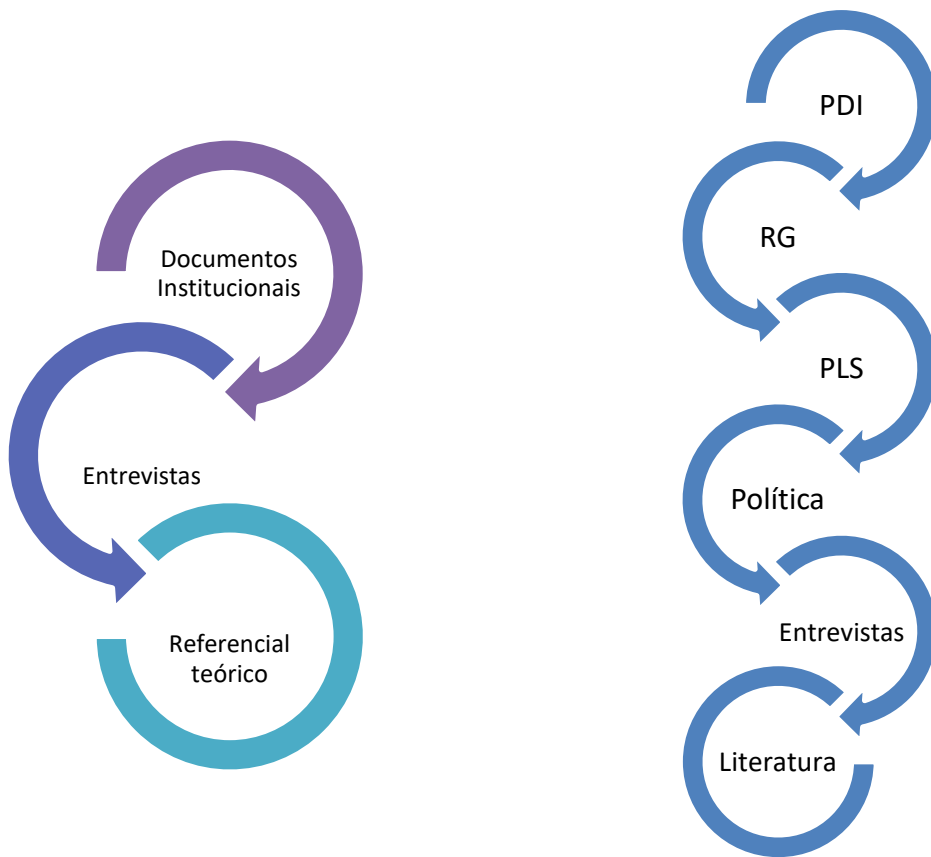
Na análise dos relatórios do programa IFSC Sustentável, primeiramente foram lidos na íntegra, após, foram identificadas e caracterizadas as estratégias realizadas. Posteriormente, verificou-se as estratégias que estavam alinhadas com as dimensões do sistema universitário de acordo com a subseção 2.5, quadro 4, do referencial teórico.

Na análise das entrevistas foi observado se havia presença e integração das ações de sustentabilidade em cada dimensão, conforme consta na seção 2.5, quadro 4, no referencial

teórico e na seção 3.4, quadro 8, da metodologia da pesquisa. Foi observado através da percepção dos sujeitos se havia presença de ações sustentáveis nas diretrizes institucionais dos documentos norteadores, no PLS e na Política de sustentabilidade, assim como uma possível identificação de fatores positivos e negativos para integração da sustentabilidade no sistema universitário.

Ainda na análise de dados, com a finalidade de gerar confiabilidade dos conceitos e elementos abordados, houve uma breve triangulação de dados. A figura 8 ilustra as fases triangulação.

Figura 8 – Fases da triangulação

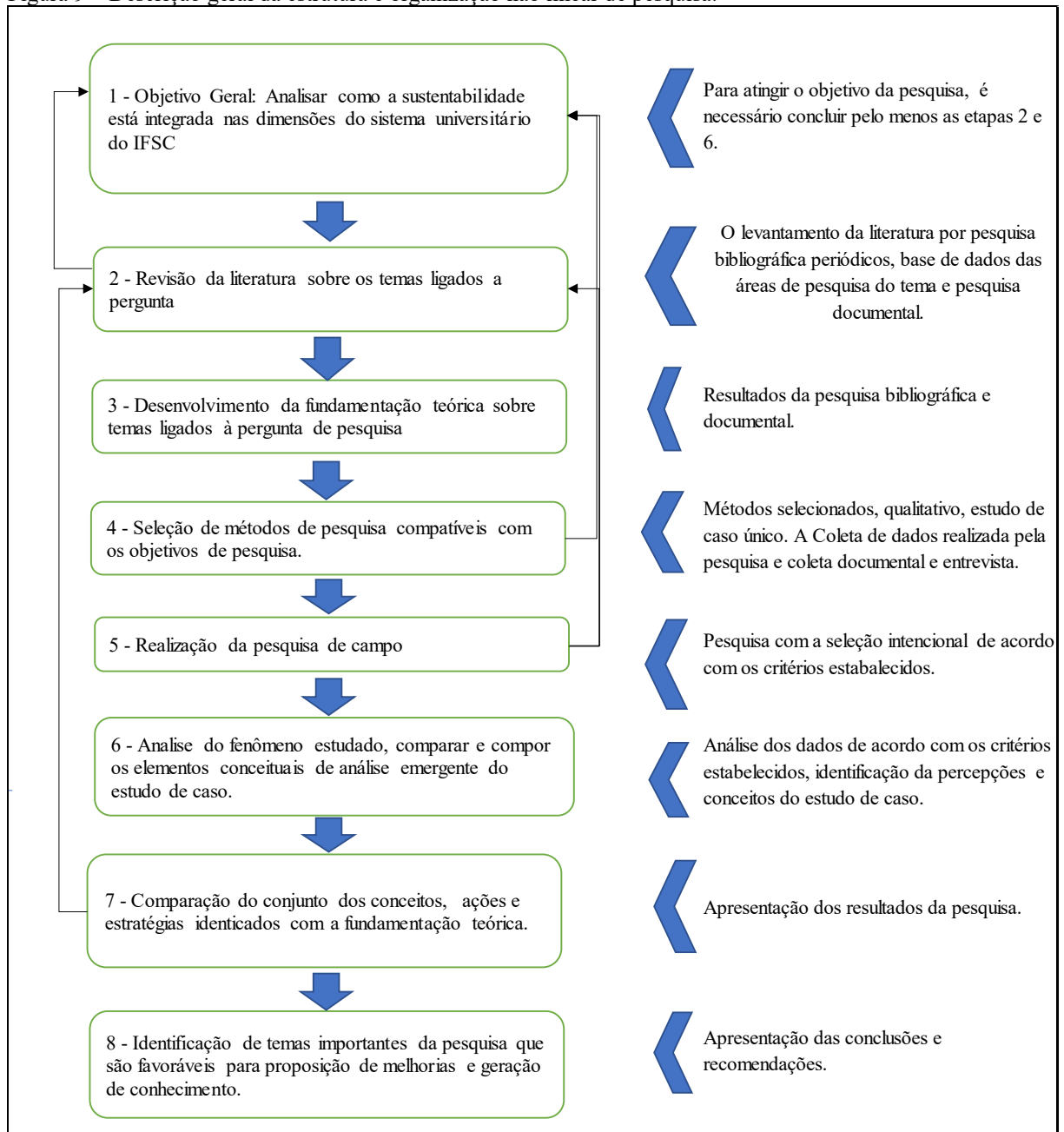


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A triangulação de dados é um método utilizado quando existe múltiplas fontes de evidências, com análise de diferentes dados, resultantes de documentação, registro em arquivos e entrevistas (YIN, 2015). A triangulação de dados ocorreu com a comparação entre a teoria baseada na pesquisa bibliográfica conforme a subseção 2.5, quadro 4, do referencial teórico, em comparação aos eventos localizados em todos os documentos institucionais e as verbalizações oriunda das entrevistas realizadas, apresentados nos resumos de cada fase das análises.

A apresentação dos resultados apresentou descrição e transcrição na íntegra dos conjuntos das dimensões e ações identificadas, quadro comparativos, a transcrição da percepção dos representantes locais das comissões de sustentabilidade e recomendações para integrar as sustentabilidade as dimensões do sistema universitário. Conforme ilustra a figura 9.

Figura 9 – Descrição geral da estrutura e organização não linear de pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Lima (2005)

A seguir apresenta-se os resultados da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta a análise e consequentemente os resultados encontrados. Os resultados evidenciam como a sustentabilidade está integrada nas dimensões do sistema universitário, com base nos documentos institucionais e pela percepção dos representantes das comissões de sustentabilidade.

4.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DO IFSC

Os documentos institucionais selecionados para a análise foram: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), vigência 2020-2024 e os Relatórios de Gestão (RG) dos anos 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, esses documentos foram localizados no site institucional, na aba Documentos Norteadores que definem identidade, propósitos, planejamento e legislação sobre o IFSC, os endereços de acessos estão nas referências.

4.1.1 Ações para Promoção da Sustentabilidade Encontrados no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC

Com relação a análise do PDI, cabe fazer uma rápida identificação, trata-se de um documento institucional obrigatório, conforme Decreto nº 5.773/2006, compila diversos planos e políticas em um só documento, destinado a apresentar as estratégias que serão adotadas pela instituição para alcançar os objetivos e metas, tem vigência de cinco anos. É considerado a base de planejamento e gestão, contém o planejamento estratégico, princípios e políticas para atuação da instituição.

A estrutura de apresentação do PDI é dividida em 10 capítulos, Capítulo 1 – Perfil Institucional, Capítulo 2 - Organização Administrativa, Capítulo 3 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Capítulo 4 – Educação a Distância, Capítulo 5 - Capacidade e Sustentabilidade Financeira, Capítulo 6 - Planejamento Estratégico Institucional, Capítulo 7 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas, Capítulo 8 - Organização e Gestão de Pessoal, Capítulo 9 – Infraestrutura e Capítulo 10 - Implementação, acompanhamento, avaliação e revisão.

A pesquisa realizada no PDI, encontrou evidências de estratégias e ações sustentáveis que demonstram a promoção da sustentabilidade nas diversas dimensões do sistema universitário: Ensino, Pesquisa, Extensão, Operações no campus, Experiências de vida no

campus, Diretrizes institucionais e Relatórios e avaliações de sustentabilidade do ensino superior. Conforme apresentado a seguir.

4.1.1.1 Diretrizes institucionais

Para identificar a dimensão Diretrizes Institucionais procura-se analisar o quadro de políticas institucionais, se a instituição possui uma agenda ambiental, se suas diretrizes têm conexão com temas sustentáveis, exemplos: visão, missão ou valores, assim como na adoção de políticas e governanças democráticas, analisando se a instituição possui processos democrático de gestão ou governança. (LOZANO *et al.*, 2013; DISTERHEFT *et al.*, 2016; GUERRA *et al.*, 2018; BERCHIN, 2017)

Foram encontradas evidências de ações para a promoção da sustentabilidade no capítulo 1, visto que foi contemplado ações que levam à sustentabilidade na Missão do IFSC, conforme cita-se a seguir: *“Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural”*.

Além da missão, foi identificado que a Sustentabilidade é um valor institucional, conforme descrito: *“sustentabilidade pautada pela responsabilidade social e ambiental”*. Ação citada na literatura, pois tornar a sustentabilidade um valor institucional, reforça a importância do tema, tornando fundamental e presente em todos os processos da instituição (LOZANO *et al.*, 2013; BERCHIN, 2017).

Ainda com relação as Diretrizes Institucionais, o PDI apresenta finalidades e objetivos alinhados a diretrizes sustentáveis, como pode ser visto no capítulo I Perfil Institucional: *“IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural [...]”; e IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente”*.

O PDI também faz referência de uma Gestão democrática promovendo o valor da sustentabilidade dentro do IFSC, conforme a Lei nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o IFSC coloca a democracia participativa como principal forma de integração da educação com a nova organização social. Essa premissa é tão importante que está prevista como um objetivo estratégico das perspectivas dos processos internos, *“P9 Consolidar a governança institucional: [...] Implementar a gestão estratégica e alinhar os processos de*

avaliação e planejamento, otimizando a utilização dos recursos da instituição, consolidando seu modelo de gestão em rede e promovendo o valor da sustentabilidade”.

Também foram encontradas evidências de promoção a sustentabilidade nas Políticas Institucionais, os documentos apresentam ações que promovem a criação e utilização de espaços de discussão e de preparação da comunidade acadêmica para tomar decisões coletivas, com a intenção de fortalecer e contribuir para a formação dos sujeitos.

Na mesma perspectiva, o documento cita a intenção de trabalhar com ferramentas que possibilitem a transparência das ações, para disponibilizar aos cidadãos interessados informações relacionadas à atuação institucional. A transparência é uma condição de participação da cidadania no centro do processo democrático e de controle social das políticas públicas.

Outra estratégia de promoção da sustentabilidade identificada foi uma política de promoção de ações inclusivas que visem ao acesso, à permanência e ao êxito do aluno, respeitando os direitos humanos baseados nos princípios de justiça, igualdade, cooperação e compreensão.

Mais ao final do documento, capítulo Gestão, há referência para a Política de Sustentabilidade (IFSC, Resolução Consup nº 28 de 21/08/2018), alinhada ao ensino, pesquisa e extensão. Cabe ressaltar que criar políticas institucionais versam perspectivas de IES sustentável (WRIGHT, 2002; LEAL FILHO *et al.*, 2017).

Analisando todas as ações que visão integrar a sustentabilidade nos processos internos do IFSC é possível afirmar que a existe uma busca pela formalização e direcionamento do tema nas diretrizes institucionais, com uma grande intenção de torná-la um modelo de IES sustentável.

Conforme as mais variadas definições, no modelo de IES sustentável deve haver uma visão e missão de sustentabilidade conceitualizada, grupos atuantes com a finalidade de definir políticas, metas e objetivos alinhados com uma missão de sustentabilidade, ou seja, o desenvolvimento de uma agenda institucional para o desenvolvimento sustentável, um processo democrático, com processos institucionais de tomada de decisão com representação igual e justa; (VELAZQUEZ *et al.*, 2006; LOZANO, 2006; ALSHUWAIKHAT; ABUBAKAR, 2008; LOZANO *et al.*, 2013; LOZANO *et al.*, 2015; GUERRA *et al.*, 2018; LEAL FILHO *et al.*, 2017; DISTERHEFT *et al.* 2016; BERCHIN *et al.* 2017).

4.1.1.2 Ensino

O ensino pode ser vislumbrando na perspectiva de ações sustentáveis na área da educação, dos currículos e da capacitação (CORTESE, 2003; LOZANO, 2003; LOZANO, 2006; GUERRA *et al*, 2018; BERCHIN *et al*, 2017). A educação para o IFSC tem a concepção histórico-crítica, democrática e emancipadora, que a entende como prática social.

O PDI apresenta diversas evidências de promoção da sustentabilidade na dimensão, iniciando pelas ações educacionais que são sustentadas nos princípios: *Respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental na perspectiva da sustentabilidade*; assim como o *Reconhecimento e respeito aos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação, bem como aquelas em regime de privação de liberdade, as identidades de gênero, étnico-raciais, povos indígenas, quilombolas e populações do campo*.

Essa perspectiva de ensino segue as Referências para a Concepção de educação profissional e tecnológica, que remetem ao tema da construção de saberes integrados à formação profissional, à construção da cidadania e aos cuidados com o meio ambiente.

No capítulo que apresenta os Documentos norteadores, o Projeto pedagógico institucional apresenta um destaque para a *Educação Indígena (Resolução CNE2/CEB nº 5/2012)*, a *Educação Quilombola (Resolução CNE/CEB nº 8/2012)*, a *Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012)*, a *Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2/2012)* e as *diretrizes para a Extensão na Educação Superior (Resolução CNE/CES3 nº 7/2018)*, de fato essas referências são obrigatórias por lei, mas não deixam ser uma estratégia para promover a sustentabilidade na dimensão Ensino.

Indo além dos documentos norteadores, identifica-se diversos Eixos de ensino tecnológicos que estimulam o ensino e a capacitação para um desenvolvimento sustentável, exemplos de eixos: Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social e Recursos Naturais. Importante mencionar que o incentivo a política de ensino é previsto na declaração Rio+20, que incentiva o desenvolvimento de programas de ensino, incluindo o empreendedorismo e formação profissional de habilidades, formação técnica, profissional e aprendizagem ao longo da vida, com vistas a preencher as lacunas de competências para promover os objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável (RIO + 20, 2012).

Além dos eixos, o PDI apresenta um quantitativo de cursos e capacitações que contribuem diretamente para o desenvolvimento de ações sustentáveis, cita-se os cursos de

Especialização: Educação ambiental com ênfase na formação de professores, estratégia ligada a proposta “educar os educadores” (preconizado por LOZANO, 2006), Gestão ambiental, Agroecologia e Desenvolvimento rural sustentável, segundo a literatura quando os alunos e os professores são capacitados, replicam seus conhecimentos e proporcionando uma corrente de conhecimento sustentável (LOZANO *et al.*, 2013).

Ainda na dimensão Ensino, foram localizadas referências de realização de Cursos Técnicos como Controle ambiental; Agroecologia e Meio ambiente; de Cursos superiores de tecnologia em Gestão ambiental, Pós-graduação estrito sensu - Mestrado em Clima e ambiente e os Cursos de curta duração em responsabilidade socioambiental. A realização de curso alinhados a temática, a transdisciplinaridade, revisões curriculares e programas 'Educar-os-educadores' é prevista na dimensão Educação por Lozano *et al.* (2015).

Como última evidência da dimensão, é importante destacar a referência ao Direito à acessibilidade, segundo o PDI, *“o ensino assume outros objetivos além da aprendizagem, da formação e da educação de cidadãos, assume também a função social de inclusão, em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, inserção de práticas culturais e esportivas com direito à acessibilidade”*.

Direito à acessibilidade compõem o Objetivo nº 4 dos ODS, que visa eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade (AGENDA2030, 2019).

4.1.1.3 Extensão

No IFSC a extensão é caracterizada como um conjunto de atividades em que se promove a articulação dos saberes científicos e tecnológicos com a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido. A lei de criação dos Institutos Federais, Seção II, Artigo 6º, ressalta que *as atividades de extensão devem beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal*. A definição traz consigo premissas de promoção da sustentabilidade e abre caminhos para compartilhamento de ações entre instituições e a comunidade.

As diretrizes da extensão do IFSC não fazem referências a uma inserção de estratégias para desenvolvimento de ações sustentáveis, porém, quando analisado os objetivos, há destaques para objetivo nº 2. *interação sistematizada com a sociedade por meio da participação de servidores e discentes em ações integradas com instituições públicas, privadas e com as entidades da sociedade civil, dando prioridade para projetos e ações que resgatem públicos socialmente vulneráveis*. Objetivo nº 4. *Incentivar uma prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, cultural, ambiental e política, formando profissionais cidadãos*.

Cita-se também, o objetivo nº 5. *a elaboração, implementação e avaliação de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões*; e objetivo nº 6. *e articulação de políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão*.

Com relação as políticas e diretrizes relacionadas aos discentes e aos servidores há uma ausência de ações de promoção para a sustentabilidade ou ações alinhadas a temas sustentáveis. Porém, foram identificadas algumas diretrizes para a sociedade, por exemplo: *Atender às demandas sociais articuladas ao ensino e à pesquisa e apoiar e desenvolver atividades de inclusão e de tecnologias sociais, atendendo preferencialmente a populações e comunidades em situação de vulnerabilidade social*.

Ainda na dimensão extensão, no capítulo 6, que trata do planejamento estratégico institucional, apresenta-se uma relação indireta de ações que fortalecem as premissas de sustentabilidade. Os objetivos estratégicos na perspectiva dos Processos Internos trazem o objetivo P2 - Promover atividades de ensino, pesquisa e extensão para solução de problemas da sociedade, que visa, *estruturar os processos educativos para que sejam orientados à geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, articulando atividades de ensino, pesquisa e extensão com o viés da inovação e de forma mais integrada com entes públicos e privados*.

Juntamente com o objetivo P4 - Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada: que possui a seguinte descrição: *Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada: Participar ativamente das esferas pública e privada e do terceiro setor, atuando como agente de divulgação e de reconhecimento da Educação pública junto à sociedade, de modo a ampliar as oportunidades de inserção socioprofissional aos alunos e egressos e valorizar a importância da educação pública gratuita como meio de inclusão social e desenvolvimento socioeconômico e cultural*.

Analisando o PDI, observa-se que o modelo de gestão do IFSC prevê incentivos para práticas acadêmicas que contribuam para o desenvolvimento da consciência social, cultural, ambiental e política, formando profissionais cidadãos.

Em síntese, percebe-se com as evidências recolhidas que o IFSC tem uma preocupação sustentável com a dimensão Extensão, mas há carência de evidências de promoção de ações sustentáveis nas diretrizes relacionadas aos discente e aos servidores. Segundo literatura é importante que a IES fomente ações e projetos de extensão com objetivos alinhados a sustentabilidade e práticas que promovam a disseminação do conhecimento, alinhando-as a agenda ambiental institucional (CORTESE, 2003; LOZANO, 2003; LOZANO, 2006; LOZANO *et al.* 2013; DISTERHEFT *et al.* 2016; GUERRA *et al.* 2018; BERCHIN, 2017).

4.1.1.4 Pesquisa

No IFSC a pesquisa tem um princípio educativo, a intenção é fazer com os alunos tenham interesse ao processo investigatório. Em resumo, o PDI faz pouca referência, entre pesquisa e sustentabilidade, localizou-se apenas *a realização de pesquisas que visam atender as necessidades da comunidade, e que a pesquisa deve ser pautada na transformação da realidade local e na redução da desigualdade social*, sem um objetivo concreto alinhado a temas sustentáveis.

A literatura afirma que todas as partes do sistema universitário são peças fundamentais para alcançar uma mudança transformadora para a sustentabilidade (CORTESE, 2003), a dimensão pesquisa é parte integradora do processo de transformação sustentável, por isso torna-se importante fomentar pesquisas sobre e para a sustentabilidade (LOZANO, 2003), com vistas a promover por meio dela, o desenvolvimento de novos conhecimentos, novas tecnologias, novos métodos para um mundo mais sustentável (BERCHIN, 2017).

4.1.1.5 Operações no campus

Operações no campus pode ser visto nas perspectivas de políticas de gestão, atividades de gestão, governança ou ações operacionais (LOZANO, 2003; DISTERHEFT *et al.*, 2016; GUERRA *et al.*, 2018; BERCHIN, 2017). O PDI traz evidências da promoção de ações sustentáveis no subcapítulo 3.5.5 (Gestão/políticas, página 80) com menção a uma política de Sustentabilidade: o valor e princípio de gestão a sustentabilidade deverá ser considerado em suas três dimensões: ambiental, social e econômica.

O documento reforça sobre a necessidade de redução dos impactos ambientais nas ações administrativas e acadêmicas e a formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade para com o meio ambiente, aliados a redução das desigualdades sociais por meio de ações e articulações de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Faz referência a otimização do gasto público nas ações e processos administrativos e acadêmicos que também são estratégias para promoção da sustentabilidade, essas ações são compreendidas como uma responsabilidade legal e um compromisso social da instituição com a comunidade.

Há também um destaque para as políticas de compras e contratações de relações éticas e sustentáveis com fornecedores e toda a cadeia de suprimentos, e para a gestão de riscos, como uma estratégia que aumenta a capacidade da organização para lidar com incertezas, estimular a transparência e uso eficiente, eficaz e efetivo de recursos.

A preocupação com os funcionários é uma estratégia sustentável (DISTERHEFT *et al.*, 2016; GUERRA *et al.* 2018; BERCHIN, 2017), e foi identificado no PDI essa preocupação na forma de um objetivo: C2: Desenvolver uma organização saudável para o trabalho, que visa promover um ambiente de trabalho saudável em que todos colaborem para proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores e para a sustentabilidade do ambiente de trabalho.

O capítulo 5 – capacidade e sustentabilidade financeira é diretamente alinhado a dimensão Operações no campus, nesse capítulo o termo sustentabilidade é utilizado diversas vezes, porém apenas e exclusivamente na perspectiva econômica ou financeira. Para o IFSC, *ser sustentável é não gastar ou não planejar gastar mais do que se tem ou se preveja ter, ou seja, não gerar prejuízo, proporcionando o máximo retorno possível ao investimento.*

Em resumo, há o entendimento de que para ser sustentável é preciso atender as necessidades dos alunos e da sociedade, de forma que suas despesas programadas não sejam maiores do que a previsão de receitas. Essa perspectiva do IFSC tem amparo a uma abordagem crítica prevista na literatura, de que o termo sustentabilidade está associado a economia (sustentabilidade econômica), sem alinhamento com outras dimensões, tendo por finalidade alcançar progresso material de forma ilimitada (FONSECA NETO; FREITAS; FREITAS, 2017).

Com relação as ações e princípios de gestão sustentáveis, o documento faz referência as Diretrizes orçamentárias de gestão institucional em rede, democrática, sustentável e a otimização dos processos, tendo um princípio alinhado a adoção do modelo de gestão em rede

colaborativa, solidária e sustentável. Confirmados nos exemplos: Compras Compartilhadas e do Plano de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura e dos equipamentos.

No mesmo capítulo 5, e classificando como evidência para a dimensão Operações no campus, o PDI apresenta um detalhamento sobre o PLS, reforçando as ações administrativas como adoção de sistema de compras compartilhadas, editais de obras e compras com critérios sustentáveis, melhoria da qualidade do gasto público com mais planejamento efetivo e diminuição das compras diretas, monitoramento do consumo de energia elétrica e água.

Observa-se diversas ações de compartilhamento de boas práticas sustentáveis, como impressões frente e verso, redução do uso de papel, distribuição de canecas de material reciclado, capacitações, reciclagem, reaproveitamento de água da chuva. Todas essas ações estão previstas como essenciais para a implantação de medidas sustentáveis nas atividades internas e para a formalização de um campus sustentável (WRIGHT, 2002; ALSHUWAIKHAT, ABUBAKAR, 2008; GUERRA *et al.*, 2018; BERCHIN, 2017).

4.1.1.6 Experiências vida no campus

Dimensão é representada por ações internas que fortalecem a implantação e permanência de uma cultura de sustentabilidade, exemplos: espaços para participação dos alunos e comunidade, incentivo a realização de feiras e artesanatos, conscientização dos alunos, participação dos alunos em atividades de sensibilização, workshops e comitês para estudantes. (LOZANO *et al.*, 2013; DISTERHEFT *et al.*, 2016; GUERRA *et al.*, 2018; BERCHIN, 2017).

Na análise do PDI, há no IFSC uma diretriz que visa *assegurar, para o exercício da cidadania, que a instituição seja espaço de formação e participação*; se a instituição assegura essa ação, pode-se deduzir que há espaço para participação e desenvolvimento de ações sustentáveis.

Outra ação de Experiências de vida no campus é o Programa de Segurança Alimentar do discente, que contém o Plano de Alimentação Estudantil, o Plano Cantina Saudável e o Plano de Educação Alimentar e Nutricional, o programa tem como objetivos: contribuir para um adequado crescimento e desenvolvimento dos discentes; aprimorar o rendimento escolar; criar elementos pedagógicos mais positivos no âmbito da Educação em Saúde; formar hábitos alimentares mais conscientes e auxiliar na sustentabilidade ambiental do universo a que se insere esse público.

Os planos envolvidos no programa são ferramentas de capacitação e ao mesmo tempo de conscientização e distribuição igualitária de alimentos, uma ação sustentável que gera resultados diretos de qualidade de vida dos alunos.

Por fim, outra evidência localizada foram os Espaços internos, com referência aos seguintes ambientes de convivência: Espaço para lanchonete/cantina; Espaço para Grêmio Estudantil e Centro Acadêmico; Sala de convivência para servidores; Espaço coberto para realização de exposições acadêmicas e eventos culturais e Espaço para alimentação estudantil.

O IFSC tem consciência da importância em promover espaços e atividades que valorizem a participação cidadã política dos discentes em todas as instâncias da sociedade. Conforme o PDI, a existência desses espaços contribui para a formação dos sujeitos, qualifica as decisões e ações, promove melhorias no aperfeiçoamento e na condição de cidadãos, pois espaços de discussão e integração promovem a formação de lideranças para o exercício da representatividade.

Dessa forma a instituição proporciona o direcionamento de comportamentos e atitudes para uma cultura organizacional voltada a sustentabilidade (ADAMS; MARTIN; BOOM, 2018). Segundo a literatura, o ambiente universitário pode disseminar uma cultura de sustentabilidade e formar cidadãos ambientalmente responsáveis (AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015; BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018; ARANA; BIZARRO, 2018).

4.1.1.7 Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade

A dimensão Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade visa identificar metodologias ou estratégias para acompanhar ou avaliar os resultados das ações de sustentabilidade realizadas pela instituição. Contempla ações como: propor a criação e avaliação de indicadores, avaliação e acompanhamento de programas, relatórios ambientais, relatórios de sustentabilidade, classificações nacionais e internacionais de IES sustentáveis e estabelecimento de métricas transparentes para monitorar, avaliar e relatar a sustentabilidade da IES (LOZANO, 2003; LOZANO *et al.*, 2013; DISTERHEFT *et al.*, 2016; GUERRA *et al.*, 2018, BERCHIN, 2017).

No capítulo 10 foi localizado o tema Acompanhamento e avaliação do desenvolvimento institucional, que contempla diferentes ferramentas de gestão e governança e o processo de autoavaliação institucional. O processo de autoavaliação institucional, ou avaliação institucional interna, é uma das partes que compõem o processo avaliativo das IES, regulado pelo MEC por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Desta

forma não há no PDI, a previsão de elaboração de relatórios ou avaliação da sustentabilidade como tema único. Porém, há menção do tema nos Eixos e nas Dimensões da autoavaliação.

No eixo 5, por exemplo, tem a Infraestrutura Física que faz parte da dimensão 10, tratando da avaliação da sustentabilidade financeira da instituição. Mas, não se trata de uma inovação, considerando que sustentabilidade financeira faz parte das 10 dimensões do SINAES, portanto obrigatórias.

Para fins de identificação de ações sustentáveis nessa dimensão, observa-se a tratativa de mensuração de indicadores que podem arremeter a uma possibilidade de avaliação da sustentabilidade, e isso ocorre através dos objetivos estratégicos listados a seguir:

A1 - Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região;

P9 - Consolidar a governança institucional;

C2 - Desenvolver uma organização saudável para o trabalho;

P2 - Promover atividades de ensino, pesquisa e extensão para solução de problemas da sociedade, e;

P4 - Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.

Esses objetivos são, posteriormente, transformados em ações, apresentados no PAT e acompanhados pelo Relatório de Gestão.

Na literatura que versa sobre a gestão da sustentabilidade, defende-se que é preciso seguir uma abordagem sistemática, promover o conceito de melhoria contínua dos processos internos, implantar metas e políticas ambientais (AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015) e principalmente, medir o impacto ambiental das atividades (AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015), por meio de ferramentas baseadas em dimensões e indicadores de desempenho (ALEIXO; AZEITEIRO; LEAL, 2018), que sejam de fácil mensuração e compreensão, de forma que auxilie no processo de tomada de decisão, com transparência e objetividade (LOZANO, 2006).

Por fim, com intuito de reforçar as ações encontradas no PDI, o quadro 9, traz um resumo das ações e estratégias de promoção da sustentabilidade conforme cada dimensão de promoção da sustentabilidade no sistema universitário.

Quadro 9 – Resumo das ações de sustentabilidade presentes no PDI

Dimensão	Evidências de ações e estratégias de promoção da sustentabilidade presente no PDI do IFSC.
Diretrizes institucionais	Missão; valores; finalidades e objetivos alinhados as diretrizes sustentáveis; gestão democrática; objetivos estratégicos sustentáveis e políticas institucionais.

Ensino	Referências para a Concepção de educação profissional e tecnológica alinhada à construção da cidadania e aos cuidados com o meio ambiente; exemplos de eixos de ensino tecnológicos alinhados a sustentabilidade; Cursos e capacitação, inclusive : Educação ambiental com ênfase na formação de professores; Projeto pedagógico institucional com premissas ambientais; ações educacionais sustentadas nos princípios sustentáveis e direito a acessibilidade .
Extensão	Aderências de incentivo a sustentabilidade nos objetivos; políticas e diretrizes alinhadas as necessidades da sociedade; promoção de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável.
Pesquisa	A pesquisa deve ser pautada na transformação da realidade local e na redução da desigualdade social. IFSC prevê a realização de pesquisas que visam atender as necessidades da comunidade. O PDI possui ausência de ações diretas, ou seja, sem um objetivo concreto alinhado a temas sustentáveis.
Operações no campus	Gestão institucional em rede; ações e princípios de gestão sustentáveis, como a otimização dos processos; capacidade e sustentabilidade financeira em rede colaborativa, solidária e sustentável, redução dos impactos ambientais nas ações administrativas e acadêmicas, políticas de compras e contratações compartilhadas, gestão do PLS e Política Sustentável.
Experiências de vida no campus	Espaços interno, de formação e participação, de promoção da cidadania; Programa de Segurança Alimentar do discente do IFSC.
Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade	Avaliação da sustentabilidade financeira, de forma indireta a avaliação e relatórios dos indicadores com alguma premissa de ordem sustentável, pelo relatório anual de gestão.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Cabe ressaltar que o PDI tem vigência de cinco anos, mas é avaliado anualmente pelo relatório de gestão, item analisado a seguir.

4.1.2 Ações de Promoção da Sustentabilidade encontrados nos Relatórios de Gestão do IFSC

O RG do IFSC é destinado ao cidadão, tem por objetivo fomentar a transparência pública, possibilita compreender como foi realizada a gestão, a atuação e busca do alcance dos objetivos propostos por um período, as opções de alocação de recursos e as medidas de controle utilizadas pela instituição (IFSC, 2019).

Este relatório deve ser, obrigatoriamente, apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Anual, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, e elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas, Resoluções, Decisões Normativas e Portaria, emitidos pelo TCU (IFSC, 2019).

O RG permite acompanhar, anualmente, se os resultados dos objetivos institucionais são ou serão alcançados, portanto, analisar os RG dos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 ajudou identificar as estratégias que promoveram a promoção da sustentabilidade nas ações realizadas pelo IFSC, a partir do início do programa IFSC sustentável e criação das comissões de sustentabilidade.

4.1.2.1 Relatório de Gestão – 2014

O RG 2014, continha uma seção de avaliação da gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental da instituição, assim como avaliação da gestão ambiental nos câmpus. Foi neste ano que o IFSC concluiu seu macroprojeto institucional IFSC Sustentável, o qual previa criar e implantar um programa de sustentabilidade com o objetivo de reduzir o impacto ambiental dos processos e de seus parceiros nos recursos naturais e desenvolver a cultura para a sustentabilidade.

A estratégias adotadas pela instituição foram citadas no RG como: Criação da comissão central e comissões locais em cada campus e a elaboração do PLS, o qual passou a ser, a partir desse ano, o documento norteador das ações no campo da gestão da sustentabilidade do IFSC, tanto o programa implantado e as estratégias demonstraram ações alinhadas a dimensão **Diretrizes Institucionais**.

O RG de 2014, fez descrição de ações na dimensão **Operações no campus**, detalhando as ações sustentáveis em atividades operacionais e estruturais, apresentando ações relacionadas aos aspectos sobre a Gestão ambiental e Licitações Sustentáveis, assim como ações específicas como aquisição de materiais sustentáveis, conforme consta no relato a seguir: *“Em 2014 o IFSC adquiriu torneiras automáticas e lâmpadas econômicas em todas as reformas realizadas nos campus, bem como tem adotado esse padrão para as novas construções”*(p. 151).

As ações alinhadas a dimensão **Pesquisa e Extensão** foram localizadas nos destaques de fomento as iniciativas de Pesquisa e Extensão relacionadas à temática da sustentabilidade, com a troca de soluções de gestão da sustentabilidade entre os câmpus de forma que possam ser disseminadas as melhores práticas, portanto, a única evidência.

De forma indireta e fora do capítulo Avaliação da Sustentabilidade, há referência da dimensão **Ensino**, o relatório descreve e ilustra algumas ações, uma em especial alinhada a temas sustentáveis, o programa Mulheres SIM, esse programa visa promover a valorização, economia criativa e a geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A dimensão social e cultural é basilar para ações implementadas em IES, Aleixo, Azeiteiro, Leal (2018), fazem menção importância das políticas de promoção da igualdade e diversidade; desenvolvimento de atividades recreativas, atividades culturais.

A quadro 10 apresenta um quantitativo de cursos de capacitação Mulheres SIM realizados no ano de 2014.

Quadro 10 – Programa Mulheres SIM

Dados do Programa Mulheres Sim					
	Ofertante ¹	Total de Cursos Ofertados	Total de Vagas Ofertadas	Total de Matrículas efetuada	Total de Alunas Concluintes
Araranguá					
Caçador	X	1	30	30	27
Canoinhas	X	1	30	30	28
Chapécó					
Criciúma	X	1	30	26	17
Florianópolis					
Florianópolis-Continente					
Garopaba					
Gaspar	X	1	30	19	14
Itajaí	X	1	30	11	7

Fonte: Relatório de Gestão (2014)

O programa é uma atividade de capacitação e ao mesmo tempo de extensão emancipadora, executada em diversas cidades do estado de SC, inclusive em cidades onde não tem campus do IFSC, exemplo: a parceria entre o IFSC e o Presídio de Mafra. Conforme é ilustrado na figura 10, o programa teve grande adesão e ao final formalizou o evento com a formatura da turma do programa Mulheres Sim, das reeducandas do Presídio Regional de Mafra no ano de 2017. Reforça-se aqui a importância da realização e preocupação com as iniciativas de inclusão social e cultural dirigidas à comunidade externa. (ALEIXO; AZEITEIRO; LEAL, 2018) pelas IES.

Figura 10 – Formatura da turma do programa Mulheres - Presídio Regional de Mafra



Fonte: IFSC (2019)

Como evidência de perenidade da ação, a figura 11 ilustra as novas turmas do ano de 2019, justificando a presença nos demais relatórios.

Figura 11 – Novas turmas nos Campus Canoinhas – 2019 (à esquerda) e Debate em curso de Mulheres Sim no Campus Jaraguá do Sul-Rau -2019.



Fonte: IFSC (2019)

Como frutos da ação, a figura 12 ilustra diversos momentos que ocorreram feiras de economia solidária, dos cursos Mulheres Sim do IFSC. Os exemplos são dos câmpus Canoinhas, Lages, Florianópolis e Mulheres Sim Kaingang do campus Chapecó.

Figura 12 – Feiras de economia solidária das Mulheres Sim no Campus Canoinhas, Lages, Florianópolis e Mulheres Sim Kaingang - IFSC Campus Chapecó



Fonte: IFSC (2019)

O programa Mulheres Sim é uma ação importante para o IFSC, que foi apresentado todos os anos do RG, possui, inclusive, uma reportagem especial realizada pelo IFSC TV, é está

disponível no seguinte endereço <https://youtu.be/J91GQC5meeo>. É oportuno nesse contexto parafrasear Guerra *et al.* (2018, p. 1677) “alcançar a igualdade de gênero e realizar os direitos humanos, a dignidade e as capacidades de diversos grupos de mulheres é um requisito central de um mundo justo e sustentável”.

Ainda no RG 2014, foram localizadas ações alinhadas a dimensão **Relatórios e Avaliação da sustentabilidade**, entre elas o *check list* de acompanhamento dos aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis no IFSC e as referências de publicação do relatório do PLS, disponibilizado no site institucional, de acordo com art. 12 da IN SLTI/MPOG10/2012, no seguinte endereço: <http://arquivos.ifsc.edu.br/comunicacao/PLS2015-2016.pdf>.

Importante identificar com uma referência negativa a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS, pois segundo normativa federal, deveria ser publicado semestralmente no site do IFSC uma avaliação de resultado das ações realizadas pelo PLS, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012), o que não ocorreu naquele ano.

Por fim, na dimensão **Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade**, há no RG 2014 um detalhamento para o item Gestão ambiental nos câmpus do IFSC, onde consta todas as ações realizadas em todos os câmpus, em sua maioria ações operacionais e de conscientização.

Desta forma, observa-se que nem todas as dimensões do ambiente universitário foram diretamente ressaltadas no relatório, entre elas a **Experiência de vida no campus**, mas indiretamente encontra-se algumas ações, conforme descrito no quadro 11 - Evidências de estratégias de promoção da sustentabilidade no Relatório de Gestão do IFSC.

4.1.2.2 Relatório de Gestão – 2015

No RG 2015, a sustentabilidade aparece pela primeira vez como um valor institucional, “*Sustentabilidade, pautada pela responsabilidade social e ambiental*”. Os capítulos Avaliação da gestão do uso dos recursos renováveis e Sustentabilidade ambiental da instituição e Gestão ambiental nos câmpus do IFSC foram substituídos por Gestão Ambiental e Sustentabilidade, o que se classifica como ações para desenvolvimento da **dimensão Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade**.

Com relação as ações operacionais (dimensão **Operações no campus**), não foi identificado nenhum relato, apenas observações de que as ações de gestão da sustentabilidade no IFSC são desenvolvidas por meio do Programa IFSC Sustentável, com informações

disponíveis na seção do IFSC Sustentável, no site oficial <http://www.ifsc.edu.br/ifscsustentavel-inicio>.

Nota-se que a partir dessa ação o IFSC buscou tornar público as ações sustentáveis, seguindo premissas orientadas por diversos autores, entre eles Lozano *et al.* (2013), Disterheft *et al.* (2016), Guerra *et al.* (2018), Berchin (2017). Porém, conforme ocorreu em 2014, o RG do ano de 2015 apontou que o IFSC continuou sem disponibilizar os resultados alcançados das ações definidas no PLS, sem apresentar as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores, mesmo sendo uma obrigatoriedade prevista no art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012.

Esta observação quanto a ausência de relatórios implica para a necessidade de haver cautela por parte da instituição na criação de um método de definição e implementação do modelo de avaliação (AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015).

De forma geral, o RG 2015, observou-se que o IFSC se tornou signatário da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), com a intenção de formalizar o compromisso institucional com a promoção de uma cultura antidesperdício e de utilização coerente dos recursos naturais e dos bens público e aprovação do novo Plano de Gestão de Logística Sustentável, alinhando as ações com a **dimensão Diretrizes Institucionais**, quando a instituição adere à documentos formais e fomenta ações institucionais, como anteriormente reforçado nos estudos de Lozano *et al.* (2013), Disterheft *et al.* (2016), Guerra *et al.* (2018), Berchin (2017).

Por fim, as demais dimensões (**Extensão, Experiência de vida no campus e Ensino**) não foram observadas de forma direta, apenas indiretamente, conforme apontado no quadro 11.

Importante destacar que no decorrer do documento, encontra-se o motivo da ausência de ações de extensão, visto ser umas das dimensões de grande volume de atividades relacionadas a sustentabilidade, nesse caso o próprio RG apontou os fatores que implicaram para a ausência: *Outro fator que impactou a execução dos projetos foi a greve dos servidores, deflagrada em julho e que durou dois meses. Essa situação envolveu a suspensão do calendário acadêmico em alguns câmpus e o adiamento ou cancelamento de eventos já agendados (RG 2015, p. 49).*

Essa ausência de todas as dimensões na pesquisa também foi identificada por Leal Filho *et al.*, (2017), para os autores muitas vezes há uma ausência de estratégias e políticas ligadas a sustentabilidade que abrange todas as partes do sistema de uma IES.

4.1.2.3 Relatório de Gestão – 2016

No RG 2016, segue-se o mesmo padrão de 2015 com uma seção para Gestão Ambiental e Sustentabilidade, agora dividido em dois tópicos: i) Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras e ii) Sustentabilidade institucional.

Com relação direta as ações, o relatório explanou sobre o PLS (dimensão **Diretrizes institucionais**), sobre as ações de conscientização, como a implementação do programa “Minuto da Sustentabilidade” por meio da IFSC TV, tratando-se de pequenos vídeos de um minuto, que compartilham as iniciativas do IFSC ou de alunos e servidores, com o intuito de partilhar as boas práticas de sustentabilidade nos câmpus.

Cita-se ainda, as publicações no Link Digital — jornal virtual do IFSC — onde são encontradas diversas matérias sobre as ações sustentáveis realizadas na instituição, disponíveis no seguinte endereço: <http://linkdigital.ifsc.edu.br/?s=sustentavel>. Gerando pela primeira vez uma correlação com a dimensão **Experiência de vida no campus**.

Ademais, citou-se a participação em reuniões do Fórum de Gestão Integrada das IFES catarinenses - FORGIFESC - que reúne IFSC, IFC, UFSC e UFFS para o compartilhamento de soluções e desafios na administração. E no III Seminário Gestão Pública Sustentável, como estratégias na dimensão **Extensão/compartilhamento**.

Para a dimensão **Operações no campus**, o RG 2016 apresentou um detalhamento sobre a adoção de critérios sustentáveis em diversos processos licitatórios do IFSC, com uma série de ações em relação às licitações, contratos de obras e reformas, com fiscalizações das obras extremamente rigorosas com relação ao uso de materiais certificados (materiais que não agredem o meio ambiente), definições do devido descarte de entulhos e sobras de materiais, e redução de uso de madeiras em escoras para escoras metálicas.

No aspecto da dimensão **Ensino**, apareceu pela primeira vez, um destaque para as ofertas dos cursos Técnico em Meio Ambiente (oferecido pelos campus Florianópolis) e o curso de curta duração em Responsabilidade Socioambiental (oferecidos pelo Centro de Referência em Formação e Educação a Distância), trata-se, portanto, de uma estratégia que visa contribuir para a capacitação dos servidores e formação de educadores, como previsto na literatura (LOZANO *et al.*, 2013).

Por fim, as demais ações foram atribuídas de forma indireta as dimensões do sistema universitários (**Pesquisa e Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade**), ou seja, não por propósito da instituição, ambas estão descritas no quadro 11 - Evidências de estratégias de promoção da sustentabilidade no Relatório de Gestão do IFSC. Observando mais uma vez um indício de compartimentalização de ações dentro da instituição (LEAL FILHO *et al.*, 2017).

4.1.2.4 Relatório de Gestão – 2017

O RG 2017 seguiu as mesmas diretrizes do RG 2016, o tópico replicou informações sobre o programa IFSC sustentável, a inovação ficou por conta do aparecimento dos novos planos de execução por parte da gestão de cada campus em conjunto com a comissão local e a elaboração de planos específicos para cada unidade: *Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva e Plano de Gestão de Resíduos Sólidos*, ações que se integram a dimensão **Operações no campus**.

Na dimensão **Extensão** há apenas uma referência sobre a participação no Fórum de Gestão Integrada das IFES catarinenses e a participação no IV Seminário Gestão Pública Sustentável, em Chapecó-UFFS. Vale ressaltar que de forma indireta há relatos das atividades de extensão como o programa Mulheres Sim.

Há, pela primeira vez, referência de todos os cursos ofertados pelo IFSC relacionados à sustentabilidade e seus respectivos câmpus de oferta, de fato a única ação relacionada a dimensão **Ensino**. O quadro 11 compõem os cursos apresentados no RG 2017.

Quadro 11 – Cursos ofertados relacionados à sustentabilidade

Tipo	Curso	Câmpus
Qualificação Profissional	Condutor ambiental	URP, CTE, SMO
	Gestão ambiental no cotidiano	SLO, XXE
	Produção sustentável e certificação orgânica	CAN
	Uso de adubos verdes na agricultura familiar	CAN, SMO
	Educação inclusiva	CDR
	Direitos Humanos	CAN
Técnico	Controle ambiental	GPB
	Meio ambiente	FLN
	Cursos de saneamento	FLN
	Agroecologia	CAN e LGS
Graduação	Curso Superior de Tecnologia em gestão ambiental	GPB
Pós-Graduação	Desenvolvimento Rural sustentável	CAN
	Educação ambiental com ênfase na formação de formadores	SJE
	Agroecologia	LGS
	Clima e meio ambiente (mestrado)	FLN, ITJ, GPB

Fonte: Relatório de Gestão (2017).

Quanto as ações alinhadas a dimensão **Diretrizes Institucionais**, cita-se apenas formalização da Política de Sustentabilidade, em processo de consulta pública.

Uma novidade foi a menção de monitoramento das ações através da Certificação dos câmpus e a Certificação de processos administrativos em dois níveis: IFSC Sustentável papel zero para processos exclusivamente eletrônicos e IFSC Sustentável para processos mapeados que tenham aprimorado etapas, prazos e procedimentos tornando os mais eficientes ao público usuário. Essas ações propõem a avaliação da sustentabilidade na instituição, portanto são alinhadas a dimensão **Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade**.

Entretanto no local para análise das avaliações, os relatórios permanecem desatualizados, com ausência de um relatório geral e de diversos campus. Mais uma vez esses achados são previstos por outros autores e demonstram não haver conexão entre o gerenciamento e a ferramenta de avaliação e relatórios, que futuramente pode ser umas das razões pelas quais a gestão da sustentabilidade nas IES ainda está longe de se tornar uma prática permanente (AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015).

Para as dimensões **Pesquisa e Experiência vida no campus**, não foram encontradas ações diretas, apenas algumas indiretas e que estão disponíveis no quadro 11.

4.1.2.5 Relatório de Gestão – 2018

O RG 2018 não apresentou como habitual a seção Gestão ambiental e Sustentabilidade, trocando-a por Sustentabilidade Ambiental. O teor do relatório continuou abordando sobre o programa IFSC sustentável, e prioritariamente, à execução do PLS. Mas a página que deveria dar acesso os relatórios foi retirada, só está disponível na intranet, exigindo login e senha, ou seja, deixou de ser acesso público, e quando acessado, observou-se que a mesma permanece desatualizada. O que demonstra um total desalinhamento entre gestão da sustentabilidade com o modelo de acompanhamento e avaliação implementado.

Essa percepção foi mencionada por Amaral, Martins e Gouveia (2015) e Berchin *et al.* (2017), para os autores a gestão da sustentabilidade seria mais simples, se houvesse um alinhamento entre o modelo de gestão e a ferramenta de avaliação usada para avaliar o desempenho.

Conforme foram nos demais anos, consta no relatório de 2018 a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços, ações identificadas na dimensão **Operações no campus**.

A novidade foi a adesão ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ação que pode ser integrada a dimensão **Experiência vida no campus**, quando as ações em prol da sustentabilidade são realizadas e vivenciadas pela comunidade acadêmica.

Na seção Sustentabilidade institucional, o RG 2018 limitou-se a apresentar a seguinte descrição: “Verifica-se que o IFSC adota a sustentabilidade como valor institucional e possui um programa específico para alinhar os aspectos relacionados à sustentabilidade na instituição - IFSC Sustentável”. Nota-se que a instituição optou por deixar de apresentar dados quantitativos sobre cursos e ações institucionais como comumente ocorreu em outros anos.

De toda forma, conforme relatos na literatura, ter um programa sustentável é demonstrar integração com a dimensão **Diretrizes institucionais** (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018), porém, observa-se que nos anos de 2017 e 2018 não há relatórios do PLS publicados.

Por fim, não houve menção, de forma direta, das ações sustentáveis para as dimensões **Pesquisa, Ensino, Extensão e Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade**, apenas a localização de ações indiretas, conforme consta no quadro 12.

O quadro 12 apresenta as principais estratégias de sustentabilidades encontradas nos RG dos anos de 2014 a 2018, ações que de uma forma direta e indireta estão alinhadas as dimensões do sistema universitário.

Quadro 12 – Evidências de estratégias de promoção da sustentabilidade no Relatório de Gestão do IFSC

Dimensão	Ano	Evidências
DIRETRIZES INSTITUCIONAIS	RG 2014	Comissão de Ética, NAPNE - O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE); Formação da comissão central e comissões locais sustentabilidade; Elaboração do PLS - Funcionamento Institucional e Fomento à Cultura da Sustentabilidade; Critérios de sustentabilidade nos eventos promovidos ; adesão a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)
	RG 2015	Aprovação do Plano de Gestão de Logística Sustentável; tornou-se signatário da A3P, conforme termo de adesão Publicado no DOU de 01.10.2015, Temas estratégicos: Inclusão social, Intervenção político-social.
	RG 2016	IFSC adota a sustentabilidade como valor institucional e possui um programa de sustentabilidade - IFSC Sustentável; o IFSC implementou o programa “Minuto da Sustentabilidade” TV IFSC, elaboração do novo PLS 2017/2018.
	RG 2017	aprovação do PLS 2017/2018 (Plano de Logística Sustentável) ; construção da Política de Sustentabilidade do IFSC para formalizar as diretrizes e concepções sobre sustentabilidade no ensino, pesquisa, extensão e gestão.
	RG 2018	Adesão ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), IFSC Sustentável como programa específico para alinhar os aspectos relacionados à sustentabilidade na instituição; Selo de Instituição Signatária da Agenda ONU 2030 - Objetivos dos Desenvolvimento Sustentável. Adesão a Rede internacional de Cooperação Acadêmica Lixo Zero; Composição do Pacto Universitário pela Promoção do Respeito a Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos.

Dimensão	Ano	Evidências
PESQUISA	RG 2014	Temática da sustentabilidade de maneira articulada entre, ensino, pesquisa e extensão, propostas de projetos” de conservação de energia e uso racional de energia elétrica para integrar o PEE CELESC - Programa de Eficiência Energética da CELESC.
	RG 2015	Desenvolvimento de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade via divulgação científica e projetos articulados com os arranjos produtivos locais; Consolidar a identidade institucional e desenvolver a cultura da gestão em rede, da comunicação, da inclusão social, da inserção profissional, da pesquisa como método pedagógico e da inovação; Projetos de pesquisa articulados com a sociedade e ações de sustentabilidade.
	RG 2016	Termo Cooperação Técnica na área de pesquisa e educação, relativamente às atividades do Projeto de Pesquisa “Diagnóstico Sócio Ambiental em Áreas de Manguezais na Baía da Babitonga – Santa Catarina / Brasil; Projeto para Programa de Gênero e Geração de Renda); Projeto de Ação cidadã e social de alunos e servidores)
	RG 2017	Projeto de Pesquisa “Diagnóstico Sócio Ambiental em Áreas de Manguezais na Baía da Babitonga – Santa Catarina / Brasil
	RG 2018	Projeto de Pesquisa “Diagnóstico Sócio Ambiental em Áreas de Manguezais na Baía da Babitonga – Santa Catarina / Brasil
RELATÓRIOS E AVALIAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	RG 2014	Relatorios de Gestão Ambiental nos câmpus; PLS publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012), relatórios de aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis.
	RG 2015	Relatorios de Gestão Ambiental, análise dos aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis; Seção do IFSC Sustentável disponível sítio oficial do IFSC, Percentual de PNE com permanência e êxito; Percentual de adequação da infraestrutura física às normas de acessibilidade; Número de equipes capacitadas para atuar no atendimento educacional especializado; Índice de acompanhamento de Pessoas com Necessidades Específicas.
	RG 2016	Relatorio sustentabilidade Institucional, Relatorios de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, PLS-IFSC 2015/2016 (disponível no site); Indicadores P8 - Atender às pessoas com necessidades específicas.
	RG 2017	Relatorio sustentabilidade Institucional; Relatorios de Gestão Ambiental e Sustentabilidade
	RG 2018	Sustentabilidade Ambiental; Sustentabilidade Institucional.
EXTENSÃO - COMPARTILHAMENTO COM COMUNIDADE	RG 2014	Seminário de Gestão Pública Sustentável, Fórum de Compras Sustentáveis, Promoção de atividades de inserção social, feira de economia solidária, oficinas nas escolas públicas e apresentações culturais. Em relação a Economia Solidária, o IFSC atende a uma parcela da população à margem da inserção social, carentes de ações que os integrem a uma condição mínima de emprego e renda, apoio financeiro a estudantes para participação em eventos extracurriculares nacionais e internacional, comemoração da Semana do Meio Ambiente apresentação de trabalhos, para a comunidade interna e externa, realização da análise de balneabilidade em Florianópolis; do 1º Seminário Regional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural do Extremo Oeste de Santa Catarina, cursos de educação ambiental para crianças em vulnerabilidade; instalação de biodecompositores nas escolas públicas municipais.
	RG 2015	Projetos de extensão articulados com a sociedade e ações de sustentabilidade.
	RG 2016	o IFSC implementou o programa “Minuto da Sustentabilidade”, por meio da IFSC TV com o intuito de compartilhar as boas práticas de sustentabilidade nos câmpus; No Link Digital - jornal virtual do IFSC,- tras diversas matérias sobre ações sustentáveis na instituição; III Seminário Gestão Pública Sustentável; 360 mulheres participantes, empoderamento nas diversas situações de suas vidas, por meio de conversas sobre cidadania, violência contra a mulher, aulas de informática, matemática, artesanatos, culinária e tantas outras; Projeto Rondon, que visa busca somar esforços com as lideranças comunitárias e com a população, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável e para a construção e promoção da cidadania. Em suas operações, o Rondon desenvolve ações que tragam benefícios permanentes para as comunidades, principalmente as relacionadas com, a melhoria do bem estar social e a capacitação da gestão pública.
	RG 2017	Participação IV Seminário Gestão Pública Sustentável e fórum de ações sustentáveis compartilhadas como compras conjuntas, capacitações interinstitucionais e realizou, em Chapecó-UFFS; O projeto Rondon; .Projetos de extensão nas áreas temáticas, Direitos Humanos e Justiça(8); Meio Ambiente (18).
	RG 2018	Reinserção socioprofissional de egressos do sistema prisional, 2,15 milhões.

Dimensão	Ano	Evidências
ENSINO	RG 2014	Programa Mulheres Sim: promoção e valorização, economia criativa e geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social, 150 mulheres, participaram de cursos de formação inicial em gênero e geração de renda; Cursos de capacitação em Economia Solidária, capacitando 53 servidores.
	RG 2015	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica: Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente; e Inovação (SEPEI) por meio da palestra "Empreendedorismo, Inovação e Questões de Gênero".
	RG 2016	Reedição do programa Mulheres SIM; Capacitação dos alunos e servidores do IFSC no manejo das tartarugas marinhas; Oferta de curso FIC: Libras Intermediário; Oferta de curso FIC em Direitos Humanos para servidores da Secretaria de Educação de Mafra; Oferta de Cursos FIC no município de Planalto Alegre/SC - Administração e Empreendedorismo Rural / Empreendedorismo Jovem; Constitui objeto do presente Termo Cooperação Técnica o estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação, relativamente às atividades de formação para primeiro atendimento a munícipes surdos, usuários da LIBRAS para parcela dos servidores públicos municipais de Jaraguá do Sul.
	RG 2017	Cursos ofertados relacionados à sustentabilidade; Programa Mulheres SIM; Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais, que tem como principais objetivos articular, coordenar, orientar e estimular o processo de planejamento centrado na redução das desigualdades regionais, promovendo o desenvolvimento inclusivo, equilibrado e sustentável no estado de Santa Catarina.
	RG 2018	Realização de Capacitação de gestores e servidores, incluindo professores de educação física sobre o atendimento ao aluno com deficiência; Fomento à produção de recursos pedagógicos acessíveis. Aprovação da Política de Sustentabilidade.
EXPERIÊNCIA NO CAMPUS	RG 2014	Programas e ações: Programa de atendimento a estudantes em vulnerabilidade social; programa
	RG 2015	NA*
	RG 2016	o IFSC implementou o programa "Minuto da Sustentabilidade"; Semana Inclusiva na Grande Florianópolis, evento "Feirão Dia D", que proporcionou às pessoas com deficiência uma oportunidade de entregar os seus currículos e conversar com empresas, as quais precisam cumprir suas cotas destinadas a esse público. Alunos do curso Técnico em Eventos, do Câmpus Florianópolis-Continente, atuaram como voluntários no evento "Feirão Dia D", auxiliando as pessoas com deficiência a preencherem seus cadastros, recepcionando-as e também orientando-as.
	RG 2017	2º ano do evento Feirão dia D, Estudantes do curso Técnico em Eventos, do Câmpus Florianópolis-continente, atuaram como voluntários no evento "Feirão Dia D", auxiliando as pessoas com deficiência a preencherem seus cadastros, recepcionando-as e também orientando-as. Para esclarecer os estudantes em como prestar auxílio às pessoas com deficiência, foi organizada previamente uma palestra aos estudantes no câmpus Florianópolis-Continente, com alguns integrantes da comissão do evento, com uma representante do Ministério Público, uma da Associação Catarinense para a Integração do Cego (Acic) e uma da Fundação Catarinense de Educação Especial de Santa Catarina.
	RG 2018	NA

Dimensão	Ano	Evidências
OPERAÇÕES NO CÂMPUS	RG 2014	1º Edital de Compras Compartilhadas para Materiais Sustentáveis; Medidas relativas a acessibilidade; Adoção de medidas para o uso consciente dos recursos, Sistema de aproveitamento da água da chuva; Redução do uso de copos descartáveis e folhas A4; Adoção de lixeiras de coleta seletiva; Controle eletrônico nas torneiras por temporizador, fator que contribuiu para a diminuição de 20% no custo da conta de água; Programa ReÓleo, ponto coletor de óleo de cozinha; recolhimento de pilhas e baterias; ações de reaproveitamento de componentes eletroeletrônicos; projeto para troca de lâmpadas e equipamentos visando à economia de energia; Nos laboratórios dos cursos buscou-se evitar o desperdício de matéria-prima e realização correta do descarte de cada material.
	RG 2015	Implantação PLS nas ações de funcionamento; novas edificações com maior eficiência no aproveitamento dos recursos naturais.
	RG 2016	Contratação de serviços de coleta de resíduos perigosos e específicos por meio do Edital de Pregão Eletrônico nº 46/2016; “IFSC SUSTENTÁVEL papel zero” para processos exclusivamente eletrônicos e “IFSC SUSTENTÁVEL” para processos mapeados que tenham aprimorado etapas, prazos e procedimentos tornando os mais eficientes ao público usuário; Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras. Pregão 61/2016 - Eventos: Fornecimento de material de serviço descartável (reciclável ou biodegradável) ou reutilizável (cerâmica, vidro, metal etc.); Pregão 152/2016 - Pregão de Contratação de serviço de Limpeza com exigência de materiais biodegradáveis, edital estabelece Práticas de Sustentabilidade a serem cumpridas pela contratada; Permanente Informática: Edital prevê margem de preferência para produtos nacionais.
	RG 2017	Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva (PMPC) e Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS); Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras; licitação 100% sustentável com materiais de expediente com critérios de sustentabilidade
	RG 2018	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços; Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições; Mobiliário: diversos itens exigem certificação da origem da madeira e demais materiais; previsão de itens exclusivos para ME/EPP em todos os nossos editais, em obediência a Lei Complementar 123/2006, fortalecendo, assim, as micro e pequenas empresas; adquiridos produtos da Agricultura Familiar para alimentação escolar, em observância Lei 11947/2009, que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); Contratos de limpeza - Evento Convocatório com critérios de SUSTENTABILIDADE; Ações para redução do consumo de recursos naturais; Redução de resíduos poluentes.

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Observa-se pela análise do RG que a sustentabilidade está presente em todas as dimensões do sistema universitário, algumas com maior ênfase e outras de forma indireta. Na sua maioria, as ações são compartimentalizadas, ausentes em alguns anos, o que demonstra não haver perenidade, isso pode ser reflexo de falta de integração entre as partes estratégicas do sistema (POPESCU; BELEAUA, 2014; AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015), ou desalinhamento entre o método de implementação e ferramentas de avaliação e relatório da sustentabilidade (POPESCU; BELEAUA, 2014; AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015, BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018).

4.2 ANÁLISE DO PROGRAMA IFSC SUSTENTÁVEL

O IFSC Sustentável foi idealizado no final de 2012 na fase de construção do PDI de vigência 2015 a 2019, contempla a Política de Sustentabilidade e o Plano Logística Sustentável. Segundo os fatos observados, tudo começou com a publicação da Portaria nº 490 de 04/04/2013, a qual designava 25 servidores como membros da comissão responsável pelo Programa IFSC Sustentável, com a função de desenvolver atividades no período de abril de 2013 a dezembro de 2014, nesta composição inicial havia a participação de 21 câmpus (ver [anexo B](#)).

Ainda em 2013, pequenas ações sustentáveis foram realizadas, exemplos: a distribuição de canecas para substituir o uso de copos recicláveis, uma proposta de redefinição da agenda acadêmica institucional com a incorporação de materiais recicláveis aos processos (IFSC, 2019).

Em 2014, o programa recebeu um reforço com a constituição das Comissões locais em cada campus do IFSC, essa ação fez com que os padrões institucionais fossem implementados considerando dois eixos de atuação: Funcionamento Institucional e Fomento à Cultura da Sustentabilidade.

No ano de 2015, o IFSC definiu a Sustentabilidade como um valor de gestão, inserindo-a em todos os processos administrativos, acadêmicos, na atuação dos servidores e na formação dos estudantes, e foi apresentado pela comissão de sustentabilidade um documento norteador das ações no campo da gestão da sustentabilidade, chamado de Plano de Gestão de Logística Sustentável, em de 2017 o PLS foi atualizado. Em 2018, o programa ganhou força com a aprovação da Resolução Consup Nº 28/2018, que trata da Política de Sustentabilidade do IFSC.

Desta forma, para apresentar o Programa de Sustentabilidade do IFSC, aborda-se nas próximas subseções a caracterização das dimensões do sistema universitário presentes no PLS e na Política de Sustentabilidade. Porém, antes do detalhamento é necessário fazer algumas observações quanto aos entraves e dificuldades de acesso à informação referente ao programa de sustentabilidade no IFSC.

No site institucional <https://www.ifsc.edu.br/>, não tem nenhuma referência sobre o programa, tão menos quanto a sustentabilidade em si. Apenas o antigo site do IFSC (<http://antigo.ifsc.edu.br/>) havia uma aba específica apenas para sustentabilidade, mas esse site não está mais disponível para acesso.

O PLS do biênio 2015/2016 foi localizado na intranet do IFSC no endereço (<https://intranet.ifsc.edu.br/>), a primeira barreira para acesso ao programa é que a intranet exige login e senha para acesso, ou seja, não é de livre acesso a toda comunidade acadêmica.

O PLS 2017/2018 foi localizado no site antigo do IFSC, no endereço (<http://antigo.ifsc.edu.br/>), esse site não está disponível para a comunidade, foi substituído por uma nova versão, e só foi possível acessá-lo com a orientação da departamento de comunicação do IFSC (atualmente possui informações desatualizadas sobre o PLS e no decorrer da pesquisa descobriu-se que partiu da gestão do IFSC o interesse em não ter o tópico no site institucional, uma vez que deveria estar na intranet).

A Política de sustentabilidade foi localizada no sistema integrado de gestão, o programa SIG, na página (<https://sigrh.ifsc.edu.br/sigrh/public/home.jsf>), a página é de acesso público, mas não há nenhuma orientação em como localizá-la. Para poder acessá-la é necessário saber que há uma resolução aprovada pelo CONSUP – Conselho Superior, mas nem toda comunidade tem ciência desse do conselho ou da resolução.

Observa-se que há uma carência de gestão e acesso à informação quanto a Gestão da Sustentabilidade do IFSC, fato que dificulta o acesso aos documentos pela comunidade acadêmica, ou seja, discentes, servidores, fornecedores e comunidade em geral.

Como a intenção desse estudo é apresentar um resumo dos documentos, e encontrar dificuldades para localizá-los no site institucional (para consulta), disponibiliza-se nos anexos o PLS vigente, ver [anexo A](#) e a Política de sustentabilidade, ver [anexo C](#).

Ademais, como o programa é composto por dois documentos complementares, foi inicialmente apresentado os resultados encontrados, no final da seção foi realizado uma análise dos resultados com observações em comum com a literatura.

4.2.1 Análise do PLS do IFSC

O Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS/IFSC é uma ferramenta de planejamento, obrigatória na administração pública, que permite critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica, fundacional e pelas empresas estatais dependentes.

Trata-se de um planejamento de ações, que a cada período deveria gerar um relatório de acompanhamento, com os resultados alcançados, a identificação das ações a serem desenvolvidas para cada novo ano, com obrigatoriedade de publicação acessível a comunidade.

O conceito de logística sustentável é aplicado ao processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços, de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a

proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado (BRASIL, 2020).

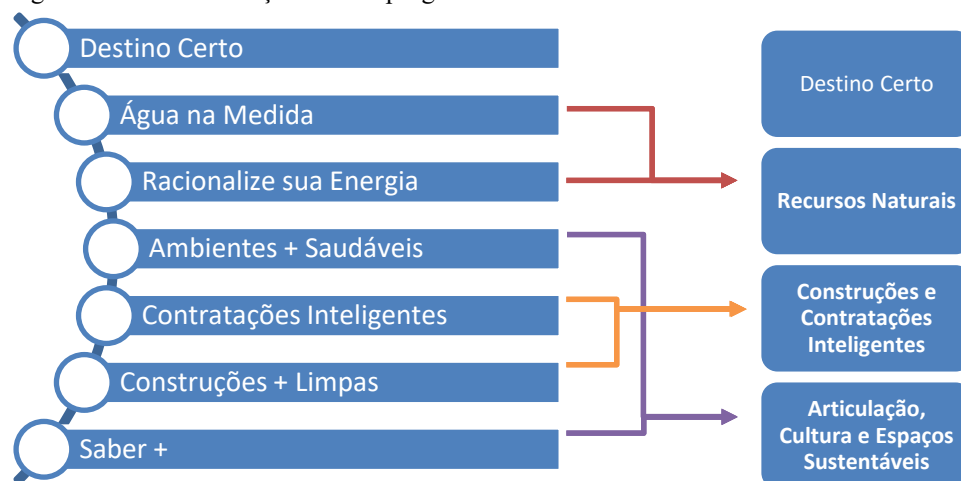
A construção do PLS/IFSC foi realizada de maneira coletiva, buscou direcionar as ações e esforços na esfera do funcionamento institucional, teve por prioridade promover o desenvolvimento da instituição para torná-la se capaz de arcar com suas responsabilidades no plano da sustentabilidade, nos aspectos: social, econômico ou ambiental.

O primeiro PLS/IFSC teve vigência nos anos 2015/2016, era composto por 7 subprogramas, cada subprograma era orientado por diversas ações preestabelecidas por um plano de ação elaborado conforme a ferramenta de planejamento e gestão 5WH: *What?* (O quê?); *When?* (Quando?); *Where?* (Onde?); *Who?* (Quem?) e *How?* (Como?).

Em 2017, devido à baixa aderência as ações do PLS do ano de 2015/2016, o PLS passou por modificações e após uma avaliação foi decidido pela redução dos subprogramas. De forma que o PLS 2017/2018 passou a ter apenas 4 subprogramas, que continuam até o momento como a última orientação institucional para ações de gestão da sustentabilidade no IFSC.

A divisão do documento segue a seguinte lógica: Apresentação e contexto; Metodologia, que aborda os subprogramas; Regulamento de execução; Sugestões e estratégias, oferecem sugestões de ações para além do planejado e; Monitoramento e execução, que aborda as avaliações e certificações. A figura 13 ilustra a mescla dos subprogramas PLS 2015/2016 e PLS 2017/2018.

Figura 13 – Transformação dos subprogramas do PLS/IFSC



Fonte: Elaborado pela autora, conforme PLS IFSC (2019)

Cada subprograma tem uma determinada função e definição. O primeiro subprograma chama-se **Destino certo**, trata da gestão dos resíduos sólidos, o objetivo principal é efetuar o

gerenciamento dos resíduos sólidos do IFSC conforme legislação vigente, alinhado a uma gestão adequada dos resíduos sólidos gerados.

O segundo subprograma é o **Recursos Naturais**, consiste no manejo dos recursos hídricos e energéticos veio a substituir os antigos Água na medida e racionalize sua energia. O terceiro subprograma é o **Construções e Contratações Inteligentes** tem o objetivo adotar critérios sustentáveis nas contratações de obras e serviços de engenharia e adotar critérios de sustentabilidade nas aquisições de materiais e contratações de serviços.

O quarto e último subprograma é **Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis**, possui a finalidade de propor qualidade de vida nos ambientes de trabalho, formação e sensibilização continuada para a sustentabilidade no âmbito do funcionamento institucional. Tem por objetivo adequar as instalações existentes, criar espaços e promover atividades físicas e de integração, visando a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; capacitar e sensibilizar a comunidade interna para temas de relevância quanto à logística sustentável.

Na primeira análise ao PLS, observa-se que plano tem como limite da sua abrangência apenas aos processos relativos ao funcionamento institucional, não tem o objetivo de direcionar abordagens da temática da sustentabilidade nas ações desenvolvidas nos processos de ensino, pesquisa e extensão.

Segundo o próprio plano, tais iniciativas seriam trabalhadas e planejadas por outro instrumento, mas ainda que de forma indireta, a análise dos documentos demonstrou haver uma discreta implementação de ações nas dimensões Ensino, Pesquisa e Extensão como será visto nesta Subseção.

Desta forma, como o objetivo da pesquisa é caracterizar as dimensões do sistema universitário presentes no PLS do IFSC, apresenta-se a seguir os resultados encontrados.

4.2.1.1 Diretrizes institucionais

Com relação a dimensão Diretrizes Institucionais, a apresentação e a metodologia do programa mostram a primeira evidência de que a dimensão está presente no plano. O PLS determina que as suas ações e esforços são no âmbito de seu funcionamento institucional, conforme descrito: *“Desta forma, no âmbito institucional, o programa IFSC Sustentável visa atender estas demandas legais, sociais e ambientais utilizando-se de instrumentos de gestão, em especial, este Plano de Gestão de Logística Sustentável”*.

A segunda evidência foi localizada nas premissas iniciais do PLS com a orientação de que a gestão do campus/reitoria deve institucionalizar as ações prioritárias previstas no plano,

entendendo-as como necessárias e obrigatórias para a manutenção e funcionamento eficientes da instituição, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais.

A fim de garantir o desenvolvimento das ações e fortalecer o apoio institucional, a alta gestão do IFSC, por intermédio do seu planejamento estratégico, determinou uma ajuda orçamentaria para a execução de ações sustentáveis, estabelecendo que cada campus tem anualmente disponível, no mínimo, 0,5% do seu orçamento, para a realização de ações prioritárias do PLS.

Outra evidência de relação da dimensão Diretrizes institucionais está na preocupação institucional com a implantação do plano, na seção que trata do Regulamento de Execução, o item 4.3 determina que a Comissão Local e a Gestão do campus ou reitoria deverá propor à Comissão Central um cronograma de execução das ações prioritárias propostas no PLS, assim como previsto no item 4.3.1, da obrigatoriedade da execução de no mínimo, 3 ações prioritárias por semestre.

4.2.1.2 Ensino

Com relação a dimensão Ensino, mesmo com a menção de que o PLS não tem intenção em prever ações, percebe-se que a dimensão está presente de forma indireta. O PLS prevê na seção de Regulamento de Execução a seleção de discentes, inclusive com previsão de remuneração, para que esse público possa atuar junto as comissões e ao programa.

Na mesma seção, outra evidência da associação da dimensão Educação foi observada com a obrigatoriedade em divulgar e apresentar o PLS para todos os servidores e alunos no início de cada semestre. Ainda no regulamento de execução, nota-se a conexão com a dimensão Educação, visto que há uma preocupação com a capacitação dos servidores envolvidos com o programa, no PLS há recomendação de que os membros das Comissões Central e Locais, deverão realizar o curso “Sustentabilidade na Gestão Pública”, ou algo similar, oferecido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Por fim, mais uma evidência da associação da dimensão Educação é a permissão para que docentes possam alocar como carga horária, os cursos de capacitação sobre sustentabilidade, nos seus plano e relatórios semestrais de atividades docentes.

Na seção Sugestões e estratégias encontra-se a última evidência da dimensão Educação, com a proposição de implementação parcial ou total de ações sustentáveis nos temas do Projeto Integrador dos cursos de cada campus.

A fim de complementar a importância da ação, destaca-se que o projeto integrador de forma geral, caracteriza-se como uma atividade que visa o desenvolvimento de iniciação científica com a intenção de promover a interdisciplinaridade e a integração dos conhecimentos de forma articulada entre os alunos.

4.2.1.3 Pesquisa

Na análise da dimensão Pesquisa, há uma articulação com a dimensão na seção que trata das Sugestões e Estratégias, com a previsão de submissão de projetos de pesquisa por parte das comissões, ou seja, de forma articulada e com demais servidores. O intuito é promover a execução das ou até mesmo de temas relacionados com a sustentabilidade, além disso, tem como condição a participação de alunos para que eles possam adquirir experiências a fim de fortalecer a cultura.

4.2.1.4 Operações no campus

Na análise da dimensão Operações no campus, percebe-se que a dimensão foi amplamente abordada, começando na seção que trata dos subprogramas, dos quatro previstos, três são relacionados diretamente a dimensão Operação no campus.

Primeira ênfase está nas ações do subprograma Destino Certo, que trata da gestão dos resíduos gerados e prevê a implantação do padrão institucional de resíduos, com levantamento e identificação dos resíduos gerados pela instituição.

A caracterização da dimensão está nas proposições de ações que visem desenvolver programas de reutilização de materiais, conforme as ações listadas a seguir:

- Desenvolver programas de reutilização de materiais, exemplos: utilizar ambiente virtual para divulgação de materiais reaproveitáveis em outros setores, laboratórios, departamentos do IFSC.
- Desenvolver programas de redução de geração de resíduos, exemplos: incentivar o uso das plataformas digitais, buscando a redução de cópias e impressões.
- Incentivar a formação de cooperativas ou associações de coletores de materiais recicláveis.

Outra evidência da dimensão Operações no campus foi localizada no subprograma Recursos Naturais, que visa valorizar os recursos hídricos utilizados no IFSC e racionalizar o consumo de energia.

A dimensão é abrangida com Monitoramento do consumo de água e energia; com a sensibilização do consumo, onde são realizadas campanhas de conscientização para redução, e a ação de programar computadores e condicionadores de ar para desligarem automaticamente no final do turno de trabalho.

Ainda no mesmo subprograma, a dimensão se fez presente pela manutenção das instalações com objetivo de evitar desperdícios, o que demonstra uma grande preocupação com o gerenciamento dos recursos naturais.

Dentre as ações que possibilitam a relação com a dimensão, há como complemento a proposição de ações de implantação de uma Estação de tratamento de água, coleta da água da chuva, assim com o apoio para o desenvolvimento de programa de geração distribuída nos câmpus/reitoria através de fontes renováveis (placas fotovoltaicas, energia eólica e etc.), e orientação para instalação de sensores de presença em ambientes de circulação ocasional de pessoas.

E a última evidência foi localizada no subprograma Construções e Contratações Inteligentes, conforme consta no PLS, o objetivo dessa ação é adotar critérios sustentáveis nas contratações de materiais, de obras e serviços de engenharia, com a utilização de Guias Práticos de Compras Sustentáveis, realização de compras compartilhadas com outros câmpus/reitoria, outras instituições e a promoção de capacitação/atualização dos envolvidos nos processos de licitações e obras.

Na abordagem sobre construções sustentáveis trabalha-se a proposição de criação de Telhados verdes, projetos com placas solares para redução de energia elétrica e para os sistemas de aquecimento de água por meio de placas solares, e instalação de sistema de recolhimento da água da chuva, típicos modelos de ações para campus-verde.

4.2.1.5 Extensão

A dimensão Extensão apesar de não ser o foco do PLS se faz presente nas ações do subprograma Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis, dentre as ações prioritárias, identifica-se a ação “Articulações sociais e parcerias”, essa ação propõem três pequenas ações: (i) Realizar parcerias com frentes sociais dentro do IFSC; (ii) Realizar ações e eventos com temáticas sociais que busquem a igualdade e respeito e; (iii) Firmar parceria com outro câmpus/reitoria e instituições para a realização conjunta de ações, eventos e capacitações.

A dimensão é abordada com as Sugestões e estratégias do plano, onde há a proposição da Submissão de projetos de pesquisa e/ou extensão, a qual prevê uma articulação, por parte

das comissões, com a elaboração de projetos extensão juntamente com professores e TAEs para a execução de ações do PLS ou, ainda, de temas relacionados com a sustentabilidade, de maneira que envolvam estudantes na execução das ações para que adquiram experiências e disseminem a cultura da sustentabilidade.

E ainda nas sugestões e estratégias, outra evidência encontrada foi o Fechamento de parcerias conforme citado a seguir:

Parcerias: uma saída encontrada para a escassez de recursos financeiros e humanos são as realizações de parcerias com o poder público e privado. Como exemplo, indica-se as ações de promoção da ressocialização de presos do regime aberto e semiaberto em parceria com o Poder Judiciário (sistema penitenciário) para realização de serviços por apenados que descontam os dias trabalhados ou, ainda, por condenados a trabalhos voluntários.

Por fim, a dimensão se faz presente no subprograma Destino certo, quando previsto o incentivo a formação de cooperativas ou associações de coletores de materiais recicláveis.

4.2.1.6 Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade

A dimensão Avaliação e elaboração de relatórios é uma dimensão que visa acompanhar o desenvolvimento de tudo que é realizado para a promoção da sustentabilidade. No PLS essa dimensão foi amplamente inserida, pelas premissas do plano, na seção Regulamento de Execução, conforme descrito a seguir:

Cada campus ou reitoria deverá elaborar relatórios anuais e um relatório final a ser encaminhado à Comissão Central.

4.4.1 Os relatórios deverão ser elaborados, em formulário padrão constante do sítio oficial, pela Comissão Local e Gestão do campus ou reitoria, contendo, no mínimo, os relatos e comprovantes de cada ação bem como eventuais justificativas e demais ações executadas não previstas inicialmente.

4.6 Cada comissão local deverá realizar, no mínimo, 3 reuniões por semestre sendo que a primeira e última reunião do ano devem contar com a presença da gestão do campus ou reitoria, para, respectivamente, planejar as ações do ano e aprovar o relatório anual.

4.7 Cada campus e a reitoria devem realizar as ações prioritárias de cada subprograma e, após a realização destas, deve continuar atuando em ações indicadas ou em ações próprias.

4.8 Todos os câmpus e reitoria serão avaliados pela Comissão Central que implementará certificações de sustentabilidade de acordo com o nível de execução das ações previstas neste PLS e de outras ações.

4.9 A Comissão Central e a Coordenação de Processos e Normas (CPN) da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) implementarão certificações de sustentabilidade para os processos administrativos e acadêmicos do IFSC que deverão, quando possível, priorizar a execução por meio eletrônico.

É presente no capítulo que trata das Sugestões e estratégias, a evidência é a proposição da criação de um Mural ou Informativo da Sustentabilidade: O qual deveria ser preferencialmente digital, com o intuito de compartilhar as ações, boas práticas e trabalho das comissões, para conhecimento e participação da comunidade acadêmica. Essa prática torna o evento como um relatório das ações.

A seção de Execução e Monitoramento por si integra a dimensão Avaliação e resultados, são previstas as ações de monitoramento interno e externo, conforme apresentado nos itens a seguir: “6.1 A execução e monitoramento local do PLS será responsabilidade da gestão do campus/reitoria apoiada pela comissão local do IFSC Sustentável e item 6.2 O monitoramento externo será realizado pela comissão central do IFSC Sustentável através de reuniões periódicas, visitas técnicas e análise dos relatórios anuais”.

Na mesma seção a dimensão está presente com a certificação de Campus Sustentável e certificação de Processo Sustentável. Quanto a certificação campus sustentável o PLS trouxe uma proposta para criação de um sistema de certificação por campus/reitoria, em três níveis, cuja avaliação seria realizada com base na execução das ações propostas no plano. Seguindo as seguintes diretrizes: Cumprimento das ações prioritárias; Envolvimento de todos os segmentos da instituição; e Desenvolvimento de formação/cultura sustentável.

Segundo o próprio PLS, o objetivo da certificação é beneficiar e/ou priorizar os câmpus que apresentem um melhor desempenho na execução das ações.

Em relação a certificação de processo sustentável, estava previsto o desenvolvimento de um sistema de certificação para os processos administrativos e acadêmicos, seguindo as diretrizes:

- Uso prioritário de sistemas informatizados (selo IFSC “papel zero”);
- Desburocratização do processo, visando eficácia, eficiência e efetividade;
- Desenvolvimento e disseminação da gestão de processos no IFSC;
- Avaliação efetiva dos usuários do processo;
- Mapeamento de processos e competências.

Outra evidência identificada foi na implantação de indicadores em cada subprograma, conforme listados a seguir:

Indicadores do Subprograma Destino Certo:

- a. Quantidade (kg por tipo) de resíduos gerados por pessoa no campus/reitoria semestralmente;
- b. Percentual de ambientes com resíduos padronizados instalados;

- c. Percentual de destinação adequada dos resíduos. (responsabilidade dos laboratórios).

Indicadores do subprograma Recursos Naturais

- a. Quantidade de água per capita consumida anualmente;
- b. Gasto financeiro anual com água per capita;
- c. Quantidade de energia elétrica per capita consumida anualmente;
- d. Gasto financeiro anual com energia elétrica per capita;

Indicadores do subprograma Construções e Contratações Inteligentes

- a. Quantidade de itens em licitações com critérios de sustentabilidade;
- b. Quantidade de serviços/ações realizadas previstos no Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva

Indicadores do subprograma Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis

- a. Número de eventos relacionados à sustentabilidade promovidos por ano;
- b. Quantidade de servidores capacitados em temáticas sustentáveis;

Como pode ser verificado, a dimensão Avaliação e relatórios de sustentabilidade foi associada diversas vezes no PLS, demonstrando haver uma intenção, parte do IFSC, em avaliar o desempenho do programa, assim como melhorar os processos. Essa preocupação é importante pois oferece a possibilidade de controle e continuidade das ações.

O próprio PLS na sua apresentação inicial explicou que após o modelo vigente nos anos de 2015-2016 sofreu avaliação e por essa razão foi modificado com intuito de obter apoio da gestão dos câmpus e aderências as ações.

4.2.1.7 Experiências de vida no campus

Na análise da dimensão Experiências de vida no campus a objetivo era identificar ações que demonstrassem atividades de trocas de experiências entre toda a comunidade acadêmica e a interdisciplinaridade, como exemplo: a participação de professores de diferentes especializações, servidores de diversos setores e alunos de diversos cursos.

Constata-se que o PLS integrou a referida dimensão na seção de Regulamento de execução, pois há uma orientação de que todas as comissões devem ser formadas por, no mínimo, um representante de cada segmento (TAE, docente e discente), além da obrigatoriedade da participação do Chefe/Diretor DAM do campus e um responsável/indicado pela área de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, mediante portaria com período determinado a critério de cada campus.

Outro destaque está na seção de Sugestões e estratégias, conforme a orientação para criação de Comissões interdisciplinares, com participação de membros de diversos setores da comunidade acadêmica (setores administrativos e diferentes cursos/áreas).

A Experiência de vida no campus está presente no subprograma Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis, trabalhando com o tema Qualidade de vida nos ambientes de trabalho, formação e sensibilização continuada para a sustentabilidade no âmbito do funcionamento institucional.

A proposição de criação de espaços disponíveis para reunião e de espaços agradáveis que promovam a interação e não a passividade são formas de integração da dimensão experiências de vida no campus, e no PLS, o subprograma Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis aponta a existência dessas ações com a orientação de criação de espaços que promovam atividades físicas.

Dentre outras ações prevista pelo PLS, cita-se a proposição da promoção da ergonomia nos ambientes com a execução de um programa de ginástica laboral, a criação de um espaço verde e a construção de academia, preferencialmente ao ar livre.

Outra evidência foi localizada no subprograma Recursos naturais com a sugestão de caronas solidárias, com vistas ao aproveitamento de vagas nos carros oficiais e particulares. O plano acrescenta ainda a implantação de bicicletários e a criação da composteira com a ajuda dos alunos, como ações que propiciem uma cultura de compartilhamento e sustentável e forma de vida sustentável. No PLS foram localizadas propostas de implantação de ações como: planejar eventos em datas relacionadas à sustentabilidade no calendário acadêmico e garantia de ações sustentáveis na organização de eventos dos câmpus e reitoria.

A dimensão Experiência de vida no campus considera como prática as atividades relacionadas as experiências de estudantes dentro e fora do campus e envolvimento dos funcionários, e de forma positiva observa-se no PLS uma preocupação com essas práticas, por exemplo: as orientações para a realização de capacitações e/ou participação em capacitações externas relacionadas à sustentabilidade, a sensibilização para a sustentabilidade divulgando ações nos espaços de comunicação do IFSC (Link Digital, IFSC-TV, e-mail, hotsite).

Na seção de Sugestões e estratégias o plano orienta para a criação do Mural ou Informativo da Sustentabilidade, preferencialmente digital, com objetivo de compartilhar ações, boas práticas e o trabalho das comissões, de maneira que leve ao conhecimento e participação da comunidade acadêmica. Para melhor compreensão do PLS, o quadro 13 apresenta resumidamente os subprogramas e caracterização das dimensões pelas ações identificadas.

Quadro 13 – Análise do PLS 2017/2018 e as dimensões.

PLS 2017/2018 E DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DA SUSTENTABILIDADE					
	O que?	Como fazer?	Quem?	Indicadores	Possui dimensão integrada?
Destino Certo	Implantação do padrão institucional de resíduos	- Realizar o levantamento de resíduos na instituição. - Implantar identificação dos resíduos conforme padrão institucional.	Comissão Local e Gestão	- Quantidade (kg por tipo) de resíduos gerados por pessoa no câmpus/reitoria semestralmente; - Percentual de ambientes com resíduos padronizados instalados; - Percentual de destinação adequada dos resíduos. (responsabilidade dos laboratórios)	Diretrizes Institucionais Relatórios e avaliação da sustentabilidade
	Destinação ambientalmente correta dos resíduos	- Priorizar a coleta seletiva para resíduos recicláveis com sua destinação para cooperativas de catadores, quando houver. - Destinar os resíduos para a coleta seletiva realizada pela prefeitura. - Implantar composteira ou destinar os resíduos orgânicos para tratamento. - Garantir a destinação ambientalmente correta de passivos ambientais produzidos. - Incluir ações deste subprograma nos contratos e capacitação dos funcionários, no caso de alocação de colaboradores externos.	Comissão Local e Gestão		Operações no câmpus Experiência no câmpus Ensino Relatórios e avaliação da sustentabilidade
	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	- Elaborar um plano que atenda as demandas do campus com base no Apêndice I.	Comissão Local e Gestão		Diretrizes Institucionais Operações no câmpus
Recursos naturais	Monitoramento do consumo de água e energia	- Registrar faturas de água e energia com seu custo e consumo, de modo a perceber eventuais sinistros. - Expor estas informações em um cartaz no mural ou enviando por e-mail para os servidores.	Comissão Local e Gestão	- Quantidade de água per capita consumida anualmente; - Gasto financeiro anual com água per capita; - Quantidade de energia elétrica per capita consumida anualmente; - Gasto financeiro anual com energia elétrica per capita;	Relatórios e avaliação da sustentabilidade Operações Campus
	Sensibilização do consumo	- Realizar de campanhas para redução do consumo; - Programar computadores e condicionadores de ar para desligarem automaticamente no final do turno de trabalho.	Comissão Local e Gestão		Ensino Operações Campus
	Manutenção das instalações	- Prever manutenção ou substituição periódica das instalações que vise o não desperdício de água e energia, bem como evitar problemas na rede. - Realizar a adequação da demanda de energia contratada sempre que necessário	Comissão Local e Gestão		Operações no câmpus Relatórios e avaliação da sustentabilidade
Construções e Contratações Inteligentes	Incorporação de critérios de sustentabilidade nos projetos, obras e manutenção	-Pesquisar materiais mais eficientes e com menor impacto ambiental. - Consultar guias de compras e obras sustentáveis. - Promover capacitação/atualização dos engenheiros.	Engenharia	- Quantidade de itens em licitações com critérios de sustentabilidade; - Quantidade de serviços/ações realizadas previstos no PMPC.	Pesquisa Ensino
	Inserção de critérios de sustentabilidade em compras e contratações	- Promover a racionalização da diversidade dos materiais/serviços contratados. - Utilizar Guias Práticos de Compras Sustentáveis (NAJ/SP, MPOG etc.) - Priorizar materiais que atendam critérios de sustentabilidade. - Realizar compras compartilhadas com outros câmpus/reitoria e outras instituições.	Compras e Contratos		Ensino Operações câmpus
	Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva	- Elaborar um plano que atenda às demandas do campus com base no Apêndice II.	Engenharia		Operações no câmpus

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis	Sensibilização dos servidores e alunos	- Prever eventos em datas relacionadas à sustentabilidade no calendário acadêmico. - Garantir ações sustentáveis na organização de eventos dos câmpus e reitoria. - Realizar capacitações e/ou participação em capacitações externas relacionadas à sustentabilidade. - Desenvolver estratégias de sensibilização ambiental. - Sensibilizar para a sustentabilidade e divulgar ações utilizando para isso os espaços de comunicação do IFSC (Link Digital, IFSC-TV, email, hotsite).	Comissão Local e Gestão	· Número de eventos relacionados à sustentabilidade promovidos por ano; · Quantidade de servidores capacitados em temáticas sustentáveis;	Extensão - compartilhamento Experiência no câmpus Ensino
	Articulações sociais e parcerias	- Realizar parcerias com frentes sociais dentro do IFSC. - Realizar ações e eventos com temáticas sociais que busquem a igualdade e respeito. - Firmar parceria com outro câmpus/reitoria e instituições para a realização conjunta de ações, eventos e capacitações.	Comissão Local e Gestão		Extensão - compartilhamento Experiência no câmpus
	Ambiente saudável	- Promover a ergonomia. - Criar um espaço verde. - Disponibilizar uma área do servidor.	Comissão Local, Gestão e DGP		Experiência no câmpus
Submissão de projetos de pesquisa e/ou extensão:					Extensão Pesquisa
Ações do PLS nos P.I. dos câmpus:					Ensino Extensão
Comissões interdisciplinares					Ensino Experiência no câmpus
Parcerias					Extensão
Mural ou Informativo da Sustentabilidade					Extensão / Compartilhamento Relatórios e avaliação da sustentabilidade
Certificação Processos sustentáveis Uso prioritário de sistemas informatizados (selo IFSC “papel zero”) - Desburocratização do processo, visando eficácia, eficiência e efetividade – Desenvolvimento e disseminação da gestão de processos no IFSC – Avaliação efetiva dos usuários do processo - Mapeamento de processos e competências					Diretrizes Institucionais Relatórios e avaliação da sustentabilidade Operações Campus
Certificação Campus Sustentável - Cumprimento das ações prioritárias - Envolvimento de todos os segmentos da instituição - Desenvolvimento de formação/cultura sustentável					Diretrizes Institucionais Relatórios e avaliação da sustentabilidade Operações Campus Ensino

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Percebe-se a presença de evidências que caracterizam que a sustentabilidade está integrada nas dimensões do sistema universitário presente no PLS, a existência das dimensões torna o PLS multidisciplinar e integrado com as principais áreas/setores estratégicos do IFSC.

4.2.2 Análise da Política de Sustentabilidade do IFSC

A Política de Sustentabilidade do IFSC foi aprovada em 2018, apesar de se tratar de um documento norteador com força de execução e abrangência superior ao PLS, não há sequer uma publicação no site institucional, tão menos na intranet do IFSC, informando que a instituição possui uma Política de Sustentabilidade.

Com relação a política em si, trata-se de um documento simples, com apenas 10 páginas, que reforça os acordos e legislações que regem a instituição quanto aos processos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, sendo eles, o art. 225 da Constituição Federal de 1988 onde determina que: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”; a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/1.999 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para educação ambiental previstas na Resolução MEC nº 02/2012.

Faz referência ao Programa IFSC Sustentável e as ações sustentáveis praticadas na instituição e a definição da sustentabilidade como valor institucional no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Considerando que um dos objetivos dessa pesquisa é analisar como ocorre a integração das dimensões do sistema universitário na referida política de sustentabilidade, apresenta-se a seguir as dimensões identificadas.

4.2.2.1 Diretrizes institucionais

Com relação as Diretrizes institucionais a política de sustentabilidade do IFSC apresenta adesão da instituição à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente; ao Movimento Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU); ao Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos e à Rede Internacional de Cooperação Acadêmica Lixo Zero.

Nota-se a presença da dimensão Diretrizes institucional quando a instituição contempla alguns princípios de gestão, exemplos: a gestão democrática e participativa, previsto no artigo 10º do documento. Segundo a política do IFSC, gestão democrática e participativa é o estabelecimento de um sistema de governança baseado em políticas, princípios e diretrizes institucionais, garantida a identidade institucional e a gestão em rede, respeitadas a autonomia e especificidades de suas unidades organizacionais, com destaque em especial para os diversos fóruns de discussão, os conselhos e colegiados compostos por representantes de todos os segmentos da comunidade, além de consultas públicas e eleições diretas para diversos cargos.

O documento ainda apresenta, no artigo 19, uma gestão participativa de diretrizes orçamentárias e de planejamento para garantir a identidade institucional e o alcance dos objetivos estratégicos e o desenvolvimento sustentável em rede, com a definição de um percentual obrigatório de execução de ações sustentáveis previstas no Plano de Logística Sustentável (PLS) de, no mínimo, 2% do orçamento anual de cada unidade organizacional.

4.2.2.2 Ensino

A atuação da dimensão Ensino se manifesta pela apresentação do princípio “Participação da comunidade acadêmica”. Da mesma forma está presente nos objetivos de promoção da sensibilização e capacitação dos servidores, discentes, colaboradores, parceiros e fornecedores, assim como na adesão de ações para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU no período 2016-2030.

A dimensão Educação está inserida no Capítulo II – A sustentabilidade no Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme exposto a seguir.

Art. 6º Os processos acadêmicos e administrativos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão serão orientados pelas seguintes diretrizes:

I – Incentivo ao uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) na sala de aula e demais setores;

II – Promoção da educação a distância (EAD) inclusive nos cursos presenciais;

III – disponibilização de material digital e incentivo à utilização de bibliotecas virtuais e bancos de pesquisa;

IV – Formação inicial e continuada dos servidores para uso de TICs e para sustentabilidade;

V – Inserção da educação ambiental e direitos humanos contribuindo para a diminuição da desigualdade social, respeitando as diferenças na perspectiva da formação para a cidadania; e

VI - Garantir igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e de Atendimento Educacional Especializado para o público-alvo da educação especial (IFSC, 2018, p. 4).

Igualmente no artigo 7º, com a proposição de que os projetos pedagógicos de curso (PPC) do IFSC deverão atender, pelo menos uma, das seguintes diretrizes relacionadas à temática da sustentabilidade: (i) tratar-se de um curso com essa temática específica; (ii) possuir uma ou mais unidades curriculares voltadas ao tema; e (iii) prever o tratamento da sustentabilidade como tema transversal, indicando explicitamente na ementa de uma ou mais unidades curriculares do curso.

É possível identificar, ainda que de forma indireta, a preocupação da integração da dimensão Educação, com proposição de que a instituição trabalhe a sustentabilidade alinhada ao tripé: ambiental, social e econômico. Observando a necessidade de redução dos impactos ambientais nas ações administrativas e acadêmicas e a formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade para com o meio ambiente.

E a aplicação social, considerando a necessidade de redução das desigualdades sociais por meio de ações e articulações de ensino, pesquisa, extensão e gestão, com a formação e disseminação de valores que incentivem o respeito às diferenças sociais, de credo, de gênero, de raça e, assim, inibam qualquer forma de preconceito, violência ou exclusão.

4.2.2.3 Pesquisa

A dimensão Pesquisa foi contemplada no capítulo II, com a disponibilização e incentivo de utilização de biblioteca virtuais e banco de pesquisa e inclusão de ações de pesquisa relacionadas a sustentabilidade nos PPC do IFSC.

E principalmente no Art. 8º, prevendo que os editais de pesquisa do IFSC deverão priorizar a temática da sustentabilidade por meio de uma das seguintes diretrizes:

- I – Linha(s) de pesquisa/extensão específica(s) para sustentabilidade em suas três dimensões;
 - II – Critérios de pontuação relacionados à sustentabilidade.
- Parágrafo único. Havendo recursos orçamentários específicos, inclusive fomento externo, poderão ser publicados editais específicos para projetos relacionados à sustentabilidade (IFSC, 2018, p.4).

A preocupação da gestão com a abordagem da dimensão Pesquisa também foi prevista no art. 9º, determinando que as ações de pesquisa quando possível, deverão ser planejadas de forma a colaborar com necessidades dos câmpus e reitoria do IFSC ou, ainda, para a inovação e otimização das ações administrativas.

4.2.2.4 Extensão

A primeira evidência que caracteriza a dimensão Extensão está no objetivo da política de sustentabilidade que demonstra a preocupação do compartilhamento das ações, conforme cita-se: “Art. 5º A implementação da Política de Sustentabilidade do IFSC tem como objetivos: ... “III – compartilhar e disseminar boas práticas sustentáveis entre os câmpus e reitoria do IFSC e outras instituições”.

Foi constatada relação com a dimensão nos instrumentos de execução da política, o documento determina que um dos seus instrumentos é a criação de parceria com instituições públicas e privadas para alianças logísticas, para ofertas conjuntas de cursos e capacitações, assim como as compras compartilhadas e outras ações e eventos interinstitucionais para o compartilhamento de boas práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

A preocupação com a dimensão extensão também está prevista no capítulo II que trata da sustentabilidade no Ensino, Pesquisa e Extensão, com a proposição de que os PPC atendam diretrizes relacionadas à temática da sustentabilidade, incluindo o tema nas ações de extensão e que os editais de extensão do IFSC devem priorizar a temática da sustentabilidade por meio de uma das seguintes diretrizes: (i) linha(s) de pesquisa/extensão específica(s) para sustentabilidade em suas três dimensões e (ii) critérios de pontuação relacionados à sustentabilidade. Com a orientação em parágrafo único de que havendo recursos orçamentários específicos, inclusive fomento externo, poderão ser publicados editais específicos para projetos relacionados à sustentabilidade.

Por fim, a dimensão está presente na orientação de que as ações de extensão, quando possível, deverão ser planejadas de forma a colaborar com necessidades dos câmpus e reitoria do IFSC ou, ainda, para a inovação e otimização das ações administrativas.

4.2.2.5 Operações no campus

A dimensão está presente no documento no Capítulo III – A sustentabilidade nos processos de Gestão, o IFSC trabalha com uma gestão em rede multicâmpus, definindo-a como um conjunto de princípios, normas, processos e ações que tem por objetivo articular de forma colaborativa, solidária e sustentável, para a realização de objetivos complexos e otimização do trabalho e dos recursos públicos.

As evidências da dimensão foram identificadas na orientação de que a gestão do IFSC deverá adotar e institucionalizar práticas que tenham objetivos sustentáveis, conforme disposto a seguir:

- Reduzir o uso de papel e outros materiais e incentivar a reutilização e/ou reciclagem desses;
- Gerenciar os resíduos gerados destinando-os de forma correta, de acordo com a legislação vigente;
- Inovar para a eficiência, eficácia e efetividade dos processos administrativos e evitar a burocratização excessiva, o retrabalho e o desperdício de recursos públicos;
- Adotar e monitorar práticas de consumo equilibrado de energia elétrica e água e incentivar o uso de energias renováveis, reaproveitamento da água da chuva e outras práticas relacionadas à redução do consumo;

O documento ainda prevê no Art. 12 a adoção de critérios de sustentabilidade nas licitações e contratos, inclusive em obras e serviços de engenharia, considerando a exigência de utilização de materiais e procedimentos sustentáveis, de destinação correta dos resíduos e, quando possível, de contratação de mão de obra local e considerando outros critérios de inclusão e direitos humanos.

Outra evidência encontrada é a orientação para promoção e participação de processos de compras e contratações compartilhadas com outras instituições públicas, e que sejam utilizados e exigidos materiais e/ou critérios sustentáveis nas licitações.

A política também determina que a instituição adote processos de gestão patrimonial e de frota que garantam o controle e conservação dos bens públicos, de análises de depreciação, controle do consumo de combustível, além da proposição de gestão que evite o desperdício de recursos públicos, com a organização e priorização de requisição de materiais sustentáveis.

A adoção da informatização de todos seus processos administrativos e acadêmicos por meio do Sistema Integrado de Gestão, contribuindo para a redução do uso de papeis e espaço físico. Assim como orientação para realização de reuniões de comissões, grupos de trabalho e fóruns temáticos, preferencialmente, por meio de videoconferência ou web conferência, visando a otimização de recursos públicos.

4.2.2.6 Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade

A dimensão Avaliação e elaboração de relatórios visa apresentar os resultados das iniciativas trabalhadas para implantação da sustentabilidade, a dimensão envolve ações como criação e divulgação de relatórios em locais acessíveis, acompanhamento dos resultados entre outras. Desta forma observa-se que a dimensão foi contemplada na política com a orientação

de práticas de gestão que promovam a transparência e a disponibilização de dados abertos, adotando avaliação dos processos por meio de discussão, avaliação e participação dos câmpus e reitoria.

Avaliação e relatórios é caracterizada no controle por indicadores, controle dos resultados dos programas ou demais relatórios. Percebe-se que a política do IFSC, prevê a adoção e monitoramento dos recursos com proposição de gestão de consumo equilibrado de energia elétrica e água. E avaliação e acompanhamento das ações da política por parte da Comissão Central e das Comissões Locais do Programa IFSC Sustentável, porém não incluiu metodologias e prazos de publicação dos referidos controles, assim como não abordou meio de transparência e acesso ao público.

A política incentiva a inclusão das ações de sustentabilidade na autoavaliação institucional, com vistas aos requisitos estabelecidos no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, para posterior acompanhamento e a avaliação dos comitês temáticos e pró-reitorias relacionadas diretamente ao tema sustentabilidade.

Encontra-se evidência da dimensão nos instrumentos de execução da política, entre eles a certificação em sustentabilidade de campus e processos; e elaboração de Planos de Manutenção Preventiva e Corretiva e de Gestão de Resíduos Sólidos dos câmpus, conforme previsto no PLS.

4.2.2.7 Experiência de vida no campus

Para caracterizar a dimensão Experiência de vida no campus é necessário identificar ações como a realização de grupos de trabalho com participação multidisciplinar, ou seja, servidores com diferentes especializações. Na análise dessa pesquisa foram identificadas ações nos Instrumentos de execução da política do IFSC, com a proposição de formalização de fóruns temáticos por áreas, fóruns temáticos de discussões, com a livre nomeação de comissões temáticas de padronização e avaliação de materiais e serviços formados por representantes das áreas técnicas e dos setores dos câmpus.

Na política do IFSC há previsão de incentivos aos editais e eventos para o compartilhamento de práticas exitosas de gestão e de sala de aula, o incentivo do planejamento e execução de ações em rede entre os câmpus do IFSC e em parceria com outras instituições públicas ou privadas.

Também são exemplos que caracterizam a dimensão, o envolvimento dos funcionários nas ações sustentáveis, disponibilizar espaços disponíveis para reuniões, criação de espaços

agradáveis que promovam a interação e não a passividade. Na política foi identificado a integração nos princípios que propõem ética e qualidade de vida no ambiente de trabalho; assim como a capacitação dos servidores para inovação e sustentabilidade.

Em resumo, nota-se que a política de sustentabilidade do IFSC contempla todas as dimensões do sistema universitário que são estratégicas para a promoção da sustentabilidade, algumas com mais ações, articulações e outras com premissas mais singelas, mas que completam o objetivo de promover a cultura da sustentabilidade; o desenvolvimento de diretrizes e ações sustentáveis, compartilhando e disseminando boas práticas, buscando a sensibilização e capacitação do membros, pequenas ações que colaboram para o alcance dos objetivos da sustentabilidade.

4.2.3 Análise Geral do Programa

O programa como um todo (PLS + Política) contemplam todas as estratégias que integram todas dimensões do sistema universitário, o PLS é um instrumento da política, percebe-se que há uma concentração de responsabilidade para a implementação da Política de Sustentabilidade do IFSC a todos gestores e servidores, sem direcionar um responsável, e isso demonstra existir uma abordagem de gestão *top-down* (cima para baixo), Disterheft *et al.* (2012) e Bizerril, Rosa e Carvalho (2018) observaram que essa abordagem é utilizada por diversas IES, apresentando a vantagem um bom desempenho ambiental operacional, em contrapartida, traz consigo desvantagens como a dificuldade em envolver muitos apoiadores, como professores e alunos.

O programa prevê que a responsabilidade pelo acompanhamento e avaliação é da Comissão Central e das Comissões Locais do Programa IFSC Sustentável, e após três anos acompanhamento e a avaliação serão repassados, de forma gradativa para a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) e, em temas específicos, para os comitês temáticos e pró-reitorias relacionadas diretamente. Essa ação se não articulada internamente pode gerar resiliência nas comissões para dar continuidade as ações e a dificuldade da renovação estrutural (BERCHIN *et al.* 2017) e problemas na condução da gestão da sustentabilidade (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018).

Pensando em cada dimensão, é positivo observar o fato de existir uma política institucional que aborde o tema sustentabilidade demonstrando a caracterização da dimensão **Diretrizes institucionais**, assim como a assinatura de pactos e declarações que tratem de assuntos relacionada aos temas que regem o desenvolvimento social, econômico e sustentável

(ALSHUWAIKHAT; ABUBAKAR, 2008; LEAL FILHO *et al.*, 2017). Trata-se de uma ação positiva, pois uma vez previsto na razão de existir, a instituição demonstra para a sociedade sua preocupação com questões sustentáveis, conforme Wright (2002), a criação de políticas institucionais são perspectivas de IES sustentável.

Com relação a dimensão **Ensino, Pesquisa e Extensão**, o programa prevê que os processos acadêmicos e administrativos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão serão orientados por diretrizes sustentáveis. A preocupação em envolver alunos nas ações sustentáveis é uma forma de integrar as três dimensões, trata-se de uma estratégia de ação importante e de grande alcance porque leva aos discentes a oportunidade de fazer parte do programa, ensinando e estimulando a participação e consequentemente a disseminação das ações sustentáveis (CORTESE, 2003; LOZANO, 2003; LOZANO *et al.*, 2013; DISTERHEFT *et al.*, 2016, GUERRA *et al.* 2018, BERCHIN, 2017).

Dentre as demais ações citadas como capacitação dos servidores, discentes, colaboradores, parceiros e fornecedores e assim como adesão de ações alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, seguem a linha de orientação da literatura (CORTESE, 2003; LOZANO, 2003; LOZANO *et al.*, 2013; DISTERHEFT *et al.* 2016); GUERRA *et al.*, 2018; BERCHIN, 2017), que versam sobre a necessidade de ensinar para a preservação do meio ambiente, que os valores e ética devem ser integrado nas disciplinas, tornar sustentabilidade um tema transversal em todos os cursos.

Conforme pode ser visto na literatura as trocas de experiências entre estudantes, servidores, câmpus e comunidade em geral também é considerada uma forma de experiência de vida no campus, observa-se, portanto, que o PLS atende a essa preocupação propondo ações que integram a dimensão.

Importante ressaltar que o programa prevê a criação de espaços para participação dos alunos e comunidade, com espaços agradáveis que provoquem a interação e não a passividade, assim como o incentivo a realização de feiras e artesanatos, e o processo de conscientização e a participação dos alunos em atividades de sensibilização, workshops e comitês para estudantes, que pela literatura são consideradas como ações que integram a dimensão **Experiência de vida no campus** (LOZANO *et al.*, 2013; DISTERHEFT *et al.*, 2016; GUERRA *et al.* 2018; BERCHIN, 2017). E isso reforça o compromisso que o IFSC tem com a formação sustentável do seu público. Pois conforme dito por Bizerril, Rosa e Carvalho (2018). O compromisso acontece pelo ensino e pelo exemplo, seja por práticas sustentáveis, no apoio às pesquisas, na educação, na relação com a sociedade.

Ainda vale um destaque para as premissas que associam a dimensão Experiência de vida no campus com a proposição de melhorias na qualidade de vida, no ambiente de trabalho do servidor e consequentemente melhoria no ambiente de estudo do aluno e da comunidade conforme preconizado por Disterheft *et al.* (2016) e Berchin (2017).

Formalizando uma conexão do programa IFSC Sustentável com ações sociais e a formação de uma cultura voltada para a sustentabilidade, com foco na sensibilização ambiental e social das ações, mostrando que instituição está desenvolvendo o papel que as IES têm no direcionamento de comportamentos e atitudes para uma cultura organizacional voltada a sustentabilidade (ADAMS; MARTIN; BOOM, 2018).

Com relação a dimensão **Operações no campus**, observa-se de um modo geral que a dimensão foi integrada ao programa IFSC sustentável, pois apresentam as ações conforme citado pela literatura, por Cortese (2003), Lozano (2003), Lozano *et al.* (2013), Disterheft *et al.* (2016), Guerra *et al.* (2018), Berchin (2017), que citam os seguintes exemplos: o Racionamento da energia, gerenciamento dos resíduos, racionamento e reutilização da água, compras de alimentos com processos sustentáveis, redução de documentos impressos, programas de incentivo para redução de resíduo e construção de edifícios sustentáveis com ações que integram a sustentabilidade nas operações das instituições.

Por fim, quanto a dimensão **Avaliação e elaboração de relatório de sustentabilidade**, percebe-se que a política prevê que avaliação é responsabilidade da Comissão Central e das Comissões Locais do Programa IFSC Sustentável e no PLS, orientando para contenham os relatos e comprovantes de cada ação bem como eventuais justificativas e demais ações executadas não previstas inicialmente. Mas é carente de um conceito de melhoria contínua dos processos realizados, sem medir o impacto ambiental das atividades e das ações realizadas (AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015, sem abordar a importância da transparência e acesso ao público (BERCHIN, 2017).

Em resumo, pela análise dos resultados obtidos na leitura dos documentos que compõem o programa IFSC sustentável, a dimensão Avaliação e elaboração de relatórios é a única dimensão que não foi integrada ao programa de gestão da sustentabilidade do IFSC, conforme ilustrado na figura 14.

Figura 14 – Análise dos resultados do programa IFSC sustentável



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

A fim de consolidar os resultados da pesquisa documental e avaliar se a prática condiz com a teoria, apresenta-se em seguida os resultados da pesquisa de campo realizada com os representantes das comissões do programa IFSC Sustentável.

4.3 PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS COMISSÕES

Para finalizar a fase de apresentação dos resultados, apresenta-se como às ações institucionais de sustentabilidade voltadas às dimensões do sistema universitário estão integradas no IFSC pela percepção dos representantes das comissões de sustentabilidade.

Após a exploração teórica da política, práticas e ações de sustentabilidade do IFSC, tornou-se imprescindível, a fim de qualificar o trabalho como um todo, apresentar uma abordagem das ações na prática e no cotidiano dos servidores envolvidos no programa de sustentabilidade.

Para captar resultados e identificar se o programa de gestão da sustentabilidade integra ações alinhadas as principais dimensões do sistema universitário, foram realizadas entrevistas com perguntas alinhadas a teoria e metodologia proposta pela comunidade acadêmica. A

apresentação foi exposta em tópicos alinhados por dimensão contemplando percepções positivas, ou seja, com a possível confirmação da integração da dimensão e percepções negativas, não identificação uma possível integração através de ações.

4.3.1 Dimensão Diretrizes Institucionais

A dimensão Diretrizes institucionais é identificada com a menção de ações e a promoção da sustentabilidade no quadro institucional da IES. Foram aplicadas três perguntas para identificar a integração da dimensão, com a intenção de avaliar se os entrevistados têm conhecimento sobre as políticas de sustentabilidade trabalhadas no IFSC e as práticas aplicadas.

Quando perguntado aos entrevistados, se o IFSC segue políticas públicas de sustentabilidade e posteriormente solicitado para que se comentasse sobre suas respostas, foi identificado que cinco membros das comissões, sabem ou imaginam que existem normativas e políticas institucionais, mas não conhecem, não recordam ou não procuram saber quais são, de acordo com os depoimentos a seguir:

Eu penso que sim, mas não conheço os documentos orientativos [...], mas eu sei que o IFSC trabalha a bastante tempo essa questão da sustentabilidade. Tenho certeza de que não veio de graça, tem uma orientação que vem de cima, do governo, para que todos os órgãos comecem a pensar e trabalhar questões da sustentabilidade. Então, penso que sim, mas não sei dizer quais são os documentos que são orientativos. (Entrevistado A-G1)

[...] o IFSC é dividido em duas partes, o IFSC expansão que tem até nove anos e a marca IFSC que é centenária, sempre que eu falar em IFSC é dessa parte da expansão [...] então é assim, tem pouquíssimo tempo que o instituto se deu conta disso, e ele está tornando isso realmente algo, porque ele tem um orçamento de dois por cento do orçamento do campus, destinado para as atividades do IFSC sustentável. [...] mesmo eu sendo uma pessoa referência em sustentabilidade, tem um monte de coisa que eu não sei, [...] eu nunca li o PLS completo, que é um documento básico que eu deveria saber [...], mas eu não sei. Eu sei, sigo e busco enquadrar nossas atividades dentro daquelas páginas que tem as principais ações, por exemplo controle de recursos naturais. Mas eu nunca fui a fundo no documento, nem eu nem ninguém desse grupo. Tudo que *a gente* faz, são por coisas que eu tenho de outras formações e porque temos um grupo muito bom. (Entrevistado E-G1)

Sim pelo menos originou-se disso, desses acordos...daí partiu os programas institucionais [...] eu sei que foi feito umas convenções [...] foi criado uma política e nós tínhamos a obrigação de seguir. (Entrevistado A-G2)

Sim, *a gente* recebeu há uns 3 anos [...] as metas e a política de sustentabilidade do IFSC. Foi bem complexo, mas sabíamos que era baseado em legislações. Eu não sei especificar as leis, o que eu tenho conhecimento e me baseado no que era passado pela comissão central [...] e aí *a gente* planejava as ações no campus. (Entrevistado C-G2)

Acredito que sim, como a instituição tem o propósito de reduzir os resíduos [...], mas se você me perguntar quais políticas, não sei te dizer. (Entrevistado D-G2)

Em contrapartida, identifica-se que seis representantes conhecem, recordam e até explicam como as ações e eventos surgiram, expressando, inclusive, críticas quanto a aplicação das políticas públicas por parte da gestão do IFSC, conforme ilustram as falas a seguir:

Ele segue [...] segue a agenda A3P, [...] os ODS, tem o pacto dos Direitos humanos, temos aqui o NEAP, trabalha com a igualdade. Além das próprias legislações, que *a gente* é obrigada a seguir. [...] a política nacional de educação ambiental, aquela resolução da educação que é uma obrigação ter a questão ambiental nos cursos. [...] acho que *a gente* está bem amparada com relação as políticas públicas. (Entrevistado B-G1)

Sim, o IFSC, segue no geral, na parte de compras e licitação [...] tem que seguir uma normativa [...] que é geral de todos as IFES, que é a questão de cada um contribuir, a compra compartilhada. Também tem a segurança, os laboratórios têm normas de segurança. Na maioria das vezes eles seguem todas as normativas. Questão de saúde, economia sustentável, reaproveitamento de lixo, resíduos, separação de resíduos sólidos. (Entrevistado C-G1)

[...] existe um PLS do campus [...] do IFSC, mas assim, seguir à risca o que está ali [...] é mais um conceito, mas ele não é uma prática, porque se exige lá da reitoria que se tenha uma comissão, mas às vezes as comissões não são formadas, porque toda comissão pode ser formada e extinta a qualquer momento, depende da disponibilidade dos servidores, muitas vezes você não tem disponibilidade, não tem pessoas que consigam participar [...] e que entendam da área. Na verdade, no final do ano você é cobrado ou não, depende... por um relatório e números, para que o instituto consigo enviar os relatórios para o governo e dizer que ele é sustentável, mas na prática, as vezes as coisas não funcionam. Em resumo, tem política, mas são conceituais. (Entrevistado D-G1)

Eu acho que institucionalmente *a gente* já tem a política de sustentabilidade e essas diretrizes [...] no papel e institucionalmente *a gente* tem isso bem articulado. Por exemplo, na extensão *a gente* já tem atrelado os ODS [...] institucionalmente a sustentabilidade é um valor e isso se reflete em outras áreas. (Entrevistado B-G2)

Então, *a gente* segue o ODS somos uma das primeiras instituições públicas federais a aderir ODS, *a gente* faz trabalho de disseminação desses objetivos do milênio e um deles é a sustentabilidade, não só sustentabilidade com viés de meio ambiente, mas sustentabilidade com viés de sustentabilidade da sociedade, [...] *a gente* usa a cartilha A3P, [...] segue todas as diretrizes institucionais [...] Papel Zero, desburocratização, informatização, isso tudo para que *a gente* reduza a quantidade de resíduo gerado; tem todo uma linha também na área de TI de descarte de material de informática ... ainda precisa ser discutido com a área técnica como fazer [...] o nosso PLS, ele traz algumas orientações. [...] com isso *a gente* tem o nosso PLS, [...] o PLS ele foi construído mais pelos câmpus, pela contribuição dos câmpus daquilo que eles faziam que era possível fazer. (Entrevistado F-G2)

Sim, não consigo citar todas [...] tem política nacional de resíduos sólidos, a IN 2012 sobre licitações sustentáveis, os ODS, antes era os ODM, que o IFSC tinha aderido [...] lembro desses de cabeça, mas tem vários, no início do PLS cita toda legislação Nacional, os decreto do PLS e etc. (Entrevistado E-G2)

Pela percepção dos representantes, observa-se que a maioria conhece quais são as políticas que norteiam algumas ações sustentáveis.

Continuando na dimensão Diretrizes institucionais, foi perguntado aos entrevistados: - Quais são os compromissos formais com a sustentabilidade do IFSC? Para ajudar na compreensão foram citados alguns compromissos encontrados na literatura como exemplos: política institucional, sustentabilidade contemplada na missão, na visão e nos valores institucionais (LOZANO *et al.*, 2013; DISTERHEFT *et al.*, 2016; GUERRA *et al.*, 2018; BERCHIN, 2017).

Observa-se pelas percepções dos entrevistados que existe uma preocupação institucional para a sustentabilidade, citando como compromissos formais a própria política, que em alguns momentos chega a ser confundida com o PLS, como identificado nas transcrições a seguir:

Sim, porque tem o plano de implantar (*não lembro o nome*), as comissões nos câmpus funcionam como um princípio para desenvolver o PLS. Fora que na área de ensino, no ensino médio faz parte das temáticas transversais, conforme está na LDB. (Entrevistado D-G2)

Olha, como falei, tem o PLS, só que ele, que eu saiba, ele depende muito da iniciativa do servidor naquele campus, entende, em cada campus, com quem gosta de trabalhar com a área, quem gosta da sustentabilidade, muitas vezes as coisas com relação sustentabilidade acontece por um interesse de pesquisa, sempre tem um trabalho envolvido por traz, antes de se pensar realmente na sustentabilidade como um todo no campus. Não sei, eu acho que na prática depende muito, existe o documento, mas para se aplicar depende muito da iniciativa de cada um, de cada campus, até não do campus em si, não do campus coletivo, mas de um ou dois servidores. É mais ou menos isso. (Entrevistado D-G1)

A gente tem o PLS, a gente sabe que tem essa política institucional, acredito que esteja na missão, visão e nos valores, porque é uma preocupação do IFSC. Está muito no discurso, mas ainda tem que melhorar muita coisa, porque a gente faz as coisas a “*toque de caixa*”, mas podemos melhorar para ficar mais sustentável. (Entrevistado C-G2)

Além da política, é de conhecimento dos representantes a existência dos compromissos, nas demais diretrizes institucionais como: missão, valores, políticas, planejamento estratégico e programas.

Sim, tem a política institucional aprovada em 2018, uma política de sustentabilidade do IFSC. Na verdade, o primeiro compromisso formal foi em 2012 e 2013 com a criação do programa IFSC sustentável no planejamento estratégico do IFSC. Depois no PDI 2015-2019 foi previsto como valor institucional a sustentabilidade, depois vieram o PLS e a política em 2018. (Entrevistado F-G2)

Tem, está dentro do PDI, dentro das normatizações [...] faz parte de várias disciplinas, parte da unidade curricular, projetos integradores, existe uma preocupação em estar inserindo essa parte sustentável em todos os departamentos. (Entrevistado C-G1)

Hoje seria a política de sustentabilidade do IFSC, que é espécie de um manual [...] temos bem específicos nos valores a sustentabilidade, na última atualização permaneceu sustentabilidade. (Entrevistado A-G2)

Está na nossa missão a questão da sustentabilidade, a minha percepção é que na prática *a gente* não está assim completamente associado a missão com o trabalho que *a gente* realiza nos câmpus, por exemplo no PAT, nós somos obrigados a trabalhar 5% de itens que levem ou que use sustentabilidade, *a gente* fica fazendo conta[...] não tem uma orientação clara dos itens que nos levam à sustentabilidade. Por exemplo, estamos trocando todas as lâmpadas do campus de fluorescente para LED, isso é sustentável, colocamos como material de consumo com critérios de sustentabilidade. Só que assim, *a gente* não tem uma orientação muito clara, o que vem a ser esses itens sustentáveis? (Entrevistado A-G1)

Sim, *a gente* tem a política de sustentabilidade, que não sei como ficou o texto final. Sou sincera não sei como ficou o texto final. Eu participei da construção [...] ela está diluída nas diretrizes gerais da instituição, no PDI, missão e valor. (Entrevistado B-G1)

Assim como ocorre na pergunta anterior, dentre os representantes, há aqueles que conhecem os compromissos formais da instituição, e que vão além, com observações críticas, conforme alguns depoimentos a seguir:

Sim, tem a política, têm as comissões de sustentabilidade, apesar que a operacionalização, pelo menos no nosso campus, *a gente* tem muita dificuldade de operacionalizar isso. Porque uma coisa é *a gente* ter uma lei que estabelece isso como uma política importante, mas outra é regulamentar como isso vai acontecer na prática. Também temos os ODS, o SEPEI que podemos trabalhar essa temática, eu acho que falta muito, tem um gap entre aquilo que é institucional com a aplicação na prática. (Entrevistado B-G2)

O que eu conheço a política institucional do IFSC é o que a maioria das pessoas conhece, que é muito pouco. Eu não tive tempo de ler nada ainda, os anos foram passando, o pouco o que eu conheço do IFSC é muito pouco perto do que eu deveria conhecer. No geral *a gente* percebe as demandas e age. Em termos de política eu desconheço, a começar pelo nosso documento básico. Eu não devo ser a única do IFSC. Não sei se o pessoal admite isso. Mas acho que isso deveria fazer parte de um programa de capacitação da instituição, a formação das pessoas. [...] O ODS é algo bem popularizado nos trabalhos, bem utilizado e explicado. A política institucional do IFSC é uma chatice, uma coisa muito teórica, nunca vi uma atuação por parte da reitoria. Mas eu sei que a missão tem previsto, o PLS, mas acho que é só o que eu conheço. E tem o link dos relatórios, mas que não são atualizados. (Entrevistado E-G1)

Então *a gente* tem no nosso ... (ele é um valor, cadê o nosso mapa estratégico?), no atual, acho que no PDI ele foi transformado, não sei se ela vai sair explicito, mas, é sim, faz parte dos nossos valores institucionais a sustentabilidade. A instituição ela tem isso como filosofia. [...] nos seus documentos norteadores, a sustentabilidade sempre vem, vem no nosso PPI, ela vem em vários documentos institucionais. A grande questão agora é a implementação disso e virar como cultura institucional, [...] está nesse ponto aí de disseminar isso, até porquê o Instituto Federal ele tem uma particularidade, os Institutos Federais principalmente, nós passamos seis anos implantando, construindo e trazendo para as pessoas, então no nosso PDI 2014/2019 [...] não estava completo, com todas as nossas políticas, não conseguiram implementar a grande maioria delas porque *a gente* não estava completo, também teve muita rotatividade de servidores, e muitos não estavam implantados, então *a gente* acredita que de agora para frente é realmente a fase de implementação, melhoramento dos processos desta política, a sustentabilidade vem porque que a semente foi plantada lá mesmo, já com a implementação, isso já se conversa, isso já faz, [...] isso faz parte

dos nossos valores e das nossas diretrizes, nossos documentos [...] *a gente* quer uma Instituição sustentável, existe o objetivo e também ações concretas para isso. (Entrevistado E-G2)

Denota-se que a política existe, no entanto percebe-se certo grau dificuldade em implantar, operacionalizar e torná-la parte da cultura institucional.

Por fim, para alinhar a integração da dimensão Diretrizes institucionais e as ações sustentáveis realizadas pelos câmpus/instituição, foram mencionados aos entrevistados todos os compromissos formais que a política de sustentabilidade do IFSC aderiu, cita-se: a adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente; ao Movimento Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU); ao Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos e à Rede Internacional de Cooperação Acadêmica Lixo Zero.

Logo após, foi perguntado ao entrevistado se este percebia que as ações ou estratégias de sustentabilidade desenvolvidas (no campus/ instituição) estavam em consonância com os compromissos, solicitando que justificasse sua resposta.

Apresenta-se nos depoimentos a seguir, a descrição das ações realizadas em consonância com os compromissos:

Deixa eu pensar, dentro dos manuais que foi aprovado agora, mas desde 2014 nós tivemos conscientização do programa de sustentabilidade, a criação de comissão, uma equipe para fazer isso [...] Aí nós atendemos umas demandas desses documentos, economicidade, qualidade de vida dos servidores, construções sustentáveis, mas isso lá em 2014 já. Sobre os ODS não sei o que dizer. Recentemente foi colocado no planejamento estratégico, nós temos que fazer vinculação dos projetos. Temos a qualidade de vida do servidor. Nosso bloco agrícola foi feito com obras sustentáveis, seja captação da água da chuva, a troca de óleo dos produtos agrícolas. Fizemos trocas de lâmpada por LED, estamos com quase 100% das lâmpadas trocadas. (Entrevistado A-G2)

Tem sim, *a gente* tomou como base o formulário enviado do tempo do Erico, eu acredito que foi visto isso e foi passado para *a gente* fazer as nossas ações. (Entrevistado C-G2)

Então, eu acho que as ações mais de base, mais lá na base, como a separação de lixo. [...] o cuidado com o nosso descarte, o descarte químico, descarte adequadamente, um laboratório ou outro ainda não está preparado para isso, [...], nem todas as Instituições tomam este cuidado e *a gente* tem esse cuidado, [...], nossos gestores, nossos servidores eles tem, não todo mundo né, mas tem um grupo aí bem ligado a sustentabilidade. [...] também tem essa coisa dos animais nos câmpus, [...] existe um tratamento bem feito também, com a flora e a fauna. [...] qualquer reforma que vai fazer ...replanta todas as árvores que serão derrubadas. (Entrevistado E-G2)

Então, tiveram ações, não tenho mais conhecimento se elas estão em andamento ainda, tiveram várias ações em consonância com essas agendas, não totalmente, mas o próprio PLS foi desenvolvido todo baseado nas dimensões da A3P. Tem várias ações

que estão dentro do PLS, tipo separação do lixo, reaproveitamento de água, seria isso ou mais genérico mesmo. Então tem várias ações em consonância, posso citar os editais de extensão, os PLS que eram elaborados nas dimensões das A3P e dos ODS [...] o IFSC tem uma série de curso e projetos de pesquisa e extensão com temas de pesquisa sustentabilidade. (Entrevistado F-G2)

Foi registrado algumas observações-críticas: a falta de apoio, que foi usada como justificativa para a não realização de ações, e a ausência de atuação das comissões, conforme ilustram as falas a seguir:

[...] *a gente* meio que não pratica, estamos trocando seis por meia dúzia, no trabalho do PAT, se preocupa com o valor do projeto, quanto vai ser executado, os coordenadores dos projetos não dão importância para os objetivos, as iniciativas estratégicas, [...] *a gente* não está capacitado para isso, *a gente* não tem uma boa capacitação para saber os objetivos na teoria e não prática no que se realiza no campus. (Entrevistado A-G1)

Então, o programa IFSC sustentável ia muito bem, mas teve essa quebra da coordenação geral, eu acho que ali *a gente* andou para traz, ou não andou [...] vinha sendo feito um trabalho consultivo com os câmpus. Quando Erico saiu, ninguém quis na época assumir o programa, e de repente parou, então hoje os câmpus que estão com essa responsabilidade, que talvez fosse mais institucional, seria mais interessante se fosse centralizada, precisam nos amparar com relação as horas. [...] aqui *a gente* não conseguiu avançar muito, as atividades simples *a gente* até consegue, mas falta apoio mais institucional, não teve eventos, não teve troca, nem a capacitação, *a gente* não teve nada disso. Os últimos anos foram bem minguados por causa disso. Lideranças, tem que ter. (Entrevistado B-G1)

Eu não sei te dizer [...].eu sei que foi feito uma licitação para retornar as lâmpadas, mas deu deserta...então eu vejo que se tenta fazer as ações, mas a burocracia não ajuda. (Entrevistado D-G2)

De acordo com as percepções, os representantes relatam desconhecer a política, os compromissos ou que as ações realizadas se davam em decorrência da política de sustentabilidade, conforme os registros abaixo:

Então sobre essa política, não é a mesma PLS, do IFSC Sustentável? [...] Então antes disso eu não sabia dessa política. Eu sabia que tinha uma demanda para isso, mas não sabia se estava dentro da política. Talvez a outra coordenadora saiba, mas *a gente* faz com base na PLS e não na política. (Entrevistado C-G1)

Não tinha conhecimento de nenhuma [...] o que eu vou te dizer, como eu não conhecia esses compromissos [...] talvez essa política institucional seja mais “*para inglês ver*” do que na prática, para dizer que existe, ou de repente é necessário para adquirir alguma coisa, daí tem que formar essas políticas. Porque na prática não há um incentivo, eu sempre questionei meus superiores aqui, se existe essa política sustentável do instituto, *a gente* não consegue fazer ação de graça, muitas vezes eu tiro dinheiro do bolso para terminar os projetos, se existe isso porque não separa os valores para campus, nem que seja p comprar lixeiras? Pelo menos diria que *a gente* tem uma política sustentável. [...] fica uma coisa de cima para baixo, por exemplo tem um relatório no PLS, tem uma planilha de controle de folhas secas no campus, você precisa preencher aquilo, penso qual é a relevância daquilo ali? (Entrevistado D-G1)

Eu li na entrevista, eu não sabia. Eu nem sabia que a política do lixo zero existia, nossas ações aqui do lixo zero que é uma meta de 2020 tornar o campus lixo zero, para ter selo lixo zero, não tem vínculo com essas políticas, nenhuma das decisões foram tomadas com base nisso. (Entrevistado E-G1)

Em partes não, por exemplo, aqui institucionalmente pela comissão, das ações eu só recebi orientação da política de sustentabilidade. Sobre a A3P, só sei por que participei de uma formação que a nossa instituição foi convidada pela nossa parceria com a câmara de vereadores da cidade. Mas nunca participei sobre uma formação sobre A3P no campus. E a do lixo zero que você está me contando. Para mim é uma coisa nova que não sabia. Tem essa adesão aqui no município, mas desconhecia no IFSC. (Entrevistado B-G2)

O desconhecimento ou aparente resistência a conhecer sobre a política ou regulamentos da sustentabilidade, pode ser uma consequência do modelo de abordagem a abordagem *top-down* (cima para baixo), utilizada pelo e por diversas IES (DISTERHEFT et al. 2012).

Por mais que a política de sustentabilidade tenha sido construída por consulta pública, há um fundo legal por traz, principalmente quanto ao PLS, que é uma ferramenta de planejamento, obrigatória na administração pública federal direta, autárquica, fundacional e pelas empresas estatais dependentes.

A abordagem *top-down* apresenta as vantagens do apoio imediato da gestão superior, a articulação por declarações oficiais e políticas sustentáveis (DISTERHEFT et al., 2012. BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018). Mas traz consigo a dificuldade em envolver muitos apoiadores, como professores e alunos (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018).

Cabe fazer uma separação para expor a observação-crítica realizada imediatamente após conhecimento do compromisso Lixo Zero, pelo entrevistado B-G2:

Se *a gente* for analisar a política tem um dos eixos os resíduos, mas a análise teórica que ela traz não é do lixo zero, ela é sustentada na reciclagem, mas não no lixo zero, são coisas distintas. Para pensar numa política de lixo zero, teria que inclusive reformular uma cooperação técnica, reformular a própria política de resíduos que temos, porque não é nessa perspectiva de lixo zero, porque lixo zero vai além. Nossa política é muito nos resíduos, fala em reduzir, mas reduzir o consumo, diminuir o que gasta com água, com a energia, mas no sentido de gestão, e o lixo zero é outra perspectiva teórica (Entrevistado B-G2)

Percebe-se a ausência de uma abordagem participativa, na gestão da política, e segundo Bizerril, Rosa e Carvalho (2018), a participação de todos no processo de implantação da sustentabilidade gera uma melhor incorporação em todos os níveis de atuação da organização, uma maior conscientização ambiental e por consequência melhor performance ambiental da instituição.

Na sequência, uma observação do entrevistado E-G2 para a necessidade de um avanço da forma como o IFSC deve ver a sustentabilidade, conforme relato a seguir:

Ah, sobrou dinheiro, vai comprar para não devolver, se devolver o governo gasta menos e aí *a gente* consegue desenvolver mais o país. Quanto mais *a gente* gastar, não é que nós não fomos eficientes, essa noção de eficiência no serviço público é que tem que avançar, entendeu? então o campus a sobrou R\$ 20.000,00 vamos comprar isso aqui para gastar o dinheiro, porque que não devolve o dinheiro, o R\$20.000, por que ele é da sociedade [...] e aí fica armazenando coisas lá e esse armazenamento ele requer ar condicionado, ele requer luz, requer espaço, poderia estar sendo utilizado para outras coisas, tantas coisas que *a gente* precisa na instituição e as vezes vai ver, tem um almoxarifado ... tudo parado e com coisa que talvez nunca vai usar, então o nosso PLS e as nossas políticas elas estão precisando avançar para isso. [...] porque a educação em si da separação do lixo, disso tudo, é que faz parte da nossa sociedade, então assim, é uma ação de educação que vai para além do que a nossa instituição consegue fazer, [...] essa transformação, ela tem que vir em termos de cultura social e que às vezes não consegue mudar, eles não separam direito, mas *a gente* tenta fazer nossa parte, mas a sustentabilidade não é isso, a sustentabilidade é preciso se olhar por inteiro [...] para consumir coisas [...] de onde estão vindo essas coisas e para onde *a gente* tá jogando essas coisas? [...] é a cadeia toda da sustentabilidade, é isso, precisa avançar, todos precisamos avançar em relação a isso, e eu acho que daí sim *a gente* se considera uma instituição um pouco mais perto da sustentabilidade. [...] outras coisas, novas fontes de energia, [...] já tem algum aproveitamento de água da chuva, que nem todos, a grande maioria dos nossos prédios não tem, então são reformas estruturais que ao longo do tempo precisa ser previstas para que consiga diminuir o nosso consumo, dos recursos naturais e isso é uma questão de estratégia, é uma questão de priorizar isso. Isso é mais difícil para nós do serviço público por causa do investimento público, [...] hoje ou nos últimos anos tem passado por essa questão mas são coisas que a Instituição precisa se preparar, a instituição precisa discutir, às vezes até em projetos com os alunos consegue-se resolver, temos engenheiros mecânicos, engenheiros civis, engenheiros eletricitista, às vezes é só comprar o material e a colocar a gurizada para fazer. Quem sabe seja uma experiência, projetos, então assim, superar isso, não, precisa planejar mesmo ações e torná-las prioridade em algum momento, [...] agora é só expandir, então primeiro vamos consolidar uma instituição naquilo que ela precisa melhorar ainda nos seus processos de sustentabilidade e de outras questões e aí depois expandimos de novo.. (Entrevistado E-G2)

A percepção do entrevistado E-G2 foi ressaltada na pesquisa de Amaral, Martins e Gouveia (2015) os autores citam que a gestão da sustentabilidade precisa seguir uma abordagem sistemática, promover o conceito de melhoria contínua dos processos internos, implantar metas e políticas ambientais.

Com relação a dimensão Diretrizes institucionais observa-se que foi integrada no programa de gestão da sustentabilidade do IFSC, percebe-se que há uma tentativa de integrar o tema por meio do compromisso formal, com ações alinhadas aos pactos aderidos, mas não ocorreu a disseminação desses eventos entre as comissões, aparentemente por ser adotada uma abordagem de gestão de cima para baixo.

4.3.2 Integração da dimensão Operações do campus

Para observar se a dimensão Operações no campus foi integrada ao programa de gestão da sustentabilidade do IFSC, foi perguntado aos entrevistados: Quais são e/ou foram as iniciativas de implementação da sustentabilidade nas operações (atividades) do campus/instituição? O intuito foi identificar pela percepção dos representantes se as ações chaves estavam em consonância com a literatura, conforme mencionada no item 2.5 do referencial teórico, e, portanto, integradas no programa e consequentemente na instituição.

As ações básicas, com premissas de redução/economia de consumo de energia, água, cópias, reciclagem e a abolição dos copos plásticos, foram citadas com exemplos, entre os entrevistados B-G1; C-G1; D-G1; E-G1; A-G2; B-G2; C-G2; D-G2; EG-2 e F-G2, conforme trechos a seguir:

[...] seguimos as premissas dos programas do IFSC sustentável com as ações para consumo de energia, água, cópias. (Entrevistado B-G1)

[...] diagnóstico de resíduos, existe um corredor, com latões e que são identificados para a coleta seletiva, [...] no programa água na medida, foi colocado temporizador nas torneiras, para economia de água. Diagnostico das fontes de energia, colocaram placas fotovoltaicas, num bloco, são só 6% de energia economizada, mas equivalente a 60 mil por ano, já tem projetos para que sejam instaladas mais placas em outros blocos. (Entrevistado C-G1)

Fizemos discussões sobre o consumo de energia, aí acabamos desligando algumas luminárias em cada sala. (Entrevistado D-G1)

Temos uma parceria com cooperativa de reciclagem, então só sai do campus para o aterro sanitário só o papel higiênico, o resíduo do banheiro, que ainda não pode ser feito nada. (Entrevistado E-G1)

[...] começamos monitorar o consumo mensal de água, acompanhar vazamentos. Depois teve a questão da energia elétrica, com aplicação de software la do campus Florianópolis, nós fomos um campus piloto desse projeto de monitoramento do consumo, dia a dia é identificando os picos no campus. [...] Teve o caso das luzes do estacionamento que descobrimos que uma noite inteira ligado era igual o mesmo consumo do dia do campus em operação. Agora desligamos a luz após as 11 horas e ligamos as 7 horas da manhã [...] bloco agrícola com obras sustentáveis, captação da água da chuva para os banheiros, troca de óleo para equipamentos agrícolas. [...] coleta de óleo, pilha. [...] Troca de lâmpadas por LED. Papeis recicláveis. (Entrevistado A-G2)

Não temos copos plásticos, só bebedouros. (Entrevistado B-G2)

Trocamos todas as lâmpadas por LED, além de ser econômico também evitou a queima, porque aqui tem muita queda de energia e queimava em torno de 300 lâmpadas por ano, e ano passado não queimou 100. Fizemos acordos com cooperativa de reciclagem. Tem a cisterna para coleta de água, tem aviso educativo nos banheiros[...] tem uma lixeira para colocar frutas que vai p minhocário. Compramos papel reciclável, mas o pessoal não gostou porque é muito caro. [...] Não tem copo, cada servidor tem uma caneca. (Entrevistado C-G2)

[...] tem avisos de apagar luz das salas. Todos os laboratórios têm plano de gerenciamento de resíduos. As torneiras têm temporizador, as descargas têm controle de consumo, temos um tonel para colher água de chuva.[...] temos a separação do lixo em três etapas, rejeito, lixo orgânico e reciclável. (Entrevistado D-G2)

Eu acho que uma das ações mais impactantes dos campus é a separação do lixo mesmo, [...] os lixeiros de cores diferentes [...] papel zero, hoje, pelo menos aqui [...], quando alguém traz algum papel para eu assinar, eu pergunto porquê [...] campanhas de sempre apague a luz [...] não desperdice água.[...] outra coisa é o ar condicionado do IFSC que não tem ar quente, [...] porque o ar quente consome muita energia, muito mais que o ar frio. (Entrevistado E-G2)

[...] Acho que quatro das seis, eram bem operacionais, ligada a redução do consumo de energia elétrica, redução do consumo de água e reaproveitamento de água, compras e construções sustentáveis, e as ações de lixo, reciclagem separação de resíduos e reaproveitamento. [...] Em 2013 nós proibimos o uso dos copos plásticos, a primeira caneca, você deve ter visto pelos câmpus umas canecas de coco, não foi uma grande experiência... assim ...porque depois se chegou à conclusão que não era o melhor, mas na época era a melhor opção para substituir o copo plástico. (Entrevistado F-G2)

Dentre os exemplos que envolvem a dimensão Operações no campus, os entrevistados mencionam as construções sustentáveis, medidas adotadas ao longo da obra que promovem a sustentabilidade iniciando na fase de planejamento da construção, seja pela adesão das compras de materiais e serviços sustentáveis ou elaboração de projetos para captação e aproveitamento da água das chuvas.

Além disso, reforçaram a importância e a realização das compras compartilhadas, que geram economia dos recursos financeiros e materiais, redução do número de pessoas envolvidas no processo e ganho de valores no momento da compra, com destaque para as licitações verdes, de adesão de produtos e materiais de origem sustentável. Conforme os depoimentos a seguir:

[...] temos as construções e contratação como a compra compartilhada e compras de resíduos únicos (Entrevistado C-G1)

[...] na parte de compras temos as questões dos resíduos únicos, [...] no contrato da cantina nós fizemos umas alterações e recomendações para proibir canudos, para reduzir o lixo. Foi a comissão aqui que fizemos isso, não é algo institucional, e seria fundamental isso entrar em prática para ser Lixo Zero. (Entrevistado B-G2)

[...] tem várias coisas de compra compartilhada, da especificação de alguns componentes, [...] discutiu muito para parar de comprar coisa que precisa usar pilha, vamos ver se não é recarregável, porque pilha é um problema sério, é muito agressivo para o meio ambiente. (Entrevistado E-G2)

[...] adesão das atas de compras sustentáveis, mas tudo depende do orçamento/recurso do campus. (Entrevistado A-G2)

[...] Compra dos Lápis feito de jornal, do pregão. Compramos o que dá e que é viável. [...] não tem mais pregão para copos, foi comprado copos biodegradáveis para usar nos eventos. (Entrevistado A-G1)

Uma ação em rede que *a gente* faz, para mim, que eu sempre registro como sendo a ação de sustentabilidade mais antiga no IFSC [...] foram as compras conjuntas, nós fazemos compras entre os campus desde 2007, foi o primeiro IF do Brasil a fazer compra conjunta, [...] na época nem pensávamos como sustentabilidade por que tinha muita a visão de sustentabilidade ambiental. [...] isso está nos planos do ministério da economia como umas das ações prioritárias para as instituições fazerem. [...] Depois em 2012 fizemos as primeiras licitações verde, primeira licitação de itens sustentáveis. [...] depois veio o programa IFSC sustentável que levou para água, lixo e tal, mas *a gente* começou primeiro começando por compras e construções (Entrevistado F-G2)

Ainda com relação as iniciativas de implementação da sustentabilidade nas operações do campus/instituição, eventos aleatórios foram citados pelos representantes, como uma espécie de complementação das ações básicas (coletas de resíduos, reciclagens, redução do consumo e de recursos naturais), exemplos: realização de ações de conscientização sobre consumo, campanha solidarias para ONGs, oficinas de materiais recicláveis, entre outras, conforme os relatos a seguir:

[...] também criaram vídeos para fazer divulgação no IFSC TV para conscientizar as pessoas nos consumos de água. Fizemos um projeto de pesquisa do consumo de água nos banheiros masculinos do IFSC. (Entrevistado C-G1)

[...] teve um projeto para colocar painéis solares no estacionamento e no prédio, mas todas elas dependem de verba. (Entrevistado D-G1)

[...] tem uma empresa que fornece água mineral que eles reciclam o plástico pet e ajudam animais de estimação de uma ONG, foi colocado uma caixa aqui no campus para coletar garrafa pet. [...] Temos o PNAE e tem uma lixeira para colocar frutas que vai para minhocário. (Entrevistado C-G2)

[...] são feitas atividades com esses papeis [...] tem a sala sustentável que foi feito o caderno verde, ele é feito dos rascunhos, e na sala (sala sustentável) é feito a oficina, eles fazem caderno para quem não tem condições, aí eles doam. (Entrevistado C-G1)

[...]eu fiz um levantamento de todo nosso passivo, de todos os resíduos, aí elaborei um plano de gerenciamento de resíduos, um PGR.[...] identifiquei as áreas, vi o que poderia reciclar [...] e precisava ser feito alguma coisa, do que só, por exemplo, simplesmente ter um plano, ter o programa de gerenciamento como *a gente* tem, e aí se você mandar esse papel, ou alumínio, ou garrafa pet para outro lugar sem beneficiar aqui, isso simplesmente é seguir o PLS do instituto, é mandar números para lá [...] nós queríamos ir mais além, [...] começamos a desenvolver máquinas para beneficiar esse material. (Entrevistado D-G1)

[...] faz dois anos que não somos geradores de chorume. São mais de dez toneladas de resíduos orgânicos não se tornaram um resíduo ambiental. Agora estamos num projeto de controle de impressões jogadas fora no rascunho, tem muito desperdício, aí estamos pensando numa marca d'água para controlar quem imprimiu para orientar os servidores a cuidar das suas impressões. Aqui nós chamamos de “cagaço pedagógico”. [...] Assim as pessoas vão pensar duas vezes antes de imprimir uma receita de bolo e esquecer, isso é dinheiro público né. (Entrevistado E-G1)

[...] temos a composteira que todo resíduo orgânico vai para compostagem[...] Projeto de captação de água da chuva, mas isso poderia ser algo institucionalizado para novos projetos, de ter na estrutura a captação da água da chuva. [...] Antes no cardápio

tinha pescado, tinha de espécies proibidas, por exemplo o peixe Cação, aí mudamos isso. (Entrevistado B-G2)

Ações básicas como tornar a sustentabilidade parte integrante das operações, planejamento, projetos e compras, com destaques as práticas de economia de recursos, reciclagem e compras foram previstas por Cortese (2003) e Lozano (2006) como estratégias da dimensão operação no campus. Reconhecidas como ações de um campus universitário sustentável e ambiente saudável segundo Alshuwaikhat e Abubakar (2008).

No decorrer das entrevistas, alguns representantes das comissões revelaram que no processo de reciclagem e separação de resíduos, assim como nas campanhas, o campus não faz uso de todas as cores de coleta seletiva conforme preconizado pela instituição. Conforme relatos a seguir, as lixeiras estão acordo com as cores adotadas pelo campus.

[...] temos só duas lixeiras no campus, rejeitos e recicláveis, nós adotamos essas duas apesar de não ser orientação institucional. porque na prática não faz sentido ter mais lixeiras pois era inviável coletar. (Entrevistado B-G2)

[...] fizemos muitas coisas, temos por exemplo as duas lixeiras para reciclável e rejeitos, tem as coloridas nos corredores, tinha cinco, mas *a gente* diminui para três, rejeito, reciclável e orgânico. São muitas cores que confundem. (Entrevistado C-G2)

[...] nós temos duas lixeiras apenas, trocamos o padrão de lixeira do campus, ninguém sabe as cores, é muita informação. No campus tem a verde e marrom, tudo que vem da terra é na marrom e a verde é a reciclável, fizemos etiquetas que explicam o que vai nos lixos, fica na frente da lixeira para pessoa ler rapidamente em qual lixo vai. (Entrevistado E-G1)

[...] temos a separação do lixo em três etapas: rejeito, lixo orgânico e reciclável. (Entrevistado D-G2).

Na análise dos relatos, não há como identificar se as alterações das cores e das quantidades de lixeiras são reflexos das limitações e resistências às mudanças, conforme constatado por Bizerril, Rosa e Carvalho (2018). Ou reflexo da inexistência de conexão entre o método de implementação e a ferramentas de avaliação e acompanhamento da gestão da sustentabilidade (POPESCU; BELEAUA, 2014; AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015, BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018).

No decorrer das entrevistas ocorreram críticas com relação as iniciativas, exemplos: falta de apoio, orientação e capacitação, acompanhamento das ações e comissões, ações isoladas e falta de pessoas para fazer ações estratégicas, conforme ilustram as falas a seguir:

[...] atualmente não tem uma orientação específica, mas nós atendemos o que existe. (Entrevistado A-G2)

[...] *a gente* meio que não pratica, estamos trocando seis por meia dúzia.[...] no trabalho do PAT, *se* preocupa com o valor do projeto, quanto vai ser executado, os coordenadores dos projetos não dão importância para os objetivos, as iniciativas estratégicas, [...] *a gente* não está capacitado para isso, *a gente* não tem uma boa capacitação para saber os objetivos na teoria e não prática no que se realiza no campus. (Entrevistado A-G1)

Eu não sei te dizer [...].eu sei que foi feito uma licitação para retornar as lâmpadas, mas deu deserta...então eu vejo que se tenta fazer as ações, mas a burocracia não ajuda. (Entrevistado D-G2)

[...] antes tinha uma comissão central, e nosso campus foi bem atuante no início. Hoje não tem mais acompanhamento, a comissão central eu não sei quem é. Devido a demanda de trabalho, e como não foi se reciclando, a efetividade da comissão foi acabando. [...] *a gente* não tem mais equipe para fazer ações estratégicas, são ações isoladas, hoje não tem equipe fim para as ações. [...] eu não sei se foi extinta a comissão central, antes tinha uma [...], mas a falta de ações cotidianas, caiu no esquecimento e deixou de ser prioritário. Outros fatores também interferiram, como por exemplo, os cortes, tivemos que dar mais atenção para as reduções dos contratos para manter o campus em funcionamento e a sustentabilidade ficou de lado. Isso na minha percepção. [...] antes as reuniões dos chefes DAM era tema de pauta os casos de sucessos, mas agora não falamos mais [...], mas as ações básicas como a reciclagem e a coleta de óleo usado se manteve, porque tinham pessoas envolvidas. (Entrevistado A-G2)

Os relatos citados apenas reforçam o entendimento de que a falta de integração entre as partes estratégicas do sistema da IES pode ser uma das razões pelas quais a gestão da sustentabilidade ainda está longe de se tornar uma prática perene (POPESCU; BELEAUA, 2014; AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015) no IFSC.

Entretanto, observa-se de um modo geral, pela percepção das comissões, que a dimensão Operações do campus foi integrada na gestão da sustentabilidade do IFSC, em harmonia com algumas ações citadas por Cortese (2003), Lozano (2003), Lozano *et al.* (2013), Disterheft *et al.* (2016), Guerra *et al.* (2018) e Berchin (2017) exemplos: racionamento da energia, gerenciamento dos resíduos sólidos, racionamento e reutilização da água, compras de alimentos com processos sustentáveis, redução de documentos impressos, programas de incentivo para redução de resíduo e construção de edifícios sustentáveis.

4.3.3 Integração da Dimensão Ensino

Para identificar ações da dimensão Ensino é preciso identificar e compreender como o assunto foi inserido no processo de curricularização e capacitação, perceber se existe o atendimento do elemento educar os educadores. Sendo assim, foi perguntado aos representantes das comissões quais são e/ou foram as estratégias para implantar sustentabilidade na curricularização dos cursos. Dentre as respostas obtidas observa-se que as estratégias para

adicionar o tema foram ações isoladas por campus, e ocorreram principalmente nas semanas pedagógicas, conforme relatos a seguir.

[...] Sempre nas reuniões pedagógicas nós lembramos todos os coordenadores da obrigatoriedade e da importância do tema. [...] Nos nossos cursos têm de forma transversal, é mais explícito em cursos ligados na área ambiental. A instituição tem essa preocupação. (Entrevistado B-G1)

Nos projetos pedagógicos ele tem uma parte que tem de entrar as ações sustentáveis, tem a disciplina projeto integrador e ali tem o quesito que tem que abranger a parte sustentável, todos os projetos que eles desenvolvem dentro da unidade curricular tem que ter o segmento sustentável, para o ensino tem. Vai de cada professor trabalhar em sala, os professores que fazem parte da comissão ou que já fizeram parte da comissão já trazem isso com eles, já levam para sala de aula essa coisa sustentável. (Entrevistado C-G1)

Na semana pedagógica o IFSC Sustentável sempre tem uma fala, para falar das ações, quem somos nós, tem uma carga horária para isso. Aqui depende muito da iniciativa dos professores e do GT, às vezes os professores pedem para *gente* falar sobre a sustentabilidade nas salas de aula. E muitas vezes faz parte do PPC dos cursos do campus. (Entrevistado E-G1)

E relatos de que o tema faz parte do currículo de todos os cursos, por uma obrigatoriedade e estratégia institucional, conforme os entrevistados E-G2 e F-G2:

Sim, *a gente* tem todo o nosso currículo a sustentabilidade, ela é interdisciplinar, [...] Lembro que na engenharia tem uma disciplina que é ética e sustentabilidade, [...] nos cursos técnicos tem o pessoal que dá aula de materiais e trabalha a sustentabilidade, a questão dos minérios de onde vem para onde vai. [...] o pessoal da biologia, pessoal da química, eu acho assim, ela faz parte do currículo, mesmo porque eu acho que ele não é mais um assunto que possa deixar de ser discutido, até porque os próprios alunos já vem com isso, a mídia vende isso, então os nossos alunos eles são sustentáveis, eles estão na onda da sustentabilidade, é um tema também que interessa eles, é uma sociedade que trabalha o tema sustentabilidade como preocupação. [...] e as escolas públicas se sentem ainda mais responsáveis por essa formação. Então eu não vou conseguir te listar as disciplinas, são várias disciplinas nos nossos currículos que trabalham com a sustentabilidade. Agora na capacitação dos servidores eu acho que *a gente* ainda é um pouco falho, eu participei do planejamento do pessoal do estágio probatório ali, eu não sei se *a gente* tem formalizado isso, não sei mesmo teria que ver. (Entrevistado E-G2)

Na curricularização eu não acompanhei muito, como o programa antes só abarcava gestão, o programa não teve atuação sobre isso. Apesar de que vários, como tinham especialista e alguns eram professores, eles sempre citavam isso, que estavam tentando cumprir as normas nacionais que obrigavam ter tema sobre sustentabilidade nos currículos e tal. Depois com a política *a gente* obrigou isso, que todos os cursos tenham uma unidade curricular ou que tratem do tema transversalmente (Entrevistado F-G2).

Em outros momentos os entrevistados citam desconhecer estratégias para a inserção da temática na curricularização, abordam sobre as atividades de ensino que trazem a sustentabilidade como norte, conforme entrevistas a seguir:

Não tenho ideia. (Entrevistado A-G1)

[...] na verdade não tem nenhum documento que eu saiba, mas eu posso estar equivocado porque não sou docente. Mas que eu saiba não tem nenhum conteúdo programático das disciplinas que tenha a sustentabilidade, alguma coisa de meio ambiente, o que é normal em biologia, mas assim de fato, escrito não tem. No ano passado, o pessoal pegou carona, e colocou a reciclagem e sustentabilidade no projeto integrador, então existe isso, mas tudo meio informal, não é obrigatório, o docente ele pode ou não trabalhar com esse tema, como falei, dois equipamentos desenvolvidos aqui foram feitos no projeto integrador, e teve turmas que trabalhei com sabão e óleo de cozinha. [...], mas não é uma coisa obrigatório, no projeto integrador não é obrigatório, não tem a garantia de que todo ano vai ter um projeto de sustentabilidade. Nem a conscientização dos alunos não tem, sou eu que vou lá... faço hora extra e as vezes eu venho, tem que dar um jeito, mas isso deveria estar dentro de uma disciplina, tudo que existe não é obrigatório. (Entrevistado D-G1)

Uma vez fiz um artigo sobre os PPC de cursos, não recorro de ações sustentáveis nos PPC. [...] Eu prefiro não me manifestar por desconhecimento sobre o tema. (Entrevistado A-G2)

Percebe-se que não é de conhecimento dos entrevistados que determinadas ações realizadas são para implantar a sustentabilidade no Ensino ou que exista essa preocupação institucional, mesmo estando presente no programa de gestão da sustentabilidade do IFSC pela inserção do tema nas ações do Ensino (precisamente na política de sustentabilidade).

Porém, entre os entrevistados houve relatos de estratégias pessoais, em que os entrevistados citam ações particulares de si ou de seus colegas para inserir a sustentabilidade, seja nos cursos, nas disciplinas e projetos que realizaram. Conforme alguns depoimentos a seguir:

Sim, tem os cursos da área que *a gente* atua, tem FIC, tem cursos técnicos, uma especialização e um mestrado, onde a sustentabilidade é um tema transversal. Fazemos eventos nas aulas. [...] não sei se nas disciplinas técnicas se esse tema é trabalhado de uma forma curricularizada. (Entrevistado B-G2)

Essa não sei te dizer. [...] no técnico tem, só superior que não sei. (Entrevistado C-G2)

[...] Do ensino posso dar exemplo dos meus projetos, eu dou aula da temática e fazemos pesquisas com a comunidade. A ideia é promover o contato da comunidade com a temática da sustentabilidade. Então algumas ações estão no currículo aqui do campus. Mas são projetos que não estão no PPC, são projetos que estão no plano de ensino. A sustentabilidade pode ser aplicada em todos os cursos, não é? (Entrevistado D-G2)

Na curricularização eu não acompanhei muito, como o programa antes só abarcava gestão, o programa não teve atuação sobre isso. Apesar de que vários, como tinham especialista e alguns eram professores, eles sempre citavam isso, que estavam tentando cumprir as normas nacionais que obrigavam ter tema sobre sustentabilidade nos currículos e tal. Depois com a política *a gente* obrigou isso, que todos os cursos tenham uma unidade curricular ou que tratem do tema transversalmente. (Entrevistado F-G2)

A percepção dos entrevistados demonstrou a existência de estratégias para inserção da sustentabilidade na dimensão Ensino, seja através da curricularização ainda que na sua maioria de forma transversal e por ações pontuais por campus.

Para complementar a identificação de evidências de que o programa de gestão da sustentabilidade do IFSC integrou a dimensão Ensino, foi perguntado aos entrevistados se os agentes responsáveis pelo processo de curricularização foram/são capacitados regulamente.

A maioria dos entrevistados alegou desconhecimento quanto a capacitação dos agentes, e dentre alguns entrevistados complementaram que os próprios membros das comissões e os demais servidores não passaram por uma capacitação sobre o tema, ou que suas capacitações foram voluntárias por iniciativa própria e não organizadas ou programadas de forma institucional. De acordo com os depoimentos a seguir:

Não sei dizer. (Entrevistado AG1)

[...] especificamente nessa área eu desconheço. [...] eu acredito que não, mas não posso afirmar com certeza. (Entrevistado D-G1)

Eu desconheço. (Entrevistado AG2)

Eu acho que teria que perguntar por que não sei. (Entrevistado C-G2)

[...] da parte dos servidores eu não sei, eu não participei em nada de capacitação. [...] Não sei te dizer, do que eu acompanho não lembro de ter capacitação de meio ambiente, tem a semana do meio ambiente, mas uma capacitação não. (Entrevistado D-G2)

Não, desde que estou aqui, desde 2016, nunca vi uma capacitação específica para esse público, os gestores. [...] se o tema é sustentabilidade eles dizem que é da comissão de sustentabilidade só. (Entrevistado B-G2)

Aqui ninguém foi capacitado, nem o próprio DEPE teve algum tipo de capacitação para passar isso para nós. Eu não sou de esperar a reitoria mandar. Quando eu digo que não tivemos capacitação não quer dizer que não temos capacitação, fomos atrás, mas não que tenha vindo da reitoria alguma capacitação. Falta uma reunião, um encontro que fale de coisas pontuais, ou fazer uma missão técnica. (Entrevistado E-G1)

Eu acho que não, assim, formalmente não. [...] não tem um programa formal que discute o tema sustentabilidade, talvez essa possa ser uma indicação, colocar um tema. O que *a gente* sabe é que todos os currículos têm, na legislação tem, na ementa e os professores que geralmente trabalham os currículos são pessoas experientes e aí claro que não vão deixar a sustentabilidade de fora. (Entrevistado E-G2)

Não, acho que não, a resposta seria não, embora se identificasse, nunca foi viabilizado, nunca foi feito. [...] de capacitação dos servidores também não teve nenhuma ação da comissão central, tinha comissões locais que os câmpus enviavam servidores para um curso específico, de licitação sustentável, ou tratamento resíduos, mas não teve realmente nenhuma ação de capacitação. (Entrevistado F-G2)

Dentre os entrevistados apenas um fez relato de que seu campus realizou atividades para capacitar os agentes, observando que a capacitação ocorreu por iniciativa da comissão local, sem o apoio institucional, conforme relato a seguir:

Nós temos uma reunião do conselho de direção, teve por 3 anos seguidos uma explanação do que é IFSC Sustentável, ano passado teve uma capacitação específica do ODS. Em algumas reuniões diárias somos chamados para falar sobre o tema. [...] tem um plano de capacitação anual para servidores. Mas somos nós que capacitamos, o IFSC não faz de forma institucional essa capacitação, infelizmente. (Entrevistado B-G1).

Dentre as entrevistas, foi possível identificar que havia uma preocupação em capacitar os agentes, e que estava prevista no PLS do programa IFSC Sustentável, porém a falta de recurso inviabilizou a realização da ação. Conforme os depoimentos a seguir:

O PLS do IFSC sustentável ele tem isso todos os servidores têm que receber capacitação, mas a parte de ensino mesmo os professores têm que ter capacitação para isso, só que isso não acontece na prática, são poucos os professores que conseguem fazer capacitação. [...] no nosso campus tem bem pouco recurso de capacitação, não posso responder bem essa pergunta. (Entrevistado C-G1)

Aí entra a do novo, - a comissão nunca pensou nisso? SIM, sempre pensou em fazer ações, inclusive esse encontrou anual, podia ser momento de capacitação e compartilhamento, mas também não foi viável por falta de Recurso orçamentário. Talvez assim... as pessoas dos câmpus pensem, *a gente* nunca teve isso e não temos aquilo. Mas *a gente* defendia que precisava de dinheiro, de recursos. Até mesmo para nós da comissão (Central) acaba que *a gente* pesquisava muito, mas ninguém era especialista, doutor em sustentabilidade. (Entrevistado F-G2)

Percebe-se pelas entrevistas que não existe uma preocupação financeira institucional com a premissa educar os educadores, tão menos em proporcionar cursos de treinamento e capacitação em educação ambiental, a todos os funcionários da instituição, o que propõe uma não integração da dimensão.

Quando avaliado pelo processo de capacitação dos agentes, denota-se que são estratégias isoladas, que geram resultados pontuais, mas é preciso investir em ações de capacitações para considerar a dimensão integrada, reforçando mais uma vez, o que foi preconizado por Disterheft et al, (2012) que a adoção a uma abordagem *top down* pode trazer como desvantagem a tendência de excluir o aspecto educacional da sustentabilidade.

Seguindo as orientações previstas na literatura que citam a importância de um corpo docente treinado (DISTERHEFT *et al.*, 2016), a inclusão do desenvolvimento sustentável no currículo acadêmico; desenvolvimento de capacidades (BERCHIN, 2017) e acompanhamento da quantidade de professores, alunos e funcionários treinados e conscientes sobre as questões

ambientais (GUERRA *et al.*, 2018), são ações que integram o contexto da sustentabilidade na dimensão Ensino.

4.3.4 Integração da Dimensão Pesquisa

Para identificar a integração da dimensão Pesquisa buscou-se localizar indícios de desenvolvimento de indicadores de pesquisas sobre a temática, financiamento para pesquisa, bolsas de estudos na área, apoio para publicações dos docentes, um incentivo a publicação, valorização dos pesquisadores, principalmente quando relacionado a sustentabilidade.

Foi perguntado aos entrevistados quais são as políticas ou ações para o incentivo e fomento (financiamento) à pesquisa para a promoção da sustentabilidade. Dentre os entrevistados existe alguns não sabem ao certo, mas acreditam que existe sim um incentivo para os projetos de pesquisas ligados ao tema sustentabilidade, não houve muito detalhamento de como ocorre a financiamento, apenas a afirmação do incentivo, conforme relatos seguintes:

Há uns anos teve um edital que previa uns pontinhos a mais para quem trazia projetos de pesquisa alinhados ao IFSC sustentável, teve alguns editais de pesquisa com esse adendo. Então, eu acho que sim, nós temos esse apoio. Temos o projeto universal, tem os órgãos de fomentos externo. [...], mas acho que internamente temos esse apoio. (Entrevistado B-G1)

Existe, está nos editais para pesquisa, eu vi que vários professores fizeram pesquisas, tem este apoio, no campus não temos muita verba, é mais no edital geral. (Entrevistado C-G1)

Eu li um edital de extensão que tinha que ter projetos relacionado a área da sustentabilidade e ligado aos ODS e aos direitos humanos também. Então acho que sim, se tem para extensão, deve ter para pesquisa. (Entrevistado D-G2)

Não sei responder, mas já vi edital que acho que tem pontuação para projeto quando é sustentável, acho que já vi isso, no campus não tem nada. (Entrevistado C-G2)

Eu acho que teve um edital que os objetivos do ODS eles pontuavam mais em relação a outros...eu acho que isso é a formalização, a formalização mesmo *a gente* pontua mais se eles implementam ações previstas no ODS, que o ODS ele é uma sustentabilidade um pouquinho maior né ...então eu acho que isso, nesse edital, pontuando. (Entrevistado E-G2)

Porém, para os entrevistados B-G2, F-G2, A-G1, D-G1e E-G1, não tem um apoio específico para a linha da sustentabilidade, e de acordo com o entrevistado A-G2 há uma carência de apoio por parte da Reitoria para a continuação e aplicação de pesquisa sobre ações da sustentabilidade, conforme os depoimentos a seguir:

A política aprovada em 2018, previu também que houvesse uma linha específica nos editais de pesquisa ou que houvesse editais específicos para a sustentabilidade. Então isso está previsto na política, também não sei te dizer se isso saiu do papel. (Entrevistado F-G2)

[...] tem projetos do PAT que todo ano vai para incentivo de pesquisa e extensão, [...], mas eles não têm uma linha que diga assim... esse ano vai ser trabalhado os projetos da área sustentável... fica a critério de cada coordenador a definição do tema. [...] Então, *a gente* incentiva os projetos de extensão e pesquisa, mas não que eles são exclusivamente para questões sustentáveis. (Entrevistado A-G1)

[...] não tem especificamente, isso deveria vir da reitoria. [...] bem antes tinha uma verba para o projeto integrador, hoje não tem mais, agora sai da pesquisa ou extensão, agora o que tem é escrever projetos para poder fomentar. [...], mas enfim, especificamente não tem. [...] Se quiser fazer um projeto vai ter que competir com outros colegas, ano passado teve 15 mil para pesquisa, aí ficou decidido que ficaria 1500, 00 para cada um. Mas específico para apoio para a sustentabilidade não tem. [...] Até no ano passado teve uma planilha IFSC sustentável, tinha 12 mil para sustentabilidade e quis saber o que era, e era contrato de empresa, então existe um valor, mas não significa que esse dinheiro está disponível. Eu pedi para levar para reitoria para que tenha uma verba especificamente para uso de ações da sustentabilidade. (Entrevistado D-G1)

Não tem uma linha só para sustentabilidade. [...] tenho certeza da extensão, não sei para pesquisa. [...] acho que não precisa ter uma linha só para sustentabilidade, importante é fortalecer os grupos, usar os 2% do orçamento. (Entrevistado E-G1)

[...] muitas pesquisas são devolvidas na temática, mas não um fomento específico [...] nunca vi um edital para a sustentabilidade. Não sei dizer se a pesquisa adota a linha dos ODS igual os da extensão. Aqui temos um projeto de pesquisa que fala da sustentabilidade em parceria com a câmara de vereadores. Temos um projeto com produção de brinquedos, com materiais reciclados, e tem uns projetos integradores que usa a temática. (Entrevistado B-G2)

[...] teve aquele projeto de pesquisa de um professor de Florianópolis que acompanha o consumo de energia, em parceria com a Celesc eles instalam o equipamento e você acompanha o consumo por um software, mas até onde eu sei ele estava esperando o apoio da reitoria para instalar em todos os câmpus. [...] Inicialmente nós tínhamos muitas ações de pesquisa sobre sustentabilidade, porque tínhamos uma coordenadora de pesquisa que fazia parte do grupo e fazia as pesquisas. Eram pesquisas bem interessante. [...] Fazia análise se era lixo orgânico, se ia para horte, se iria para o lixo. [...] Mas hoje não sei te dizer mais se estão fazendo isso. Hoje teria que pedir para o coordenador quais são as ações, hoje pode ser feito de forma isolada. (Entrevistado A-G2)

Considerando a divisão de opiniões sobre o incentivo a Pesquisas que envolvam o tema sustentabilidade, observa-se que a dimensão Pesquisa foi abordada pela política, e foi reconhecida por cinco entrevistados, ao mesmo tempo que cinco dos entrevistados alegam desconhecimento de uma política de incentivo.

Considerando que está previsto no programa a os editais de pesquisa e de extensão do IFSC deverão priorizar a temática da sustentabilidade por meio de uma das seguintes diretrizes:

I – Linha(s) de pesquisa/extensão específica(s) para sustentabilidade em suas três dimensões; II – critérios de pontuação relacionados à sustentabilidade. Nota-se essa dimensão

está formalmente integrada ao programa, mas pela percepção dos representantes isso não ocorre na prática, portanto não foi institucionalizada.

4.3.5 Integração da Dimensão Extensão

Para analisar a existência de integração da dimensão Extensão, que envolve ações com a comunidade, seja pelo compartilhamento e disseminação do conhecimento, pela cooperação com outras IES, colaboração universitária e governança, ações de compartilhamento entre os câmpus foi perguntado aos entrevistados se eles tinham conhecimento de como ocorria o compartilhamento de ações ou estratégias para promoção da sustentabilidade no campus, entre os campi, outras instituições, escolas, ONG e comunidade/sociedade em geral.

Dentre as ações que envolviam o compartilhamento entre a comissão, campus e comunidade, os entrevistados B-G1, C-G1, D-G1, C-G2, D-G2 e F-G2 citaram os grandes eventos oficiais do IFSC, exemplos: a Semana Nacional de Ciência e tecnologia (SNCT) e o Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (SEPEI) como eventos para o compartilhamento das ações ou estratégias de promoção da sustentabilidade na comunidade acadêmica, conforme relatos a seguir.

[...] temos relação com as outras universidades. [...] na (SNCT) fazemos parcerias e participação dos eventos deles e eles os nossos. (Entrevistado B-G1)

Esse compartilhamento acontece na SNCT, com outros câmpus durante o SEPEI. (Entrevistado C-G1)

[...] temos aqui a SNCT, sempre tem algum campus de fora, alguma escola, quando tem alguma coisa dos projetos integradores, a *gente* consegue divulgar. (Entrevistado D-G1)

[...] só no SEPEI quando tem apresentação dos projetos de extensão. (Entrevistado C-G2)

[...] Muitas coisas são divulgadas pelas plataformas das redes sociais. Outros canais eu não sei dizer. Pode ser no SEPEI, que as vezes está ligado a sustentabilidade. (Entrevistado D-G2)

Além disso no SEPEI tinha uma linha de sustentabilidade para apresentar os projetos (Entrevistado F-G2)

Os entrevistados A-G1, B-G1, D-G1, D-G2, E-G1 e A-G2, fizeram menção das ações entre o campus e escolas, a comunidade em geral como a organização de feiras e parceria com presídios, como ações para compartilhamento de ações de sustentabilidade, realizadas ora pela própria comissão ou por professores, de acordo com os depoimentos a seguir:

Fizemos um projeto de extensão sobre compostagem caseira. [...] tinha uma professora que estava no GT que entrou com um projeto no edital, que foi aceito, foi financiado. Nós contratamos uma empresa de São Paulo para dar uma aula de compostagem, e com o dinheiro do projeto compramos material necessário para as aulas práticas, fizemos aula pratica com alguns servidores, com alguns alunos e com a comissão. A comissão e os alunos que participaram da oficina replicaram o curso para a comunidade externa. [...] *a gente* fez o círculo do projeto de extensão, chamamos uma escola municipal e aí era para ter a replicação para as famílias. [...] Mas foi uma ação que não foi para frente, a ideia é que cada turma do ensino médio ficaria responsável por ele durante o semestre, os alunos iriam cuidar da composteira, pegando o lixo orgânico da cantina e outras lixeiras do campus, mas não foi para frente, a composteira morreu. (Entrevistado A-G1)

[...] ao longo do ano *a gente*, faz vários eventos e projetos de pesquisa e extensão alinhado ao programa IFSC sustentável. [...] *a gente* tem projetos de extensão e usamos as parcerias. Todos os anos na semana do meio ambiente, todos alunos das escolas municipais vêm no campus. Nós fazemos oficinas [...] temos ações com a prefeitura, com Centro de Referência da assistencial social. Com essas associações de negros, refugiados e imigrantes. (Entrevistado B-G1)

[...] tem uma feira municipal, o campus prioriza mostrar os cursos, então nós levamos alguma coisa, mas nunca me perguntaram se eu queria levar alguma coisa da área da sustentabilidade, para mostrar que o campus tem reciclagem. (Entrevistado D-G1)

Temos o projeto da Mulheres SIM, elas vendem os produtos na oficina, tanto o que são feitos aqui e em casa [...] fizemos uma feira onde elas venderam seus produtos, isso desenvolve a economia local, venda de produtos locais. (Entrevistado D-G2)

Temos várias parcerias por necessidade nossa, [...] temos um projeto chamado “Caminhos da sustentabilidade”, *a gente* recebe alunos de todas as escolas, todas as series, sempre às sextas-feiras. *A gente* prepara roteiro, temos roteiro para idoso, para deficiente, para crianças, para jovens e adultos. [...] O campus tem dez hectares, desses dez, sete simulam uma pequena propriedade rural, tem lago, tem estufa, tem horta, minhocários, a parte de plantas medicinais, composteiras e termina no laboratório de alimentos para ensinar a cuidar dos alimentos. Essas visitas são gravadas e esse material vai para o professor na escola. Com ou sem recurso ele ocorre normalmente, se não foi aprovado nos editais internos para ter recurso, ainda assim ele acontece igual. [...] Temos parceria com a UDESC, temos programa mulheres sim, com curso de resíduos sólidos. (Entrevistado E-G1)

[...] têm umas ações, mas são ações isoladas, os cursos fazem apresentação nas escolas. [...] Fizemos uma parceria com o presídio da região. (Entrevistado A-G2).

Nos relatos é possível identificar que os membros sentem uma ausência de ações entre os câmpus, citam que poderia ser uma forma de mostrar os trabalhos desenvolvido pelas comissões entre seus pares. Assim como citam desconhecer membros de outras comissões. Conforme os trechos a seguir:

[...], mas a troca (de informações) entre os câmpus não existe [...] e como *a gente* fica sabendo das ações? pelo relatório anual. [...] nós identificávamos as ações que eram feitas, e que podiam ser feitas pelos nossos câmpus [...], mas não que veio um compartilhamento, um movimento da reitoria para que houvesse compartilhamento de ações. (Entrevistado A-G1)

[...], mas entre campus é bem fraco a troca, teve campus que veio visitar *a gente*, mas não tem nada organizado para compartilhar nossas ações. No PLS estava previsto o intercâmbio entre os câmpus. [...] Nossos cursos fazem produtos, e esses produtos poderiam virar brindes nos eventos do IFSC, a *gente* deu ideia [...], mas nunca aconteceu. (Entrevistado B-G1)

[...] teve um grupo da UFSC que queria formar uma *start-up*, que soube da reciclagem aqui, mas eles vieram porque uma professora daqui falou, mas o IFSC (comunicação) não vem ver nosso trabalho. (Entrevistado D-G1)

[...] aqui somos bem atuantes, mas eu não sei o que acontece nos outros câmpus. (Entrevistado E-G1)

[...] Entre campus desconheço que existe algo [...] os professores que participam da comissão abraçam a causa e apresentam algumas coisas. O PLS tem a parte de divulgação, ele só orienta. (Entrevistado C-G1)

Hoje não tem mais compartilhamento, como eu já falei, na reunião dos chefes DAM dificilmente a gente fala sobre sustentabilidade. (Entrevistado A-G2)

Nos câmpus não fazemos [...] estamos em falta disso, falta um momento específico para isso, mas *a gente* não faz, nunca fizemos o compartilhamento. [...] Tem projeto de reciclagem com os coletores. [...] as ações existem, mas não se integram, cada campus vive uma sustentabilidade, uma ação. [...] pode-se compartilhar ideias, mas existe um isolamento, falta um canal institucional para facilitar a comunicação, falta um acompanhamento. [...] há uma lacuna, por exemplo, nós temos uma compostagem aqui e aí fui ao SEPEI e apresentei um trabalho de compostagem e vi que tinham outros trabalhos de compostagem lá [...] então tem uma lacuna, como é compartilhado as ações? eu tenho seminários? Como isso se articula em rede para que a gente compartilhe as experiências e troque experiências e seja articulado na prática. [...] *A gente* já avançou por considerar isso importante, mas há muita vontade das pessoas, mas a pouco espaço para se operacionalizar. (Entrevistado B-G2)

Internamente nós temos o mural da comissão de sustentabilidade, mas entre campus não lembro de ter visto isso. [...] Com outra instituição não sei, talvez tenha macro, mas eu não sei. (Entrevistado C-G2)

[...] mas entre os câmpus, até hoje eu não sei quem são os membros de outros câmpus. (Entrevistado D-G2)

Apenas três dos entrevistados fizeram referência aos editais que contemplam os ODS e a revista de extensão como estratégias de compartilhamentos. O IFSC tem aderência aos ODS como um requisito obrigatório para submissão de projetos de extensão, e a revista Caminho Aberto é voltada para projetos e ações de extensões, com periodicidade semestral, com circulação livre e gratuita para todos os câmpus.

[...] *a gente* também tem o ODS e eles constam nos editais. (Entrevistado B-G2)

[...] No seminário gestão pública sustentável que teve quatro edições, apresentávamos projetos de pesquisa e de extensão de sustentabilidade das quatro Instituições Federais. Cada um tinha que levar um projeto para apresentar para os demais, com boas práticas, podia ser pesquisa e extensão ou ações de gestão. Mas na maioria das vezes era pesquisa e extensão. [...] , e o próprio edital de extensão, já estava mais adequado aos ODS. Na parte da operacionalização, a partir de 2017, *a gente* começou a exigir que as ações do PAT identificassem uma ação do PLS ou vinculado ao ODS. Mas criou-se um critério e não fizemos capacitação. (Entrevistado F-G2)

Nós temos todos os canais de divulgação, tem o link, tem a revista de extensão. [...] revista de extensão do IFSC, que faz a divulgação bem formal. [...] Têm os editais de extensão que priorizam os objetivos do milênio (ODS). Sempre que tem um projeto que envolve a comunidade e seja sobre sustentabilidade, nós estamos promovendo a sustentabilidade [...] têm os eventos do IFSC que fomentam indiretamente as ações quando são ligadas a sustentabilidade. (Entrevistado E-G2)

Observa-se que existe inúmeras ações, como oficinas, eventos, parcerias na instituição que são formas de compartilhamento fazem parte da dimensão Extensão. O IFSC possui protagoniza grandes eventos que envolvem a comunidade interna e externa, como anteriormente citado, a SNCT e o SEPEI. Mas não fica evidente se há uma linha que fomente a sustentabilidade, salvo de modo transversal.

A instituição possui uma importante ferramenta de compartilhamento e disseminação de conhecimento que é a revista Caminho Aberto, mas poucos entrevistados fizeram menção desse meio, não foi possível identificar se é por desconhecimento da revista ou por não haver linha específica para submissão de projetos ou ações que tratem do tema sustentabilidade.

Observa-se que foram poucos os entrevistados que citaram a existência de uma linha de apoio a sustentabilidade nos editais de extensão, entretanto a adesão aos ODS é uma das premissas da política de sustentabilidade. Desta forma percebe-se que a dimensão está integrada nas ações e eventos, mas não foi articulada na prática de forma que os membros das comissões de sustentabilidade a percebam no programa de sustentabilidade.

4.3.6 Integração da Dimensão Experiência de Vida no Campus

A dimensão Experiência de vida no campus é integrada quando se encontram elementos que identificam a existência de eventos que criem uma cultura de sustentabilidade dentro do campus, exemplos: grupos de trabalho com participação multidisciplinar, ou seja, servidores com diferentes especializações, ou espaços disponíveis para reunião, espaços agradáveis que promovam a interação e não a passividade no campus. Assim como existência de espaços para participação dos alunos e comunidade, exemplos: o incentivo à realização de feiras e artesanatos dentro ou fora do campus, a conscientização e a participação dos alunos em atividades de sensibilização sobre sustentabilidade.

Desta forma, a fim de identificar a integração da dimensão, foi perguntado aos entrevistados: Quais são as ações/ eventos realizados no campus que promovem uma cultura de sustentabilidade. Pelos depoimentos analisados foi possível identificar a existência de três perfis de câmpus, o primeiro está num estágio onde cultura de sustentabilidade foi instalada,

executam diversas ações que fortalecem a promoção da sustentabilidade, conforme relatos dos entrevistados B-G1, C-G1, E-G1 e D-G2, a seguir:

Dos eventos, seria o uso das datas comemorativas, Dia Mundial da Água, por exemplo, [...] feiras de artesanato. E durante o ano são feitas intervenções com os alunos, separação de resíduos. São demandas pontuais, para as turmas novas dos integrados é apresentado à comissão, que faz uma capacitação e trabalha a cultura do campus para os novos alunos. [...] bem, o diferencial do nosso campus são os projetos que ajudam a cumprir as metas ambientais. (Entrevistado B-G1)

[...] têm as feiras de artesanatos, vem pessoal de fora da comunidade externa para expor os produtos que eles fazem da reciclagem, trazem palestrante, levam alunos para visitar locais, tem pesquisas com alunos. Na SNCT a comissão fez ações, todos os departamentos trouxeram atividades. [...] Quanto aos Ambientes saudáveis, aqui tem o café na praça, para todos os servidores, eles se reúnem para fazer atividades como meditação, um alongamento, e tem também projeto de meditação de um professor, que acontece toda quinta-feira, é para alunos e docentes, é um projeto contínuo, que deu certo. Também foi criada a sala para todos os servidores, a sala de convivência. [...] têm também um calendário de atividades que são realizadas no campus, que se chama “programa vida ativa integrada”, tem várias atividades para os servidores do campus. [...] E tem outras atividades durante a semana do meio ambiente, mais voltada para os alunos. (Entrevistado C-G1)

Aqui fazemos um evento, porque temos a disciplina Extensão rural, é uma disciplina onde *a gente* prepara os alunos a levar conhecimento, seja por evento, reunião por visita. Os alunos escolhem o tema, o evento, pensam no palestrante, conseguimos patrocínios e doações. É feito num sábado à tarde lá no campus, nesse evento tem feiras, feira da economia solidária, feira da agricultura ecológica, agricultura urbana, também foi feito brechó. As pessoas de dentro e de fora tem contato com todas as parcerias da economia circular, da sustentabilidade social. [...] Das coisas que eu faço na Instituição uma das que mais me dá prazer é isso... porque você sabe que faz a diferença e inspira as pessoas, desde os colegas que começaram a separar o lixo em casa. Pessoal diz: moro num apartamento não posso fazer compostagem, mas aí o pessoal traz no campus e nós fazemos a compostagem aqui. [...] No corpo físico do campus está se tornando uma cultura, faz uns 2 anos para cá. [...] Também temos um bolsista conhecido como bolsista do IFSC sustentável que é referência [...] se por exemplo, tiver uma decisão de que não existe mais o IFSC sustentável, só vai ficar o bolsista, a cultura vai permanecer, porque a cultura está implantada aqui. [...] Também fizemos uma capacitação com os terceirizados sobre reciclagem, separação e a importância, o papel das tias da limpeza na reciclagem. [...] Fizemos um vídeo para capacitar como limpar cápsulas de café, agora tem um controle social das cápsulas de café, se tiver suja as tias da limpeza não recolhem, mas agora não tem mais cápsula suja. [...] Temos também a colheita de feijão do campus, para fazer a feijoada de feijão orgânico. [...] Quando tem coisa errada nas lixeiras eu tiro foto e mando no e-mail de todos do campus, pergunto qual é o pós-doutor que não sabe separar plástico de uma casca de laranja, eu sou o terror das lixeiras do campus, mas é raro isso. (Entrevistado E-G1)

Temos os projetos de extensão mulheres Sim. Também teve a festa de Halloween, festa junina, a feira das Mulheres Sim. Temos cães adotados no campus, porque isso promove o bem estar dos servidores, estabelece as relações humanas. [...] Temos as hortas, aqui e foi construído uma horta de chá, tudo sem agrotóxico, tudo orgânico, uma horta em forma de mandala. E está aberta para toda a comunidade. [...] Também teve a produção de alface e foi doado para todos no campus. (Entrevistado D-G2)

Os relatos das entrevistas B-G1, C-G1, E-G1 e D-G2, possuem conexão a visão de Lozano (2006) que diz: a institucionalização da sustentabilidade se dá quando a ideia é aceita e

incorporada à cultura e ao seu funcionamento. E isso ocorre quando a sustentabilidade essa na fase da mudança transformacional momento em que a sustentabilidade foi totalmente integrada na instituição (KAPITULČINOVÁ *et al.*, 2018). Apesar de que no IFSC isso ocorre em alguns câmpus e não na instituição como um todo.

O segundo perfil de campus tem a cultura em fase de implantação, com ações pontuais, como eventos em datas comemorativas, são grupos que ainda atuam e mantem uma cultura sustentável, desenvolvem ações como a redução de resíduos e reutilização de recicláveis. Conforme as entrevistas de B-G2, C-G2, D-G1 e E-G2:

Não temos uma agenda de eventos [...] temos o evento que entra no rol, que é o risoto de marisco dos alunos do curso de recursos pesqueiros. [...] onde as pessoas têm que trazer seu próprio prato, talher e copo para o evento [...] Ano passado foi feito copo eco. [...] Tem interação com a comunidade, fazemos na semana do meio ambiente umas oficinas com as escolas da região, [...] teve a oficina de sabão com óleo, de compostagem, sobre brinquedos de temática de sustentabilidade. Ações do dia da água [...] ah, tem a compostagem, a composteira é um projeto de pesquisa em parceria com a câmara de vereadores. (Entrevistado B-G2)

Nós temos o minhocário, o solo do nosso campus é bem ruim, um barro ruim. [...] Nosso campus ficou pronto só em 2013, desde lá nós plantamos muitas árvores, mas elas não cresciam, todo ano tentamos o plantio e não dava resultado. Aí no ano passado o Dr. Minhoca veio dar palestra e nos ajudar a melhorar o solo daqui. [...] Na SNCT é feito atividades em parceria com a comissão de sustentabilidade, são ações em conjunto, por exemplo, oficina do sabão com óleo recolhido. [...] tem várias oficinas, para construí *puff* e sofá com material reciclável, com pneu e paleta. [...] Bem também tem aquilo das estruturas dos câmpus da expansão 2, que tem cisterna para pegar água da chuva, que é usado nas privadas a água da chuva. [...], mas por outro lado aqui falta outras coisas da estrutura, não temos uma cantina, está num espaço improvisado. (Entrevistado C-G2)

Temos o núcleo [...] que cuida do desenvolvimento, gerenciamento, implantação e funcionamento de política de resíduos gerados no campus. [...] ele ainda não tem diretrizes, mas tem o objetivo de orientar, por exemplo, quando você vai fazer um projeto, as vezes você não tem noção que você vai gerar resíduo, e aí o núcleo serve para isso, para orientar, quais são os resíduos, o que fazer, se tem empresa que recolhe. [...] fizemos briquete prensando de papel, uma corda de garrafa pet. [...] hoje, por exemplo, o pessoal da moda e vestuário vem perguntar, os próprios professores vêm me perguntar, por exemplo, quero fazer um botão, uma bolsa com material reciclável, aí, eu peço o modelo e dou pesquisada e vejo como que *a gente* pode fazer isso. (Entrevistado D-G1)

[...] em todos os nossos eventos *a gente* tenta trabalhar isso, [...] não usa descartáveis, tenta dar elementos ou canecas [...] tem evitado ao máximo material impresso, [...] nos nossos eventos institucionais já são diretrizes que *se* tente diminuir o máximo possível a produção de lixo. Tem a semana do meio ambiente[...] o pessoal sempre faz bastante eventos, palestras. (Entrevistado E-G2)

A percepção dos entrevistados B-G2, C-G2, D-G1 e E-G2, se alinham a fase de implementação conceituada por Kapitulčinová *et al.* (2017), **as** ações existem, mas ainda não faz parte da cultura.

E o terceiro perfil é composto por câmpus onde ocorreram ações para implantar a sustentabilidade, mas por fatores alheios, seja pela falta de acompanhamento ou por processos internos a cultura não se instalou, conforme está explícito nos depoimentos a seguir:

Bom, *a gente* fez quase que uma campanha de marketing no campus, com apoio do jornalista. Tinha um mural da sustentabilidade, lá na cantina, o estagiário ia colocando mês a mês, [...] eram feitas postagens nas redes sociais do campus, [...] uma postagem referente a energia elétrica, água, troca das lâmpadas, mais os recadinhos na sala de aula, como desligar ar-condicionado, apagar as luzes. [...] Fizemos uma revisão completa dos resíduos, cada sala iria receber adesivos nas lixeiras.[...] Mas as etiquetas vieram com uma qualidade péssima, foi devolvida e nunca mais voltou.[...] A ideia era que quando tivesse as lixeiras identificadas iríamos fazer uma capacitação com os terceirizados e servidores, mas como não veio ficou pela metade. Mas é bem frustrante, porque *a gente* comprou os coletores, e as pessoas não colocam o lixo certo no local, na sala dos professores temos uns coletores orgânico e fica tudo misturado. E aí a pessoal da limpeza vai ali e coloca tudo junto. [...] Resumindo, a cultura não está instalada, se você olhar o lixo é uma cultura zero. [...] porque quando *a gente* faz a separação em casa *a gente* não consegue colocar o lixo reciclável no lixo orgânico, mas *a gente* vê isso aqui a toda hora. [...] Não teve continuidade das ações, elas funcionaram enquanto a comissão existia, depois que a comissão parou, faltou continuidade das ações. (Entrevistado A-G1)

Por exemplo, tem que ter orientação, comissão central é fundamental para que isso funcione, eu nem sei quem cuida dos processos. [...] tinha reuniões, tinha videoconferência, tinha capacitação, replicamos para alunos e servidores, na semana da água um professor falava, tinha um roteiro do que podia ser feito. Mas pela ausência de cobrança isso ficou de lado. Tem que trabalhar mais, trazes isso para cultura, reciclar. (Entrevistado A-G2)

Os primeiros eventos foram em 2012 um seminário de licitações e contratos e convênio, [...] *a gente* trouxe palestrante para tratar sobre licitações sustentáveis. Depois, a partir de 2014 *a gente* começou a realizar o seminário Gestão pública sustentável, um evento conjunto nosso, do IFC, UFSC, da UFFS. [...] Depois cada campus fazia a semana do meio ambiente, o dia do meio ambiente, de acordo com agenda, tem vários câmpus que mantém isso mais forte. Principalmente os câmpus maiores, que tem cursos de técnico de meio ambiente, [...] campus que possui profissionais nada mudou, onde não tem, o processo parou. (Entrevistado F-G2).

A percepção citada pelos entrevistados A-G1, A-G2 e F-G2 explana exatamente o que foi apontado por Lozano (2006), que diz: quando o processo não faz parte da cultura, ou seja, não está institucionalizado, ele pode se desenvolver por meio de estratégias, coercitivas, gerando conflitos e consequentemente perdendo forças, e em momentos de mudanças de comando, todo esforço tende a desacelerar e às vezes acaba desaparecendo.

Para complementar a análise da dimensão Experiências de vida no campus, foi perguntado aos participantes da entrevista como é a participação interdisciplinar, quais são os interessados que participam no planejamento das ações do programa de sustentabilidade no seu campus/ instituição. Os depoimentos mostram que na maioria dos casos, a participação é interdisciplinar, ou seja, diversas formações e especialidades são envolvidas nas ações,

servidores dos setores chaves da instituição participam das comissões. Porém, nem todos seguem as orientações do programa de sustentabilidade do IFSC. Conforme declarações a seguir:

A gente tem uma comissão de gestão ambiental bem ativa, temos professores de química, alguns alunos, os técnicos dos laboratórios, pessoal da infraestrutura, das finanças e recursos humanos. (Entrevistado B-G1)

Nossa comissão tem docentes, coordenadores, chefes de departamento, técnicos de laboratórios, discentes, técnicos administrativos, é bem diversificado. Tem um responsável do setor do meio ambiente que está na comissão, do setor de química, construção civil, eletrotécnico, eletrônica, administrativa, compras. (Entrevistado C-G1)

Tem três colegas do DAM, que cuida da parte de licitação e compras, tem três professores, dois agrônomos e um biólogo, que dá credibilidade no grupo e eu de agronomia. E nós temos um estagiário. [...] o GT não se tornou um peso para as pessoas, não tem enxurradas de reuniões. (Entrevistado E-G1)

Hoje na comissão tem um aluno, eu [...], dois professores de química, técnico da TI, DAM, também tem outras pessoas que estão, mas não são ativas. As pessoas que fazem parte são pessoas que gostam do tema sustentabilidade, mas muitas vezes são pessoas que não tem formação técnica para isso. (Entrevistado B-G2)

[...] é bem diversificada, os alunos participaram no semestre passado, com o projeto protagonismo docente, foi muito legal, a participação deles [...] fez toda a diferença, eles tomaram iniciativas em muitas atividades, [...] fizemos uma atividade na semana do meio ambiente, nós pegamos mudas na prefeitura eles foram nas salas. Na comissão também tem professores e técnicos, professor de química e biologia. Mas as pessoas são sempre as mesmas. (Entrevistado C-G2)

[...] tem envolvimento dos docentes de biologia, da agricultura, de química e de alimentos e os TAES. Teve um envolvimento dos docentes principalmente dos que trabalham com as disciplinas. Têm os alunos que ajudam nas ferinhas. [...], mas é difícil a participação. (Entrevistado D-G2)

Também houve relatos de representantes das comissões que respondem formalmente pelo tema dentro do IFSC, seja pela função que exerce, como chefia DAM, ou por presidir um grupo alinhado ao tema, que afirmam não existir mais uma comissão atuante, justificando essa dissolução por falta de acompanhamento da comissão central, por excesso de atribuições ou por falta de interessados. Conforme Entrevistados D-G1, A-G1 e A-G2.

[...] do núcleo são umas oito ou dez pessoas, cada um tem sua função, tem parte da mecânica que [...] desenvolve os equipamentos, tem pessoal da elétrica, pessoal da eletromecânica, pessoal da automação. [...] Tem dois docentes, o resto são tudo técnicos. [...] Os alunos dependem da verba, [...] os alunos fazem as máquinas que *a gente* precisa, nós temos a mão de obra aqui [...]. Eles precisam aprender, eles sabem que aquilo vai servir para alguma coisa [...], mas o GT da comissão da sustentabilidade não existe mais. (Entrevistado D-G1)

A comissão que *a gente* tinha, ela era mista, era composta por técnica, docente e alguns alunos, alunos que tinham projetos de aulas, que fazia projetos da área da

sustentabilidade, ali na parte da composteira. Em 2018 só ficou técnico e docente, caiu a participação dos alunos, em 2019 não tinha mais comissão.... o que acontece *a gente* tem que ficar implorando para as pessoas participarem das comissões, os técnicos estavam sendo mais participativos [...] *A gente* vai assumindo vários GT e *a gente* não tem apoio.... *A gente* tem curso de química aqui no campus.... *a gente* tem vários professores da área de química, biologia e entendo que eles poderiam contribuir mais que *a gente* (técnicos administrativos). Só que eles não se dispõem... (Entrevistado A-G1)

Hoje não tem mais a comissão, mas inicialmente nós fizemos um convite para um de cada área, foi bem interessante, tinha bastante gente participando. [...] um discente, um TAE, docente, pesquisa, extensão, DAM é obrigatório. [...] Nosso campus foi bem atuante no início. Hoje *a gente* não se sente, não reúne a equipe. Conforme o pessoal foi saindo as ações foram acabando. (Entrevistado A-G2)

Cita-se um relato que explica a origem da participação interdisciplinar nas comissões de sustentabilidade, vista como uma necessidade por parte da instituição, conforme relato do entrevistado F-G2:

[...] as comissões eram pessoas interessadas, tinha em alguns lugares que tinham especialista, e realmente onde tinha especialistas no tema, ou profissionais da área, ou pessoas que tinham algum curso, mestrado, doutorado e pós-graduação, enfim, aquilo era mais eficiente, era mais efetivo. Depois *a gente* verificou que era necessário incluir alguém da gestão do campus também, aí *a gente* incluiu os chefes DAM. Principalmente para a parte operacional, muitas das ações ficavam assim, as pessoas tinham ideia, mas sabiam como executar, ou não tinha recurso financeiro ou não sabia como conseguir ou usar o dinheiro, então *a gente* viu que era importante ter. (Entrevistado F-G2)

Por fim, uma narrativa que demonstra desconhecer as premissas de interdisciplinaridade, previstas no programa de gestão da sustentabilidade, o IFSC Sustentável, conforme citação a seguir: “Eu não sei se isso foi formalizado assim, [...], mas eu não sei se *a gente* tem uma diretriz ou um grupo formalizado [...] eu acho que é mais tipo quem gosta do tema sustentabilidade participa dessas comissões”. (Entrevistado E-G2)

Em resumo, conforme os entrevistados e pela maioria das respostas apresentadas, é possível definir que existe uma cultura de sustentabilidade e que há por parte da instituição uma preocupação em integrar as ações na dimensão, em alguns câmpus existe a cultura implantada, em outros está em implantação de estratégias para promoção da sustentabilidade, mas em outros, por falta de gestão e acompanhamento o processo se dissolveu.

4.3.7 Integração da Dimensão Avaliação e Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade

Para identificar ações que indiquem a integração da dimensão Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade, foram realizadas três perguntas norteadoras aos entrevistados.

As perguntas têm por objetivo extrair pela percepção dos representantes das comissões como são realizadas as avaliações, identificar os modelos, métodos de avaliação, se por exemplo, há uma avaliação por indicadores, por ações ou por um sistema de gestão.

A primeira questão abordou diretamente como é realizada a avaliação/acompanhamento do programa de sustentabilidade pela instituição, apenas três dos onze relataram existir uma avaliação/ acompanhamento das ações, o que leva a perceber que o local onde há a continuidade das ações de sustentabilidade, coincidentemente foram os mesmos câmpus onde a dimensão Experiência de vida no campus teve um cultura de sustentabilidade implantada (B-G1, C-G1 e D-G2), e câmpus onde a cultura está em fase de implantação, com a existência de um núcleo de gerenciamento de resíduos atuante no campus (D-G1) e uma comissão de sustentabilidade ativa (C-G2), conforme os depoimentos a seguir:

Falando da nossa equipe, cada membro cuida do setor... cada um preenche o relatório. [...] No final esse relatório vai p reitoria e para os diretores. (Entrevistado C-G1)

Vou responder pelo campus, [...] *a gente* tem uma comissão de gestão ambiental bem ativa, onde *a gente* coloca o que *a gente* vai fazer durante um ano. Com reuniões periódicas., temos objetivos, atividades, prazos, seguimos as premissas dos programas do IFSC sustentável, [...] um plano bem grande, tem acompanhamento, tem esse controle.(Entrevistado B-G1)

Eu sei que tem o relatório anual, com todas as ações feitas de sustentabilidade. (Entrevistado D-G2)

De forma oficial, no final do ano, ou no início do ano, tem um relatório de trabalho que temos que enviar em função do IFSC Sustentável, você só escreve o que você fez, manda o relatório para direção e vai para reitoria. Ano passado eu fiz, imprimi e era para botar na plataforma, mas acabei não enviado, é cheio de plataforma, mas está ali. Não tem critério, escreve o que você fez e pretende fazer, não tem, por exemplo, um controle de indicadores. [...] Uma vez mandaram um questionário falando das folhas secas, mas não sei se era anual, [...] e no extra oficial é na boca a boca. (Entrevistado D-G1)

Bom a cada final de ano o acompanhamento é baseado no relatório, não tem feedback e troca de informação. *A gente* faz relatório e envia para a reitoria. *A gente* faz relatório e só isso. Do ano de 2019 ainda não foi solicitado pela Reitoria. Em 2020 não temos mais contato com a comissão central. Sempre era enviado por e-mail, mas hoje eu não sei quem é da comissão central. (Entrevistado C-G2)

Uma das observações coletadas mostrou que a avaliação e acompanhamento das ações eram realizadas, mas que em 2018 isso parou de ser obrigatório, porque parou de existir uma orientação da comissão geral. Conforme depoimento a seguir:

Olha na verdade está parado, [...] acabou ficando numa pessoa [...] isso ficou meio acéfalo [...] e não pode ser o controlado por uma pessoa, apesar de ter uma comissão, é aquela história, se o presidente ou coordenador da comissão não faz, ninguém faz nada. [...] Existe toda uma cadeia prevista no nosso plano de sustentabilidade, todo

mundo sabe o que todo mundo tem que fazer, mas se eu não receber um e-mail com data, modelo [...] ninguém formaliza isso. Então acho que isso deve estar parado desde final de 2018 por aí, eu acho que até 2017 eles mandaram relatório, mas acho que 2018/2019 *a gente* não cobrou esse relatório das comissões, teoricamente. [...] O plano prevê esse acompanhamento e como *a gente* não está cobrando, o pessoal vai deixando. Agora eu acredito que eles estejam continuando a fazer as ações, *a gente* até discutiu aqui, se isso não deveria estar lá na diretoria de administração né que quando *a gente* voltar com esse viés mais da sustentabilidade também financeira, [...] mas ainda está em discussão e agora *a gente* vai deixar para a próxima gestão decidir. (Entrevistado E-G2)

Aparentemente a falta de acompanhamento institucional gerou reflexo nos câmpus, conforme os depoimentos AG1, EG1, AG2 e BG2:

Então *a gente* trabalhava no início com uma comissão central que dava orientações para ações para o campus, eles fizeram um plano, o plano que foi montado pela comissão, foi muito legal, eles definiram documentos orientadores, indicadores, diretrizes, planilha de manutenção preventiva e corretivas. [...], Mas daí, assim, tinha que montar relatório anual. [...] O apoio da comissão central parou aí, eles se perderam ao longo desses 4 anos. Tanto que nesse ano *a gente* não montou oficialmente o GT [...] esse ano mesmo, não fomos cobrados, não teve nenhuma cobrança. [...] Nesse ano eu acho que a comissão central deve ter sido desconstituída, porque *a gente* não foi cobrado nem pelo relatório, esse ano teve um acompanhamento zero da comissão central, do andamento dos trabalhos, tanto é que *a gente* foi protelando, não montou a comissão e chegamos no final do ano sem a comissão montada, não veio nenhum pedido de relatório, mesmo porque a comissão não fez e ficou por isso. [...] não vejo assim, um link da teoria com a prática das ações da comissão IFSC SUSTENTAVEL, atualmente. [...] Na comissão inicial *a gente* tinha um contato maior, era bem mais ativa, hoje em dia está bem de fora, a comissão ficou saturada, todo mundo que estava na comissão saiu. (Entrevistado A-G1)

Nesse grupo que eu já estou há três anos, eu nunca tive um telefonema, uma visita ou uma capacitação por parte da reitoria para isso. Eu desisti de fazer os relatórios, porque é só par encher linguiça, ninguém nunca olhe e ninguém vê. [...] Eu tenho uma pasta de tudo que *a gente* faz. [...] uma coisa ruim é que nós não podemos publicar o que fazemos, demora para sair no site, as coisas que fazemos eu público tudo na minha rede social., porque pelo IFSC demora muito. [...] Eu tenho um acompanhamento pessoal do lixo orgânico e reciclado do campus. (Entrevistado E-G1)

Hoje não tem uma avaliação [...] se você quiser, dá para trazer informações, se puxar do relatório do PAT, ali você tem as informações das ações. [...], mas aí uma ação realizada pelo campus se ela não entrar no PAT não tem como saber se foi feita ou não. [...] Lá no início *a gente* fazia uma prestação de contas do que era feito, isso até estimulava a fazer as ações. (Entrevistado A-G2)

[...] no nosso campus, eu participei de um relatório, depois nunca mais eu participei, [...] então não sei te dizer como está, [...] é muito burocrático, fica numa questão quantitativa que não dá conta da realidade, se fosse pensada em outras iniciativas para melhorar o processo para monitoramento e avaliação, eu vi reportagem, de um campus do IFMG, foi a primeira escola a institucionalizar a segunda-feira sem carne, foi institucionalizado em todas as cantinas. Isso é importante colocar nas práticas, para normatizar. (Entrevistado B-G2)

Observa-se pelas percepções citadas que a falta de gestão por parte da comissão geral e da alta gestão do IFSC contraria o que a literatura apresenta como fatores podem colaborar com

a gestão da sustentabilidade nas IES, exemplos: o compromisso dos gestores e líderes com o tema; o estabelecimento de uma forma consistente de avaliar e reportar o desempenho institucional em termos da sustentabilidade (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018).

De modo a colaborar um representante fez uma breve explanação da evolução do processo avaliativo do programa de sustentabilidade do IFSC, explicando que avaliação iniciou de forma institucional e ao final ficou restrita apenas ao PLS. Conforme exposto a seguir:

Na verdade, tinha a avaliação do PLS, do programa como um todo, eu acho que foi só em 2013, porque a partir de 2014 começou a ter o PLS e foi tudo incluído no PLS. Só 2013 talvez encontre um relatório sobre o IFSC, porque era uma ação do planejamento estratégico 2012-2013. [...] Depois, a partir de 2017, foi incluído no PAT. [...] Começou como um programa, como uma ação do planejamento estratégico 2012-2013, depois quando implementou o PLS, o programa foi abrangido pelo PLS, fez uma comissão do IFSC Sustentável, a principal atribuição era criar o PLS. [...] O programa era aberto, como uma ação de planejamento do instituto, o PLS veio e se aproveitou das comissões e estrutura do programa, as comissões assumiram o PLS. [...] Em 2014 não tinha mais ações do programa, só ações do PLS. O IFSC sustentável, teve uma marca muito forte, uma divulgação muito forte, o IFSC sustentável é maior que a política, que o programa, que o PLS. [...] Tudo começou como uma ação do planejamento, virou programa, virou PLS, virou política, ficou misturado, mas o programa ficou restrito às ações do PLS. (Entrevistado F-G2)

O entrevistado F-G2 apresenta na sua percepção os achados de outros autores, (POPESCU; BELEAUA, 2014; AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015, BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018), os quais perceberam que devido a inexistência de conexão entre o método de implementação e ferramentas de avaliação e relatório faz com que a gestão da sustentabilidade não se institucionalize e não consegue completar um ciclo dentro da instituição.

Ainda na dimensão e com a intenção de identificar se os instrumentos e as ferramentas de avaliação da sustentabilidade utilizadas pelo IFSC contemplam as dimensões do sistema universitário, e se estão acessíveis para sociedade, seja por disponibilização na página oficial, ou outro local de fácil acesso. Foi perguntado aos entrevistados se são elaborados relatórios de sustentabilidade que contemplam as dimensões (Diretrizes institucionais, Operações do campus, Experiências no campus, Ensino (Educação e Educar educadores), Pesquisa, Alcance e colaboração (Extensão), Avaliação, desempenho e elaboração de relatórios). Se os relatórios são publicizados e se saberiam onde localizá-los.

Pela percepção do entrevistado C-G1, são elaborados relatórios que contemplam as dimensões e estão disponíveis no site institucional:

Contempla. Têm vários subprogramas, são várias propostas, é bem diversificado. [...] tem um site do IFSC Sustentável, ele está desatualizado um pouco. Último relatório foi de 2017. De 2019 não tinha colocado, é a reitoria que coloca no site. (Entrevistado C-G1)

Para os entrevistados AG1, B-G1, A-G2, D-G2, algumas ações são contempladas, mas apenas as que são listadas no PLS. As dimensões além do PLS são realizadas, mas não são avaliadas no relatório que pode estar disponível no site ou na intranet. De forma geral todos estão desatualizados.

Olha, ele acaba listando as ações independentes, não consigo ter uma percepção que ele engloba todas essas dimensões. Não consigo identificar. [...] Nos anos passados ele ficavam disponibilizados na intranet, agora vou confessar, com a mudança do site, eu fiquei com dificuldade de encontrar. Eu confesso que não fui atrás para ver se os relatórios do IFSC sustentáveis estão no site aberto ou se eles permanecem na intranet, porque até onde sei só está na intranet. (Entrevistado A-G1)

Não. [...] *A gente* consegue responder sobre as questões de água, energia resíduos. Mas essas coisas de pesquisa e extensão não estão no relatório, saem em outros relatórios, de outras áreas. Eu acho que a própria ferramenta vai ter que melhorar para conseguir abarcar todas as dimensões que *a gente* trabalha, mas que não é visível. [...] o relatório segue os subprogramas, talvez tenha que ter um outro programa, ou inserir uma meta, isso deve ser revisto. [...] Não tem um lugar, tem que fuçar muito, até 2018 nós temos num site, como o site ia ser atualizado não foi feito mais nada. (Entrevistado B-G1)

Hoje eu desconheço. Anteriormente algumas (dimensões) eram [...] hoje não mais. [...] Eu acho que enviávamos para a comissão central, por e-mail. Não me recordo o que acontecia depois[...] não sei se era publicado. (Entrevistado A-G2)

Não, acho que não. Mas operações, pesquisas, ensino extensão sim, experiências, das ações com a comunidade, essas sim. [...] Não sei se são públicos e nem onde localizar. (Entrevistado D-G2)

Para os entrevistados F-G2 e E-G1E há outros relatórios que trazem uma avaliação de algumas dimensões da sustentabilidade, isso além do relatório do PLS. É citado o relatório do TCU, relatório de gestão, relatório do PAT, relatório do SIGAA, os diários dos docentes e os próprios PPC dos cursos. Dentre esses relatórios, alguns são públicos e outros são restritos de cada setores. Conforme depoimentos citados:

[...] Ele não traz todas as dimensões, os relatórios eram restritos ao PLS. [...] No relatório de gestão, que é um relatório que *a gente* tem que elaborar anualmente, ele tem um capítulo, ou tópico que é sobre sustentabilidade na instituição. É exigido pelo PDI, tem uma obrigatoriedade sobre sustentabilidade financeira, que é uma parte bem pequena da sustentabilidade. [...] No relatório de gestão o TCU se exige que trate desses tópicos. [...] No relatório de gestão, traz as compras, construções, projetos de pesquisa e extensão do IFSC. [...] Todo ano quando *a gente* ia fazer relatórios, *a gente* não conseguia alcançar os dados, dependia dos câmpus para identificar os que tinham feito, ou que não tinha feito. As vezes era feito assim: - o que você lembra que você fez? *a gente* começou a formalizar isso do PAT e no planejamento. Os relatórios do

PAT têm que pedir para PRODIN para ter acesso, não está público, cada campus faz o seu anualmente. (Entrevistado F-G2)

Os relatórios são colocados no SIGAA, os eventos ficam no SIGAA para gerar certificados. A parte da curricularização estão nos diários, na agenda, nos PPC dos cursos. Mas não estão no PLS porque é muita coisa, controlar se atingiu meta ou não. [...] acho que fica em outros locais no site. (Entrevistado E-G1)

Na percepção do entrevistado D-G1, B-G2, C-G2 e E-G2, não há uma integração e não é possível encontrar em outros locais, relatórios que abrangem as dimensões da pesquisa. Assim como desconhecem onde estão disponíveis, conforme os relatos citados a seguir:

[...] não sei, se você faz um relatório com número valores e metas, fica complicado. [...] Então na verdade eles não estão preocupados com o que você faz, isso não se discute, só querem saber se você faz alguma coisa ou não. Esse relatório que eu enviava não é nada específico, não tem controle dos projetos da área, por exemplo, feito para pesquisa, para extensão, não tem nem uma cobrança. [...] Talvez se o relatório tivesse, por exemplo, o que foi feito com relação a sustentabilidade ligado a pesquisa e extensão seria bom, mas não tem, daí eu vou atrás para saber. [...] Eu não sei onde ele está, não sei onde fica, eu sei que tem uma plataforma, não sei se ela é do campus. [...] Agora se você tem acesso não sei, pode ser na intranet, o que eu sei que ele vai para reitoria. (Entrevistado D-G1)

Não [...] porque se trabalha nos detalhes e não no processo todo em si, [...] não sei dizer se são públicos. (Entrevistado B-G2)

[...] acredito que não. [...] O nosso nós disponibilizamos no mural, nós enviamos para reitoria, mas acho que eles não colocam em lugar nenhum. (Entrevistado C-G2)

Não. Focalizado não, a não ser que incorporasse isso como indicadores, poderia ser existe ou não existe, [...] uma coisa para poder verificar se foi feito. Mas dentro dessa metodologia eu desconheço. (Entrevistado E-G2)

O entrevistado F-G2, apresenta um relato das mudanças ocorridas com relação a publicação desses relatórios, o site, o local e atualização. A declaração deste entrevistado tem consonância com os relatos da maioria, pois vários são os casos que citam não saber mais onde encontrar o relatório, que eles não são mais atualizados, que podem estar na intranet, que estavam no site antigo, mas ele mudou ou até mesmo o desconhecer totalmente onde encontrar. Conforme depoimento a seguir:

[...] Até 2017 eram públicos, ficava no site do IFSC, tinha um espaço IFSC SUSTENTÁVEL, tinha os PLS, relatórios, as ações. A partir de 2019, com a mudança do novo site, a Pró-reitora de extensão entendeu que isso não era, eu briguei na época ... entendeu-se que era um assunto que não interessava a comunidade. (tem e-mail brigando pelo espaço) . [...] Na Pró- reitoria diziam que como eles tinham acesso, eles diziam que 90% dos acessos eram internos, então o conteúdo tinha que ir p intranet. [...] E ficou decidido que pode ficar na intranet. E como a intranet é uma bagunça, não foi mexido mais. (Entrevistado F-G2)

Ainda na mesma entrevista, o representante cita a importância da disponibilidade dos relatórios, o impacto que isso gera para a sociedade e para o próprio IFSC.

[...] Era bem legal, *a gente* recebia bastante ligação, teve casos de pessoas que queriam fazer pesquisa sobre sustentabilidade e pediam. Era um valor *legal* para instituição, pensando como empresa, era uma coisa que gerava valor social. Hoje não tem nada, se você entrar no site não tem nada, *é como se o IFSC não trate* da sustentabilidade. [...] Foi um impacto bem negativo, porque tanto o público interno, quanto o público externo, utilizava isso para consulta, para compartilhamento. Também gerava um valor, um respeito para a instituição, conseguia facilmente verificar que tratávamos disso...hoje precisa futricar. [...] você fazendo mestrado não encontrou a política, por exemplo, então imagina uma pessoa que só está dando uma *fuçada* no site. (Entrevistado F-G2)

De uma forma geral a percepção da maioria dos entrevistados retoma o que foi visto na literatura, que a gestão da sustentabilidade quando analisada na ótica da avaliação, precisa seguir uma abordagem sistemática, promover o conceito de melhoria contínua dos processos internos e medir o impacto ambiental das atividades (AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015), com avaliações ou relatório baseados em dimensões e indicadores de desempenho (ALEIXO; AZEITEIRO; LEAL, 2018), de fácil mensuração e compreensão, de forma que auxilie no processo de tomada de decisão, com transparência e objetividade (LOZANO, 2006).

E finalmente para identificar e posteriormente analisar a percepção de que existe integração das dimensões que promovem a sustentabilidade no programa, foi perguntado aos entrevistados se eles percebem, com base nos relatórios e nas ações, se as dimensões estratégicas da sustentabilidade (Diretrizes institucionais, Operações do campus, Experiências de vida no campus, Ensino, Pesquisa, Extensão, Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade), estão integradas no programa de gestão da sustentabilidade, o IFSC Sustentável, solicitando que comentassem a respeito.

Para os entrevistados A-G1 e A-G2 as dimensões não estão integradas no programa IFSC Sustentável, para eles a instituição precisa avançar e trabalhar principalmente o acompanhamento, o direcionamento, principalmente com o apoio da comissão central, conforme depoimentos as seguir:

Eu penso que não acontece. Eu não vejo uma orientação que *a gente* faça um link da teoria com a prática. Por enquanto o programa está no papel, nas atividades de operação. [...] O IFSC vem há 10 anos engatinhando na área sustentável, saímos do zero, mas *a gente* tem uma caminhada interessante. Mas *a gente* precisa avançar. [...] A comissão central faz toda diferença, tanto que *a gente* não executou os trabalhos esse ano por falta do acompanhamento dela. (Entrevistado A-G1)

Não. Porque realmente falta essa gestão, [...] a comissão que existia na época era fundamental para as ações. *A gente* que existe, mas quem está cobrando? Que está

conduzindo, será que jogaram isso para os câmpus, não temos apoio, não temos direcionamento, [...] o campus está deixando de fazer as ações, mas estamos sem orientação. [...] Eu não me sinto qualificado para conscientizar todos os servidores, capacitá-los e conduzir todo o processo. Deveríamos capacitar as pessoas para aí sim, fazer uma orientação no campus. Essa integração não acontece mais, mas já aconteceu. (Entrevistado A-G2)

Para os demais, as dimensões são trabalhadas pelas comissões, mas não de forma integrada, existe uma preocupação em integrar, mas não ocorre oficialmente e nem institucionalmente, muitos depoimentos trazem afirmações de ações isoladas. Conforme os relatos a seguir:

Elas estão, mas talvez precise se detalhar mais. Se você segue só o programa tem muita coisa de fora, precisa rever essa coisa de pesquisa, extensão, a curricularização. Porque isso acaba não aparecendo no programa IFSC Sustentável com esses detalhes. [...] Como nós somos uma instituição de ensino, eu acho que obrigatoriamente poderia ter sim, alguma coisa que focasse mais essa coisa da extensão no programa IFSC sustentável. (Entrevistado B-G1)

Eu consigo ver que todas ou a maioria dessas diretrizes estão no nosso PLS do campus. Porque de uma forma ou de outra cada área é trabalhada. (Entrevistado C-G1)

Não sei te dizer, no dia a dia tem uma preocupação em integrar, mas eu acho que é separado. (Entrevistado D-G1)

Acho que não. Não no programa institucional. Não posso falar demais, porque eu não visito outros câmpus, seria injusto eu julgar, mas institucionalmente estamos parados. No meu campus nós integramos as áreas, mas institucionalmente não vejo nada, não tem uma pessoa, um link na internet, um telefone, não temos contato com ninguém. (Entrevistado E-G1)

Eu acho que institucionalmente *a gente* tem isso como valor, [...] fazemos ações isoladas, não são integradas, fazemos ações fortes na pesquisa e extensão, mas que não foram curricularizadas. [...] Em umas áreas tem um pouco mais, mas em outras faltam. [...] pensando em processos administrativos, nós ainda falamos em água, no básico. [...] Precisamos seguir para uma segunda sem carne, um lixo zero de verdade, para avançar. Caminhamos num círculo e não avançamos. (Entrevistado B-G2)

É um começo não está tudo conectado, há uma intensão de ter sustentabilidade em todas as áreas, essa consciência vai acontecendo gradativamente. Tem que melhorar o trabalho, mas tem que melhorar no IFSC como um todo. (Entrevistado C-G2)

Eu acho que sim, porque é compromisso do IFSC trabalhar a sustentabilidade, mas nem tudo que *a gente* faz é colocado no relatório, muita coisa legal que *a gente* faz fica só na extensão, no campus. (Entrevistado D-G2)

Eu acho que não. Eu acho que com essa análise crítica como que você está trazendo em termos de modelo acadêmico de medição, de constatação, eu acho que não. [...] Eu acho que *a gente* faz as ações, mas *a gente* não consegue, *a gente* não verifica o impacto, [...] fomenta a pesquisa, fomenta a extensão, fomenta itens de compra sustentável, separa o lixo, tem o papel zero. [...] agora [...] se *a gente* pega isso e mede com esses parâmetros e verifica? Não, eu acho que não. [...] pegar na dimensão de pesquisa tem, na dimensão de extensão tem, mas *a gente* não está fazendo isso de forma integrada. Ou seja, o que *a gente* faz aqui muda ali em outra dimensão, acho que não. (Entrevistado E-G2)

Acredito que sim, mas não de forma organizada. A grande maioria das dimensões sim, só pesquisa, ensino e extensão que só entrou na política. [...] A política foi um aprimoramento do programa IFSC Sustentável. [...] as pessoas pensam na só na sustentabilidade ambiental, a dimensão social se pensa muito pouco na verdade. (Entrevistado F-G2)

Analisando as entrevistas, observa-se que não há no IFSC um acompanhamento, avaliação e metodologia para realização de relatório das ações de forma integrada. O que existe são relatórios, de ações isoladas ou compartimentalizada, como observado por outros estudos realizados por Borges *et al.* (2013); Leal Filho *et al.* (2015b); Amaral, Martins e Gouveia (2015); Fischer, Jenssen e Tappaser (2015); Berchin *et al.* (2017); Leal Filho *et al.*, (2017); Silva e Pinheiro (2018) e Bizerril, Rosa e Carvalho (2018) em outras IESs.

Segundo os autores acima citados, suas pesquisas apontaram para a ausência de integração entre as dimensões estratégicas do sistema universitário em prol da sustentabilidade, com ações implementadas de forma compartimentalizada, aplicadas em apenas algumas dimensões do sistema universitário, assim como foi apontado pelos entrevistados dessa pesquisa.

Nota-se que há uma ausência de estratégias de avaliação que abarque todas as partes do sistema universitário do IFSC, portanto, impressão é de que na ótica dos relatórios e avaliações a dimensão não está integrada no programa IFSC sustentável.

Deste modo é importante reforçar o que a literatura alerta, a falta de alinhamento entre a metodologia de sustentabilidade implantada no campus e as ferramentas de avaliações, pode ser um motivo pelo qual a gestão da sustentabilidade não se institucionaliza e não consegue completar um ciclo dentro da instituição (POPESCU; BELEAUA, 2014).

Esta associação implica para a necessidade de haver cautela por parte da instituição na criação de um método de definição e implementação do modelo de avaliação (AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015) para que seja alinhado há um modelo de gestão integrado.

Para facilitar a análise, apresenta-se no quadro 14 um resumo dos resultados obtidos através das entrevistas que tiveram a intenção de identificar a percepção dos representantes das comissões de sustentabilidade quanto às ações institucionais de sustentabilidade voltadas às dimensões do sistema universitário.

Quadro 14 – Resumo das ações institucionais de sustentabilidade voltadas às dimensões do sistema universitário

1 -DIRETRIZES INSTITUCIONAIS
Na percepção dos representantes...

45% sabem ou imaginam que existem normativas e políticas institucionais, mas não as conhecem, não recordam ou não procuram saber quais são.

55% conhecem, recordam e até explicam como as ações e eventos surgiram, expressando, inclusive, críticas quanto a aplicação das políticas públicas por parte da gestão do IFSC.

Existe uma preocupação institucional para a sustentabilidade, citando como compromissos formais a própria política, que em alguns momentos chega a ser confundida com o PLS.

É de conhecimento a existência dos compromissos nas diretrizes institucionais: missão, valores, políticas, planejamento estratégico e programas.

Existe política sustentabilidade, no entanto percebe-se certo grau dificuldade em implantar, operacionalizar e torná-la parte da cultura institucional.

Apresentam observações-críticas à gestão da sustentabilidade: a falta de apoio e a ausência de atuação das comissões.

Desconhecem que os compromissos ou que as ações realizadas se davam em decorrência da política de sustentabilidade

Há necessidade de um avanço da forma como o IFSC vê a sustentabilidade, precisa de uma abordagem sistemática e promover o conceito de melhoria contínua dos processos internos, implantar metas e políticas ambientais.

Em resumo: dimensão diretrizes institucionais foram integradas na gestão de sustentabilidade, há uma tentativa de integrar o tema por meio do compromisso formal, com ações alinhadas aos pactos aderidos, mas não ocorreu a disseminação desses eventos entre as comissões, aparentemente por ser adotada uma abordagem de gestão de cima para baixo.

2 - OPERAÇÕES NO CAMPUS

Na percepção dos representantes...

A integração ocorreu com ações básicas, com premissas de redução/economia de consumo de energia, água, cópias, reciclagem e a abolição dos copos plásticos. Como pelas construções sustentáveis, medidas adotadas ao longo da obra que promovem a sustentabilidade iniciando na fase de planejamento da construção, seja pela adesão das compras de materiais e serviços sustentáveis ou elaboração de projetos para captação e aproveitamento da água das chuvas.

Realização das compras compartilhadas, que geram economia dos recursos financeiros e materiais, redução do número de pessoas envolvidas no processo e ganho de valores no momento da compra, com destaque para as licitações verdes, de adesão de produtos e materiais de origem sustentável.

Há integração da dimensão com a realização de eventos aleatórios: coletas de resíduos, reciclagens, redução do consumo e de recursos naturais, outros exemplos: realização de ações de conscientização sobre consumo, campanha solidárias para ONGs, oficinas de materiais recicláveis.

Os câmpus não fazem uso de todas as cores de coleta seletiva conforme preconizado pela instituição no processo de reciclagem e separação de resíduos, assim como nas campanhas.

Falta de apoio, orientação e capacitação, acompanhamento das ações e comissões, por parte da gestão. Assim como as ações são isoladas e há falta de pessoas para fazer ações estratégicas.

Em resumo: Operações do campus foi integrada no Programa IFSC Sustentável, em harmonia com algumas ações citadas por Cortese (2003), Lozano (2003), Lozano et al. (2013), Disterheft et al. (2016), Guerra et al. (2018) e Berchin (2017) exemplos: racionamento da energia, gerenciamento dos resíduos sólidos, racionamento e reutilização da água, compras de alimentos com processos sustentáveis, redução de documentos impressos, programas de incentivo para redução de resíduo e construção de edifícios sustentáveis.

3 - AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

Na percepção dos representantes...

27% relatam existir uma avaliação/ acompanhamento das ações.

A avaliação e acompanhamento das ações eram realizadas, mas em 2018 isso parou de ser obrigatório, porque parou de existir uma orientação da comissão geral.

Aparentemente a falta de acompanhamento institucional gerou reflexo negativos nos câmpus.

A avaliação iniciou de forma institucional e ao final ficou restrita apenas ao PLS.

Algumas ações são contempladas nos relatórios, mas apenas as que são listadas no PLS.

As ações nas dimensões além das prevista no PLS são realizadas, mas não são avaliadas no relatório.

Há outros relatórios que trazem uma avaliação de algumas dimensões da sustentabilidade, isso além do relatório do PLS. É citado o relatório do TCU, relatório de gestão, relatório do PAT, relatório do SIGAA, os diários dos docentes e os próprios PPC dos cursos. Dentre esses relatórios, alguns são públicos e outros são restritos de cada setores.

Não há uma integração de todas as dimensões, não é possível encontrar em outros locais relatórios que abrangem a dimensão Pesquisa.

Ocorreram mudanças na publicação dos relatórios, no site, no local e na atualização. Citam não saber mais onde encontrar o relatório, que eles não são mais atualizados, que podem estar na intranet, que estavam no site antigo, mas ele mudou ou até mesmo desconhecem totalmente onde encontrá-los.

as ações nas dimensões do sistema universitário são trabalhadas pelas comissões, mas não de forma integrada.

existe uma preocupação em integrar, mas não ocorre oficialmente e nem institucionalmente.

Não há um acompanhamento, avaliação e metodologia para realização de relatório das ações de forma integrada. O que existe são relatórios, de ações isoladas ou compartimentalizadas.

Em resumo: há uma ausência de estratégias de avaliação que abarque todas as partes do sistema universitário do IFSC, portanto, impressão é de que na ótica dos relatórios e avaliações a dimensão não está integrada no programa IFSC sustentável. A instituição precisa avançar e trabalhar principalmente o acompanhamento, o direcionamento, principalmente com o apoio da comissão central.

4 - EXPERIÊNCIA DE VIDA NO CAMPUS

Na percepção dos representantes...

A cultura de sustentabilidade foi instalada, executa-se diversas ações que fortalecem a promoção da sustentabilidade.

A cultura está em fase de implantação, com ações pontuais, como eventos em datas comemorativas, são grupos que ainda atuam e mantem uma cultura sustentável, desenvolvem ações como a redução de resíduos e reutilização de recicláveis.

Ocorreram ações para implantar a sustentabilidade, mas por fatores alheios, seja pela falta de acompanhamento ou por processos internos a cultura não se instalou.

Na maioria dos casos, a participação é interdisciplinar, ou seja, diversas formações e especialidades são envolvidas nas ações, servidores dos setores chaves da instituição participam das comissões. Porém, nem todos seguem as orientações do programa de sustentabilidade do IFSC.

Não existe mais uma comissão atuante, justificando essa dissolução por falta de acompanhamento da comissão central, por excesso de atribuições ou por falta de interessados.

Em resumo: existe uma cultura de sustentabilidade e que há por parte da instituição uma preocupação em integrar as ações na dimensão experiências de vida no campus. Em alguns câmpus existe a cultura implantada, em outros está em implantação de estratégias para promoção da sustentabilidade, mas em outros, por falta de gestão e acompanhamento o processo se dissolveu.

5 - EXTENSÃO

Na percepção dos representantes...

Têm eventos oficiais do IFSC, exemplos: a Semana Nacional de Ciência e tecnologia (SNCT) e o Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (SEPEI) como eventos para o compartilhamento das ações ou estratégias de promoção da sustentabilidade na comunidade acadêmica.

Há ações entre o campus e escolas, a comunidade em geral como a organização de feiras e parceria com presídios, como ações para compartilhamento de ações de sustentabilidade, realizadas ora pela própria comissão ou por professores.

Há ausência de ações entre os câmpus, poderia ser uma forma de mostrar os trabalhos desenvolvido pelas comissões entre seus pares. Representantes desconhecem membros de outras comissões.

O IFSC tem editais que contemplam os ODS e a revista de extensão como estratégias de compartilhamentos. O IFSC tem aderência aos ODS como um requisito obrigatório para submissão de projetos de extensão, e a revista Caminho Aberto é voltada para projetos e ações de extensões, com periodicidade semestral, com circulação livre e gratuita para todos os câmpus.

Existe inúmeras ações, como oficinas, eventos, parcerias na instituição que são formas de compartilhamento fazem parte da dimensão Extensão. O IFSC possui protagoniza grandes eventos que envolvem a comunidade interna e externa, como exemplo: a SNCT e o SEPEI.

Em resumo: Não é evidente se há uma linha que fomenta a sustentabilidade, salvo de modo transversal e percebe-se que a dimensão está integrada nas ações e eventos, mas não foi articulada na prática.

6 - PESQUISA

Na percepção dos representantes...

Não sabem ao certo, mas acreditam que existe sim um incentivo para os projetos de pesquisas ligados ao tema sustentabilidade, não houve muito detalhamento de como ocorre a financiamento, apenas a afirmação do incentivo.

Não tem um apoio específico para a linha da sustentabilidade, e de acordo com o entrevistado A-G2 há uma carência de apoio por parte da Reitoria para a continuação e aplicação de pesquisa sobre ações da sustentabilidade.

A dimensão Pesquisa foi abordada pela política, mas alegam desconhecimento de uma política de incentivo.

Em resumo: a dimensão Pesquisa está formalmente integrada ao programa de sustentabilidade, mas isso não ocorre na prática, portanto não foi institucionalizada.

7 - ENSINO

Na percepção dos representantes...

As estratégias para adicionar o tema foram ações isoladas por campus, e ocorreram principalmente nas semanas pedagógicas.

O tema faz parte do currículo de todos os cursos, por uma obrigatoriedade e estratégia institucional.

Desconhecem estratégias para a inserção da temática na curricularização, são os professores que abordam sobre as atividades de ensino que trazem a sustentabilidade como norte.

Não é de conhecimento que determinadas ações realizadas são para implantar a sustentabilidade no Ensino ou que exista essa preocupação institucional.

Existe estratégias pessoais, com ações particulares de si ou de seus colegas para inserir a sustentabilidade, seja nos cursos, nas disciplinas e projetos que realizaram.

Existe estratégias para inserção da sustentabilidade na dimensão Ensino através da curricularização ainda que na sua maioria de forma transversal e por ações pontuais por campus.

Desconhecem que houve capacitação dos agentes, os próprios membros das comissões e os demais servidores não passaram por uma capacitação sobre o tema, suas capacitações foram voluntárias por iniciativa própria e não organizadas ou programadas de forma institucional.

A capacitação ocorreu por iniciativa da comissão local, sem o apoio institucional.

Havia uma preocupação em capacitar os agentes, e que estava prevista no PLS do programa IFSC Sustentável, porém a falta de recurso inviabilizou a realização da ação.

As estratégias de capacitação são isoladas, geram resultados pontuais, mas é preciso investir em ações de capacitações para considerar a dimensão integrada.

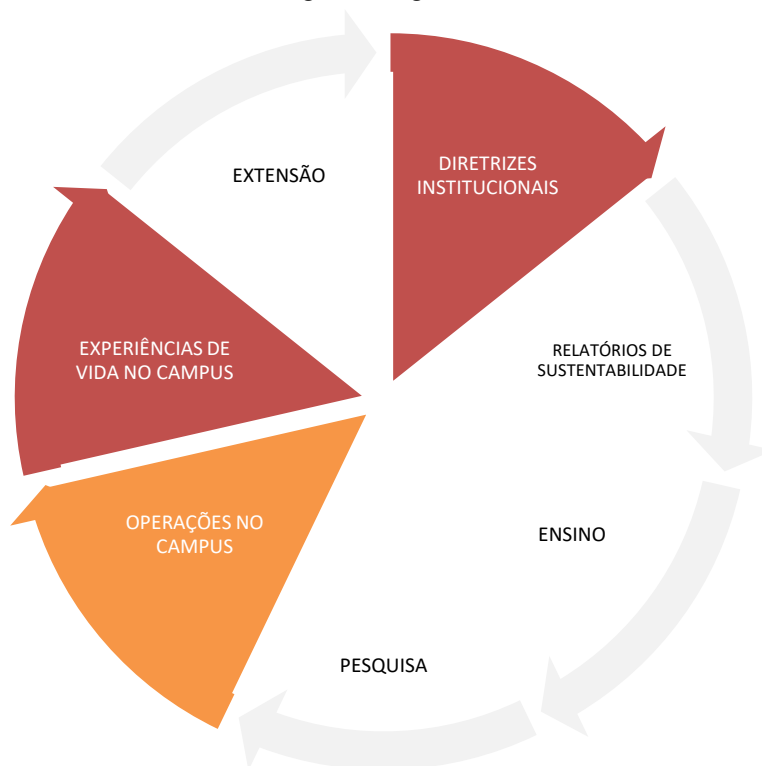
Em resumo: não há preocupação institucional com a premissa educar os educadores, tão menos em proporcionar cursos de treinamento e capacitação em educação ambiental para todos os servidores, o que propõe uma não integração da dimensão na gestão da sustentabilidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Com base nas análises dos resultados encontrados pela percepção dos representantes das comissões de sustentabilidade, as ações institucionais de sustentabilidade voltadas às dimensões do sistema universitário foram integradas nas dimensões Diretrizes Institucionais, Operações no campus e Experiência de vida no campus.

Resta, portanto, desenvolver ações voltadas à sustentabilidade nas dimensões: Elaboração e avaliação de relatórios de sustentabilidade, Ensino, Pesquisa e Extensão. Conforme ilustra a figura 15.

Figura 15 – Resultado das dimensões integradas na gestão da sustentabilidade do IFSC



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Com base nos resultados apresentados, apresenta-se a seguir recomendações de melhoria para a gestão da sustentabilidade do IFSC.

4.4 RECOMENDAÇÕES DE MELHORIAS APÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS.

Considerando o resultado obtido e a literatura que abrange o tema, a autora propõe ações de melhoria nas seguintes dimensões do sistema universitário, conforme exposto no quadro 15 a seguir.

Quadro 15 – Recomendação de melhorias por dimensões do sistema universitário do IFSC

1 -DIRETRIZES INSTITUCIONAIS	REFERÊNCIAS DA LITERATURA
Criar uma Coordenadoria de Gestão da Sustentabilidade para poder acompanhar as ações de sustentabilidade, as demandas e dificuldade de todas as comissões locais;	

Alocar recursos financeiros para a coordenadoria de gestão da sustentabilidade; Reestruturar ou reativar as comissões locais de sustentabilidade; Realizar a revisão do programa IFSC Sustentável, com a participação de membros das comissões locais; Integrar todas as dimensões do sistema universitário ao programa IFSC sustentável; Atualizar o PLS com premissas para os anos 2021-2022; Aderir a integralidade das práticas do programa Lixo Zero; Formalizar um canal de atendimento com e-mail e telefone para atender as demandas da comunidade interna e externa; Criar perfil do IFSC Sustentável nas redes sociais para que seja possível publicar com agilidade ou realizar <i>lives</i> dos eventos realizados pelos câmpus. (Atualmente os próprios servidores fazem essa ação em seus perfis pessoais, limitando o número de pessoas atingidas); Conferir às coordenações de ensino, pesquisa, extensão, administrativo e ao ocupante de cargo da alta gestão de cada campus, a atribuição como membro permanente nas comissões locais de sustentabilidade; Criar uma equipe de apoio, com participação de especialistas sobre o tema, para ajudar as comissões locais que apresentem dificuldade ou baixo desempenho nas avaliações do programa; Correlacionar a aderência aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nas ações institucionais que visem a sustentabilidade.	Cortese (2003), Lozano (2003), Lozano <i>et al</i> (2013), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017).
2 - OPERAÇÕES NO CAMPUS	REFERÊNCIAS DA LITERATURA
Padronizar as lixeiras de acordo a necessidade dos câmpus e não conforme padronização da A3P, a fim de evitar a desorientação dos alunos e servidores; Correlacionar a aderência aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos eixos do PLS que trata da operacionalização das ações de sustentabilidade.	Cortese (2003), Lozano (2003), Berchin (2017), Guerra <i>et al.</i>(2018).
3 - AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS	REFERÊNCIAS DA LITERATURA
Inserir no relatório de acompanhamento das ações de sustentabilidade espaço para acompanhar o desenvolvimento das ações em todas as dimensões do sistema universitário do IFSC. Criar um programa de avaliação de desempenho da gestão da sustentabilidade, envolvendo toda a comunidade acadêmica, com a finalidade avaliar as fases de maturação da sustentabilidade em cada campus do IFSC, para poder avançar gradativamente o tema, evitando trabalhar apenas nos temas básicos. Reestabelecer o acesso ao Programa IFSC Sustentável pelo público geral. (O programa é de acesso restrito aos servidores na intranet, exigindo login e senha). Disponibilizar no site institucional a Política de sustentabilidade do IFSC, o PLS 2021-2020, e os relatórios de acompanhamento dos anos anteriores.	Lozano <i>et al</i> (2013), Lozano (2003). Kapitulčinová <i>et al.</i> (2017), Guerra <i>et al.</i>(2018), Berchin (2017).
4 - EXPERIÊNCIA DE VIDA NO CAMPUS	REFERÊNCIAS DA LITERATURA
Convidar alunos para participar voluntariamente das comissões locais de sustentabilidade. Criar um canal interno de divulgação de ações realizadas pelas comissões locais e pela coordenadoria de gestão da sustentabilidade. Definir uma carga horária de participação dos membros das comissões locais de sustentabilidade. Desenvolver práticas informativas para comunidade acadêmica, informando o desempenho da sustentabilidade do IFSC.	Lozano <i>et al.</i>(2013), Berchin (2017),

Realizar ao menos um encontro anual das comissões de sustentabilidade para apresentar as equipes, valorizar o desempenho e compartilhar as práticas sustentáveis, debater sobre o avanço das ações, fomentando o diálogo e a aproximação entre os membros das comissões, suprimindo a carência identificada nas entrevistas.	Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018).
5 – EXTENSÃO	REFERÊNCIAS DA LITERATURA
Fomentar/financiar a participação dos servidores e alunos que possuem projetos e ações de sustentabilidade nos principais eventos do IFSC e em eventos de outras instituições, a fim de compartilhar boas práticas e valorizar o desempenho da comunidade acadêmica. Contabilizar as ações de extensão realizadas em prol da sustentabilidade. Correlacionar a aderência aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos editais de extensão.	Cortese (2003), Lozano (2003), Berchin (2017), Guerra <i>et al.</i> (2018).
6 – PESQUISA	REFERÊNCIAS DA LITERATURA
Correlacionar a aderência aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos editais de pesquisa. Incentivar a exposição das pesquisas ligadas ao tema. Contabilizar as pesquisas realizadas em prol da sustentabilidade.	Cortese (2003), Lozano (2003), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Guerra <i>et al.</i> (2018), Berchin (2017)
7 – ENSINO	REFERÊNCIAS DA LITERATURA
Disponibilizar um curso de curta duração sobre sustentabilidade, de forma contínua e a distância, uma vez que existe o um polo Referência em Formação e Educação a Distância do IFSC; Inserir no programa de ambientação dos novos servidores a participação da coordenação de gestão da sustentabilidade, a fim de apresentar as ações do programa IFSC Sustentável e seus documentos norteadores. Implantar nas semanas pedagógicas ação de capacitação dos docentes para que estes repliquem o conhecimento adquirido aos discentes. Correlacionar a aderência aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos processos de curricularização.	Cortese (2003), Lozano (2003), Lozano <i>et al.</i> (2013), Disterheft <i>et al.</i> (2016), Berchin (2017), Guerra <i>et al.</i> (2018).

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

As recomendações propostas são sugestões para minimização de conflitos, visam contribuir para um melhor desempenho da gestão da sustentabilidade no IFSC, não foram esgotadas e podem no decorrer do processo haver outras necessidades de melhorias.

5 CONCLUSÃO

A presente dissertação teve por objetivo analisar como a sustentabilidade está integrada nas dimensões do sistema universitário do IFSC. Para atingir o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: Descrever as ações estratégicas de promoção da sustentabilidade presentes nos documentos institucionais de acordo com as dimensões do sistema universitário; Caracterizar as dimensões do sistema universitário contempladas pelo Programa IFSC Sustentável; e Identificar a percepção dos representantes das comissões de sustentabilidade quanto às ações institucionais de sustentabilidade voltadas às dimensões do sistema universitário.

Da análise dos resultados, observa-se que os documentos institucionais apresentaram evidências de estratégias e ações sustentáveis que demonstraram existir a promoção da sustentabilidade em todas as dimensões do sistema universitário do IFSC, constituídas por: Educação, Pesquisa, Operações, Extensão, Experiências de vida no campus, Diretrizes institucionais e Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade.

Na dimensão Diretrizes institucionais, os resultados evidenciaram que a missão do IFSC prevê a adoção de ações que levam à sustentabilidade, a promoção e a inclusão na formação dos cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país. Cita-se a adoção da sustentabilidade como um valor institucional, o alinhamento das finalidades e objetivos da instituição com as diretrizes sustentáveis, com políticas de promoção de ações inclusivas e adoção da gestão democrática, políticas institucionais de transparência e participação da comunidade acadêmica.

Com relação a dimensão Ensino, os resultados apresentaram os princípios, os documentos norteadores e eixos de ensino tecnológicos que estimulam o ensino e a capacitação para um desenvolvimento sustentável. Cita-se a criação de cursos e capacitações alinhados a Educação ambiental com ênfase na formação de professores e adesão das políticas de ensino que permeiam o direito à acessibilidade: exemplos: adoção de práticas para suprimir as disparidades de gênero, a igualdade de acesso para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

Na dimensão Extensão, os resultados apresentaram os projetos de extensão articulados com a sociedade e ações de sustentabilidade, e que contribuíram com desenvolvimento regional sustentável. Cita-se como modelo de sucesso o programa Mulheres SIM, uma atividade de extensão emancipadora.

Com relação a dimensão Pesquisa, os resultados citaram a existência de pesquisas que visam atender as necessidades da comunidade e projetos de pesquisa articulados com a sociedade e ações de sustentabilidade.

Na dimensão Operações no campus, os resultados apresentaram ações integradoras como a criação do Programa IFSC Sustentável, otimização do gasto público com políticas de compras e contratações sustentáveis, compras compartilhadas e o desenvolvimento de ações dentro da capacidade e sustentabilidade financeira da instituição. Cita-se a adesão institucional aos princípios de gestão sustentável e diretrizes orçamentárias de gestão institucional em rede. Conforme a literatura, essas ações são essenciais para a implantação de medidas sustentáveis nas atividades operacionais internas e para o início da formalização de um campus sustentável.

Com relação a dimensão Experiência de vida no campus, os resultados apresentaram o desenvolvimento de ações que asseguram a existência de espaços de formação e participação para o exercício da cidadania, contribuindo para a formação dos sujeitos e uma melhora no aprimoramento dos cidadãos e a promoção e o desenvolvimento de lideranças para o exercício da representatividade. Cita-se a adesão aos programas de segurança alimentar, exemplo: plano de alimentação estudantil, plano cantina saudável e plano de educação alimentar e nutricional, programas que fomentam a formação de hábitos alimentares mais conscientes e auxiliam na sustentabilidade ambiental do universo a que se insere.

Na dimensão Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade, os resultados apresentaram indicadores de avaliação e mensuração das ações sustentáveis com propósito de avaliação dos impactos de ações específicas, além da criação, para posterior implantação, de programas internos de certificação, exemplos: campus sustentável e processos administrativos sustentáveis.

Quanto a caracterização das dimensões do sistema universitário contempladas pelo Programa IFSC Sustentável, os resultados ampararam a conclusão de que o programa IFSC Sustentável (PLS + Política de Sustentabilidade) consideraram todas as dimensões que integram o sistema universitário, quando analisado pela abordagem de implantação, ou seja, as ações de desenvolvimento do programa de gestão da sustentabilidade do IFSC têm o objetivo alcançar resultados que ajudam a desenvolver o papel que uma instituição de ensino possui no direcionamento de comportamentos e atitudes para uma cultura organizacional voltada a sustentabilidade.

Entretanto, foi identificado que o modelo de gestão utilizado para a implementação do programa ocorreu pela abordagem *top-down* (cima para baixo), repassando a responsabilidade para gestores e membros das comissões quanto a execução e avaliação, sem definir uma

liderança institucional. Ressalta-se que o modelo de abordagem *top-down* apresenta, em algumas situações, como desvantagem, dificuldade em envolver muitos apoiadores, como exemplos: professores e alunos, e isso foi constatado nas percepções dos representantes das comissões.

Com relação a integração da dimensão Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade, a metodologia de elaboração orienta para a apresentação de relatórios com comprovação das ações realizadas, demonstrando uma carência de aplicação e preocupação com os conceitos de melhoria contínua dos processos e nas ações do programa. Assim como uma despreocupação com relação a medição do impacto ambiental das atividades e das ações realizadas pela instituição, além da aparente falta de compromisso com a transparência e acesso público dos relatórios sustentáveis, devido à dificuldade de acesso e desatualização dos relatórios.

Oportuno apontar que não promover o compartilhamento e acesso à informação dos relatórios de sustentabilidade, contraria o papel replicadora de conhecimento que a IES detém, e não permitir que a sociedade acompanhe o uso dos recursos públicos ou que tenha conhecimento das políticas institucionais de sustentabilidade.

Por fim, com relação a identificação da percepção dos representantes das comissões quanto às ações institucionais de sustentabilidade voltadas às dimensões do sistema universitário, os resultados concluem que apenas algumas dimensões estão de fato integradas ao programa de gestão da sustentabilidade do IFSC.

Conforme os resultados, entende-se que trabalhar a sustentabilidade é um compromisso da instituição, há uma preocupação em integrar as dimensões, mas os relatos apontam, na percepção da maioria, de que as estratégias para implantar a sustentabilidade ocorreram ou ocorrem de forma isolada por campus, em momentos específicos e de forma transversal. As ações são implementadas e executadas de maneira compartimentalizada, ou seja, em apenas algumas dimensões do sistema universitário.

Na análise observa-se que as dimensões que não foram integradas foram: Ensino, Pesquisa, Extensão e Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade, o motivo da percepção não foi totalmente evidenciado, mas pode ser reflexo da ausência de um documento de orientação, de formalização por planos de execução de ações ou apresentação de relatórios que contemplem as ações realizadas.

Por outro lado, as dimensões com mais ações, portanto integradas, são: Diretrizes institucionais, Operações do campus e Experiência de vida no campus. Coincidentemente o

PLS do IFSC orienta e formaliza ações que integram as referidas dimensões, assim como, procura acompanhá-las pelo relatório anual das ações realizadas.

Ademais, observa-se ausência de acompanhamento e posterior elaboração de relatórios que possibilitem avaliar e integrar as ações realizadas em todas as dimensões do sistema universitário, falta de incentivo ao diálogo entre as comissões, ausência de um líder como referência institucional, inexistência de espaço que aborde sobre sustentabilidade nas redes sociais e site institucional, ausência de um meio de contato, a fim de fomentar a comunicação interna e principalmente a comunicação com o público externo.

Além disso, percebe-se que a comissão central é/era um ponto de referência para muitos câmpus, e que atualmente algumas comissões não executam mais as atividades por falta do acompanhamento, o que leva a conclusão de que a falta de ação e apoio da alta gestão no direcionamento institucional interfere no resultado desejado, conforme identificado na percepção dos representantes das comissões de sustentabilidade.

Posto isto e considerando que objetivo geral da pesquisa analisar como a sustentabilidade está integrada nas dimensões do sistema universitário do IFSC, conclui-se que a instituição tem intenção de trabalhar a sustentabilidade em todas as dimensões, mas essa consciência precisa progredir e ir acontecendo gradativamente para evitar que as ações em prol da sustentabilidade caminhem apenas em círculos e não avancem.

Observa-se que a implementação das ações de sustentabilidade ocorrera formalmente, através da criação de política de sustentabilidade, da implantação de um plano de gestão (o PLS), mas sem uma política de compartilhamento de informações ou capacitação entre as comissões de sustentabilidade. Como fora anteriormente concluído, aparentemente por utilizar um modelo de gestão *top-down* e pela ausência de políticas de compartilhamento de ações entre os câmpus, obteve-se como consequência o desconhecimento da existência dos documentos norteadores, parte dos membros das comissões alegaram, a maioria, desconhecer a política de sustentabilidade do IFSC, criada em 2018.

Depreende-se que se existisse um acompanhamento de implementação e operacionalização e gestão da sustentabilidade por parte da instituição, seria possível descobrir pontos desconexos, exemplo: discrepância das ações praticadas nos câmpus com as diretrizes do programa Lixo Zero; eventos/ações realizadas de forma compartimentalizada; descontinuidade das comissões locais por falta do acompanhamento do programa pela comissão central e da alta gestão; não elaboração e publicação dos relatórios das atividades desde 2017; falta de aderência das certificações sustentáveis pelos câmpus; e que cada campus vive dificuldade diferente na implementação das ações de sustentabilidade .

Observa-se de modo geral, pela análise documental e pelos resultados da pesquisa de campo, que o modelo proposto como relatório de apresentação das ações de sustentabilidade não suporta todas as ações realizadas pelas comissões ou pelo programa de gestão da sustentabilidade, o IFSC Sustentável. A pesquisa mostrou que existe dentro da instituição, outros eventos e sistemas de gestão, como fonte de informação para trazer a realidade do movimento sustentável, principalmente quando analisado a dimensão Pesquisa e Extensão.

À vista disso, observa-se que é necessário reformular as diretrizes da dimensão Avaliação e elaboração de relatórios de sustentabilidade alinhando-a ao programa de gestão da sustentabilidade como um todo. Importante aconselhar que considerando a literatura sobre o tema, não alinhar a metodologia de sustentabilidade implantada às ferramentas de avaliações pode colaborar para a não institucionalização da sustentabilidade, ou seja, não se torna parte da cultura organizacional da instituição.

É salutar advertir, que os resultados apontaram para: ausência de compromisso da alta direção, ausência de uma forma consistente de avaliar e reportar o desempenho institucional em termos da sustentabilidade, e escolha de uma abordagem não participativa na implementação da sustentabilidade no IFSC, situações que contrariam as orientações da literatura quanto aos fatores que podem colaborar com a continuidade e posterior avanço das ações.

Por oportuno, cabe reforçar que não existe uma receita para integrar as dimensões do sistema universitário aos programas de sustentabilidade, embora a pesquisa preconize analisar e conhecer aplicação de algumas ações nas respectivas dimensões, a intenção maior foi analisar a integração da sustentabilidade com a finalidade de ajudar a instituição para que ela consiga agir de forma a minimizar as barreiras, multiplicar os resultados positivos e tornar o IFSC uma IES sustentável.

Por fim, mas não menos importante, complementando as análises da pesquisa e considerando a totalidade do tema, é válido pontuar as contribuições do IFSC com os 17 ODS.

A pesquisa mostrou que por meio do seu programa de sustentabilidade, de ações e diretrizes institucionais, há evidências de diversas contribuições, iniciando pela aderência ao Objetivo 12, quando a instituição incentiva a adoção de práticas sustentáveis e a integração de informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios. Bem como pela análise do programa PLS, e a correlação do subprograma Destino Certo, que trata da gestão dos resíduos, com o Objetivo 12, que aborda sobre Consumo e Produção, propondo a redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

A correlação do Subprograma Recursos Naturais, que consiste no manejo dos recursos hídricos e energéticos, com o Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento, no desenvolvimento de ações que assegurem a gestão sustentável da água. Além disso, no subprograma há contribuição com o Objetivo 7 - Energia Acessível e Limpa, pela promoção e investimento em infraestrutura e tecnologias de energia limpa, exemplos: instalações de placas fotovoltaicas, lâmpadas LED em todos ambientes e projetos de economia e redução de consumo de energia. Assim como contribui com o Objetivo 12 - Consumo e Produção Responsáveis, com ações que asseguram padrões de consumo sustentável, gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.

Ressalta-se que o subprograma Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis contribui com o Objetivo 3- Saúde e Bem-Estar, por assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar, qualidade de vida, sensibilização ambiental e social dos servidores.

Com relação ao subprograma Construções e Contratações Inteligentes – este contribui pela aderência ao Objetivo 12, de Consumo e Produção, assegurando compras e serviços contratados conscientes na questão ambiental, seja pela adoção das práticas de compras públicas sustentáveis e de acordo com as políticas e prioridades nacionais. Também contribui pela aderência ao Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, pelo fomento de construções com infraestruturas inclusivas e sustentáveis.

Com relação as ações específicas, cita-se como referência a aderência ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que possui relação com o Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, ambos visam acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Quanto as diretrizes de ensino e missão institucional, contribui pela relação direta com o Objetivo 4 - Educação de Qualidade, o IFSC busca assegurar a educação inclusiva, equitativa, de qualidade e promove oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, e com o Objetivo 10 - Redução da Desigualdades, por atuar com políticas educacionais e eventos que buscam reduzir a desigualdade, promoção da inclusão social, econômica e política sem distinção da idade, sexo, deficiência, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Ainda quanto as diretrizes de ensino e missão institucional, contribui com a disponibilidade de cursos de capacitação profissional, exemplo: o curso de Recursos pesqueiros, que está alinhado ao Objetivo 14 - Vida na Água, dentre as ações, o curso promove eventos para manter a conservação e o uso sustentável dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Além da contribuição pelo programa Mulheres SIM, que promove igualdade e empoderamento das mulheres, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade, ação

alinhada aos Objetivo 5 - Igualdade de Gênero. Também com a promoção de eventos, como a feira de economia solidaria, inclusiva e sustentável, correlacionada com o Objetivo 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico. Assim como contribui com o Objetivo 1 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, através do reforço no desenvolvimento regional e acesso aos espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres.

Ademais, o trabalho institucional colabora como o Objetivo 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima, pois o IFSC ainda de que forma inicial, busca desenvolver ações para melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e principalmente sua capacidade institucional para a mitigação e redução de ações que causam impacto as mudanças climáticas.

Por fim, contribui com a aderência ao Objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, considerando o interesse em ser tornar uma instituição eficaz, responsável, inclusiva e transparente, cumprindo leis e políticas não discriminatórias, a fim de formar alunos conscientes do seu papel de cidadão para formação de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável.

Conclui-se que embora a pesquisa tenha identificado grandes contribuições do IFSC para o desenvolvimento sustentável, assim como a existência de integração da sustentabilidade em algumas dimensões da instituição, ainda assim é conveniente fazer recomendações com proposições de melhorias, conforme elencadas a seguir.

Com relação as sugestões para estudos futuros, sugere-se a continuidade da pesquisa no IFSC com realização de estudos com demais membros da comunidade acadêmica, ou seja, discentes e demais servidores que não participam da comissão de sustentabilidade, a fim de identificar a percepção e efetividade das ações realizadas. Assim como avaliar o desempenho da gestão da sustentabilidade através dos relatórios do PLS. Recomenda-se novos estudos após a implantação de uma coordenadoria de gestão da sustentabilidade do IFSC ou alterações recomendadas no programa de sustentabilidade da instituição.

Faz-se a sugestão da realização de estudos futuros sobre a pegada de carbono do IFSC, de forma que possibilite acompanhar a evolução das ações em prol do DS. Assim como a implantação de um sistema de gestão ambiental, para acompanhamento das ações e capacidade de gestão e monitoramento.

Com relação as sugestões para estudos futuros para a continuidade da pesquisa no contexto universitário, sugere-se analisar como outras IFES integram a sustentabilidade nas dimensões do sistema universitário. Assim como analisar se existe outras dimensões que são estratégicas para a integração e institucionalização da sustentabilidade nas IES.

5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Dentre as limitações da pesquisa, inicia-se com o fato de que os resultados não são, na totalidade, conclusivos em referência à instituição IFSC, visto que envolveu apenas uma análise de campo de onze representantes respondentes, dentre os vinte e três existentes na instituição.

Há limitação da compreensão pela totalidade, porque a pesquisa não avaliou a percepção dos outros indivíduos que fazem parte da comunidade acadêmica (alunos e demais servidores), portanto não reflete a maioria ampla e a realidade de todo o IFSC.

Há limitação por não identificar o tempo de exercício/serviço do servidor na instituição, pois conhecer o tempo de trabalho pode contribuir para a análise do nível ou amplitude de conhecimento das ações ou políticas institucionais.

Na fase de análise de resultados encontra-se como limitação as percepções das ações, que na sua maioria, foram condicionadas a uma visão do campus e não de forma institucional, o que dificultou analisar o IFSC de forma integral.

Por fim, é importante ponderar que as algumas comissões não estavam ativas no momento da entrevista, mas continuavam a ter um representante legal, considerando a exigência de nomeação por portaria ou por desempenho de uma CD, situação que pode ter interferido no resultado da pesquisa quanto as percepções de execução do programa.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, R.; MARTIN, S.; BOOM, K. University culture and sustainability: designing and implementing an enabling framework. **Journal of Cleaner Production**, v. 171, p. 434-445, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320244123_University_Culture_and_Sustainability_Designing_and_Implementing_an_Enabling_Framework. Acesso em: 14 mar. 2019.
- AGENDA 2030. **Objetivos do Desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/17>. Acesso em 19 maio 2019.
- ALEIXO, A. M.; AZEITEIRO, U.; LEAL, S. The implementation of sustainability practices in Portuguese higher education institutions. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 19, n. 1, p. 146-178, 2018. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/action/showCitFormats?doi=1>. Acesso em 12 set. 2019.
- ALEIXO, A. M.; LEAL, S.; AZEITEIRO, U. M. Conceptualization of sustainable higher education institutions, roles, barriers, and challenges for sustainability: an exploratory study in Portugal. **Journal of cleaner production**, v. 172, p. 1664-1673, 2018. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652616318443?casa_token=AiH7B3Uo_2cAAAAA:Mq-DQBKXVt64fwU_J08qSRkBBCObtqTHKUU2ms3r8FJXAEwtNBzjib8xPBuoOBaVohnWXzFLg. Acesso em: 17 set. 2019.
- ALEJANDRO-CRUZ, J. S. *et al.* Towards a science map on sustainability in higher education. **Sustainability**, v. 11, n. 13, p. 3521, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/13/3521/htm#>. Acesso em 02 set. 2019.
- ALMEIDA, F. C. O papel das instituições de educação superior na gestão voltada para a sustentabilidade: uma análise da Universidade Federal do Tocantins a partir do plano de gestão de logística sustentável. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/82>. Acesso em: 06 maio 2019.
- ALSHUWAIKHAT, H. M.; ABUBAKAR, I. An integrated approach to achieving campus sustainability: assessment of the current campus environmental management practices. **Journal of Cleaner Production**, v. 16, n. 16, p. 1777-1785, 2008. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652607002545>. Acesso em: 02 fev. 2019.
- AMARAL, L. P.; MARTINS, N.; GOUVEIA, J. B. Quest for a sustainable university: a review. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 16, n. 2, p. 155-172, mar. 2015. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=100956294&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- ANDRADE, A. R. A universidade como organização complexa. **Revista de Negócios**, v. 7, n. 3, p. 15-28, 2002. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/29272/a-universidade-como-organizacao-complexa/i/pt-br>. Acesso em: 12 jan. 2019.

ARANA, A. R. A.; BIZARRO, L. M. C. E. Os desafios da gestão ambiental na universidade. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 559-579, fev. 2018 DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v7e12018559-579>. Acesso em: 09 fev. 2019.

ÁVILA, L. V. *et al.* Sustainability and education for sustainability: An analysis of publications from the last decade. **Environmental Quality Management**, v. 27, n. 3, p. 107-118, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1002/tqem.21537> . Acesso em: 20 ago. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERCHIN, I. I. *et al.* Strategies to promote sustainability in higher education institutions: A case study of a federal institute of higher education in Brazil", **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 18, n. 7, p. 1018-1038, 2017. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/IJSHE-06-2016-0102>. Acesso em: 26 mar. 2019.

BERCHIN, I. I. *et al.* Sustainable campuses as living labs for sustainable development: an overview of a brazilian community university. In: LEAL FILHO, W. *et al.* (Eds). **Universities as Living Labs for Sustainable Development**. Springer, 2019. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-15604-6_6#citeas. Acesso em: 12 jan. 2019.

BERCHIN, I. I. *et al.* The importance of international conferences on sustainable development as higher education institutions' strategies to promote sustainability: A case study in Brazil. **Journal of Cleaner Production**, v. 171, p. 756-772, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652617323338> . Acesso em: 26 mar. 2019.

BERCHIN, I. I. **Instituições de Educação Superior como agentes de inovação para o desenvolvimento sustentável**: estudo em uma universidade comunitária de Santa Catarina. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Sul de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

BEURON, T. A. **Contribuições para um modelo de universidade verde**: competências e comportamentos para a sustentabilidade. 2016. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2016.

BIZERRIL, M. X. A.; ROSA, M. J.; CARVALHO, T. Construindo uma universidade sustentável: uma discussão baseada no caso de uma universidade portuguesa: avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Campinas, SP, v. 23, n. 2, p. 424-447, jul. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772018000200424&script=sci_arttext. Acesso em: 26 mar. 2019.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é, o que não é. 5.ed. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2017.

BOLIS, I.; MORIOKA, S. N.; SZNELWAR, L. I. When sustainable development risks losing its meaning. Delimiting the concept with a comprehensive literature review and a conceptual model. **Journal of Cleaner Production**, v. 83, p. 7–20, nov. 2014. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652614006295?casa_token=QJ-giIxPIEAAAAA:b1ZxUQpFN1i5P4gK0Wo--rT39zE6noK61ijfC5nHi12L_cLiPM171xa8tkOiaEhSBu2JA0xMIw. Acesso em: 27 ago. 2019

BORGES, A. *et al.* Análise da Gestão ambiental nos institutos federais de educação. **CERNE**, Lavras, v. 19, n. 2, p. 177-184, jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-77602013000200001>. Acesso em: 07 abr. 2019

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 01 ago. 2019

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 27 out. 2019

BRASIL. **Resolução CONAMA n. 275 de 25 de abril de 2001**. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/cartilha_a3p_36.pdf. Acesso em fev. 2019

CABRAL, A. A sociologia funcionalista nos estudos organizacionais: foco em Durkheim. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 01-15, jul. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512004000200002> . Acesso em: 20 jun. 2019

CAMPELLO, L. G. B.; SILVEIRA, V. O. Educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e o greening das universidades. **Revista Thesis Juris**: RTJ, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 549-572, maio/ago. 2016. Disponível em <http://www.revistartj.org.br/ojs/index.php/rtj/article/view/464> . Acesso em: 27 out. 2018.

CARVALHO, G. O. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma visão contemporânea. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 8, n. 1, p. 789-792, abr. 2019. http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/6707. Acesso em: 07 mai. 2020.

CASTRO, C. M. **A prática da pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

CEULEMANS, K.; MOLDEREZ, I.; VAN LIEDEKERKE, L. Sustainability reporting in higher education: A comprehensive review of the recent literature and paths for further research. **Journal of Cleaner Production**, v. 106, p. 127–143, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.09.052> . Acesso em: 07 junho. 2020.

CMMAD (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>. Acesso em 20 dez. 2019

COPERNICUS. A carta universitária para o desenvolvimento sustentável. Genebra, maio de 1994. Disponível em: <https://www.iau-hesd.net/sites/default/files/documents/copernicus.pdf> Acesso em: 10 out. 2018.

CORTESE, A. D. The critical role of higher education in creating a sustainable future. **Planning for Higher Education**, v. 31, n. 3, p. 15-22, mar./may 2003. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.739.3611&rep=rep1&type=pdf> Acesso em 02 nov. 2018.

COUTO, A. *et al.* Universidade na transição para a sustentabilidade: tendências, estratégias e práticas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL REDE ALFA PLANGIES; 3. 2005. Costa Rica. **Anais...** Costa Rica: Universidade Nacional da Costa Rica, 2005. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/565>. Acesso em: 30 out. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativos, quantitativos e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DECLARAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DO PERU PELA EDUCAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (DS). 2012. Disponível em: <http://www.iau-hesd.net/sites/default/files/documents/compromisodelasuniversidades.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

DECLARAÇÃO DE IQUITOS. Statement on Higher Education for Sustainable Development. 2014. Disponível em: http://www.iau-hesd.net/sites/default/files/documents/iau_iquitos-statement_on_hesd_2014.pdf. Acesso em: 30 out. 2018.

DECLARAÇÃO DE LUNEBURG. 2001. Declaração de Lüneburg sobre o Ensino Superior para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <http://www.lueneburg-declaration.de/downloads/declaration.htm> Acesso em: 22 out. 2018.

DECLARAÇÃO DE TALLOIRES 1990. Disponível em www.ulsf.org/programs_talloires_signatories.htm. Acesso 05 out. 2018

DECLARACIÓN DE LAS AMÉRICAS “POR LA SUSTENTABILIDADE DE Y DESDE LA UNIVERSIDAD. 2011. Disponível em <http://www.iau-hesd.net/sites/default/files/documents/declaracion.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

DECLARATION Abuja on Sustainable Development in Africa: The Role of Higher Education WE, participants at the 12th General Conference of AAU, co-hosted the University of Ilorin and the University of Abuja, held in Abuja, Nigeria, from 4 – 9 May, 2009. Disponível em: http://www.iau-hesd.net/Sites/default/files/documents/abuja_declaration_rev_20aug.pdf Acesso em: 28 out. 2018.

DISTERHEFT, A. *et al.* Environmental Management Systems (EMS) implementation processes and practices in European higher education institutions - Top-down versus participatory approaches. **Journal of Cleaner Production**, v. 31, p. 80-90, 2012. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652612001102?casa_token=sx_hPtrvHCUAAAAA:KuGIAcR0PtIU8ZbhSoHNdxSKA126R8Tl0pLxF7w8KsJBFufxJQC1kVLjSkqyzbJZx8iU2kzJDg. Acesso em: 08 out. 2019.

DISTERHEFT, A. *et al.* Sustainable universities: a study of critical success factors for participatory approaches. **Journal of Cleaner Production**, v. 106, n. 1, p. 11-21, 2014. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652614000432?casa_token=iWvH6piPs5UAAAAA:1YbOMWM6gEaFprfeFE8EDrWI0y6PJbxmuZOYrshxL8nmlC6bm0kRyZDS3gMAZJL49Py3DxgwPQ. Acesso em: 08 out. 2019.

DISTERHEFT, A. *et al.* The INDICARE-model—measuring and caring about participation in higher education's sustainability assessment. **Ecological indicators**, v. 63, p. 172-186, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1470160X15006974>. Acesso em: 28 out. 2018.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532–550, 1989. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652612001102>. Acesso em: 22 mai. 2019.

ELKINGTON, J. **Enter the triple bottom line**, 2004. Disponível em: <https://www.johnelkington.com/archive/TBL-elkington-chapter.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 667-681, jul. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/57473>. Acesso em: 12 jun. 2019.

FINDLER, F.; SCHONHERR, N.; LOZANO, R.; REIDER, D.; MARTINUZZI, A. The impacts of higher education institutions on sustainable development: a review and conceptualization. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 20, n. 1, p. 23-38, 2019. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJSHE-07-2017-0114/full/html>. Acesso em: 07 Mar. 2020.

FISCHER, D.; JENSSEN, S.; TAPPESER, V. Getting an empirical hold of the sustainable university: a comparative analysis of evaluation framework across 12 contemporary sustainability assessment tools **Assessment & Evaluation in Higher Education**, v. 40, n. 6, p. 785-800, 2015. Disponível em: https://srhe.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02602938.2015.1043234?casa_token=LIuM-tjzhkQAAAAA%3AZSCWZAL65nAF-AGNq78RVRoGeFIPVhqotjIWURFdN-Wac1oWdNnUm-ybUVxLoR-p5PHEh3Yrf6Pnygl. Acesso em: 07 Mar. 2020

FONSECA NETO, S. N.; FREITAS, N. M. S.; FREITAS, N. M. S. Uma carta para o futuro: constructos sobre (in) sustentabilidade. **Ciência e Natura**, v. 39, n. 1, p. 133-141, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4675/467549116015.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLAVIC, P.; LUKMAN, R. Review of sustainability terms and their definitions. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, p. 1875-1885, 2007. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652607000029?casa_token=VUztS-DRWhAAAAA:anEkTxmrRdihCkEffdXtPg2HbGpmxQRIGIMRdX_zOe7pBtwRvKsn0dC1eJRQWDuCFUmMEwoA. Acesso em: 10 set. 2019.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar. 1995a. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38183>. Acesso em: 16 out. 2018.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 mar. 2019.

GUERRA, J. B. S. O. A. *et al.* A proposal of a balanced scorecard for an environmental education program at universities. **Journal of Cleaner Production**, v. 172, p. 1674-1690, 20 jan. 2018. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652616320418?casa_token=kK8Baqn

[KtMAAAAA:JZLFiUrMXq3I9HXwBL1XzPw0vSWNNWHeIaJJXhyuzO5k4FWeIDHfRt_o4IYSNrVUFTTnNe2Asw](#). Acesso em: 05 mar. 2020.

HALLINGER, P.; CHATPINYAKOOP, C. A bibliometric review of research on higher education for sustainable development, 1998–2018. *Sustainability*, v. 11, n. 8, 2401, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/8/2401>. Acesso em 28 fev. 2020.

HEINZ FAMILY FOUNDATION. **Blueprint for a Green Campus**: The Campus Earth Summit Initiatives for Higher Education. Center for Environmental Citizenship (CEC). 1995. Disponível em: <https://redcampussustentable.cl/wp-content/uploads/2018/03/1-Blueprint-For-Green-Campus.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

HOLDEN, E.; LINNERUD, K.; BANISTER, D. Sustainable development: our common future revisited. *Global Environmental Change*, v. 26, p. 130-139, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.04.006>. Acesso em: 15 out. 2019.

IFSC (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2015-2019. 2015. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/pdi>. Acesso em: 11 mar. 2020.

IFSC (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2020-2024. mar. 2020. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/pdi>. Acesso em: 11 mar. 2020.

IFSC (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Plano de gestão de logística sustentável do Instituto Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, 2015-2016. 2017. Disponível em: <https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/PLS2015-2016.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2019.

IFSC (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. Florianópolis: IFSC, 2015. Disponível em : <https://www.ifsc.edu.br/relatorios-de-gestao> . Acesso em 01 maio 2020.

IFSC (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Florianópolis: IFSC, 2016. Disponível em : <https://www.ifsc.edu.br/relatorios-de-gestao> . Acesso em 01 maio 2020.

IFSC (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Florianópolis: IFSC, 2017. Disponível em : <https://www.ifsc.edu.br/relatorios-de-gestao> . Acesso em 01 maio 2020.

IFSC (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Relatório de Gestão do Exercício de 2017**. Florianópolis: IFSC, 2018. Disponível em : <https://www.ifsc.edu.br/relatorios-de-gestao> . Acesso em 01 maio 2020.

IFSC (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Relatório de Gestão 2018**. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em : <https://www.ifsc.edu.br/relatorios-de-gestao> . Acesso em 01 maio 2020.

IFSC (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Resolução Consup Nº 28/2018, que trata da Política de Sustentabilidade do IFSC**. 2018. Disponível em: <https://sigrh.ifsc.edu.br/sigrh/public/home.jsf>. Acesso em 05 maio 2019.

JACOBI, P. R; RAUFFLET, E; ARRUDA, M. P. Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **RAM, Revista de Administração Mackenzie** (Online), São Paulo, v. 12, n. 3, p. 21-50, jun. 2011. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712011000300003>. Acesso em 05 mai. 2019.

KAPITULČINOVÁ, D. *et al.* Towards integrated sustainability in higher education: mapping the use of the Accelerator toolset in all dimensions of university practice. **Journal of Cleaner Production**, v. 172, p. 4367-4382, 2018. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652617309757?casa_token=1iq803FgytIAAAAA:KmLY7v4OOFtzGMzhZNSjOY3pzL0eLC9HROusYns6lAXDQYOGPKxBA6kT7MaJI4a8pyEZwT0cRA#bi-b35. Acesso em: 02 maio 2019.

KYOTO DECLARATION ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Disponível em https://www.iau-aiu.net/IMG/pdf/sustainable_development_policy_statement.pdf. Acesso em 15 out. 2018.

LAGO, A. A. C. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasília : FUNAG, 2013.

LARA, P. T. R. Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior. **Revista Monografias Ambientais**, v. 7, n. 7, p. 1646-1656, jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/5341>. Acesso em: 10 jun. 2019.

LEAL FILHO, W. *et al.* Identifying and overcoming obstacles to the implementation of sustainable development at universities, **Journal of Integrative Environmental Sciences**, v. 14, n. 1, p. 93-108, 2017. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1943815X.2017.1362007>. Acesso em: 30 ago. 2019.

LEAL FILHO, W. *et al.* Reinvigorating the sustainable development research agenda: the role of the sustainable development goals (SDG). **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 25, n. 2, p. 131-142, 2018a. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13504509.2017.1342103>. Acesso em: 18 out. 2019.

LEAL FILHO, W. *et al.* Sustainable development policies as indicators and pre-conditions for sustainability efforts at universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 19, n. 1, p. 85-113, 2018. Disponível em: <http://eprints.bournemouth.ac.uk/29278/>. Acesso em: 21 jul. 2019

LEAL FILHO, W. *et al.* Universities as living labs for sustainable development: a global perspective. **Environmental SCIENTIST**. Dez. 2017b. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose_Baltazar_Andrade_Guerra/publication/322508616_Universities_as_Living_Labs_for_sustainable_development_A_global_perspective/links/5a5cec0d0f7e9b4f78396bca/Universities-as-Living-Labs-for-sustainable-development-A-global-perspective.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019

LEAL FILHO, W. *et al.* Using the sustainable development goals towards a better understanding of sustainability challenges. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 26, n. 2, p. 179-190, 2019. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13504509.2018.1505674?casa_token=MUU4OLyFrJMAAAA%3AddaPOD6JksNnWNCZU3-

[AStSctG4TeMkiND4tvYba6clPE5B8D4yhqkUQOY0ZBl65ZSFXoqbpWcOCvHg](#). Acesso em: 11 jun. 2019.

LEAL FILHO, W.; SHIEL, C.; PAÇO, A. Integrative approaches to environmental sustainability at universities: an overview of challenges and priorities. **Journal of Integrative Environmental Sciences**, v. 12, n. 1, p. 1-14. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/1943815X.2014.988273>. Acesso em 02 mai. 2019.

LIMA, E. Métodos qualitativos em administração: teorizando a partir de dados sobre processos em uma recente pesquisa. In: ENANPAD (Encontro Nacional da ANPAD); 29. 17 a 21 set. 2005. Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8989871-Metodos-qualitativos-em-administracao-teorizando-a-partir-de-dados-sobre-processos-em-uma-recente-pesquisa-edmilson-lima-resumo-1.html>. Acesso em 20 maio 2019.

LIMA, G. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 99-119, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v6n2/a07v06n2.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

LOZANO, R. Envisioning sustainability three-dimensionally. **Journal of Cleaner Production**, v. 16, n. 17, p. 1838-1846, 2008. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652608000401?casa_token=ChkWkP2nRa8AAAAA:tRAuG7YirHMdKyCVaOBow5skLhBwfnlT0K0tKkutFHW-n6lUmju4DQH0AWciR7BOiwr4ln_AQ. Acesso em: 13 mar. 2019.

LOZANO, R. *et al.* A review of commitment and implementation of sustainable development in higher education: results from a worldwide survey, **Journal of Cleaner Production**, v. 108, Part A, p. 1-18, 2015. Disponível: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652613001728?casa_token=6tTJXbZ0-PUAAAAA:RMTCxoqy_xdGzX0zLS2Y1N5jFcX-WLZVKIfvWTRgoKV84UVpMI_ZDZrtXjAVEF-yMqKJuAhEQ. Acesso em: 13 mar. 2019.

LOZANO, R. *et al.* Declarations for sustainability in higher education: becoming better leaders, through addressing the university system, **Journal of Cleaner Production**, v. 48, p. 10-19, 2013. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652611003775>. Acesso 29 abr.2019.

LOZANO, R. Incorporation and institutionalization of SD into universities: breaking through barriers to change. **Journal of cleaner production**, v. 14, n. 9-11, p. 787-796, 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.ez130.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0959652606000175>. Acesso em: 15 fev. 2019.

LOZANO, R. Tool for a graphical assessment of sustainability in universities (GASU). **Journal of Cleaner Production**, v. 14, n. 9-11, p. 963-972, 2006b. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652606000357>. Acesso em: nov. 2018.

LOZANO-ROS, R. **Sustainable development in higher education**: incorporation, assessment and reporting of sustainable development in higher education institutions. 2003. Tesis (Master of Science in Environmental Management and Policy) - The International

Institute for Industrial Environmental Economics. Lund, Sweden, 2003. Disponível em <http://lup.lub.lu.se/student-papers/record/1325193>. Acesso em: 31 mar. 2020.

LUIZ, L. C. **Plano de gestão de logística sustentável**: proposta de um modelo para avaliação do desempenho socioambiental em instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129396>. Acesso em: 31 mar 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes. 2002.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes. 2009.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, jan./mar, p. 58-71, 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37103>. Acesso em 03 Mar. 2019.

MOZZATO, A. R. GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios (Documentos e Debates). **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v17n4/a07v17n4e>. Acesso em: 15 abr. 2019.

NAGOYA. Declaration on Higher Education for Sustainable Development. Final Version. Adopted 9 nov. 2014. Disponível em: http://www.iau-hesd.net/sites/default/files/documents/he_declaration_final_en.pdf. Acesso em: 30 out. 2018.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

OLIVEIRA, P. F. R.; OLIVEIRA, B. F.; ROHRICH, S. S. Sustentabilidade em instituições de ensino superior: uma revisão sobre as conferências internacionais para a sustentabilidade em IES. In: ENGEMA (Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente); 28. 2016. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEA/USP, 2016. Disponível em: http://engemausp.submissao.com.br/18/anais/download.php?cod_trabalho=242. Acesso em: 10 out. 2018.

ONU. **Documentos da ONU Reunindo um corpo de acordos globais**: Nosso Futuro Comum, Capítulo 2: Rumo ao Desenvolvimento Sustentável A partir A / 42/427. Nosso futuro comum: Relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.un-documents.net/ocf-02.htm#I%20https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 19 ago. 2019.

PNP (Plataforma Nilo Peçanha). 2019. Disponível em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html> Acesso em: 01 maio 2020.

POPESCU, M.; BELEAUA, C. Improving management of sustainable development in universities. **Bulletin of the Transilvania University of Brasov**, v. 7, p. 97-106, 2014. Disponível em: <https://doaj.org/article/b667aaedf4f24c11a5858b338cd3db6c>. Acesso em: 01 jun. 2020

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

RIO +20: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Declaração final da conferência das nações unidas sobre desenvolvimento sustentável (rio + 20): o futuro que queremos**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/07/CNUDS-vers%C3%A3o-portugu%C3%AAs-COMIT%C3%8A-Pronto1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SARTORI, S.; LATRONICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 01-22, mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2014000100002&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 12 jan. 2020

SILVA, J.; PINHEIRO, A. Avaliação da Sustentabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 45, p. 249-272, 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/service/redalyc/downloadPdf/752/75257033016/7>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SOUSA, M. G. B.; CARNIELLO, M. F.; ARAUJO, E. A. S. O papel das instituições de ensino superior no desenvolvimento sustentável. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 15. ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 11. 2011, Vale do Paraíba. **Anais eletrônicos...** Vale do Paraíba, 2011. p. 3. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0088_0857_01.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

STEPHENS, J. C. *et al.* Higher education as a change agent for sustainability in different cultures and contexts. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 9 n. 3, p. 317-338, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1108/14676370810885916>. Disponível em: <https://www.ingentaconnect.com/content/mcb/249/2008/00000009/00000003/art00008>. Acesso em: 10 out. 2019.

STERLING, S.; MAXEY, L.; LUNA, H. (Eds). **The sustainable university: progress and prospects**. Nova York: Editora London, e-book. 2013.

SURIYANKIETKAEW, S.; PETISON, P. A retrospective and foresight: bibliometric review of international research on strategic management for sustainability, 1991–2019. **Sustainability**, v. 12, n. 1, p. 1-27, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12010091>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/1/91>. Acesso em 02 set.2019

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão da Produção**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 503-515, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2006000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 mar. 2020.

TELOCKEN, Suelen Geíse ; TREVISAN, Marcelo. Educação para a sustentabilidade na gestão estratégica de universidades comunitárias. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 92-115, maio-agosto2020. Disponível em :

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2020v13n2p92/43315> .

Acesso em 01. Nov 2020.

ULSF (Associação de Líderes Universitários para um Futuro Sustentável). **Declaração de Talloires 1990**. Disponível em: www.ulsf.org/programstalloiresignatories.htm. Acesso em: 05 out. 2018.

VAZ, C. R. *et al.* Sistema de gestão ambiental em instituições de ensino superior: uma revisão. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, a. 5, n. 3, p. 45-58, jul.-set. 2010. Disponível em: www.revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/viewFile/327/31426. Acesso em: 29 set. 2018.

VELAZQUEZ, L. *et al.* Sustainable university: what can be the matter? **Journal of Cleaner Production**, v. 14, n. 9–11, p. 810-819, 2006. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652606000199>. Acesso em: 22 out. 2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WACHHOLZ, C. B. **Campus sustentável e educação**: desafios ambientais para a universidade. 2017. 181 f. Teses (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Humanidades. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, fev 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7411>. Acesso em 30 mar. 2019.

WRIGHT, T. Definitions and frameworks for environmental sustainability in higher education. **Higher education policy**, v. 15, n. 2, p. 105-120, 2002. Disponível em [https://link.springer.com/article/10.1016/S0952-8733\(02\)00002-8](https://link.springer.com/article/10.1016/S0952-8733(02)00002-8). Acesso em: 22 maio 2019

WRIGHT, T. The evolution of sustainability declarations in higher education. In: CORCORAN, P.B.; WALS, A.E.J. (Eds.). **Higher education and the challenge of sustainability**: problematics, promise, and practice. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2004. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/0-306-48515-X_2. Acesso em: 22 maio 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos, tradução Cristhian Mateus Herrera. 5.ed. São Paulo: Bookman, 2015.

ZSÓKA, Á.; SZERÉNYI, Z. M.; SZÉCHY, A. KOCSIS, T. Greening due to environmental education? Environmental knowledge, attitudes, consumer behavior and everyday pro-environmental activities of Hungarian high school and university students. **Journal of Cleaner Production**, v. 48, p. 126-138, jun. 2013. Disponível em: <https://pubag.nal.usda.gov/catalog/1005662>. Acesso em: 22 jan 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL
Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar da pesquisa, cujo título é: “**A INTEGRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NAS DIMENSÕES DO SISTEMA UNIVERSITÁRIO: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**”, realizada pela mestrandia Josiane Lima dos Santos e orientada pelo Prof., Dr. Thiago Coelho Soares do Programa de Pós-Graduação em Administração da Unisul.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com sua organização.

O objetivo deste estudo é Analisar como a sustentabilidade está integrada nas dimensões do sistema universitário do IFSC.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de uma entrevista com a pesquisadora. A entrevista poderá ser gravada, somente se você autorizar. As informações obtidas durante essa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Com a sua participação, você contribuirá para que possamos aprofundar nossos conhecimentos na condução da pesquisa.

Durante a análise dos dados, todas as informações ficarão sob responsabilidade da pesquisadora. Os dados eletrônicos resultantes da transcrição de entrevistas serão arquivados em seu computador pessoal. Somente a pesquisadora terá acesso aos dados. Os dados publicados não possibilitarão sua identificação. Qualquer característica, nome ou evento que possibilite sua caracterização será modificado.

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Autorizo a gravação em áudio da entrevista () sim () não

 Nome

 Assinatura

_____, ____/____/2020.

Local

APÊNDICE B – ROTEIRO COMPLETO DA ENTREVISTA

Roteiro Inicial

- 1º) Agradecer a participação e disposição para a entrevista;
- 2º) Explicar que o objetivo da pesquisa é estritamente acadêmico e visa preencher um requisito para titulação de mestre em administração;
- 3º) Comunicar o que a entrevista pretende levantar dados para analisar;
- 4º) Comunicar que caso o respondente não queira responder a certas perguntas, o pesquisador entenderá a decisão;
- 5º) Reforçar que o pesquisador tem o interesse em analisar todos os documentos e informações sobre a gestão da sustentabilidade do IFSC, assim como qualquer evidência de ações além dos relatórios.
- 6º) A entrevista tem previsão de duração de 1 hora;
- 7º) Lembrar ao entrevistado que ele receberá uma cópia de toda e qualquer publicação resultante da entrevista;
- 8º) Pedir autorização e Informá-los da gravação da entrevista;
- 9º) Para agilizar o tempo de entrevista e evitar interrupções pedir para desligar o celular;
- 10º) Os dados da entrevista serão utilizados exclusivamente pelo pesquisador e pelo professor orientador;
- 11º) Solicitar a leitura e assinatura do formulário de consentimento.

Perguntas

1 - O IFSC segue políticas públicas de sustentabilidade (âmbito nacional, internacional, acordos, pactos)? SIM/NÃO, comente a respeito?

2 - Quais são os compromissos formais do IFSC com a sustentabilidade? (Ex) Política Institucional, contemplados na missão/ visão e valores.

3 - Considerando a política institucional do IFSC, a adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente; ao Movimento Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU); ao Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos e à Rede Internacional de Cooperação Acadêmica Lixo Zero. Você percebe se as ações ou estratégias de sustentabilidade desenvolvidas (no campus /instituição) estão em

consonância com esses compromissos? SIM/NÃO Comente sua resposta. Se possível cite exemplos.

4 - Quais são e/ou foram as iniciativas de implementação da sustentabilidade nas operações (atividades) do campus/ instituição?

5 - Quais são as ações/ eventos realizados no campus que promovem uma cultura de sustentabilidade?

6 - Como é a participação interdisciplinar, quais são os interessados que participam no planejamento das ações do programa de sustentabilidade no seu campus/ instituição?

7 - Quais são e/ou foram as estratégias para implantar sustentabilidade na curricularização dos cursos?

8 - Os agentes responsáveis pelo processo de curricularização foram/são capacitados regulamente? SIM/NÃO Comente sua resposta.

9 - Quais são as políticas ou ações para o incentivo e fomento (financiamento) à pesquisa para a promoção da sustentabilidade?

10 - Como ocorre o compartilhamento de ações ou estratégias para promoção da sustentabilidade no campus, entre os campi, outras instituições, escolas, ONG e comunidade/sociedade em geral?

11 - Como é realizada a avaliação/acompanhamento do programa de sustentabilidade?

12 - São elaborados relatórios de sustentabilidade que contemplam as dimensões (Diretrizes institucionais, Operações do campus, Experiências no campus, Ensino (Educação e Educar educadores), Pesquisa, Alcance e colaboração (Extensão), Avaliação, desempenho e elaboração de relatórios)? SIM/NÃO Comente sua resposta. São de livre acesso ao público? Onde é possível localizá-los?

13 - Com base nos relatórios, nas ações de sustentabilidade você percebe que as dimensões do sistema universitário* estão integradas no programa IFSC Sustentável? SIM/NÃO Comente sua resposta.

ANEXOS

ANEXO A – PLS 2017/2018



PLS-IFSC 2017-2018

**PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA**

Aprovado pela Resolução CODIR/IFSC nº 05/2017

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

Reitora

Maria Clara Kaschny Schneider

Diretora Executiva

Silvana Rosa Lisboa de Sá

Pró-Reitora de Administração

Aline Heinz Belo

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Andrei Zwetsch Cavalheiro

Pró-Reitora de Ensino

Luiz Otavio Cabral

Pró-Reitora de Extensão e Relações Externas

Maria Cláudia de Almeida Castro

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Clodoaldo Machado

COMISSÃO CENTRAL DO IFSC SUSTENTÁVEL E DE ELABORAÇÃO DO PLS-IFSC 2017-2018

Coordenador

Érico de Ávila Madruga

Representantes Comissões Locais

Elisa Serena Gandolfo Martins

Júlio Cezar Bohn Junior

Representantes Chefes DAM

Deborah Rejane Magno Ribas

Patrícia Oliveira Rebelo Leite

Assistência técnica PGRS

Elivete Carmem Prim

Estagiária - Graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária

Vitória Maria Schmitt

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	
2. CONTEXTO	
3. METODOLOGIA	
4. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO.....	
5. SUGESTÕES E ESTRATÉGIAS	
6. MONITORAMENTO E EXECUÇÃO	
6.1 Certificação de câmpus sustentável	
6.2 Certificação de processo sustentável	
7 SUBPROGRAMAS	
7.1 Destino Certo.....	
7.2 Recursos Naturais	
7.3 Construções e Contratações Inteligentes	
7.4 Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis	
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	

1. APRESENTAÇÃO

Ao longo dos últimos anos, o Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC vem elaborando e implantando o **Programa IFSC Sustentável**, com o objetivo de propor e sistematizar a prática de ações que visem à redução do impacto ambiental dos processos institucionais, o aprimoramento da gestão visando à eficiência, à atuação com foco social e ao desenvolvimento de uma cultura para a sustentabilidade.

Além disso, em 2015, o IFSC definiu em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019) a sustentabilidade como valor de gestão, devendo assim considerá-la em todos os seus processos administrativos e acadêmicos, bem como na atuação de seus servidores e formação de seus estudantes.

O IFSC Sustentável tem como estruturas de governança, visando prioritariamente à execução do PLS do IFSC, a Comissão Central - formada por representante da Gestão da reitoria do IFSC, da gestão dos câmpus e das comissões locais do IFSC Sustentável.

Nos dois últimos anos, o **Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS-IFSC 2015/2016** buscou direcionar as ações e esforços a serem empreendidos no âmbito de seu **funcionamento institucional e fomento à cultura da sustentabilidade**. Construído de maneira coletiva, o documento foi originado por ações executadas por todo o IFSC nos últimos anos.

O PLS-IFSC 2017/2018 propõe que trabalhemos, ainda mais, no fomento da cultura sustentável e aprimoramento do funcionamento institucional para a sustentabilidade, tendo como base os sucessos e desafios encontrados na implantação do PLS 2015/2016, além de sugestões e avaliações da comunidade acadêmica por meio de representantes das Comissões Locais dos câmpus, dos Chefes DAM e consulta pública.

Ressalta-se que as comissões locais tem como responsabilidade realizar diagnósticos e prognósticos, além do acompanhamento das ações previstas neste plano considerando que a grande maioria destas são de responsabilidade de setores específicos a serem demandados pela gestão do câmpus ou reitoria.

Assim, a gestão do câmpus/reitoria deverá, efetivamente, institucionalizar as ações prioritárias previstas neste PLS, entendendo-as como necessárias e obrigatórias para a manutenção e funcionamento eficientes da instituição, reduzindo impactos ambientais e otimizando a aplicação de recursos públicos.

Acreditamos que a partir das ações aqui propostas conseguiremos promover o desenvolvimento de uma Instituição capaz de arcar com suas responsabilidades no plano da **sustentabilidade**, em todas as suas dimensões: **social, econômica e ambiental**.

Com a participação de todos teremos, cada vez mais, um **IFSC Sustentável!**

2. CONTEXTO

As primeiras discussões internacionais acerca da temática da sustentabilidade datam de 1972 quando ocorreu, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Diversos sinais da emergente degradação do meio ambiente foram colocados em evidência por líderes mundiais, que passaram a apontar para a necessidade de se repensar a primazia que a humanidade conferiu, ao longo do tempo, ao desenvolvimento econômico e industrial, em detrimento das condições ambientais.

Nas décadas que se seguiram, uma série de pesquisas que buscavam apontar com clareza a origem dos problemas apresentados e suas possíveis soluções foram sendo desenvolvidas em todo o mundo. Conferências subsequentes ocorridas no Rio de Janeiro (1992), Johannesburgo (2002) e novamente no Rio de Janeiro (2012) aprofundaram os debates para a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Pouco a pouco a sustentabilidade passou a aparecer, cada vez mais, de maneira proeminente no cotidiano das pessoas, das organizações e dos meios de comunicação.

De conceito abrangente, a **sustentabilidade** engloba os aspectos **social**, **econômico** e **ambiental** tendo, como linha geral, o **suprimento das necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras suprirem as suas**.



No Brasil, a sustentabilidade foi objeto de preocupação do legislador constituinte já na elaboração, em 1988, da atual Carta Magna. Tal preocupação fica evidenciada especialmente pelos Artigos 3º e 225 da Constituição Federal:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 - II - garantir o desenvolvimento nacional;
 - III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
 - IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- [...]

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Ao longo dos anos o Poder Executivo Federal vem criando uma série de normativas e programas com a finalidade de produzir efeito a tais deveres constitucionais, no âmbito da gestão pública. A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, surgida em 1999 merece especial destaque como documento centralizador e promotor da responsabilidade socioambiental por parte do governo.

Foi nesse mesmo espírito que o Decreto nº 7.746/2010 estabeleceu, em seu Artigo 16, a obrigatoriedade de todos os entes componentes da Administração Pública direta, autárquica e fundacional elaborarem seus Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS. A Instrução Normativa nº 10 de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão firmou, a partir daí, as regras para elaboração de tais Planos.

Conforme a referida Instrução Normativa, os PLSs foram concebidos e exigidos enquanto ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, de forma a permitir que as entidades da Administração Pública estabelecessem práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos.

A IN10/SLTI/MPOG estabeleceu, ainda, o conceito de **logística sustentável** como sendo o *processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado*.

Ressalta-se, ainda, que em 2015 o IFSC aderiu ao projeto Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P - do Ministério do Meio Ambiente e também ao “Movimento Nós Podemos Santa Catarina” - MNPSC - para implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

A A3P propõe uma administração pública mais sustentável, a partir de diretrizes sociais e ambientais. A A3P possui 6 eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores, licitações sustentáveis e construções sustentáveis.

Em substituição aos Objetivos do Milênio, em 2015 a ONU definiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para serem implementados até 2030. Estes objetivos estão diretamente ligados ao equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade: social, econômico e ambiental.

Desta forma, no âmbito institucional, o Programa IFSC Sustentável visa atender estas demandas legais, sociais e ambientais utilizando-se de instrumentos de gestão, em especial, este Plano de Gestão de Logística Sustentável.

3. METODOLOGIA

Os trabalhos para elaboração deste documento tiveram início em junho de 2016, a partir de visitas técnicas aos câmpus e reuniões com as comissões locais do IFSC Sustentável, que foram as responsáveis pela execução do PLS 2015-2016.

Foram realizadas visitas presenciais aos câmpus Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Palhoça-bilíngue, São José e Tubarão. Nos câmpus Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Jaraguá do Sul Geraldo Werninghaus, Lages, São Carlos, São Miguel do Oeste, Urupema e Xanxerê foram realizadas videoconferências.

Levantamos informações sobre a formação da comissão, seu funcionamento, realizações mais importantes, perspectivas para 2016 e 2017, desafios encontrados e sugestões para o próximo PLS. A partir dessas reuniões, construímos um Relatório Parcial. Com a elaboração deste documento ficamos cientes das principais mudanças que teríamos neste PLS: maior participação da gestão, redução de ações/subprogramas e mais ações envolvendo a dimensão social.

A constituição da Comissão Central, responsável pela elaboração do PLS, foi feita com base em necessidades vislumbradas durante o contato com os câmpus. A participação da gestão foi fundamental nos câmpus que obtiveram maior sucesso na execução. Em virtude disso, solicitamos a participação de chefes DAM para a composição da Comissão Central, de forma a construirmos um plano viável de execução. Também solicitamos a presença membros das Comissões locais dos Câmpus para que pudessem auxiliar na construção de um plano que possa ser executado em qualquer câmpus.

Usamos o PLS 2015-2016 como base para a elaboração deste, de forma que continuássemos com as ações que tiveram sucesso na maioria dos câmpus e alterássemos ações de difícil execução considerando os problemas encontrados. Reduzimos o número de ações e aprimoramos as que restaram, para que possam ser executadas com maior facilidade.

Dessa forma, propomos 4 subprogramas, com 3 ações prioritárias em cada:

- **Destino Certo** - que trata da gestão dos resíduos gerados no IFSC.
- **Recursos Naturais** - que consiste no manejo dos recursos hídricos e energéticos utilizados no IFSC, visando seu bom uso e economia.
- **Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis** - que trata da qualidade de vida do servidor, assim como também sua sensibilização ambiental e social.
- **Construções e Contratações Inteligentes** - que busca assegurar que compras e serviços contratados sejam mais conscientes, principalmente na questão ambiental.

4. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO:

4.1 Todas as comissões devem ser formadas por, no mínimo, 1 representante de cada segmento (TAE, docente e discente) e, obrigatoriamente, pelo Chefe/Diretor DAM do câmpus e um responsável/indicado pela área de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, mediante portaria com período determinado a critério de cada câmpus.

4.1.1 Preferencialmente, o discente deverá ser remunerado por meio de bolsa para atuação junto à comissão, após seleção por edital específico.

4.2 É obrigatória a divulgação e apresentação deste PLS para todos os servidores e alunos no início de cada semestre.

4.3 A Comissão Local e a Gestão do câmpus ou reitoria deverão propor à Comissão Central um cronograma de execução das ações prioritárias propostas neste PLS, até 30 dias após a publicação deste.

4.3.1 É obrigatório o início da execução de, no mínimo, 3 ações prioritárias por semestre a partir de 2017/2.

4.4 Cada câmpus ou reitoria deverá elaborar relatórios anuais e um relatório final a ser encaminhado à Comissão Central.

4.4.1 Os relatórios deverão ser elaborados, em formulário padrão constante do sítio oficial, pela Comissão Local e Gestão do câmpus ou reitoria, contendo, no mínimo, os relatos e comprovantes de cada ação bem como eventuais justificativas e demais ações executadas não previstas inicialmente.

4.5 Os membros das Comissões Central e Locais deverão realizar o curso “Sustentabilidade na Gestão Pública”, ou similar, oferecido pelo Ministério do Meio Ambiente em cumprimento ao termo de adesão da A3P pelo IFSC.

4.5.1. Os membros docentes poderão alocar a carga horária da referida capacitação em seus PSAD's.

4.5.2. Para os membros TAE's deverá ser indicada a carga horária semanal na portaria de designação.

4.6 Cada comissão local deverá realizar, no mínimo, 3 reuniões por semestre sendo que a primeira e última reunião do ano devem contar com a presença da gestão do câmpus ou reitoria, para, respectivamente, planejar as ações do ano e aprovar o relatório anual.

4.7 Cada câmpus e a reitoria devem realizar as ações prioritárias de cada subprograma e, após a realização destas, deve continuar atuando em ações indicadas ou em ações próprias.

4.8 Todos os câmpus e reitoria serão avaliados pela Comissão Central que implementará certificações de sustentabilidade de acordo com o nível de execução das ações previstas neste PLS e de outras ações.

4.9 A Comissão Central e a Coordenação de Processos e Normas (CPN) da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) implementarão certificações de sustentabilidade para os processos administrativos e acadêmicos do IFSC que deverão, quando possível, priorizar a execução por meio eletrônico.

4.10 Cada campus deverá investir, no mínimo, 0,5% do seu orçamento anual total, a partir de 2018, em ações prioritárias deste PLS que devem ser previstas e detalhadas no PAT.

5. SUGESTÕES E ESTRATÉGIAS

Considerando o avanço desigual na execução do PLS pelos câmpus e tendo sido identificados fatores importantes que definiram o sucesso de algumas ações, construímos uma lista de sugestões que auxiliarão no trabalho das comissões:

- **Submissão de projetos de pesquisa e/ou extensão:** As comissões poderão elaborar projetos de pesquisa e/ou extensão, articuladas com professores e TAEs para a execução de ações do PLS ou, ainda, de temas relacionados com a sustentabilidade, de maneira que envolvam estudantes na execução das ações para que adquiram experiências e disseminem a cultura da sustentabilidade.

- **Ações do PLS nos P.I. dos câmpus:** outra maneira para implementar ações - ou parte dessas - do PLS é a inclusão dessas como temas do P.I. (Projeto Integrador) dos cursos.

- **Comissões interdisciplinares:** sugere-se a formação de comissões com membros de diversos setores administrativos e de diferentes cursos/áreas, pois isso facilita o desenvolvimento da cultura sustentável e a disseminação/execução das ações.

- **Parcerias:** uma saída encontrada para a escassez de recursos financeiros e humanos são as realizações de parcerias com o poder público e privado. Como exemplo, indica-se as ações de promoção da ressocialização de presos do regime aberto e semi-aberto em parceria com o Poder Judiciário (sistema penitenciário) para realização de serviços por apenados que descontam os dias trabalhados ou, ainda, por condenados a trabalhos voluntários.

- **Mural ou Informativo da Sustentabilidade:** neste mural/informativo (preferencialmente digital) devem ser compartilhadas ações, boas práticas e trabalho das comissões, para conhecimento e participação da comunidade acadêmica.

6. EXECUÇÃO E MONITORAMENTO

6.1 A execução e monitoramento local deste PLS será responsabilidade da gestão do câmpus/reitoria apoiada pela comissão local do IFSC Sustentável;

6.2 O monitoramento externo será realizado pela comissão central do IFSC Sustentável através de reuniões periódicas, visitas técnicas e análise dos relatórios anuais.

6.3. CERTIFICAÇÃO DE CÂMPUS SUSTENTÁVEL

Ao longo da vigência deste PLS será desenvolvido, pela Comissão Central, um sistema de certificação por câmpus/reitoria, em três níveis, cuja avaliação será realizada com base na execução das ações propostas neste plano.

Diretrizes:

- Cumprimento das ações prioritárias;
- Envolvimento de todos os segmentos da instituição;
- Desenvolvimento de formação/cultura sustentável.

O IFSC adotará a referida certificação como critério para benefícios e/ou priorizações aos câmpus que apresentarem melhor desempenho na execução das ações.

6.4. CERTIFICAÇÃO DE PROCESSO SUSTENTÁVEL

A Comissão Central, em parceria com a Coordenação de Processos e Normas/DGC/PRODIN, desenvolverá, também durante a vigência do PLS, o sistema de certificação para os processos administrativos e acadêmicos.

Diretrizes:

- Uso prioritário de sistemas informatizados (selo IFSC “papel zero”);
- Desburocratização do processo, visando eficácia, eficiência e efetividade;
- Desenvolvimento e disseminação da gestão de processos no IFSC;
- Avaliação efetiva dos usuários do processo;
- Mapeamento de processos e competências.

7. SUBPROGRAMAS DO PLS-IFSC

7.1 Destino Certo

Tema: Gestão dos resíduos sólidos.

Objetivo principal: Efetuar o gerenciamento dos resíduos sólidos gerados no IFSC conforme legislação vigente.

Eixos do Programa da A3P: Gestão adequada dos resíduos gerados (Eixo 2).

Ações Prioritárias:

O que?	Como fazer?	Quem?
Implantação do padrão institucional de resíduos	- Realizar o levantamento de resíduos na instituição. - Implantar identificação dos resíduos conforme padrão institucional.	Comissão Local e Gestão
Destinação ambientalmente correta dos resíduos	- Priorizar a coleta seletiva para resíduos recicláveis com sua destinação para cooperativas de catadores, quando houver. - Destinar os resíduos para a coleta seletiva realizada pela prefeitura. - Implantar composteira ou destinar os resíduos orgânicos para tratamento. - Garantir a destinação ambientalmente correta de passivos ambientais produzidos. - Incluir ações deste subprograma nos contratos e capacitação dos funcionários, no caso de alocação de colaboradores externos.	Comissão Local e Gestão
Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	- Elaborar um plano que atenda as demandas do campus com base no Apêndice I.	Comissão Local e Gestão

Ações Sequenciais:

- Desenvolver programas de reutilização de materiais, por exemplo: utilizar ambiente virtual para divulgação de materiais reaproveitáveis em outros setores, laboratórios, departamentos do IFSC.
- Desenvolver programas de redução de geração de resíduos, por exemplo: incentivar o uso das plataformas digitais, buscando a redução de cópias e impressões.

- Incentivar a formação de cooperativas ou associações de coletores de materiais recicláveis.

Indicadores:

- Quantidade (kg por tipo) de resíduos gerados por pessoa no câmpus/reitoria semestralmente;
- Percentual de ambientes com residuários padronizados instalados;
- Percentual de destinação adequada dos resíduos. (responsabilidade dos laboratórios)

Resultados esperados:

- Resíduos gerados no Câmpus/Reitorias destinados(as) adequadamente para reaproveitamento, reciclagem e/ou tratamento.

7.2 Recursos naturais

Tema: Recursos Hídricos e Energéticos

Objetivo: Valorizar os recursos hídricos utilizados no IFSC e racionalizar o consumo de energia.

Eixos do Programa da A3P: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos (Eixo 1)

Ações Prioritárias:

O que?	Como fazer?	Quem?
Monitoramento do consumo de água e energia	- Registrar faturas de água e energia com seu custo e consumo, de modo a perceber eventuais sinistros. - Expor estas informações em um cartaz no mural ou enviando por e-mail para os servidores.	Comissão Local e Gestão
Sensibilização do consumo	- Realizar de campanhas para redução do consumo; - Programar computadores e condicionadores de ar para desligarem automaticamente no final do turno de trabalho.	Comissão Local e Gestão
Manutenção das instalações	- Prever manutenção ou substituição periódica das instalações que vise o não desperdício de água e energia, bem como evitar problemas na rede. - Realizar a adequação da demanda de energia contratada sempre que necessário	Comissão Local e Gestão

Ações sequenciais:

- Implantar ETE (Estação de Tratamento de Efluentes);
- Coletar da água da chuva para utilização nos banheiros e limpeza em geral: implantação de cisternas e adequação das tubulações.
- Mobilizar campanha de carona solidária/ecológica, com instalação de quadro branco em área de circulação com vistas ao aproveitamento de vagas nos carros oficiais e particulares;
- Desenvolver programa de geração distribuída nos câmpus/reitoria através de fontes renováveis (placas fotovoltaicas, energia eólica etc.);
- Instalar sensores de presença em ambientes de circulação ocasional de pessoas;

- Instalar sistema de chaves magnéticas com bloqueadores elétricos.

Indicadores:

- Quantidade de água *per capita* consumida anualmente;
- Gasto financeiro anual com água *per capita*;
- Quantidade de energia elétrica *per capita* consumida anualmente;
- Gasto financeiro anual com energia elétrica *per capita*;

Resultados esperados:

- Redução progressiva no consumo de água *per capita*
- Redução progressiva no consumo de energia elétrica *per capita*;

7.3 Construções e Contratações Inteligentes

Tema: Construções e contratações sustentáveis

Objetivos: Adotar critérios sustentáveis nas contratações de obras e serviços de engenharia. Adotar critérios de sustentabilidade nas aquisições de materiais e contratações de serviços.

Eixos do Programa da A3P: Licitações sustentáveis (Eixo 5)

Ações Prioritárias:

O que?	Como fazer?	Quem?
Incorporação de critérios de sustentabilidade nos projetos, obras e manutenção	- Pesquisar materiais mais eficientes e com menor impacto ambiental. - Consultar guias de compras e obras sustentáveis. - Promover capacitação/atualização dos engenheiros.	Engenharia
Inserção de critérios de sustentabilidade em compras e contratações	- Promover a racionalização da diversidade dos materiais/serviços contratados. - Utilizar Guias Práticos de Compras Sustentáveis (NAJ/SP, MPOG etc.) - Priorizar materiais que atendam critérios de sustentabilidade. - Realizar compras compartilhadas com outros câmpus/reitoria e outras instituições.	Compras e Contratos
Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva	- Elaborar um plano que atenda às demandas do campus com base no Apêndice II.	Engenharia

Ações sequenciais:

- Realizar *retrofits*.
- Criar telhados verdes.
- Implementar projetos com placas solares para redução de energia elétrica.
- Instalar de sistemas de aquecimento de água por meio de placas solares.
- Instalar de sistema de recolhimento da água da chuva.

Indicadores:

- Quantidade de itens em licitações com critérios de sustentabilidade;
- Quantidade de serviços/ações realizadas previstos no PMPC.

Resultados esperados:

- Redução na quantidade de resíduos sólidos de construção civil gerados;
- Diminuição do impacto ambiental das obras e serviços de engenharia executados pelo IFSC;
- Maximização de eficiência e consequente redução de gastos com recursos hídricos e energéticos nas edificações construídas contemplando critério de sustentabilidade.
- Contratações institucionais que maximizem a eficiência, minimizem o impacto ambiental e melhorem a qualidade de vida nos ambientes de trabalho.

7.4 Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis

Tema: Qualidade de vida nos ambientes de trabalho, formação e sensibilização continuada para a sustentabilidade no âmbito do funcionamento institucional.

Objetivo: Adequar as instalações existentes, criar espaços e promover atividades físicas e de integração, visando a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. Capacitar e sensibilizar a comunidade interna para temas de relevância quanto à logística sustentável.

Eixos do Programa da A3P: Qualidade de vida no ambiente de trabalho (Eixo 3) e Sensibilização e capacitação dos servidores (Eixo 4)

Ações Prioritárias:

O que?	Como fazer?	Quem?
Sensibilização dos servidores e alunos	- Prever eventos em datas relacionadas à sustentabilidade no calendário acadêmico. - Garantir ações sustentáveis na organização de eventos dos câmpus e reitoria. - Realizar capacitações e/ou participação em capacitações externas relacionadas à sustentabilidade. - Desenvolver estratégias de sensibilização ambiental. - Sensibilizar para a sustentabilidade e divulgar ações utilizando para isso os espaços de comunicação do IFSC (Link Digital, IFSC-TV, e-mail, <i>hotsite</i>).	Comissão Local e Gestão
Articulações sociais e parcerias	- Realizar parcerias com frentes sociais dentro do IFSC. - Realizar ações e eventos com temáticas sociais que busquem a igualdade e respeito. - Firmar parceria com outro câmpus/reitoria e instituições para a realização conjunta de ações, eventos e capacitações.	Comissão Local e Gestão
Ambiente saudável	- Promover a ergonomia. - Criar um espaço verde. - Disponibilizar uma área do servidor.	Comissão Local, Gestão e DGP

Ações Sequenciais:

- Instituir um Programa de Ginástica Laboral;
- Implantar bicicletário.
- Construir e mobiliar uma academia no Câmpus e Reitoria, se possível ao ar livre.

Indicadores

- Número de eventos relacionados à sustentabilidade promovidos por ano;
- Quantidade de servidores capacitados em temáticas sustentáveis;

Resultados esperados:

- Melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.
- Maior participação do IFSC Sustentável em ações sociais.
- Formação de uma cultura voltada para a sustentabilidade das ações do IFSC.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Central do IFSC Sustentável acompanhará, em sentido amplo, as ações e subprogramas elencados por este documento.

A gestão de cada câmpus e reitoria será responsável, com o apoio da Comissão Local, pela execução do PLS.

Os documentos complementares que emanarem do PLS-IFSC, além dos Anexos I e II, sejam eles de natureza informacional ou normativa, serão considerados parte deste documento e incorporados como anexos, à medida que forem elaborados e aprovados.

ANEXO B – PRIMEIRA COMISSÃO GERAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

Portaria nº 490

04/04/2013

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Designar os servidores, abaixo relacionados, como membros da Comissão responsável pelo Programa IFSC Sustentável, devendo, a mesma, desenvolver suas atividades no período de abril de 2013 a dezembro de 2014.

Twisa Thiemi Barcellos Nakasima – Câmpus Canoinhas
 Graciane Regina Pereira – Câmpus Gaspar
 Rafael Zanin – Câmpus Joinville
 Elisa Serena Gandolfo Martins – Câmpus Garopaba
 Cláudio Felipe Pasini – Câmpus Criciúma
 Michael Ramos Nunes – Câmpus Lages
 Jorge Luiz Angeloni – Câmpus Araranguá
 Juliano da Cunha Gomes – Câmpus Xanxerê
 Ricardo Reis Maciel – Câmpus Florianópolis
 Gladis Teresinha Slonski – Câmpus Florianópolis-Continente
 Jeferson Vieira – Câmpus São José
 Vilmar Silva – Câmpus Palhoça
 Vitor Chemello – Câmpus Jaraguá do Sul
 Mário César Sedrez – Câmpus Geraldo Werninghaus
 Thiago Pereira Alves – Câmpus Itajaí
 Albertinho Della Giustina – Câmpus Caçador
 Rafael Schmitz – Câmpus São Miguel do Oeste
 Luiz Silvio Scartazzini – Câmpus Chapecó
 Silmar Primieri – Câmpus Urupema
 Juarez Pontes – Câmpus São Carlos
 Douglas Paulesky Juliani – Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas
 Vanessa de Oliveira – Câmpus Jaraguá do Sul
 Érico de Ávila Madruga – Pró-Reitoria de Administração
 Felipe Cintra Nunes Braga - Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas
 Vinicius De Luca Filho – Gabinete da Reitoria

Dê-se Ciência e
Cumpra-se.

Maria Clara Kaschny Schneider
Reitora do IFSC

ANEXO C – POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE DO IFSC

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 28, DE 21 DE AGOSTO DE 2018.

Aprova, *ad referendum*, a Política de Sustentabilidade do IFSC.

A PRESIDENTE do CONSELHO SUPERIOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 15/04/2016, publicado no DOU de 18/04/2016, e atendendo as determinações da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008,

Considerando o disposto no art. 225 da Constituição Federal de 1988 e a necessidade de redução dos impactos ambientais e das desigualdades sociais bem como de aprimoramento dos processos e ações acadêmicas administrativas do IFSC visando a eficiência, eficácia e efetividade;

Considerando a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/1.999, a qual garante que todos têm direito à educação ambiental, incumbindo às instituições educativas promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para educação ambiental previstas na Resolução MEC nº 02/2012;

Considerando o Programa IFSC Sustentável e as ações sustentáveis praticadas na instituição;

Considerando a definição da sustentabilidade como valor institucional no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC 2015-2019 e a previsão de elaboração da Política de Responsabilidade Socioambiental neste mesmo documento norteador;

Considerando a adesão do IFSC à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente; ao Movimento Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU); ao Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos e à Rede Internacional de Cooperação Acadêmica Lixo Zero;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, *ad referendum*, a Política de Sustentabilidade do IFSC nos termos desta Resolução.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta resolução às ações administrativas e acadêmicas do IFSC bem como às relações com parceiros, contratados e fornecedores.

Capítulo I – Dos Princípios e Objetivos

Art. 2º Considera-se sustentabilidade a capacidade de se satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Art. 3º A sustentabilidade como valor e princípio de gestão deverá ser considerada, preferencialmente de forma integrada, em suas três dimensões: ambiental, social e econômica.

§1º A dimensão ambiental considera a necessidade de redução dos impactos ambientais nas ações administrativas e acadêmicas e a formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade para com o meio ambiente.

§2º A dimensão social considera a necessidade de redução das desigualdades sociais por meio de ações e articulações de ensino, pesquisa, extensão e gestão bem como a formação e disseminação de valores que incentivem o respeito às diferenças sociais, de credo, de gênero, de raça e, assim, inibam qualquer forma de preconceito, violência ou exclusão.

§3º A dimensão econômica considera a necessidade de otimização do gasto público nas ações e processos administrativos e acadêmicos, visando a eficiência, eficácia e, especialmente, a efetividade social.

Art. 4º São princípios desta política:

I – uso racional dos recursos naturais, das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e dos bens públicos;

II – gestão adequada dos diversos resíduos gerados, em conformidade legal;

III – ética e qualidade de vida no ambiente de trabalho;

IV – compras, serviços e construções sustentáveis;

V – inovação, transparência e otimização do gasto público;

VI – redução das desigualdades sociais, promoção da inclusão e do respeito às diferenças, aos direitos humanos e do combate à prática de atos que importem em qualquer tipo de discriminação, exclusão ou violação de direitos; e

VII - participação da comunidade acadêmica.

Art. 5º A implementação da Política de Sustentabilidade do IFSC tem como objetivos:

I – promover a cultura da sustentabilidade;

II – formalizar diretrizes e ações sustentáveis praticadas na instituição;

III – compartilhar e disseminar boas práticas sustentáveis entre os câmpus e reitoria do IFSC e outras instituições.

IV – sensibilizar e capacitar servidores, discentes, colaboradores, parceiros e fornecedores;

V – colaborar para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU no período 2016-2030.

Capítulo II – A sustentabilidade no Ensino, Pesquisa e Extensão

Art. 6º Os processos acadêmicos e administrativos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão serão orientados pelas seguintes diretrizes:

I – incentivo ao uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) na sala de aula e demais setores;

II – promoção da educação a distância (EAD) inclusive nos cursos presenciais;

III – disponibilização de material digital e incentivo à utilização de bibliotecas virtuais e bancos de pesquisa;

IV – formação inicial e continuada dos servidores para uso de TICs e para sustentabilidade;

V – inserção da educação ambiental e direitos humanos contribuindo para a diminuição da desigualdade social, respeitando as diferenças na perspectiva da formação para a cidadania; e

VI - garantir igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e de Atendimento Educacional Especializado para o público-alvo da educação especial,

Art. 7º Os projetos pedagógicos de curso (PPC) do IFSC deverão atender a, pelo menos uma, das seguintes diretrizes relacionadas à temática da sustentabilidade:

- I – tratar-se de um curso com essa temática específica;
- II – possuir uma ou mais unidades curriculares voltadas ao tema;
- III – prever o tratamento da sustentabilidade como tema transversal, indicando explicitamente na ementa de uma ou mais unidades curriculares do curso;
- IV – incluir ações de pesquisa e extensão.

Parágrafo único. A obrigatoriedade prevista no *caput* aplica-se somente a novos projetos e em casos de reestruturação dos projetos existentes.

Art. 8º Os editais de pesquisa e de extensão do IFSC deverão priorizar a temática da sustentabilidade por meio de uma das seguintes diretrizes:

- I – linha(s) de pesquisa/extensão específica(s) para sustentabilidade em suas três dimensões;
- II – critérios de pontuação relacionados à sustentabilidade.

Parágrafo único. Havendo recursos orçamentários específicos, inclusive fomento externo, poderão ser publicados editais específicos para projetos relacionados à sustentabilidade.

Art. 9º As ações de ensino, pesquisa e extensão, quando possível, deverão ser planejadas de forma a colaborar com necessidades dos câmpus e reitoria do IFSC ou, ainda, para a inovação e otimização das ações administrativas.

Parágrafo único. As ações previstas no *caput* poderão ser realizadas em rede e prever contrapartidas entre os câmpus e reitoria.

Capítulo III – A sustentabilidade nos processos de Gestão

Art. 10 A gestão do IFSC tem como princípios a gestão em rede multicâmpus, gestão do conhecimento e gestão democrática e participativa.

§1º Por gestão em rede multicâmpus entende-se um conjunto de princípios, normas, processos e ações que tem por objetivo articular – de forma colaborativa, solidária e sustentável – a reitoria e os câmpus que compõem a Rede IFSC para a realização de objetivos complexos e otimização do trabalho e dos recursos públicos.

§2º Por gestão do conhecimento entende-se um conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar as habilidades dos gestores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos estratégicos que facilitem a tomada de decisão e a inovação.

§3º Por gestão democrática e participativa entende-se o estabelecimento de um sistema de governança baseado em políticas, princípios e diretrizes institucionais, garantida a identidade institucional e a gestão em rede, respeitadas a autonomia e especificidades de suas unidades organizacionais, destacando-se em especial os diversos fóruns de discussão, e principalmente, os conselhos e colegiados compostos por representantes de todos os segmentos da comunidade, além de consultas públicas e eleições diretas para diversos cargos.

Art. 11 A gestão do IFSC, em todos os seus níveis, deverá adotar e institucionalizar práticas que tenham por objetivos:

I – reduzir o uso de papel e outros materiais e incentivar a reutilização e/ou reciclagem desses;

II – gerenciar os resíduos gerados destinando-os de forma correta, de acordo com a legislação vigente;

III – promover a transparência e a disponibilização de dados abertos;

IV – inovar para a eficiência, eficácia e efetividade dos processos administrativos e evitar a burocratização excessiva, o retrabalho e o desperdício de recursos públicos;

V – adotar e monitorar práticas de consumo equilibrado de energia elétrica e água e incentivar o uso de energias renováveis, reaproveitamento da água da chuva e outras práticas relacionadas à redução do consumo;

VI – capacitar os servidores para inovação e sustentabilidade;

VII – contemplar os instrumentos da gestão em rede, da gestão democrática e participativa e da gestão do conhecimento, tais como gestão de processos, gestão por competências e fóruns temáticos de discussões;

VIII – incentivar o planejamento e execução de ações em rede entre os câmpus do IFSC e em parceria com outras instituições públicas ou privadas;

IX – garantir o aprimoramento do modelo de gestão adotado em todos os processos administrativos por meio da discussão, avaliação e participação dos câmpus e reitoria;

X – adotar, prioritariamente, o uso de soluções de TIC com disponibilidade gratuita de código fonte;

XI – acompanhar/implementar as ações e projetos de sustentabilidade com vistas aos critérios de avaliações do INEP/MEC.

Art. 12 Considerando o previsto no §3º do art. 3º, o IFSC adotará critérios de sustentabilidade em suas licitações e contratos, inclusive em obras e serviços de engenharia.

Art. 13 As compras e contratações de serviços serão realizadas de forma conjunta entre os câmpus e reitoria, preferencialmente, por meio de sistema de registro de preços organizadas em calendário institucional aprovado pelos setores de compras e dirigentes de administração dos câmpus e da Pró-reitoria de administração.

§1º A gestão do calendário e demais definições e autorizações será de responsabilidade do Departamento de Compras da Pró-reitoria de Administração.

§2º Serão nomeadas comissões temáticas de padronização e avaliação de materiais e serviços formadas por representantes das áreas técnicas e dos setores de compras dos câmpus.

§3º Serão utilizados e exigidos materiais e/ou critérios sustentáveis nas licitações tais como: preferência por materiais sustentáveis, previsão de logística reversa, exigência de selos e certificados de origem e/ou não utilização de materiais tóxicos e poluentes e/ou que sejam pouco eficientes em termos de consumo de energia e água, dentre outros, salvo impossibilidade técnica ou condições de mercado, devidamente justificadas

§4º Nas contratações de serviços, serão previstos, dentre outras, a exigência de utilização de materiais e procedimentos sustentáveis, de destinação correta dos resíduos e, quando possível, de contratação de mão de obra local e considerando outros critérios de inclusão e direitos humanos.

§5º O IFSC promoverá e participará de processos de compras e contratações compartilhadas com outras instituições públicas.

Art. 14 As dispensas de licitação por valor (art. 24, inc. I e II da Lei nº 8.666/93) serão realizadas somente em casos excepcionais, mediante autorização da Diretoria de Administração da Pró-reitoria de Administração do IFSC, analisado essencialmente um dos seguintes critérios, além dos requisitos legais:

I – a urgência e impossibilidade de realização de processo licitatório;

II – a comprovação da onerosidade excessiva da realização de processo licitatório ou da manutenção de contrato para a realização de serviços;

III – a urgência e a justificativa detalhada da área técnica, com aprovação dos gestores do câmpus, sobre a não inclusão do(s) item(ns) em processo licitatório do calendário institucional.

Art. 15 As inexigibilidades de licitação serão realizadas, somente em casos excepcionais e previstos na legislação, pelo Departamento de Compras da Pró-reitoria de Administração mediante autorização da Diretoria de Administração.

Art. 16 As obras, reformas e serviços de engenharia, inclusive serviços de manutenção, serão projetados e contratados considerando a acessibilidade e utilização de tecnologias, materiais e instalações sustentáveis e logística sustentável, tais como logística reversa, plano de gestão de resíduos de cada obra e reforma e com projetos que garantam, dentre outros benefícios, maior durabilidade, economia de energia, água e evitem gastos excessivos com manutenção.

Art. 17 O IFSC adotará processos de gestão patrimonial e de frota que garantam o efetivo controle e conservação dos bens públicos considerando a necessidade de manutenção preventiva e de análises de depreciação e consumo de combustível dentre outros.

§1º Para qualquer tipo de movimentação, cessão, licença, afastamento ou aposentadoria, previstas na Lei nº 8.112/1990, será obrigatória a regularização da carga patrimonial do servidor e emissão de certidão negativa de bens patrimoniais.

§2º Na exoneração de cargos de direção ou dispensas de funções gratificadas serão exigidos os mesmos procedimentos previstos no parágrafo anterior.

Art. 18 Os almoxarifados do IFSC ou setores responsáveis, assim definidos pela Direção Geral do câmpus, adotarão processos de planejamento e controle de suprimentos que garantam o

atendimento ininterrupto às necessidades administrativas e acadêmicas e evitem o desperdício de recursos públicos.

Parágrafo único. Os servidores dos almoxarifados ou dos setores correlatos organizarão, em conjunto com os responsáveis de cada área/laboratório, pedidos periódicos priorizando a aquisição de materiais sustentáveis.

Art. 19 O IFSC estabelecerá, por meio do Colégio de Dirigentes (CODIR) ouvidos os Chefes e Diretores de Administração (DAM) e Chefes e Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), diretrizes orçamentárias e de planejamento para garantir a identidade institucional, o alcance dos objetivos estratégicos e o desenvolvimento sustentável em rede.

§1º O IFSC Rede é uma unidade gestora orçamentária composta por um fundo institucional com contribuição dos campus e reitoria para o financiamento anual de ações e projetos de interesse comum, com percentual definido anualmente por resolução do CODIR.

§2º Será definido anualmente no CODIR um percentual obrigatório de execução de ações sustentáveis previstas no Plano de Logística Sustentável (PLS) de, no mínimo, 2% do orçamento anual de cada unidade organizacional e deverá constar em cada PAT o destino do percentual citado..

§3º O ciclo anual de planejamento do IFSC será realizado por meio da elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Plano Anual de Trabalho (PAT), norteado pelo Planejamento Estratégico da Instituição (PDI), e em articulação com outros planos, tais como Plano Anual de Capacitação (PAC), Plano de Logística Sustentável (PLS), Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e pelo planejamento operacional dos setores.

§4º O planejamento operacional, decorrente do PAT, é de responsabilidade de cada setor e deverá ser elaborado entre os meses de Outubro e Dezembro de cada ano.

Art. 20 O IFSC informatizará todos seus processos administrativos e acadêmicos por meio do Sistema Integrado de Gestão (SIG/IFSC), salvo aqueles em que a legislação determinar de forma diversa e conforme aprovação do Comitê de Tecnologia da Informação.

Art. 21 Para ligações telefônicas será utilizado, preferencialmente, o sistema *Voice over Internet Protocol* (VoIP) ou outras tecnologias aprovadas pelo Comitê de Tecnologia da Informação.

Art. 22 As reuniões de comissões, grupos de trabalho e fóruns temáticos serão realizadas, preferencialmente, por meio de videoconferência ou webconferência.

Parágrafo único. Reuniões de cunho deliberativo poderão ser realizadas presencialmente.

Art. 23 Serão incentivados editais e eventos para o compartilhamento de práticas exitosas de gestão e de sala de aula.

Art. 24 São instrumentos de execução desta Política, dentre outros:

- I – a certificação em sustentabilidade de campus e processos;
- II – a execução do Plano de Logística Sustentável (PLS) com a elaboração de Planos de Manutenção Preventiva e Corretiva e de Gestão de Resíduos Sólidos dos câmpus;
- III – estabelecimento de diretrizes orçamentárias institucionais;
- IV – a formalização de fóruns temáticos por áreas com a realização de, no mínimo, 02 reuniões anuais sendo 01 presencial;
- V – a parceria com instituições públicas e privadas para alianças logísticas, ofertas conjuntas de cursos e capacitações, compras compartilhadas e outras ações e eventos interinstitucionais para o compartilhamento de boas práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Das disposições finais

Art. 25 A implementação da Política de Sustentabilidade do IFSC é responsabilidade de todos gestores e servidores e seu acompanhamento e avaliação é responsabilidade da Comissão Central e das Comissões Locais do Programa IFSC Sustentável.

§1º A implementação desta política dar-se-á pela previsão de ações no PAT além do aprimoramento de práticas de cada área.

§2º Inclusão na autoavaliação institucional sobre as ações de sustentabilidade com vistas aos requisitos estabelecidos no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

§3º O acompanhamento e a avaliação serão repassados, de forma gradativa em até 03 anos a contar da publicação desta resolução, para a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) e, em temas específicos, para os comitês temáticos e pró-reitorias relacionadas diretamente.

Art. 26 Os casos omissos serão decididos pela Comissão Central do programa IFSC Sustentável e, posteriormente ao prazo previsto no art. anterior, pela PRODIN.

Art. 27 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER

Autorizado conforme despacho no documento nº 23292.034533/2018-13